

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

MARIA CLÁUDIA MORAES LEITE

GÊNERO, MEMÓRIA, LITERATURA:

**A RESISTÊNCIA À DITADURA CIVIL-MILITAR BRASILEIRA NA ESCRITA DE TRÊS
MILITANTES - MARILUCE MOURA (APML), DERLEI CATARINA DE LUCA (AP) E SYLVIA DE
MONTARROYOS (POR-T)**

Porto Alegre

2023

MARIA CLÁUDIA MORAES LEITE

GÊNERO, MEMÓRIA, LITERATURA:

**A RESISTÊNCIA À DITADURA CIVIL-MILITAR BRASILEIRA NA ESCRITA DE TRÊS
MILITANTES - MARILUCE MOURA (APML), DERLEI CATARINA DE LUCA (AP) E SYLVIA DE
MONTARROYOS (POR-T)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul
como requisito parcial para obtenção do título de
Doutora em História.

Orientadora: Profª Drª Natalia Pietra Méndez

Coorientadora: Profª Drª Mariluci Cardoso de Vargas

Porto Alegre

2023

CIP - Catalogação na Publicação

Leite, Maria Cláudia Moraes

Gênero, memória, literatura: a resistência à ditadura civil-militar brasileira na escrita de três militantes - Mariluce Moura (APML), Derlei Catarina De Luca (AP) e Sylvia de Montarroyos (POR-T) / Maria Cláudia Moraes Leite. -- 2023.

196 f.

Orientadora: Natalia Pietra Méndez.

Coorientadora: Mariluci Cardoso de Vargas.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre, BR-RS, 2023.

1. Ditadura civil-militar. 2. Gênero. 3. Memória traumática. 4. Literatura. I. Méndez, Natalia Pietra, orient. II. Vargas, Mariluci Cardoso de, coorient. III. Título.

Maria Cláudia Moraes Leite

GÊNERO, MEMÓRIA, LITERATURA:

A RESISTÊNCIA À DITADURA CIVIL-MILITAR BRASILEIRA NA ESCRITA DE TRÊS
MILITANTES – MARILUCE MOURA (APML), DERLEI CATARINA DE LUCA (AP) E SYLVIA DE
MONTARROYOS (POR-T)

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em
História da Universidade Federal do Rio Grande do
Sul como requisito parcial para obtenção do título de
Doutora em História.

Porto Alegre, 06 de fevereiro de 2023

Resultado: Aprovada com conceito geral A e recomendação da banca para divulgação da
tese através de publicações.

BANCA EXAMINADORA:

Cristina Sheibe Wolff
Programa de Pós-Graduação em História
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Luciana Paiva Coronel
Programa de Pós-Graduação em Letras
Universidade Federal do Rio Grande (FURG)

Claudia Wassermann
Programa de Pós-Graduação em História
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Caroline Silveira Bauer
Programa de Pós-Graduação em História
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Em memória de Jorge e Maria, meus pais.

AGRADECIMENTOS

Esta tese é o resultado de anos de pesquisa sobre a ditadura civil-militar brasileira. Durante toda essa trajetória, contei com o apoio e o incentivo de inúmeras pessoas e instituições sem as quais a conclusão deste trabalho não teria sido possível. Assim, agradeço:

À Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), por todas as oportunidades. Tenho muito orgulho de ter feito minha formação, desde a graduação, numa universidade pública, gratuita e de excelência.

Aos professores e às professoras do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS, por toda contribuição na minha formação como historiadora.

À Natalia Pietra Méndez, pela acolhida e por ter aceitado o desafio de orientar uma doutoranda que resolveu trocar o tema da pesquisa no meio do doutorado. À Mariluci Cardoso de Vargas, por ter embarcado conosco nessa aventura. A orientação e a coorientação entusiasmada, crítica e carinhosa de vocês foi imprescindível para o término deste trabalho. Vocês são a minha inspiração.

Às professoras que aceitaram participar da banca de defesa, Cristina Scheibe Wolff, Claudia Wassermann, Luciana Coronel e Caroline Silveira Bauer, pela leitura atenta e pelas contribuições precisas.

À Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSA), instituição na qual sou servidora desde 2010, por todo apoio à realização do doutorado. À Lucimara Silva da Rocha, coordenadora do departamento no qual estou lotada, por entender meu cansaço e meus horários alternativos.

À Daniela de Campos e ao Eduardo Chaves, por todo diálogo e estímulo. Esta tese não existiria sem vocês e sem os nossos cafés.

À Ana Rita Caldart, Fernanda Lima, Gabriela Blanco, Isadora Lunardi, Nalin Ferreira, Mariana Sosnowski, Noelia Gerstner, Renata Sampaio e Renata Steyer, por compreenderem as minhas ausências. Vida longa ao nosso boteco!

À Mônica Lencines, pela companhia e pela escuta, principalmente na etapa final da escrita. Ao Gabriel Egger, pelas leituras, pelas cervejas e pelo abstract.

À Bárbara Jacob, Isadora Farias, Olívia Freitas e Daniela de Campos (de novo!), pela luta de todo dia. Não é sem motivo que somos “as + legais do hospício”.

Aos meus filhos felinos Bibiano, Anita, Toríbio e Flora, por toda companhia e carinho. Vocês alegam os meus dias, apesar da quantidade de pelos que soltam pela casa.

Aos meus irmãos Clara Moraes e Jorge Moraes, por todo apoio ao longo da vida. Ao meu sobrinho e afilhado Michel Leite da Silva, por toda leveza, risadas e descontração: te amo e não é pouco!

Aos meus pais, Jorge e Maria, pelo incentivo ao estudo e à leitura e por todo amor que me deram durante suas vidas. Quis o destino que vocês não estivessem mais neste mundo para celebrar comigo esta conquista. A vocês, com muita saudade, dedico esta tese.

Verão
2023

A mulher que atendeu a porta era uma senhora ainda jovem. O homem de rosto inexpressivo entrou na sala. “Sim, sou a mãe dele, e o senhor?” Não vinha ao caso, ele estava ali para dizer que o filho dela se suicidara, havia se jogado debaixo das rodas de um caminhão. Foi logo avisando que trazia o corpo num caixão lacrado para que ela não ficasse chocada com os ferimentos do menino, arrastado pelo caminhão de carga. Dona Iracema procurou o apoio da poltrona para dobrar o corpo, queria o conforto das entranhas. Fazia poucos dias que o filho saía por aquela porta levado por policiais. Disseram que ele voltaria logo, coisa de rotina. Dona Iracema esperara impaciente pelo filho, até o homem chegar com a notícia brutal. Ela não acreditava que seu menino tivesse se jogado debaixo de um caminhão, na estrada. Havia algo de muito errado naquela história, o coração de mãe de dona Iracema insistia. O homem girou nos calcanhares e ela ouviu os passos cadenciados no corredor, afastando-se de sua casa. Os cabelos da senhora ficaram brancos, seu corpo foi perdendo o prumo, e a partir daquele dia dona Iracema foi uma mãe brasileira em busca da justiça que tarda. Nunca entendeu como é possível um jovem de vinte e três anos ser morto por causa de seus ideais.

Maria Pilla. *Volto semana que vem.*

RESUMO

Esta tese tem por objetivo investigar a escrita de autoria feminina sobre a resistência à ditadura civil-militar brasileira. Para tanto, foram selecionadas três obras escritas por três militantes que participaram de organizações clandestinas de agitação e propaganda: *A revolta das vísceras* (1982), de Mariluce Moura, militante da Ação Popular Marxista-Leninista (APML); *No corpo e na alma* (2002), de Derlei Catarina De Luca, integrante da Ação Popular (AP) e *Réquiem por Tatiana* (2013), de Sylvia de Montarroyos, um dos quadros do Partido Operário Revolucionário Trotskista (POR-T). Assim, pretende-se analisar, a partir de uma perspectiva de gênero, a forma como as autoras articularam a linguagem para dar sentido às suas experiências nos movimentos de resistência à ditadura, observando o que contaram e como contaram, bem como o que foi silenciado ou esquecido nos seus relatos. Por fim, busca-se também compreender de que maneira as narrativas por elas construídas produzem fissuras nas interpretações hegemônicas sobre o passado ditatorial brasileiro. Estes pontos nortearam o desenvolvimento deste trabalho que parte da hipótese de que as narrativas construídas pelas autoras estão atravessadas pela condição de cada uma como sujeito político marcado pelo gênero.

Palavras-chave: Ditadura civil-militar. Gênero. Memória traumática. Literatura.

ABSTRACT

This thesis aims to investigate the female authorship of writings about resistance to the Brazilian civil-military dictatorship. We therefore selected three works written by former militants that took part in clandestine groups of agitation and propaganda: *The revolt of the entrails* (1982), by Mariluce Moura, militant of the Marxist-Leninist Popular Action (APML); *In body and soul* (2002), by Derlei Catarina De Luca, member of the Popular Action (AP) and *Requiem for Tatiana* (2013), by Sylvia de Montarroyos, member of the Trotskyist Revolutionary Workers Party (POR-T). We sought to analyse, through a gender perspective, how the authors articulated their speech to make sense of their experience within the movements of resistance to the dictatorship, observing what was told and how it was told, as well as what was silenced or forgotten in their accounts. Ultimately, we also sought to understand how their narratives produced fissures in the hegemonic interpretations of the Brazilian dictatorship period. These points guided the development of this work whose main hypothesis is that the narratives built by these authors are traversed by their condition as political subjects marked by gender.

Keywords: Civil-military dictatorship. Gender. Traumatic memory. Literature.

RESUMEN

Esta tesis tiene como objetivo investigar la escritura de autoría femenina sobre la resistencia a la dictadura cívico-militar brasileña. Para ello, se seleccionaron tres obras escritas por tres militantes que participaron en organizaciones clandestinas de agitación y propaganda: *La revuelta de las vísceras (1982)*, de Mariluce Moura, militante de la Acción Popular Marxista-Leninista (APML); *En cuerpo y alma (2002)*, de Derlei Catarina De Luca, miembro de Acción Popular (AP) y *Réquiem de Tatiana (2013)*, de Sylvia de Montarroyos, miembro del Partido Trotskista Revolucionario de los Trabajadores (POR-T). Así, se pretende analizar, desde una perspectiva de género, la forma en que las autoras articularon el lenguaje para dar sentido a sus experiencias en los movimientos de resistencia a la dictadura, observando lo que contaron y cómo contaron, así como lo que fue silenciado u olvidado en sus informes. Finalmente, también busca comprender cómo las narrativas construidas por ellas producen fisuras en las interpretaciones hegemónicas del pasado dictatorial brasileño. Estos puntos guían el desarrollo de este trabajo que parte de la hipótesis de que las narrativas construidas por las autoras están atravesadas por la condición de cada una como sujeto político marcado por el género.

Palabras-clave: Dictadura cívico-militar. Género. Memoria traumática. Literatura.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABJC – Associação Brasileira de Jornalismo Científico

AI-5 – Ato Institucional de número 5

ALN – Ação Libertadora Nacional

AP – Ação Popular

APML – Ação Popular Marxista Leninista

BNM – Brasil Nunca Mais

CBA – Comitê Brasileiro pela Anistia

CEMDP – Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos

CEMVDHC-PE – Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Câmara – Pernambuco

CEV-BA – Comissão Estadual da Verdade – Bahia

CEV-SC – Comissão Estadual da Verdade Paulo Stuart Wright – Santa Catarina

CEV-SP – Comissão Estadual da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva”

CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

CNV – Comissão Nacional da Verdade

CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito

DCE – Diretório Central dos Estudantes

DEOPS – Departamento Estadual de Ordem Política e Social

DOI-CODI – Destacamento de Operações de Informação – Centro de Operações de Defesa Interna

DOPS – Departamento de Ordem Política e Social

DSN – Doutrina de Segurança Nacional

FAPESP – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo

JEC – Juventude Estudantil Católica

JUC – Juventude Universitária Católica

LABJOR/UNICAMP - Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo da Universidade Estadual de Campinas

LAI – Lei de Acesso à Informação

LGBT – Lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros

MEC-USAID – Ministério da Educação – *United States Agency for International Development*

MPFA – Movimento Feminino pela Anistia

OAB – Ordem dos Advogados do Brasil

OBAN – Operação Bandeirantes

PCBR – Partido Comunista Brasileiro Revolucionário

PCdoB – Partido Comunista do Brasil

POR-T – Partido Operário Revolucionário Trotskista

PPGH – Programa de Pós-Graduação em História

SN – Segurança Nacional

TDE – Terrorismo de Estado

UFBA – Universidade Federal da Bahia

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

UNE – União Nacional dos Estudantes

USP – Universidade de São Paulo

VAR-Palmares – Vanguarda Armada Revolucionária Palmares

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
1. A LITERATURA SOBRE A DITADURA CIVIL-MILITAR BRASILEIRA: O TESTEMUNHO SOBRE A RESISTÊNCIA	30
1.1 A literatura de testemunho e suas interpretações	30
1.1.1 A Shoah como evento central da teoria do testemunho	31
1.1.2 O <i>testimonio</i> na América Latina	33
1.2 A literatura sobre a ditadura civil-militar brasileira	37
1.2.1 A promulgação da Anistia e a publicação de <i>A revolta das vísceras</i>	44
1.2.2 O início do desenvolvimento de medidas de memória e reparação e a publicação de <i>No corpo e na alma</i>	58
1.2.3 A Comissão Nacional da Verdade e a publicação de <i>Réquiem por Tatiana</i>	63
1.3 A literatura sobre a ditadura civil-militar brasileira: testemunho, memória e cultura .	70
2. MULHERES QUE NARRAM: EXPERIÊNCIA, LINGUAGEM, FORMAS DE SUBJETIVAÇÃO....	74
2.1 Experiência e linguagem.....	74
2.2 O “espaço biográfico” e as formas de subjetivação.....	76
2.2.1 O testemunho na escrita autobiográfica de Derlei em <i>No corpo e na alma</i>	79
2.2.2 O testemunho na escrita autobiográfica de Sylvia em <i>Réquiem por Tatiana</i>	102
2.2.3 O teor testemunhal na escrita autoficcional de Mariluce em <i>A revolta das vísceras</i>	121
2.3 As emoções e os afetos na militância e na narrativa das autoras.....	132
3. GÊNERO, REPRESSÃO POLÍTICA E A ESCRITA SOBRE A VIOLÊNCIA	136
3.1 A tortura como política de Estado	136
3.1.1 O quarto amarelo de Clara e o desaparecimento forçado de Roberto	138
3.1.2 O inferno de Derlei: da tortura ao exílio	151
3.1.3 A descida aos infernos de Tatiana: tortura e insanidade mental	168
3.2 Perspectivas de gênero nas três narrativas sobre tortura e violência	179
CONSIDERAÇÕES FINAIS	183
REFERÊNCIAS	188

INTRODUÇÃO

O silêncio é de ouro, ou assim me diziam quando eu era nova. Mais tarde, tudo mudou. [...] O silêncio é o oceano do não dito, do indizível, do reprimido, do apagado, do não ouvido. Ele cerca as linhas dispersas formadas pelos que foram autorizados a falar, pelo que pode ser dito e pelos ouvintes. O silêncio ocorre de muitas maneiras e por muitas razões; todos nós temos o nosso próprio mar de palavras não ditas (SOLNIT, 2017, p.27).

Com estas palavras Rebecca Solnit (2017) inicia o capítulo *Uma breve história do silêncio*, no livro *A mãe de todas as perguntas: reflexões sobre os novos feminismos*. A autora discorre sobre um tipo de silêncio e de silenciamento específico imposto às mulheres ao longo do tempo: para Solnit (2017, p. 35), “é importante reconhecer que o silêncio é a condição universal da opressão”. Existem muitos tipos de silêncios e silenciamentos nos quais as mulheres foram – e ainda são – submetidas, especialmente, como observa a autora, na vida pública onde, salvo raras exceções, negava-se instrução e praticamente qualquer outro papel que levasse em consideração o uso da palavra. Hoje, mesmo com todas as conquistas dos movimentos feministas, as mulheres ainda são silenciadas de várias maneiras, inclusive no que diz respeito às suas contribuições intelectuais.

Nesse sentido, uma importante análise acerca da invisibilidade das mulheres como intelectuais foi realizada por Maria da Glória de Oliveira (2018), no artigo *Os sons do silêncio: interpelações feministas decoloniais à história da historiografia*. Nele, a autora apresenta alguns exemplos que evidenciam a pouca centralidade dos estudos das e/ou sobre as historiadoras, como o projeto coordenado por Maurício Parada, intitulado *Os historiadores*, e a obra organizada por Marco Antônio Lopes, *Grandes nomes da história intelectual*, nos quais nenhuma autora/historiadora teve a sua contribuição intelectual analisada. Já o levantamento realizado por Oliveira sobre a revista *História da Historiografia* aponta para uma desproporção entre os trabalhos escritos por homens e mulheres: “em seus 26 números, apenas 124 textos são assinados por mulheres, o que corresponde a 29% do total de 422 artigos e resenhas publicados ao longo de 10 anos de existência da revista” (OLIVEIRA, 2018, p. 110). Uma

disparidade, segundo a autora, que não reflete o relativo equilíbrio existente na distribuição das titulações de mestrado e doutorado entre homens e mulheres no contexto acadêmico brasileiro.

Este desequilíbrio de gênero quanto à autoria também se faz presente nas obras literárias acerca da ditadura civil-militar brasileira – área de pesquisa na qual me insiro –, especificamente no que diz respeito à literatura de testemunho, como é possível acompanhar nos levantamentos realizados por autores que estudam a temática. Em 2017, Eurídice Figueiredo, no livro *A literatura como arquivo da ditadura brasileira*, analisou aproximadamente 50 anos de uma produção literária que trata da história do Brasil inscrita entre as décadas de 1960 a 1980¹. No levantamento correspondente às obras nas quais predominam relatos autobiográficos de ex-presos e exilados políticos, encontra-se, entre os nove títulos apresentados, apenas um de autoria feminina: *Tropical sol da liberdade* (1988), de Ana Maria Machado.

Fernando Perlatto, por sua vez, no artigo *História, literatura e a ditadura brasileira: historiografia e ficções no contexto do cinquentenário do golpe de 1964*, também de 2017, fez um levantamento dos livros publicados em e a partir da rememoração dos 50 anos do golpe civil-militar². Mesmo não sendo o foco da sua pesquisa, o autor elencou as obras pertencentes à literatura de testemunho que foram lançadas ou relançadas a partir daquele contexto: novamente foram apresentados nove títulos e apenas um deles foi escrito por uma mulher – *Volto semana que vem* (2015), de Maria Pilla.

Na tese *O testemunho e suas formas: historiografia, literatura, documentário (Brasil, 1964 – 2017)*, de 2018, Mariluci Cardoso de Vargas faz uma sistematização mais apurada

¹ FIGUEIREDO, Eurídice. *A literatura como arquivo da ditadura brasileira*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2017. O livro não se trata de um levantamento exaustivo das obras produzidas sobre o período ditatorial brasileiro: o recorte feito pela autora visa a reelaboração da experiência traumática e a manutenção dessa memória no âmbito coletivo, além de trazer reflexões sobre o impacto do autoritarismo político na produção cultural do país.

² PERLATTO, Fernando. *História, literatura e a ditadura brasileira: historiografia e ficções no contexto do cinquentenário do golpe de 1964*. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 30, nº 62, set./out. 2017, p. 721-740. Da mesma forma que o livro da Eurídice Figueiredo, não é objetivo desse artigo esgotar a análise de todos os romances publicados a partir das rememorações dos 50 anos do golpe em 2014. Nas palavras do próprio autor, “o que se busca é, a partir de um levantamento sistemático dos livros ficcionais lançados nesse contexto, selecionar e analisar algumas obras pertencentes ao gênero das ‘elaborações literárias’ que evidenciam e corroboram a perspectiva quanto às potencialidades da literatura no sentido de, em diálogo com pesquisas acadêmicas, lançar novos olhares para a análise de um determinado período histórico, como a ditadura civil-militar brasileira” (PERLATTO, 2017, p. 725).

acerca das obras sobre a ditadura civil-militar³. Em seu levantamento, a autora indica que os relatos desenvolvidos no Brasil nesse formato somam 91 livros, com auge de difusão nas décadas de 1970 e 1980. Desse total, 75 foram escritos por homens e 16 escritos por mulheres, ou seja, apenas 17,6% das publicações foram escritas na perspectiva feminina. Dos 16 livros, 03 foram publicados na década de 1980, 02 nos anos 1990, 06 nos anos 2000 e 05 a partir de 2010 (VARGAS, 2018, p. 105-106).

A porcentagem de livros escritos a partir de uma perspectiva feminina corresponde de forma aproximada com a porcentagem de mulheres que participaram de movimentos e de organizações de esquerda que atuavam em resistência à ditadura. Marcelo Ridenti (1990), a partir de dados coletados no *Projeto Brasil: Nunca Mais* (1985), realizou um levantamento do perfil dos indivíduos que foram processados pela Justiça Militar. Dos 4.124 processos, 660 correspondiam a mulheres, ou seja, 16% do total. Já entre os grupos armados urbanos, a participação feminina era um pouco maior: 18,3%. A princípio, pode-se dizer que dificilmente o número de livros escritos por homens e por mulheres seria equivalente, tendo em vista que a participação masculina foi expressivamente maior que a feminina nas organizações políticas clandestinas de esquerda. Entretanto, esses números decorrem apenas de pessoas que foram processadas, excluindo, como destacam Cristina Sheibe Wolff e Luísa Dornelles Briggmann (2019, p. 304), “todas as presas e até mortas de maneira totalmente à margem dos processos legais, além do fato de que muitas mulheres que atuavam no apoio aos grupos armados não tenham chegado a ser processadas”. Dessa forma, como observam as autoras, esses números estão longe de serem definitivos, embora possibilitem o mapeamento das mulheres nas organizações de esquerda.

Por outro lado, a luta contra a ditadura não se resume ao campo de ação da luta armada. As mulheres desempenharam um papel fundamental nos movimentos de resistência armada, mas também foram protagonistas nos movimentos pela restauração das liberdades democráticas. Foram essenciais na denúncia das graves violações dos direitos humanos,

³ VARGAS, Mariluci Cardoso de. *O testemunho e suas formas: historiografia, literatura, documentário* (Brasil, 1964-2017). Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre, 2018. Assim como Figueiredo e Perlatto, Vargas sinaliza que o seu levantamento não constitui um retrato completo das publicações sobre a ditadura civil-militar desenvolvidas no Brasil. A autora também esclarece que levou em consideração apenas as escritas (auto)biográficas, (auto)fictícias, autorreferenciais, em formato literário e elaboradas sem a interferência direta de um terceiro. Os livros de cartas, diários, poesias e peças teatrais, entrevistas ou artigos escritos para obras coletivas não foram incluídos na sua sistematização.

levando a público as torturas que sofreram, assim como aquelas que sofreram seus filhos e maridos, além de toda a articulação em torno de organizações em prol da anistia na década de 1970, como o Movimento Feminino pela Anistia (MFPA) e o Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA)⁴. Atuaram de diversas formas e com diferentes graus de comprometimento, mas essa atuação não se reflete na produção literária sobre o período.

Dessa forma, levando em consideração o que foi exposto, decidi trabalhar, nesta tese, justamente com a produção literária de autoria feminina sobre a ditadura civil-militar brasileira⁵. O intuito, ao estabelecer este recorte, é examinar o que as mulheres contam – e o que calam – sobre a resistência à repressão. Meu olhar volta-se, então, para a trajetória de três militantes: Mariluce Moura, Derlei Catarina De Luca e Sylvia de Montarroyos. A escolha dessas autoras justificou-se, num primeiro momento, pela possibilidade de análise da resistência à ditadura fora da luta armada, sempre tão cotejada pela historiografia, uma vez que as três integraram os quadros de organizações clandestinas de agitação e propaganda: a Ação Popular Marxista-Leninista (APML), a Ação Popular (AP) e o Partido Operário Revolucionário Trotskista (POR-T), respectivamente. Após a leitura dos livros, percebi que eles

⁴ Para um melhor entendimento sobre as organizações femininas no final da ditadura, ver: VARGAS, Mariluci Cardoso de; MÉNDEZ, Natalia Pietra. O Movimento Feminino para a Anistia no Brasil (1975-1979) entre múltiplos horizontes e limites. In: GALLO, Carlos Artur (org.). *Anistia: quarenta anos, uma luta, múltiplos significados*. Rio de Janeiro: Gramma, 2019. Para um aprofundamento acerca das questões relativas à participação das mulheres na luta pela anistia e seu envolvimento no MFPA e nos CBA's, consultar: GRECO, Heloísa Amélia. *Dimensões fundacionais da luta pela anistia*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em História, Belo Horizonte, 2003; VARGAS, Mariluci Cardoso de. *Deslocamentos, vínculos afetivos e políticos, conquistas e transformações das mulheres opositoras à ditadura civil-militar: a trajetória do Movimento Feminino pela Anistia no Rio Grande do Sul (1975-1979)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em História, São Leopoldo, 2010.

⁵ Além disso, já existe uma produção acadêmica que trata das narrativas masculinas sobre a ditadura civil-militar brasileira, e esse foi mais um motivo que me levou a escolher trabalhar com a memória de mulheres. Dentre os estudos que compreendem a análise de livros escritos por homens, destaco três: o de Davi Arenhart Ruschel, que investigou as obras *Guerra é guerra, dizia o torturador*, de Índio Vargas, *O riso dos torturados*, de Jorge Fischer Nunes; *Verás que um filho teu não foge à luta*, de João Carlos Bona Garcia e *A guerrilha Brancaleone*, de Cláudio Antônio Weyne Gutiérrez; o de Fabrício Flores Fernandes, que trabalhou com *Retrato calado*, de Luiz Roberto Salinas Fortes e *Memórias do esquecimento*, de Flávio Tavares e, por fim, o de Rafael Nunes Ferreira, que analisou *K. Relato de uma busca*, de Bernardo Kucinski. Ver: RUSCHEL, Davi Arenhart. *Entre risos e prantos: as memórias acerca da luta armada contra a ditadura no Rio Grande do Sul*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Letras, Porto Alegre, 2018; FERNADES, Fabrício Flores. *A escrita da dor: testemunhos da ditadura militar*. Tese (Doutorado em Teoria e História Literária) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, 2008; FERREIRA, Nunes Rafael. *Literatura em tempos sombrios: os porões da ditadura civil-militar no romance K. Relato de uma busca*, de Bernardo Kucinski. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre, 2011.

ofereciam também diversas possibilidades analíticas, como trabalhar a construção da memória a partir de contextos políticos, sociais e culturais de escrita diversos, além de pesquisar narrativas estruturadas em diferentes gêneros discursivos, o que me levou a concluir que esses textos eram os ideais para comporem o *corpus* desta investigação.

Apresento, na sequência, as obras produzidas por cada autora, juntamente com um pequeno resumo que contém os principais acontecimentos da militância de cada uma e que são abordados nos livros.

MARILUCE MOURA

Militante da Ação Popular Marxista-Leninista (APML). Foi detida em 1973 em Salvador, quando estava grávida. O marido, Gildo Macedo Lacerda, era dirigente nacional da APML e foi preso no mesmo dia. Ambos foram torturados em decorrência de suas atividades políticas. Mariluce foi solta 42 dias depois e Gildo foi morto sob tortura, sendo reconhecido como desaparecido político pela Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, no dia 25 de janeiro de 1996. Até hoje os restos mortais do militante não foram encontrados. Em 1982, Mariluce publica *A revolta das vísceras*, livro que dá conta da sua militância, mas principalmente da repercussão da perda de Gildo em sua vida.

DERLEI CATARINA DE LUCA

Militante da Ação Popular (AP). Foi detida em São Paulo no final de 1969 onde, na Operação Bandeirantes - OBAN, foi brutalmente torturada. Ficou detida até o início de 1970 quando, após um período de recuperação, desloca-se para a Bahia para dar continuidade ao trabalho que desenvolvia na organização. Em abril de 1972, para fugir da repressão, deixou o filho de poucos meses em Londrina (PR) com uma pessoa praticamente desconhecida. Após um curto período de clandestinidade no Rio de Janeiro, tendo passado também por Santa Catarina e São Paulo, segue para o exílio, voltando ao país somente após a promulgação da Anistia. Em 2002, publica *No corpo e na alma*, livro no qual pretende contar a sua trajetória política, assim como a da AP.

SYLVIA DE MONTARROYOS

Militante do Partido Operário Revolucionário Trotskista (POR-T). Foi detida em Recife no final de 1964, quando ainda era menor de idade, juntamente com o seu noivo, o uruguaio

Pedro Makovsky Clemachuck, dirigente do partido em Pernambuco. Os dois foram levados para a Secretaria de Segurança Pública de onde Sylvia conseguiu escapar, sendo recapturada alguns dias depois. A partir desta segunda prisão, foi brutalmente torturada a ponto de perder temporariamente a sanidade, sendo internada na indigência do Hospital Psiquiátrico da Tamarineira. Em 2013, publica *Réquiem por Tatiana*, livro que também é uma denúncia da autora sobre a violência a qual foi submetida enquanto esteve sob a tutela do Estado.

As obras escritas por Mariluce, Derlei e Sylvia, conforme exposto, fazem parte da literatura de testemunho produzida a partir da memória sobre a ditadura civil-militar brasileira. Assim, entendendo a literatura como um local de (re)elaboração tanto da memória individual quanto da coletiva, a presente pesquisa tem por objetivo **analisar, a partir de uma perspectiva de gênero, a forma como as autoras articularam a linguagem para dar sentido às suas experiências nos movimentos de resistência à ditadura**. O que contaram? Como contaram? O que silenciaram, esqueceram, recalçaram? Quais estratégias de autorrepresentação utilizaram? Como reconstruíram o passado e deram sentido ao presente? Estas foram as perguntas que nortearam o desenvolvimento desta tese que parte da hipótese de que as narrativas construídas pelas autoras estão atravessadas pela condição de cada uma como sujeito político marcado pelo gênero.

Investigar a memória do passado recente a partir do gênero, como observa Alejandra Oberti (2010), significa tensionar os discursos sobre esse passado. Ao analisar a escrita das autoras, busco também compreender de que forma as narrativas por elas construídas produzem fissuras nas interpretações hegemônicas sobre o passado ditatorial brasileiro. A partir do objetivo geral proposto nesta pesquisa, bem como de todas as questões dele decorrentes, alguns dos objetivos específicos traçados para este estudo são: a) realizar uma análise histórica da literatura de testemunho produzida a partir da memória sobre a ditadura civil-militar brasileira; b) historicizar os testemunhos produzidos pelas autoras, identificando e relacionando os contextos de escrita e publicação das obras; c) explorar os principais paratextos que constituem os livros; d) especificar os gêneros literários/discursivos que podem ser atribuídos às obras; e) identificar as estratégias de autorrepresentação utilizadas pelas autoras; f) investigar os recursos por elas escolhidos para representar situações de dor e violência; g) verificar as marcas de gênero que, enquanto narrativa literária, perpassam a escrita de cada uma.

O desenvolvimento teórico/metodológico deste trabalho, por sua vez, está fundamentado nos estudos de gênero. A investigação das fontes, assim, foi realizada a partir da categoria analítica *gênero*, articulada com outros conceitos como memória, principalmente, que permitiram que se observasse como as autoras construíram as suas narrativas. Contudo, antes de adentrar no gênero como metodologia de pesquisa, faz-se necessário, num primeiro momento, defini-lo e historicizá-lo, localizando-o no interior dos debates feministas.

O *gênero*, conforme observa Rosa Cobo Bedía (2014, p. 8-9), é uma estrutura de poder, visibilizado pela teoria feminista, que manifesta “a existência de um sistema social no qual os varões ocupam uma posição social hegemônica e as mulheres uma posição subordinada”. O conceito de gênero, de acordo com a autora, cunhado a partir das discussões ocorridas nos próprios movimentos feministas, tinha por objetivo justamente explicar os mecanismos e dispositivos que criavam e reproduziam os espaços de subordinação das mulheres na sociedade. Assim, para entender o surgimento do gênero como categoria analítica, é preciso inseri-lo na trajetória de parte destes mesmos movimentos.

Durante as décadas de 1960 e 1970, na maioria dos países ocidentais, surgiu uma nova onda do movimento feminista caracterizada pelas lutas pelo direito ao corpo e ao prazer, bem como pelas lutas contra o patriarcado, entendido aqui, conforme discorre Gerda Lerner (2019, p. 290), como “a manifestação e institucionalização da dominância masculina sobre as mulheres”⁶. Foi neste momento que as feministas popularizaram a ideia de que *o pessoal é*

⁶ O feminismo, como movimento social, costuma ser apresentado em três grandes etapas ou ondas, que podem ser classificadas como um acúmulo de reivindicações e conquistas feministas num determinado momento histórico – e essa divisão é feita meramente para fins didáticos. De acordo com Maria Elizabeth Ribeiro Carneiro, “algumas estudiosas reconhecem três períodos em que, como vagas, distinguem diferentes movimentos: a primeira vaga, localizada no século XIX, localiza, além da demanda pela igualdade de direitos contratuais e de propriedade, as lutas contra a subordinação das mulheres ao casamento e aos maridos. Desdobramentos se verificam no século seguinte, com a conquista pelo direito de voto das mulheres (Nova Zelândia, 1893; Reino Unido, 1918; EUA, 1919; Brasil, 1932, para citar apenas alguns países), entre as lutas pelos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres; a segunda onda, assinalada nas décadas de 1960 e 1970, é caracterizada pela crítica ao etnocentrismo, em aliança com os movimentos norte-americanos pelos direitos civis e pelas lutas anticolonialistas, nos EUA e na Europa, e a emergência das feministas negras, entre elas Ângela Davis e Alice Walker, a terceira vaga, a partir dos anos 80 do mesmo século, é momento em que se pontua a acentuação dos movimentos e do pensamento social na direção de uma radicalização da crítica ao racionalismo existencialista e às categorias da identidade, particularmente do sexo-gênero, raça-etnia e classe social” (CARNEIRO, 2019, p. 251-252). Para aprofundar a análise, ver: BEDÍA, Rosa Cobo. *Aproximações à teoria crítica feminista*. CLADEM – Boletim do Programa de Formação, 2014; GARCIA, Carla Cristina. *Breve história do feminismo*. São Paulo: Claridade, 2011. Convém sublinhar, entretanto, como coloca Joana Maria Pedro (2011), que essa concepção do feminismo a partir de sucessivas ondas corrobora com a imagem de centros irradiadores e suas margens. Geralmente, os centros produtores de discursos e teorias são os países do hemisfério norte, considerados desenvolvidos, e os centros receptores são os países do hemisfério sul, subdesenvolvidos. O que a autora pontua

político, pois perceberam que os problemas individuais eram na realidade experiências comuns a todas as mulheres, fruto de um sistema opressor. Todavia, as bases teóricas deste período surgiram alguns anos antes, em 1949, com a publicação de *O segundo sexo*, de Simone de Beauvoir, considerado um dos textos clássicos do feminismo contemporâneo.

Beauvoir (2019), ao considerar a “condição da mulher”, apontou que a “figura feminina” e as posturas que são atribuídas às mulheres não passavam de construções sociais produzidas pela sociedade e a partir de uma perspectiva masculina. As mulheres nunca eram vistas como “Sujeito” e sim como o “Outro”. No primeiro volume de *O segundo sexo*, a autora apresentou fatos e mitos sobre as mulheres na tentativa de explicar a opressão feminina, em um diálogo tanto com as ciências humanas quanto com as biológicas. Concluiu, a partir de suas análises, que não havia nada na natureza que justificasse a subordinação das mulheres. No segundo volume, Beauvoir inicia com a célebre frase *ninguém nasce mulher: torna-se mulher* – produzindo as bases nas quais posteriormente se desenvolveria o conceito de gênero, que se converteria em uma das categorias centrais do pensamento feminista.

Numa primeira aproximação com o termo, as feministas passaram a utilizar “gênero” como uma maneira de se referir à organização social da relação existente entre homens e mulheres (SCOTT, 1995). Judith Butler (2018), refletindo sobre quem seriam essas “mulheres”, apresentou, na década de 1990, como a teoria feminista havia presumido a existência de uma identidade definida, contida por esta categoria, como sujeito do próprio feminismo. Entretanto, a autora teceu críticas em relação a esse sujeito compreendido em termos estáveis ou permanentes, uma vez que não havia sido possível definir o que deveria constituir

é que, embora essas ondas cheguem nos países do Cone Sul, certas categorias que elas carregam emergem muitas vezes com atraso em relação aos centros emissores e, quando surgem, não fazem desaparecer as anteriores. É importante ter em mente essas características para entender a produção historiográfica produzida aqui e que nem sempre se enquadra nas divisões propostas por uma teoria feminista considerada clássica. Para aprofundar a análise, ver: PEDRO, Joana Maria. Relações de gênero como categoria transversal na historiografia contemporânea. *Topoi*. Rio de Janeiro, v. 12, n. 22, p. 270-283, jun. 2011. As críticas a esse modelo de feminismo em ondas, contudo, não são recentes. Em 2005, no artigo *Telling Feminist Stories*, (traduzido para o português em 2009) Clare Hemmings contribui sobremaneira com análises acerca do desenvolvimento da segunda onda da teoria feminista ocidental. A autora critica, particularmente, “uma narrativa insistente que vê o desenvolvimento do pensamento feminista como uma marcha incansável de progresso ou perda. Essa abordagem dominante simplifica a complexa história dos feminismos ocidentais, fixa autoras e perspectivas dentro de uma década específica e, repetida e erroneamente, posiciona feministas pós-estruturalistas como as ‘primeiras’ a desafiar a categoria ‘mulher’ como sujeito e objeto do conhecimento feminista” (HEMMINGS, 2009, p. 215). Para aprofundar a análise sobre o questionamento dessas ondas, ver: HEMMINGS, Claire. Contando estórias feministas. *Estudos feministas*, v. 17, janeiro-abril 2009, p. 215-241.

a categoria “mulheres”. Ponderando em como dar sentido a este conceito, Linda Nicholson (2000) sugeriu que o termo “mulher” fosse pensado “como uma palavra cujo sentido não é encontrado através da elucidação de uma característica específica, mas através da elaboração de uma complexa rede de características” (NICHOLSON, 2000, p. 35). A autora propôs que fosse abandonada a ideia de se definir apenas um sentido para “mulher” – o que não significa dizer que ela não tenha um sentido enquanto sujeito político e histórico.

Dessa forma, com a desconstrução da categoria “mulheres” proposta tanto por Nicholson (2000) quanto por Butler (2018), o sujeito do feminismo passa a ser compreendido como algo que é construído discursivamente, em contextos políticos específicos e a partir de articulações e alianças. Seria um “sujeito viável”, constituído pelo poder e pelo discurso que permeia a sua identificação. Esta desconstrução permitiu também que se pensasse a categoria “gênero” como histórica, que passa por constantes ressignificações e que pode ser contestada a todo momento⁷. Nesse sentido, o trabalho desenvolvido pela historiadora Joan Scott representa um marco nessa discussão. Em artigo publicado originalmente em 1986⁸ sob o título *Gender: a useful category of historical analysis*, a autora procura entender como o gênero pode dar sentido à organização do conhecimento histórico, contribuindo sobremaneira para a sua utilização como categoria de análise.

No artigo, Scott sinaliza que estruturar o gênero como uma categoria analítica implica um exame atento dos nossos métodos de análise que devem privilegiar os processos em vez da procura por origens únicas. Nas palavras da autora, “devemos nos perguntar mais seguidamente como as coisas se passaram para descobrir por que elas se passaram; [...] devemos buscar não uma causalidade geral e universal, mas uma explicação baseada no significado (SCOTT, 1995, p. 86). Para descobrir o significado é preciso, segundo Scott (1995), lidar com o sujeito enquanto indivíduo e com a organização social a qual ele pertence, e articular as relações produzidas nessas duas esferas, pois ambas são essenciais para que se

⁷ Cabe ressaltar que estas teóricas desenvolveram estas categorias a partir de uma perspectiva do feminismo branco. Teóricas negras, por sua vez, produziram outros entendimentos sobre feminismo e gênero. Para aprofundar estas questões, ver: hooks, bell. *Mulheres negras: moldando a teoria feminista*. *Rev. Bras. Ciênc. Polít.*, Brasília, n.16, p. 193-210, abr. 2015; COLLINS, Patricia Hill. *Pensamento feminista negro*. Conhecimento, Consciência e a Política do Empoderamento. São Paulo: Boitempo, 2019; CARNEIRO, Sueli. *Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero*. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque (Org.). *Pensamento feminista: conceitos fundamentais*, Rio de Janeiro, Bazar do tempo, 2019.

⁸ No Brasil, o artigo foi traduzido e publicado pela primeira vez em 1990 na revista *Educação & Realidade*, com o título *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. Utilizo, nesta tese, a versão revisada publicada na mesma revista no ano de 1995.

compreenda como o gênero funciona. A partir dessas colocações, Joan Scott apresenta a sua definição de gênero, que

tem duas partes e diversos subconjuntos, que estão inter-relacionados, mas devem ser analiticamente diferenciados. O núcleo da definição repousa numa conexão integral entre duas proposições: (1) o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e (2) o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder (SCOTT, 1995, p. 86).

Na primeira parte da definição de gênero, a autora estabelece quatro elementos que operam na sua construção: as representações simbólicas, os conceitos normativos, que expressam interpretações dos significados dos símbolos, uma noção política referente às instituições e à organização social e a identidade subjetiva. Nenhum desses elementos operam sem os outros, embora não operem simultaneamente. Entretanto, a teorização do gênero é desenvolvida na segunda proposição: “o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder. Seria melhor dizer: o gênero é um campo primário no interior do qual, ou por meio do qual, o poder é articulado” (SCOTT, 1995, p. 88).

Para Scott (1995), o gênero simultaneamente apresenta um aspecto relacional, no qual dialoga com outras categorias sociais como classe, etnia, raça e geração, possibilitando uma interação indivíduo/estrutura, ao mesmo tempo em que perpassa as noções de poder – e para analisá-lo é preciso compreender o processo no qual a produção/reprodução da oposição binária masculino/feminino está envolvida. A autora assinala que o termo corresponde aos diversos campos que produzem e reproduzem discursivamente essa oposição e ajuda a explicar como a sociedade estruturou-se social e economicamente, perpetrando as diferenças estabelecidas entre homens e mulheres. Ou seja, o gênero, como categoria analítica, é um sistema que permite a reflexão sobre as construções históricas das relações entre os sexos. Por esse motivo, o gênero se apresenta como categoria de análise potencial para esta pesquisa, permitindo, como pontua Scott (2012), a reflexão não apenas de como homens e mulheres tem se definido um em relação ao outro em determinadas conjunturas, mas também sobre quais aspectos da organização social estão sendo questionados, preservados e combatidos nas demarcações estabelecidas entre masculino e feminino.

Tendo em vista a delimitação do gênero como referencial metodológico de pesquisa, o primeiro conceito que será com ele articulado, neste trabalho, é o de *memória*. Conforme

propõe Isabel Piper (2002), a memória, assim como o gênero, também pode ser entendida a partir dos estudos feministas. Para a autora, a memória, que também pode ser compreendida pela perspectiva estratégica das relações de poder, é uma *prática* ou *ação social* que constrói, no presente, significados sobre o passado por meio de práticas discursivas que lhe conferem sentido (PIPER, 2002; 2015; 2019). A memória, assim, estaria intimamente ligada à linguagem. Como afirma Piper (2002, p. 35), “*por medio del lenguaje significamos nuestras experiencias: cuando hablamos de ellas es cuando las producimos*”. Na sua perspectiva, a narração seria a maneira mais apurada de recordar.

Isabel Piper (2002) também aponta a relação entre *memória* e *identidade* que, na sua percepção, também é uma construção social/histórica/cultural produzida narrativamente. Assim, os sujeitos que narram são sempre “*sujetos en curso*” na medida em que desenvolvem “*identidades múltiples en función de los efectos concretos que tenga su narración en un contexto determinado*” (PIPER, 2002, p. 37). Além disso, “*las formas y contenidos de nuestros recuerdos nos producen como colectivos, es decir, producen nuestras identidades y, entre ellas, por supuesto, está la identidad de género*” (PIPER, 2002, p. 34). Dessa forma, interessa, nos marcos desta pesquisa, a relação estabelecida entre memória e identidade de gênero, apesar das variadas possibilidades de elaboração identitária que uma narrativa possa oferecer.

Seguindo sua análise, Piper (2015) observa que as memórias são necessariamente *generizadas* na medida em que o modo como o passado é reconstruído sempre está atravessado pelo gênero do sujeito que recorda. Por sua vez, é por meio dessas práticas de memória que se constrói a identidade de gênero que, assim como a memória, é um processo em permanente elaboração. Isto implica que, ao fazer memória, “*construimos tanto el pasado generizado que se recuerda como a los sujetos generizados que recuerdan*” (PIPER; TRONCOSO, 2015). A autora reforça, assim, que as posições de gênero não são naturais ou essenciais ao indivíduo, mas que se manifestam e se reconfiguram na dinâmica da própria narrativa (PIPER et al, 2019). Dessa forma, foi a partir desta relação estabelecida entre memória e gênero proposta por Piper (2015) que as narrativas de Mariluce, Derlei e Sylvia foram analisadas.

A memória elaborada pelas autoras, no entanto, guarda ainda uma especificidade: trata-se da construção de memórias atravessadas pelo trauma, de *memórias traumáticas*. O *trauma*, nesta tese, é compreendido a partir da leitura que Márcio Seligmann-Silva faz das obras de Sigmund Freud. Como explica o autor, Freud, nas obras *Estudos sobre a histeria* e

Além do princípio do prazer, aprofundou alguns aspectos do conceito de trauma, aproximando as neuroses traumáticas das neuroses de guerra, matéria-prima para o desenvolvimento da sua teoria. Segundo a compreensão de Seligmann-Silva, Freud passou a enfatizar o “papel do susto, *Schreck*, e do medo, *Furcht*, no evento que desencadeia o trauma. Ele [Freud] diferencia a angústia, *Angst*, dessas duas sensações, já que ele considera a angústia como um afeto que nos prepara e protege do susto e do medo” (SELIGMANN-SILVA, 2015, p. 48). O trauma então, como observa Seligmann-Silva (2000; 2015), surgiria de uma quebra provocada por um susto que não foi amparado pela angústia, ou seja, quando a preparação angustiosa falha, permitindo que o sujeito seja surpreendido.

No caso das autoras, a experiência que deu origem ao trauma tem um caráter político, pois está vinculada à violência exercida pelo Estado. A história que elas contam possui, assim, marcas decorrentes de uma relação desigual estabelecida entre os quadros de resistência e o aparato repressivo ditatorial. E onde o trauma está presente, como lembra Jeanne Marie Gagnebin (2009), existe a possibilidade de o sujeito não conseguir acessar uma resposta simbólica clássica. Nesse sentido, o *testemunho* assume relevante importância pois, como observa Susana G. Kaufman (2014), ele pode ser definido como o local onde os acontecimentos e a linguagem se articulam, possibilitando que a experiência seja transmitida.

Em relação às ditaduras que assolaram os países do Cone Sul da América Latina, o testemunho constituiu-se um importante dispositivo nos processos de transição para a democracia. Como explica Beatriz Sarlo (2007), o testemunho possibilitou que diversos crimes cometidos pelos Estados ditatoriais fossem expostos, “sobretudo porque os julgamentos dos responsáveis (como no caso argentino) exigiram que muitas vítimas dessem seu testemunho como prova do que tinham sofrido e do que sabiam que outros sofreram até morrer” (SARLO, 2007, p. 46). No Brasil, na transição democrática, ao contrário do que ocorreu na Argentina, não existiu essa dimensão jurídica composta pelo testemunho das vítimas que só foram ouvidas anos mais tarde. Consequentemente, também não existiu a responsabilização dos autores dos crimes cometidos em nome do Estado. Todavia, como reforça Sarlo (2007), fora do cenário jurídico o testemunho também foi essencial para tornar públicas as arbitrariedades e a violência estatal. Nesse sentido, é possível dizer que a esfera cultural se configurou neste outro espaço capaz de acomodar o testemunho das vítimas da ditadura. Assim, conforme anunciado, a literatura sobre a ditadura civil-militar brasileira assume relevante importância

para esta pesquisa como um dos *suportes da memória coletiva*⁹, permitindo que ainda hoje os traumas decorrentes daquele passado sejam elaborados simbolicamente.

Fundamentada por este aparato teórico/metodológico, a presente pesquisa se insere numa já existente produção acadêmica que trata da memória de mulheres que participaram de movimentos de resistência à ditadura. Dentre os trabalhos desenvolvidos acerca do tema em questão, dois trouxeram importantes subsídios para esta tese. O primeiro foi a investigação intitulada *Tramas da memória: um estudo de testemunhos femininos sobre as ditaduras militares no Brasil e na Argentina*, desenvolvida por Danielle Tega (2015), na qual a autora examinou os relatos de mulheres que tiveram de alguma forma suas vidas atravessadas pelos horrores dos Terrorismos de Estado do Brasil e da Argentina. O segundo foi a pesquisa de Cristiane Barbosa de Lira (2016), *Mulheres guerrilheiras: a representação de personagens femininas em narrativas brasileiras e argentinas relacionadas às ditaduras ocorridas entre 1964 e 1985*. A autora busca compreender como a presença feminina é representada nos movimentos contrários às ditaduras no Brasil e na Argentina. Somado a estas investigações, procurei estabelecer um diálogo com os trabalhos sobre gênero desenvolvidos pelas historiadoras Joana Maria Pedro e Cristina Scheibe Wolff¹⁰, docentes da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, além de também recorrer à pesquisa pioneira de Ana Maria Colling¹¹. Todos estes trabalhos instigaram a minha reflexão sobre a participação das mulheres na resistência à ditadura civil-militar e, em particular, a minha análise sobre as narrativas de Mariluce, Derlei e Sylvia sobre o período em questão.

⁹ Utilizo a literatura como suporte da memória coletiva baseado na conceituação proposta por Aleida Assmann da escrita como *medium* de eternização e suporte da memória. Para aprofundar o conceito, ver: ASSMANN, Aleida. *Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural*. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.

¹⁰ Dentre os diversos trabalhos publicados pelas autoras, destaco: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe (Orgs.). *Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2010 e PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe; VEIGA, Ana Maria (Orgs.). *Resistências, gênero e feminismos contra as ditaduras no Cone Sul*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2011; WOLFF, Cristina Scheibe (Orgs.). *Políticas da emoção e do gênero no Cone Sul*. Curitiba: Brazil Publishing, 2021. As autoras realizam as suas pesquisas no Laboratório de Estudos de Gênero e História - LEGH da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Para maiores informações sobre o LEGH e as pesquisas desenvolvidas, acessar: <http://www.legh.cfh.ufsc.br/>.

¹¹ COLLING, Ana Maria. *Choram Marias e Clarices: uma questão de gênero no regime militar brasileiro*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre, 1994 e COLLING, Ana Maria. *A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil*. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 1997.

Na tentativa de contemplar os objetivos traçados para esta pesquisa, a presente tese encontra-se estruturada em três capítulos. A proposta é realizar uma leitura de *A revolta das vísceras*, *No corpo e na alma* e *Réquiem por Tatiana* buscando aproximações entre as escritas, mas também aprofundando as especificidades de cada obra e suas peculiaridades. Para tanto, cada capítulo dispõe de uma seção para cada autora, no qual exploro as narrativas em suas singularidades. Ao final de cada capítulo relaciono os três textos, estabelecendo aproximações e distanciamentos entre eles, compreendendo as especificidades e os limites de se colocar em perspectiva analítica testemunhos que guardam historicidades diferentes.

Um dos objetivos deste trabalho é realizar uma análise histórica da literatura de testemunho produzida a partir da memória sobre a ditadura civil-militar brasileira. Nesse sentido, no *Capítulo 1*, “A literatura sobre a ditadura civil-militar brasileira: o testemunho sobre a resistência”, examino as características de tal literatura, suas condições de emergência e situo os três livros que são objeto desta tese, historicizando os testemunhos produzidos pelas autoras ao identificar os contextos de escrita e publicação das obras. Além disso, exploro também os paratextos que compõem cada um dos livros.

No *Capítulo 2*, “Mulheres que narram: experiência, linguagem, formas de subjetivação”, com o objetivo de especificar os gêneros literários/discursivos que podem ser atribuídos a cada obra, busco debater sobre as formas de subjetivação escolhidas por cada autora e que permitem que se estabeleçam possíveis aproximações entre os textos analisados e determinados gêneros literários/discursivos. Verifico também como as autoras estruturaram as narrativas, ao mesmo tempo em que procuro identificar as estratégias de autorrepresentação por elas utilizadas.

Já no *Capítulo 3*, “Gênero, repressão política e a escrita sobre a violência”, com o intuito de investigar os recursos escolhidos por Mariluce, Derlei e Sylvia para representar situações que envolvem o cerceamento de direitos e liberdades, dor e violência, examino a escrita das autoras no que diz respeito à repressão política e às torturas sofridas enquanto estiveram sob a tutela do Estado, observando as consequências dessa experiência que faz a perda, o luto e a dor perpassarem e/ou tornarem-se centrais nas narrativas estudadas.

Por fim, cabe ressaltar que este trabalho, realizado com todo o rigor científico que cabe a uma pesquisa de história, também foi atravessado pelas subjetividades que me constituem

como sujeito político (também marcado pelo gênero!)¹². Assim, a decisão de investigar a memória de mulheres que resistiram ao recente passado ditatorial brasileiro também é política, pois decorre do meu olhar sobre um mundo onde nós, mulheres, sofremos as mais variadas formas de opressão. Um olhar que é produto das minhas relações e experiências sociais, culturais e políticas – vivências essas que contribuíram para que eu me reconhecesse como uma mulher feminista. Dessa forma, como não é possível dissociar esta pesquisa de sua pesquisadora, considero esta tese particularmente feminista. Feitas estas considerações, convido o leitor e a leitora a explorar comigo as narrativas de Mariluce, Derlei e Sylvia sobre a resistência à ditadura civil-militar brasileira.

¹² Faz-se necessário esclarecer que esta tese foi realizada por uma mulher cis, branca, heterossexual e de classe média, ou seja, por alguém que possui os mesmos marcadores sociais que constituem Mariluce, Derlei e Sylvia como sujeitos políticos.

1. A LITERATURA SOBRE A DITADURA CIVIL-MILITAR BRASILEIRA: O TESTEMUNHO SOBRE A RESISTÊNCIA

Neste capítulo, tenho como objetivo realizar uma análise histórica da literatura de testemunho produzida a partir da memória sobre a ditadura civil-militar brasileira. Assim, examinarei as características dessa literatura e suas condições de emergência, além de historicizar os testemunhos produzidos por Mariluce, Derlei e Sylvia, identificando os contextos de escrita e publicação das obras investigadas nesta tese: *A revolta das vísceras, No corpo e na alma* e *Réquiem por Tatiana*. Meu olhar recai, inicialmente, sobre as definições de literatura de testemunho, suas interpretações e especificidades, essenciais para que se compreenda a literatura realizada a partir dos testemunhos sobre a última ditadura no Brasil.

1.1 A literatura de testemunho e suas interpretações

A *literatura de testemunho*, como será visto, apresenta certas particularidades, sendo uma das suas principais características a aproximação que estabelece com o “real”. Contudo, conforme explica Seligmann-Silva (2003a, p. 373), “esse ‘real’ não deve ser confundido com a ‘realidade’ tal qual ela era pensada e pressuposta pelos romances realista e naturalista: o ‘real’ que nos interessa aqui deve ser compreendido na chave freudiana do *trauma*, de um evento que justamente resiste à representação”. Assim, de acordo com o autor, não há uma transposição imediata do “real” para a literatura, e sim uma passagem para o literário, onde a literatura é marcada pelo “real” que resiste à simbolização.

Para autores como Seligmann-Silva (1999; 2003) e Jaume Peris Blanes (2014), a incorporação do testemunho pela literatura transformou o próprio conceito de literatura a partir do questionamento do seu compromisso e da sua relação com o “real”. Por outro lado, como reforça Blanes (2014) a noção de testemunho também foi redefinida a partir desta vinculação: há aproximadamente sessenta ou setenta anos, o testemunho não era reconhecido como um texto literário, apenas como um tipo de discurso histórico ou jurídico. Dessa forma, seguindo essa cronologia, a literatura de testemunho também deve ser entendida como um termo recente, embora não apresente um significado preciso, uma definição totalmente satisfatória.

No campo teórico, como explica Valéria de Marco (2004), há duas grandes noções de literatura de testemunho. Uma que se desenvolve na esfera dos estudos sobre a literatura latino-americana; outra que é dominante, especialmente, no âmbito das reflexões sobre a *Shoah*. Conforme indica a autora, as características dessas duas correntes podem ser mapeadas com a delimitação dos eventos que estão na base dos discursos sobre os próprios testemunhos e que acabaram definindo a forma que cada uma assume.

No campo europeu, como explica Marco (2004), o trabalho de memória estabeleceu-se inicialmente nas discussões acerca da Segunda Guerra Mundial e, principalmente, nos testemunhos dos sobreviventes da *Shoah*. Já na América espanhola, o *testimonio* apresenta-se como uma crítica ao processo de colonização e sua atenção recai sobre as experiências que dizem respeito à exploração econômica e à repressão às minorias étnicas, às mulheres e à população LGBT, abrindo espaço também para as denúncias referentes às ditaduras de Segurança Nacional. A maneira como cada região se mobiliza para refletir sobre o conceito de testemunho – *zeugnis* e *testimonio* – também contribui, segundo Seligmann-Silva (2005), para um afastamento teórico entre essas duas concepções: enquanto na Alemanha a psicanálise e a teoria/história da memória desempenham um papel central, na América Latina o *testimonio* é pensado a partir da tradição religiosa da confissão, da apresentação de “vidas exemplares” e do teor jurídico e de denúncia de crimes cometidos pelo Estado. Além disso, como discorre o autor, o *testimonio* latino-americano, até os anos 1980, “contava apenas – ou sobretudo – o primeiro sentido de testemunho, que não problematiza a possibilidade e os limites da representação” (SELIGMANN-SILVA, 2003b, p. 8), ao contrário do que ocorre com o testemunho da *Shoah*, como será visto agora.

1.1.1 A Shoah como evento central da teoria do testemunho

No cenário europeu, os estudos relativos ao testemunho ganharam força a partir da conhecida frase de Theodor W. Adorno, no ensaio *Crítica Cultural e Sociedade*, de 1949: “escrever um poema após Auschwitz é um ato bárbaro, e isso corrói até mesmo o conhecimento de por que se tornou impossível escrever poemas” (ADORNO, 1998, p. 26). Essa afirmação, tão debatida desde a sua publicação e posteriormente retomada e criticada pelo próprio autor em outros dois textos – *Engagement*, de 1962, e *Dialética Negativa*, de 1967 –, reforça, como afirma Jeanne Marie Gagnebin, a urgência de um pensamento crítico

relacionado à cultura como “instância negativa e utópica contra sua degradação a uma máquina de entretenimento e de esquecimento” (GAGNEBIN, 2015, p. 48). Também coloca em evidência algumas questões: pode a arte relacionar-se com o horror decorrente de experiências traumáticas como os campos de concentração/extermínio construídos pelos alemães? (ou mesmo da tortura/morte/desaparecimento de indivíduos realizado pelas ditaduras de Segurança Nacional do Cone Sul?) Quais seriam as formas e os limites de representação desses eventos?

Na literatura, e não apenas nela, o testemunho assume algumas características relativas à possibilidade ou não de sua representação. Por um lado, de acordo com Seligamnn-Silva (2008, p. 66), o testemunho dos sobreviventes, constitui-se como uma “*atividade elementar*, no sentido de que dela depende a sobrevivência daquele que volta do *Lager* (campo de concentração) ou de outra situação radical de violência que implica esta necessidade, ou seja, que desencadeia esta carência absoluta de narrar”. No campo, a possibilidade de transformar-se em uma testemunha contribuiu para que muitos prisioneiros sobrevivessem. Nas palavras de Primo Levi (1988, p.8), “a necessidade de contar ‘aos outros’, de tornar ‘os outros’ participantes, alcançou entre nós, antes e depois da libertação, caráter de impulso imediato e violento, até o ponto de competir com outras necessidades elementares”.

Por outro lado, Gagnebin, seguindo a análise das obras de Adorno, enfatiza que das páginas escritas pelo autor nasce uma afirmação radical: “a mais nobre característica do homem, sua razão e sua linguagem, o *logos*, não pode, após Auschwitz, permanecer o mesmo, intacto em sua esplêndida autonomia” (GAGNEBIN, 2015, p. 51). Primo Levi, ao narrar a sua entrada no campo de concentração em *É isto um homem?*, precisamente o processo de seleção e desinfecção quando todos estavam nus, aponta também para a dificuldade de representação daquela realidade: “pela primeira vez, então, nos damos conta de que a nossa língua não tem palavras para expressar esta ofensa, a aniquilação de um homem” (LEVI, 1988, p. 32). Configura-se, a partir daí, um paradoxo entre a necessidade de transmissão da experiência e o reconhecimento da irrepresentabilidade daquilo que deve ser transmitido. Entretanto, como colocado por Gagnebin (2015), é este paradoxo que estrutura as obras de testemunho sobre a *Shoah*, que são atravessadas ao mesmo tempo pela necessidade absoluta do testemunho e pela sua impossibilidade tanto linguística quanto narrativa.

Geoffrey H. Hartman, no ensaio *Holocausto, testemunho, arte e trauma*, insere um outro ponto de vista na discussão sobre a representabilidade ou não da *Shoah*, executando o

que o próprio autor denominou de “virada kantiana”: “a questão central se torna, de fato, não se uma arte realista é possível (ela é), mas se a experiência é possível e em que condições” (HARTMAN, 2000, p. 222). Ou seja, o que o autor põe em questão é justamente a possibilidade de se vivenciar uma realidade que não corresponde a nada na nossa experiência. E como Hartmann mesmo coloca, essa virada se dá também em termos de um retorno para a teoria freudiana do *trauma*, fazendo da psicanálise a chave de leitura desses relatos.

Na percepção de Seligmann-Silva (2000), o trauma – termo derivado do grego e que significa “ferimento”, “ferida” – pode ser definido como um evento provocado por uma catástrofe. Ao buscar a definição de *catástrofe* (*Katastrophe*), encontra-se “fim súbito”, “virada de expectativa” – do prefixo grego *kata*, “para baixo”, mais o radical *strophé*, “virar”. No âmbito da teoria da literatura, conforme destaca Marco (2004), a catástrofe está estreitamente vinculada à descrição da tragédia, uma vez que é tomada no sentido de reviravolta¹³ para descrever a “trajetória do herói trágico cujo destino é a ruína que se presta a restabelecer a possibilidade de volta a um ponto de equilíbrio da comunidade que o herói espelhava” (MARCO, 2004, p. 53). Nesse sentido, a catástrofe é tomada como um movimento de possível recomposição, de reconstrução. No entanto, como observa a autora, “desde Ésquilo até Plutarco, a palavra é usada com o significado de término e fim; em Heródoto, como verbo, significa aniquilar” (MARCO, 2004, p. 53). Henry Rousso (2016), complementando a ideia desenvolvida por Marco (2004), observa que o termo *catástrofe* deve ser compreendido “em seu sentido etimológico, ao mesmo tempo como um *revolvimento*, como um *fim* na sua acepção grega, os quais têm consequências frequentemente insuperáveis, mas também como um *desenlace*” (ROUSSO, 2016, p. 26). Nessa medida, o termo catástrofe, conforme argumentam os autores, não abre qualquer possibilidade de recomposição, ressurgimento ou reconstrução. É, portanto, este sentido de catástrofe que se reconhece nas obras de testemunho que tiveram origem com a *Shoah*.

1.1.2 O testemunho na América Latina

¹³ Entretanto, de acordo com Marco (2004), a palavra *catástrofe* não aparece na *Poética* de Aristóteles, obra que pauta o estudo sobre esse gênero. A descrição do momento de reviravolta do enredo, na *Poética*, é feita com o termo *metabolé*, que significa transformação.

A literatura latino-americana, por sua vez, recebeu o impacto de uma série de transformações sociais. De um lado, como coloca Mabel Moraña (1997), os movimentos de libertação ocorridos no continente mobilizaram uma série de forças que impulsionaram as mudanças sociais e os movimentos de resistência ao autoritarismo, produzindo, no nível literário, formas representativas de luta popular. De outro, como expõe a autora, as minorias – sexuais, ideológicas, raciais – penetraram os modelos institucionalizados de representação literária, incorporando outras perspectivas que originaram um discurso inovador. Ou seja, conforme reforça Moraña (1997, 9. 117), “*los cambios de nivel literário responden – aunque no mecánicamente – a la activación de sectores sociales tradicionalmente marginalizados de los centros de poder y apenas participativos, en muchos casos, en los procesos de decisión política y cultural*”. Neste contexto, como a autora observa, a literatura de *testimonio* passa a ser reconhecida como uma *literatura de resistência*, uma vez que expõe uma determinada problemática social, ao mesmo tempo em que se posiciona de forma oposta ao *status quo* e solidariza-se com demandas de lutas populares.

O conceito de *testimonio*, diferente do que ocorre na reflexão sobre a *Shoah*, passa, de acordo com Seligmann-Silva (2005, p. 87), “da reflexão sobre a *função testemunhal da literatura* para uma conceitualização de um novo *gênero literário*, a saber, a *literatura de testimonio*”¹⁴, impulsionada pela criação da categoria *Testimonio* no *Premio Casa de las Américas*, em 1970. Conforme coloca Jorge Fernet (2015), essa nova classificação surgiu como resposta a uma transformação que estava ocorrendo na literatura latino-americana na qual uma parte considerável da sua produção não se enquadrava nas tradicionais divisões de novela, conto, poesia e ensaio. Segundo o autor, “*esas obras planteaban de un modo distinto las relaciones entre realidad y ficción, y solían echar mano a un narrador sorprendente. Aunque resulte tautológico decirlo así, eran excesivamente testimoniales*” (FORNET, 2015, p. 193). Era o caso, como observa Victoria Garcia (2015), de *Juan Pérez Jolote* (1948), de Ricardo Pozas;

¹⁴ O *testimonio* é composto por algumas características que o definem, mas que não serão exploradas neste trabalho por não terem uma relação direta com o objetivo desta pesquisa. Entre elas, destaco a mediação, quando o relato da testemunha é intermediado por um escritor/editor (MORAÑA, 1997; SKLODOWSKA, 1991), a sua vinculação à política e à subalternidade (BEVERLEY, 1992) e a sua função exemplar, que remete a individualidade do testemunho à uma experiência coletiva de opressão (ACHUGAR, 1992). Ver: BEVERLEY, John; ACHUGAR, Hugo. *La voz del otro: testimonio, subalternidad y verdad narrativa*. Número especial da *Revista de crítica literária latino-americana*. Año XVIII, nº 36, Lima, 2º semestre 1992; MORAÑA, Mabel. *Políticas de la escritura en América Latina: de la colonia a la modernidad*. Caracas: Ex-cultura, 1997; SKLODOWSKA, Elzbieta. *Testimonio hispanoamericano: historia, teoría, poética*. New York: Peter Lang, 1991.

Operación Masacre (1956), de Rodolfo Walsh; *Quarto de despejo: diário de uma favelada* (1960), de Carolina Maria de Jesus; e *Biografía de un cimarrón* (1966), de Miguel Barnet. Eram obras, de acordo com a autora, conhecidas no circuito cultural de Cuba no final da década de 1960 e que foram consideradas antecedentes para a institucionalização do gênero.

A partir de 1970, as diversas formas de escrita que passam a integrar o gênero testemunhal proposto pela *Casa de las Américas*, de acordo com Garcia (2015), apresentam uma característica comum, além da narrativa factual e da experiência do escritor como parte ou testemunha dos fatos narrados: a necessidade de tornar conhecidos certos fatos da realidade política latino-americana. Assim, ao se olhar as obras premiadas desde a inclusão da categoria *Testimonio* no *Premio*, é possível observar o importante papel desempenhado pela Instituição na denúncia às ditaduras do Cone Sul ao dar visibilidade internacional a textos que refletiam sobre a violência (e também a resistência) em contextos ditatoriais, como as premiadas em 1972, 1973, 1977 e 1978: *Un grano de mostaza* (Brasil), de Márcio Moreira Alves; *Los subversivos*, de Antonio Caso; *Cerco de púas* (Chile), de Aníbal Quijada; e *Días y noches de amor y de guerra* (Uruguai), de Eduardo Galeano¹⁵. Para Moraña (1997), esses testemunhos reelaboram uma memória coletiva sobre essas ditaduras a partir de uma perspectiva de resistência que se fundamenta no relato direto dos sobreviventes. Todavia, assim como a ditadura em cada país apresentou especificidades, a literatura produzida a partir dessas experiências também se desenvolveu de forma diferenciada.

Na Argentina, conforme explica Moraña (1997), o clima político que envolveu os anos de ditadura aparece na literatura dos anos 1980 em textos que apresentam diversos graus de elaboração estética, nos quais o testemunho pode ser apenas um ponto de partida de uma narrativa que será desenvolvida independente da história original. Entretanto, a crítica literária argentina, como discorre Nora Strejilevich (2006), não havia apresentado interesse imediato nos relatos testemunhais do período pós-ditatorial, dedicando-se à análise de novelas questionadoras do discurso histórico. Segundo a autora, o ponto central destes escritos consistia em uma crítica à história entendida como verdade referencial, na qual os

¹⁵ A lista de obras premiadas foi consultada em: BLANES, Jaume Peris. *El premio Testimonio de Casa de las Américas. Conversación cruzada con Jorge Fornet, Luisa Campuzano y Victoria Garcia. Kamchatka. Revista de análisis cultural*. Diciembre 2015, p. 191-249. Nas páginas 223 a 249 há uma lista de prêmios, jurados e documentação gráfica do *Archivo de Casa de las Américas*, abarcando um período de 1970 a 2013. Desta sistematização, retirei as obras premiadas que aparecem no texto desta tese.

autores se opunham justamente àquilo que dá suporte ao testemunho: a possibilidade de a palavra sustentar a verdade. Somente a partir dos anos 1990, de acordo com Strejilevich (2006), a reflexão sobre a militância na década de 1970 e sobre os desaparecidos políticos possibilitou uma maior atenção dos críticos acerca da produção testemunhal, que passa a indagar a história a partir da quebra produzida na sociedade pelo terrorismo de Estado, que culmina, nas palavras da autora, *“con la destrucción de varias generaciones de argentinos, inmersos en un trauma nacional que no ha sido superado”* (STREJILEVICH, 2006, p. 67).

Já ao analisar o caso do Chile, Strejilevich (2006) aponta que, principalmente a partir de 1978, muitos textos chegavam do exterior e eram publicados clandestinamente, os chamados *textos de circulación violenta*. A autora também faz referência à produção de Diamela Eltit desenvolvida durante os anos da ditadura: *Lumpérica* (1983), *Por la patria* (1986), *El cuarto mundo* (1988), *Vaca sagrada* (1991), *Los vigilantes* (1994), que além de fornecer elementos que podem ser lidos como constituintes do cotidiano dessa ditadura, apresenta as armadilhas que o poder sempre utiliza para dominar os indivíduos.

Em 1998 a prisão de Pinochet, na Inglaterra, iniciou um intenso debate sobre o significado dos termos “ditadura”, “transição” e “memória” e que acabou transparecendo na literatura produzida a partir de então, como pontua Strejilevich (2006). Os escritos procuravam dar conta do problema de *“como relacionarse con un pasado que reformuló las bases de la organización nacional, transformó las ‘utopias’ (que entonces eran proyectos de cambio) en ruinas e instauró el sistema capitalista ‘neoliberal’”* (STREJILEVICH, 2006, p. 46). Esse trabalho de memória ganhou força nos anos 1990 pois, como explica a autora, o país estava até então imerso numa *“voluntad de amnesia”*, confundida com uma *“voluntad de consenso”* que caracterizou a política transicional dos governos de Patricio Aylwin, de 1990 a 1994, e Eduardo Frei, de 1994 a 1999 (STREJILEVICH, 2006, p. 46).

Na perspectiva de Strejilevich (2006, p. 105), as obras que fazem referência às ditaduras são, em efeito, o sintoma de um *“trauma no asimilado, dolorosamente presente que [...] la cultura y sus vertientes artísticas siguen elaborando”*. A exemplo do que ocorre no Chile e na Argentina – guardadas as devidas proporções entre as realidades transicionais de cada país e o desenvolvimento de políticas de memória que acabou refletindo de forma direta na produção cultural de cada localidade –, o Brasil também possui um *corpus* artístico que trata dos seus mais de 20 anos de repressão. Eurídice Figueiredo (2017) ao analisar a literatura sobre a ditadura brasileira, argumenta que as nossas narrativas se distanciam tanto do

testimonio da América Latina, geralmente atravessado por um mediador e pelas questões da exemplaridade e da subalternidade, quanto do testemunho da *Shoah*, estreitamente vinculado à psicanálise, embora guarde características de ambas as correntes. Entretanto, conforme exposto acima, é evidente a aproximação da literatura sobre a ditadura brasileira com a vertente latino-americana, principalmente com as obras publicadas a partir da institucionalização da categoria *testimonio* no *Premio Casa de las Américas*. O mesmo ocorre com a perspectiva europeia: se o testemunho da *Shoah* está associado à psicanálise devido ao trauma decorrente da experiência daqueles que sobreviveram, e se as obras sobre a ditadura brasileira abordam situações traumáticas pelas quais os sobreviventes passaram, também se torna perceptível a aproximação com esta corrente. Assim, considerar a psicanálise como uma potencial chave de leitura dos traumas decorrentes da ditadura civil-militar brasileira, a exemplo do que ocorreu com a *Shoah*, parece-me a linha mais apropriada de análise a ser adotada para esta tese, como será visto na sequência.

1.2 A literatura sobre a ditadura civil-militar brasileira

O conceito de testemunho desenvolvido a partir da *Shoah* e o *testimonio* hispano-americano partem de objetos e de realidades históricas distintas, entretanto apresentam semelhanças em diversos pontos de suas teorias. Na leitura que faz dessas duas concepções, Seligmann-Silva (2003b, p. 30) sinaliza que “as características fundamentais do testemunho e do *testimonio* são as mesmas: *o diferencial está sobretudo nas abordagens analíticas*”. Assim, a proposta do autor é pensar um “denominador comum” que comporte esses dois conceitos a partir da noção de “teor testemunhal”. Essa concepção foi articulada por Seligmann-Silva com base nas definições de “teor de verdade” (*wahrheitsgehalt*) e de “teor coisal” (*sachgehalt*), que Walter Benjamin desenvolveu no ensaio *As afinidades eletivas de Goethe*, bem como da sua famosa frase, segundo a qual “nunca existiu um documento da cultura que não fosse ao mesmo tempo um [documento] da barbárie” (BENJAMIN, Walter, 1974, p. 696 apud SELIGMANN-SILVA, 2008, p. 20).

A noção de teor testemunhal, como sublinha Seligmann-Silva (2003b), permite que se trace um paralelo estrutural e semântico entre testemunho e *testimonio*, respeitando ao mesmo tempo uma moldura histórica comum. De acordo com o autor, foi a partir do final dos

anos 1980 que esses conceitos tiveram a sua elaboração teórica mais refinada, e isso é mais do que mera coincidência:

Coincidente foi uma espécie de “vácuo” literário e teórico que levou à teorização do testemunho/*testimonio*. Se nos estudos latino-americanos esse período foi marcado por uma busca de um novo tema após o “esgotamento” das perspectivas de leitura abertas pelo *boom* (de literatura latino-americana) na teoria literária europeia (sobretudo francesa e alemã) e norte-americana (com destaque para Yale), a noção de testemunho despontou como nova possibilidade de articulação entre o histórico e a literatura após décadas de domínio de determinadas modalidades de estruturalismo e pós-estruturalismo¹⁶ (SELIGMANN-SILVA, 2003b, p. 30-31).

Para Seligmann-Silva (2003b), o momento histórico, que contava também com o esfacelamento do bloco comunista, propiciou a ascensão do particular em detrimento do momento universal, pondo fim a era dos grandes paradigmas. E é justo no interior dessa “virada particularista” que se localiza, de acordo com o autor, a aporia básica do testemunho/*testimonio*.

A literatura de testemunho, entendida a partir da noção de teor testemunhal, conforme explica Seligmann-Silva (2003a), aponta para um comprometimento com o “real”, além de um acordo ético estabelecido na relação entre o autor e o passado que se pretende dar forma. Esse compromisso, para o autor, não significa uma *imitação* da realidade, mas uma espécie de “manifestação” do “real”, que vai além da ideia da condição tradicional do testemunho, privilegiando a maneira como determinado evento é apreendido e elaborado discursivamente. Tendo em vista essas percepções, Seligmann-Silva (2010a, p. 20) considera “mais produtivo estudar os traços característicos deste teor testemunhal, que pode ser encontrado em qualquer produção cultural, do que falar em um gênero ‘literatura de testemunho’”, ampliando as possibilidades de análise, no campo da literatura, para as obras que, por meio de uma perspectiva ficcional, não remetem, diretamente, a uma vivência do autor em relação ao evento narrado, permitindo o entendimento de como uma determinada experiência de violência é assimilada coletivamente e ressignificada pela linguagem (SELIGMANN-SILVA, 2005).

¹⁶ O *boom*, de acordo com Idelber Avelar, refere-se ao momento em que a produção literária da América Latina se expandiu para o mundo (décadas de 1960/1970), culminando com a profissionalização dos escritores latino-americanos. Ficaram mundialmente conhecidos nomes como Carlos Fuentes, Alejo Carpentier, Mario Vargas Llosa, Julio Cortázar, Gabriel Garcia Marques. A decadência do *boom* coincide com a chegada das ditaduras de Segurança Nacional na América Latina. Para aprofundar a análise, ver: AVELAR, Idelber. *Alegorias da derrota: a ficção pós-ditatorial e o trabalho de luto na América Latina*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

Por outro lado, o Seligmann-Silva (2008) não considera errado falar em literatura de testemunho, mas acredita que não se deve reduzir a análise do teor testemunhal a este tipo específico de produção literária. Para o autor, “existem obras que são programaticamente compostas como testemunho. A estas podemos denominar de ‘literatura de testemunho’, mas levando-se em conta que não se trata de conceito rigoroso de gênero literário” (SELIGMANN-SILVA, 2010b, p. 30). É possível, a partir do que foi exposto, pensar os livros analisados nesta tese como pertencentes a uma *literatura de testemunho* que não se constitui, propriamente, em um gênero literário, assim como foi proposto por Seligmann-Silva. Feitas essas primeiras colocações, passarei ao estudo das obras que foram elaboradas a partir da experiência da ditadura civil-militar brasileira. Inicialmente, farei uma pequena apresentação da literatura e da crítica produzida sobre o assunto, com foco nos trabalhos mais recentes, para na sequência contextualizar os momentos de escrita e publicação dos textos analisados nesta pesquisa.

Renato Franco, no ensaio *Literatura e catástrofe no Brasil: anos 70* (2003), procura refletir sobre como a produção cultural (literária) configurou as atrocidades que foram perpetradas no país na época da ditadura e como reagiu literariamente a elas. Para isso, o autor divide a produção em quatro categorias estéticas, condicionadas por fatos políticos: 1) “a cultura da derrota” – literatura produzida a partir do AI – 5 (1968) em resposta à censura, quando os autores precisaram elaborar a sensação de sufoco (“esquartejamento”) que dominava no período. Nesse momento, houve o predomínio da poesia dita “marginal” ou “geração de mimeógrafo”, e dos romances que apresentavam uma desilusão relacionada tanto com as possibilidades de transformação revolucionária quanto com a derrota das esquerdas. Como obras mais representativas, Franco (2003) cita *Os novos* (1971), de Luiz Vilela; *Combati o bom combate* (1971), de Ary Quintella e *Bar Don Juan* (1971), de Antônio Callado. 2) “o romance à época da abertura política” – literatura produzida a partir de 1975 quando teve início o lento processo de abertura política pelos militares, implicando o fim da censura e causando um grande impacto na vida cultural brasileira. Nesse período, houve um incentivo à elaboração de diferentes tipos de construções literárias que respondessem às exigências da nova realidade. Surge, então, como formas de expressão características dessa categoria, o “romance-reportagem” e o “romance-denúncia”, que aspiravam relatar as violências cometidas pelo Estado e os acontecimentos que até então só abarcavam a versão oficial dos fatos. Franco (2003) cita as obras de José Louzeiro – *Lúcio Flávio, o passageiro da*

agonia (1975) e *Aracelli, meu amor* (1976) – como representativos do “romance-reportagem” e *Os que bebem como os cães* (1975), de Assis Brasil, como exemplo sintomático do “romance-denúncia”. 3) “a geração da repressão” – literatura de testemunho composta por obras de ex-militantes revolucionários que, após a prisão e a tortura, decidem contar suas experiências. O autor destaca os livros *Em câmara lenta* (1977), de Renato Tapajós, e *O que é isso, companheiro?* (1979), de Fernando Gabeira, como exemplos mais significativos. 4) “o romance de resistência” – produção literária que recorreu ao uso da montagem, da fragmentação e da multiplicação dos pontos de vista narrativos como forma de conferir ao romance uma maior atualidade frente ao imenso poder da televisão. Para Franco (2003), as obras designadas como “romances de resistência” ofereceram respostas literárias não apenas aos excessos da ditadura, mas também à modernização tanto social e econômica, quanto autoritária e conservadora, que o país conheceu. O autor cita, entre outros, os livros *Reflexos do Baile* (1976), de Antônio Callado; *Zero* (1979), de Ignácio de Loyola Brandão e *Lavoura arcaica* (1976), de Raduan Nassar, como representativos dessa categoria.

Eurídice Figueiredo (2017), na sua análise sobre a literatura produzida a partir da ditadura, num trabalho de maior fôlego – o já citado livro *A literatura como arquivo da ditadura brasileira* –, também apresenta uma sistematização das obras. A autora faz primeiramente uma divisão em três períodos que atendem a condições mais ou menos favoráveis para a elaboração da experiência traumática: 1) “primeiro período” – vai de 1964 a 1979 e compreende obras caracterizadas por uma perspectiva de derrota dos projetos revolucionários, dando visibilidade aos impasses que levaram os militantes à luta armada, à tortura e à morte, bem como ao despreparo das organizações de esquerda frente às demandas de infraestrutura, rotas de fuga ou avaliações que não levassem à culpabilização dos envolvidos. Como obras representativas a autora cita, dentre outras, *Quarup* (1967), de Antônio Callado; *Zero* (1975), de Ignácio de Loyola Brandão e *Em câmara lenta* (1977), de Renato Tapajós. 2) “segundo período” – compreende os anos de 1980 a 2000 e contém narrativas autobiográficas de ex-presos políticos e exilados beneficiados pela lei da anistia (1979). A autora cita o relato de Fernando Gabeira, *O que é isso, companheiro?* (1979) como exemplo mais significativo, além das obras que tratam especificamente do exílio e do retorno ao país: *Tropical sol da liberdade* (1988), de Ana Maria Machado e *Amores exilados* (1977), de Godofredo de Oliveira Neto. Figueiredo também destaca, pela qualidade da sua elaboração literária, o livro de Silviano Santiago, *Em liberdade* (1981), “que faz explodir a linearidade e a

transparência em benefício de um trabalho formal nos níveis narrativo e estilístico, extrapolando as características mais testemunhais da época” (FIGUEIREDO, 2017, p. 86). 3) “terceiro período” – de 2000 em diante, apresenta livros marcados por uma análise retrospectiva e beneficiária da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, criada em 1995, e pela Comissão Nacional da Verdade, sancionada em 2012. Figueiredo pontua que, embora apresentem um lado testemunhal, a produção se trata, em sua maioria, de textos de ficção. Os escritores, jovens na época da ditadura, puderam reelaborar o vivido de forma ficcional, inspirando-se em casos verídicos. Segundo Figueiredo (2017, p. 87), “a qualidade de boa parte da produção do período revela que se operou a decantação necessária para que a experiência traumática pudesse se transformar em objeto estético”. A autora utiliza como exemplos representativos, entre outros, os livros *Qualquer maneira de amar* (2014), de Marcus Veras; *Tempos extremos* (2014), de Miriam Leitão e *Vidas provisórias* (2013), de Edney Silvestre. Sobre os romances e relatos memoriais escritos nesta etapa, são destacados *Volto semana que vem* (2015), de Maria Pilla; *Outros cantos* (2016), de Maria Valéria Rezende; *Não falei* (2004), de Beatriz Bracher e *Ainda estou aqui* (2015), de Marcelo Rubens Paiva.

No seu livro, Figueiredo, partindo dos pressupostos de Jacques Derrida de que os arquivos decorrentes dos desastres que marcaram o século XX foram “dissimulados ou destruídos, interditados, desviados, ‘recalcados’” (DERRIDA, 2001, p. 07 apud FIGUEIREDO, 2017, p. 27), propõe a ideia de que a literatura pode cumprir o papel de complementar esses acervos, constituindo, ela própria, um arquivo da ditadura brasileira. Para a autora, somente a literatura, pelo viés da subjetividade, conseguiria mostrar os vestígios das experiências que foram fraturadas pela violência, recriando o ambiente de terror no qual inserem os personagens afetados pelas arbitrariedades do período, levando o leitor a imaginar aquilo que foi efetivamente experienciado por homens e mulheres. Já o estudo de Franco leva à reflexão sobre a literatura produzida nos anos 1970, pensada dentro da chave do trauma e do testemunho, marcada, em vários níveis, pelas lutas políticas ocorridas no período. A análise efetuada pelo autor, na leitura realizada por Seligmann-Silva (2003b, p. 39), colabora também para deixar claro “como a noção de literatura testemunhal não tem nada a ver com um gênero específico, nem pode ser reduzida à apresentação de catástrofes da intensidade da *Shoah*”. O testemunho, para o autor, deve então ser visto como um elemento que se torna mais evidente em algumas manifestações literárias do que em outras, permitindo “uma nova abordagem do

fato literário que leva em conta a especificidade do ‘real’ que está na sua base e as modalidades de *marca* e *rastro* que esse ‘real’ imprime na escritura” (SELIGMANN-SILVA, 2003b, p. 40).

As sistematizações apresentadas nos trabalhos desenvolvidos tanto por Renato Franco quanto por Eurídice Figueiredo¹⁷, não devem ser vistas, no entanto, como algo rígido: elas se entrelaçam, se entrecruzam, indicando o quanto é difícil definir uma obra de forma hermética. As divisões, inclusive, devem ser entendidas como problemáticas, uma vez que foram elaboradas a partir de critérios de seleção que muitas vezes não perpassam todas as categorias, ou as excedem. Contudo, essa organização ajuda a pensar a literatura desenvolvida sobre o assunto, apontando algumas características que foram produzidas em/por causa de determinados contextos.

Em comum nas propostas dos autores, encontra-se uma categoria marcada pelas narrativas autobiográficas, na qual estão inseridas as obras analisadas nesta pesquisa, composta pelo testemunho de indivíduos envolvidos na luta contra a ditadura que, após a prisão e a tortura, passando muitas vezes pela clandestinidade e pelo exílio, decidem contar suas experiências. Esses relatos, inicialmente impulsionados pelo processo de abertura política e pela lei de Anistia, não se restringiram a este período, como se pode ver no levantamento realizado por Mariluci Cardoso de Vargas (2018). Segundo a autora, as

¹⁷ Sobre outras análises de produções desenvolvidas a partir da experiência da ditadura civil-militar brasileira, ver: AVELAR, Ibelber. *Alegorias da derrota: a ficção pós-ditatorial e o trabalho de luto na América Latina*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003; BASTOS, Alcmeno. *A História foi assim: o romance político brasileiro nos anos 70/80*. Rio de Janeiro: Caetés, 2000; CARDOSO, Lucileide Costa. Construindo a memória do regime de 1964. *Revista Brasileira de História*. Vol. 14, n. 27, 1996, p. 179-196; CRUZ, Lua Gill da. *(Sobre)viver: luto, culpa e narração na literatura pós-ditatorial*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, 2017; FERNANDES, Fabrício Flores. *A escrita da dor: testemunhos da ditadura militar*. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, 2008; GINZBURG, Jaime. *Crítica em tempos de violência*. Tese apresentada no concurso de livre docente da USP, 2010. Disponível em: https://joacamillopenna.files.wordpress.com/2015/03/tese-de-livre-docencia-jaime-ginzburg-a_copy.pdf. Acesso em: 29/04/2020; HOLLANDA, Heloísa Buarque. Depois do poemão. Um eu encoberto. In: GASPARI, Elio; HOLLANDA, Heloísa Buarque & VENTURA, Zuenir. *70/80. Cultura em trânsito*. Da repressão à abertura. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000; NAPOLITANO, Marcos. Entre o imperativo da resistência e a consciência da derrota: a literatura brasileira durante o regime militar. *Literatura e Sociedade*, nº 23, jul./dez. 2016, p. 230-243; PELLEGRINI, Tânia. *Gavetas vazias: ficção e política nos anos 70*. São Carlos: Editora da UFSCar, Mercado de Letras, 1996; SILVERMAN, Malcolm. *Protesto e o novo romance brasileiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000; SÜSSEKIND, Flora. *Literatura e vida literária*. Polêmicas, diários & retratos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985; WEINHARDT, Marilene. Filhos da geração 1960/70: herdeiros da memória. In: WEINHARDT, Marilene (Org.). *Ficções contemporâneas: história e memória*. Ponta Grossa: UEPG, 2015; WELTER, Juliane Vargas. *Em busca do passado esquecido: uma análise dos romances Onde andará Dulce Veiga?, de Caio Fernando Abreu, e Benjamin, de Chico Buarque*. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Letras, Porto Alegre, 2015.

narrativas sobre a ditadura na perspectiva do testemunho distribuem-se da seguinte forma: “1 livro na década de 1960, 15 livros nos anos 1970, 24 livros nos anos 1980, 21 livros nos anos 1990 e nos anos 2000 e 9 livros a partir de 2010” (VARGAS, 2018, p. 105-106), indicando que foram escritos condensando múltiplos contextos e temporalidades.

Susana G. Kaufman (2014), ao analisar as narrativas testemunhais, aponta para o entrecruzamento de diversas categorias temporais: o tempo da experiência, o tempo do relato da experiência, o tempo histórico. Isto, entretanto, não é característico apenas destas narrativas: acontece com todo exercício no qual a memória está envolvida trabalhando com recordações que funcionam como referenciais, às vezes nítidas, outras vezes nem tanto, para reconstrução da história. Conforme coloca a autora, “*en ese juego de tiempos y recuerdos, un relato recrea la experiencia, interpreta versiones del pasado desde un presente que lleva a la construcción de significaciones, de sentido*” (KAUFMAN, 2014, p. 104). A autora sinaliza, assim, que deve ser levado em conta a articulação do passado e do presente e seus contextos políticos e sociais. Como observa Beatriz Sarlo (2007) ao se utilizar dos estudos de Paul Ricoeur sobre as diferenças entre história e discurso, é fundamental saber em que presente se narra e qual é o passado que se recupera. Para a autora, o momento em que se inicia a narrativa fica inscrito na narração justamente porque, no discurso, “o presente tem uma hegemonia reconhecida como inevitável e os tempos verbais do passado não ficam livres de uma ‘experiência fenomenológica’ do tempo presente da enunciação” (SARLO, 2007, p. 49). Dessa forma, torna-se fundamental analisar os testemunhos a partir de uma perspectiva histórica que permite a compreensão daquilo que pôde ser dito e do que foi silenciado no momento da enunciação.

Assim, com o objetivo de historicizar os testemunhos de Mariluce, Derlei e Sylvia, analisarei a seguir os contextos políticos, sociais e culturais nos quais *A revolta das vísceras*, *No corpo e na alma* e *Réquiem por Tatiana* foram escritos e publicados. Investigarei também, neste capítulo, o que Gérard Genette (2009) denomina *paratextos* de uma obra: capas, títulos e prefácios. De acordo com o autor, os paratextos são elementos de um livro que “o cercam e o prolongam, exatamente para *apresentá-lo*, no sentido habitual do verbo, mas também em seu sentido mais amplo: para *torná-lo presente*, para garantir sua presença no mundo, sua ‘recepção’ e seu consumo, sob a forma, pelo menos hoje, de um livro” (GENETTE, 2009, p. 9, grifos do autor). O intuito, ao explorar os paratextos, é perceber o que eles já indicam sobre a narrativa produzida pelas autoras.

1.2.1 A promulgação da Anistia e a publicação de *A revolta das vísceras*

A anistia, conforme observa Glenda Mezarobba (2003, p. 1), pode ser “comumente definida como o ato pelo qual se extinguem as consequências de um fato punível e, em resultado, qualquer processo sobre ele”. No Brasil, foram concedidas diversas anistias políticas antes da mais recente, promulgada em 1979 pela Lei 6.683 de 28 de agosto. O processo de abertura política no país foi lento e gradual, tendo iniciado em 1974 com a posse de Ernesto Geisel na presidência e contou com o apoio de diversos setores da sociedade e de algumas de suas mais representativas instituições. Antes da aprovação da anistia, entretanto, já era possível verificar alguns sinais do relaxamento do aparato repressivo, conforme sublinha Mezarobba (2003). Desde 1978 os banimentos vinham sendo revogados e o Itamaraty “tinha instruções de facilitar a concessão de passaportes e títulos de nacionalidade a brasileiros que viviam fora do país por motivos políticos” (MEZAROBBA, 2003, p. 4). Como coloca a autora, a censura estava atenuada, a comunidade de segurança e informação estava com as atividades limitadas e o AI-5 também não vigorava mais no país. Apesar disso, a anistia foi aprovada de maneira que garantisse os interesses dos militares e a impunidade dos membros da ditadura.

No Brasil, as narrativas testemunhais sobre a ditadura civil-militar apareceram na literatura com toda a sua complexidade a partir do final da década de 1970, quando os militantes, beneficiados por essa lei de anistia, puderam voltar do exílio ou sair da clandestinidade e da prisão. À abertura, seguiu-se uma proliferação de relatos que tiveram grande repercussão na época, operando como uma espécie de catarse coletiva. Para Lucileide Costa Cardoso (1996), havia emergido no país “uma espécie de surto memorialístico” que permitiu que fossem articuladas múltiplas representações da ditadura no Brasil, numa “intrincada composição de memórias ‘pessoais’ e ‘exteriores’, fornecendo uma “resposta particular às exigências do passado rememorado¹⁸” (CARDOSO, 1996, p. 180). Entretanto, é

¹⁸ Importante destacar que no seu artigo Cardoso não denomina de ditadura o período no qual as obras fazem referência. Conforme observa Vargas (2018, p. 110) ao analisar o texto em questão, Cardoso “prioriza uma abordagem ligada a memória do regime de 64, ela não o designa como ditadura e não detalha as diferenças entre os memorialistas vinculados à esquerda e ao Estado ditatorial. Chamo atenção para esse aspecto que, à primeira vista pode parecer irrelevante (ou anacrônico), mas que naquele contexto, de uma década após a saída dos militares do governo, não buscou promover a desconstrução de que havia dois lados equivalentes em uma disputa pelo poder. Assim, as palavras do testemunho como sobrevivente da barbárie não eram destacadas como registro incomum”.

importante ressaltar que antes da promulgação da anistia algumas obras já haviam sido lançadas, como é o caso de *Em câmara lenta*, de Renato Tapajós. Publicado em 1977, dois anos antes da sanção da lei, foi logo censurado pela ditadura e teve sua venda proibida, resultando também na prisão do autor. O contexto de abertura política, assim, instituiu um novo cenário no qual era possível falar sobre a ditadura mesmo ainda estando na ditadura, embora não fosse possível mensurar, naquela época, até onde os autores teriam liberdade para falar sobre esse presente estendido.

Outro ponto que gostaria de destacar é que essa produção artístico/cultural ocorreu em meio a um processo que envolvia memória e esquecimento, conceitos que não são opostos, mas que estão contidos no termo anistia. Como sinaliza Paul Ricoeur (2007, p. 460), “a proximidade mais que fonética, e até mesmo semântica, entre anistia e amnésia aponta para a existência de um pacto secreto com a denegação da memória” de um passado declarado proibido. Nesse sentido, boa parte da sociedade brasileira, no contexto da anistia, foi favorável à construção desse esquecimento.

Um marco importante dessa produção literária sobre o período foi o lançamento e o sucesso editorial do livro *O que é isso, companheiro?* de Fernando Gabeira, ainda em 1979. Contudo, como observa Rebecca Atencio (2014) no seu estudo sobre a produção artístico-cultural brasileira acerca da ditadura, as duas obras apresentam perspectivas bem diferentes. Na leitura realizada pela autora, enquanto o texto de Gabeira refletia em suas páginas o clima de reconciliação da época, o de Tapajós se transformaria num ponto de vista dissidente durante a abertura política, ao não mostrar nenhum traço de conciliação pela memória.

Para Reis Filho, Gabeira foi um mestre em estimular a memória sem despertar ressentimentos:

Amadurecido, irônico, condescendente, onisciente, por fora do fluxo dos acontecimentos, [Gabeira] leva pela mão seus personagens, simpáticos incompetentes, em busca da utopia inalcançável. A visão crítica do período, amadurecida coletivamente no longo exílio, é retrospectivamente localizada no fogo mesmo dos acontecimentos, concentrando-se no personagem principal. E, assim, Gabeira/guerrilheiro ressurgue descolado da ingenuidade ambiente, reescrito pelo autor com uma superconsciência das tragédias que haveriam de vir (REIS FILHO, 1997, p. 103).

Segundo o autor, era essa atitude distanciada, crítica, irônica que a maioria dos leitores desejava, possibilitando que se reconstruísse o passado sem que se atormentasse com ele. Como coloca na sequência de sua análise, “os militares haviam se retirado e seria talvez

incômodo refletir sobre por que a ditadura fora tolerada tanto tempo num país tão democrático. Avivar a memória, mantendo uma visão crítica, mas para conciliar, todo um programa” (REIS FILHO, 1997, p. 103). Embora nem todas as obras publicadas nesse período tenham essa característica conciliatória, esse é um fato que pode ajudar a explicar a visibilidade que *O que é isso, companheiro?* teve e que outros livros que apresentavam uma abordagem diferente em relação ao passado não tiveram.

No mesmo período em que a sociedade brasileira se articulava em torno da luta por uma *Anistia Ampla, Geral e Irrestrita*, foi desenvolvido de forma clandestina o projeto *Brasil: Nunca Mais* (BNM), sob a coordenação de Dom Paulo Evaristo Arns, arcebispo de São Paulo, e o reverendo Jaime Wright, pastor presbiteriano, irmão de Paulo Stuart Wright, militante da Ação Popular (APML), desaparecido em 1973. Estavam envolvidos no projeto, além do Conselho Mundial de Igrejas e da Arquidiocese de São Paulo, advogados e jornalistas. O trabalho do grupo consistia, inicialmente, em fotocopiar os processos nos tribunais militares, utilizando o tempo que os advogados tinham para examiná-los¹⁹.

A iniciativa possuía três objetivos principais: a) evitar que os processos judiciais por crimes políticos fossem destruídos com o término da ditadura, tal como ocorreu com o fim do Estado Novo; b) obter e divulgar informações sobre as torturas praticadas pelo Estado; c) estimular ações em direitos humanos junto à sociedade brasileira. A partir da análise de aproximadamente 850 mil páginas, foi publicado em 15 de julho de 1985 o livro de mesmo nome, levando ao conhecimento do público as torturas e outras graves violações de direitos humanos ocorridas durante a ditadura civil-militar²⁰. O livro teve 40 edições e ficou na lista dos mais vendidos por longo tempo. Para Figueiredo (2017), esse trabalho realizado foi fundamental para que a história das torturas começasse a ser escrita, sendo um marco tanto para a apuração das graves violações dos direitos humanos quanto para o arquivamento de documentos que comprovavam as acusações. Todavia, observo que 8 anos antes o livro de Tapajós, *Em câmara lenta*, já abordava de forma direta essas questões ao relatar a prisão, a

¹⁹ As fontes do projeto são, basicamente, os autos dos processos instaurados para apuração dos crimes de natureza política, localizados na Jurisprudência do Superior Tribunal Militar publicada no Diário Oficial da Justiça do Estado da Guanabara. O projeto reúne as cópias da quase totalidade dos processos que tramitaram pela Justiça Militar Brasileira entre abril de 1964 e março de 1979 e faz uma análise detalhada do perfil dos atingidos, bem como uma lista completa com o nome dos torturadores e agentes da repressão. Uma cópia física dos arquivos processuais do projeto BNM (foram feitas 12 ao todo) encontra-se no Arquivo Edgar Leuenrot (AEL – Unicamp). Atualmente, todo o acervo digitalizado está disponível no site < <http://bnmdigital.mpf.mp.br>>.

²⁰ Cf. ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Brasil: Nunca Mais*. Petrópolis: Vozes, 1985.

tortura e a morte da militante Aurora Maria Nascimento Furtado, codinome Lola, representada na obra na figura de *Ela*, constituindo-se, ele também, um marco relativo à apuração dos crimes cometidos pelo Estado.

Ainda no contexto proporcionado pela anistia e anterior à publicação do livro do projeto BNM (1985), Mariluce Moura lança em 1982 *A revolta das vísceras*, uma narrativa que, ao contrário da obra escrita por Gabeira, não mostra nenhum indício de reconciliação pela memória. Mariluce de Souza Moura nasceu em Salvador, Bahia, em 3 de novembro de 1950. Filha de Laerte de Souza Moura e Regina Nilza Moura, ocupava a quarta posição entre os 11 filhos do casal. Em 1968, quando ainda era estudante do Colégio de Aplicação da Universidade Federal da Bahia (UFBA), iniciou sua militância na Ação Popular (AP), posteriormente transformada, em 1971, na Ação Popular Marxista-Leninista (APML). Em 1969, começou a faculdade de jornalismo na UFBA, onde deu sequência ao trabalho que já vinha desenvolvendo na AP. Em 11 de junho de 1972, conheceu Gildo Macedo Lacerda, um dos dirigentes nacionais da APML que havia se deslocado de Belo Horizonte (MG) para Salvador (BA). Pouco mais de quatro meses depois de se conhecerem, em 28 de outubro de 1972, casaram-se. Mariluce, que havia concluído a graduação em 1972, já trabalhava no *Jornal da Bahia* e na sucursal de *O Globo* quando, em 1973, identificou que estava sob vigilância. Em 22 de outubro do mesmo ano ela e Gildo foram presos juntamente com Oldack Miranda, Antonio Litarcio e Nádia Magalhães Miranda. Todos pertenciam à APML e foram levados para o Quartel do Forte do Barbalho, na capital baiana. Todos foram torturados²¹.

Na época da prisão, Mariluce estava grávida de Tessa e ficou detida por 42 dias, sendo liberada no dia 2 de dezembro (CNV, 2014, v. 1). Gildo foi transferido do Quartel para o DOI-CODI do IV Exército em Recife no dia 25 de outubro, onde foi torturado até a morte em 28 de outubro de 1973, assim como o companheiro de militância na APML José Carlos Novaes da Mata Machado²². A versão veiculada na imprensa daquele período dava conta de que os dois

²¹ Todas as informações sobre a trajetória de Mariluce foram retiradas dos seguintes documentos: SÃO PAULO. Assembleia Legislativa. Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva”. *Infância Roubada, crianças atingidas pela Ditadura Militar no Brasil*. São Paulo: ALESP, 2014; BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Relatórios da Comissão Nacional da Verdade. Brasília: CNV, 2014, v.1; Currículo Lattes da autora: disponível em <http://lattes.cnpq.br/1562675775350227>. Acesso em: 26/11/2020.

²² Gildo Lacerda e Mata Machado foram presos em dias e locais distintos – Mata Machado em 19 de outubro, em São Paulo, e Gildo no dia 22 de outubro, em Salvador. Neste período, os militantes da APML estavam sendo rastreados por agentes da repressão que recebiam informações de Gilberto Prata Soares, ex-membro da AP e cunhado de José Carlos da Mata Machado, que trabalhava como informante do Centro de Informações do

havam morrido em um tiroteio provocado por um terceiro militante chamado “Antônio”. De acordo com a nota oficial, Gildo e José Carlos haviam confessado que tinham um encontro marcado com “Antônio” na avenida Caxangá, em Recife, no dia 28 de outubro. Teriam sido baleados ao acompanharem as forças de segurança no local estipulado para que fosse efetuada a prisão do suposto companheiro de organização: percebendo a presença dos policiais à paisana, “Antônio” teria disparado em Gildo e José Carlos, conseguindo fugir na sequência. Essa versão tentou encobrir, além das mortes, o desaparecimento de Paulo Stuart Wright, que seria o “Antônio” mencionado na história, codinome utilizado pelo militante que se tornou mais um desaparecido político da ditadura civil-militar. O episódio ficou conhecido como Teatro de Caxangá, em alusão ao seu caráter fantasioso (CNV, 2014, v. 3). Segundo o relatório da CNV, Gildo, assim como mais de 200 pessoas, foi submetido ao desaparecimento forçado²³. Até hoje seus restos mortais não foram encontrados, apesar dos esforços da família²⁴.

No decorrer de uma das sessões de tortura nas quais foi submetida, Mariluce conta que ouviu de um de seus torturadores, em 25 de outubro daquele ano, que Gildo havia sido levado para uma “longa viagem”. Em 1º de novembro, levaram à sua cela um jornal que noticiava a morte de Gildo de forma fantasiosa (INFÂNCIA ROUBADA, 2014). Assim, dos 42 dias em que ficou presa, 32 deles foi sabendo que o marido já estava morto. Como coloca a autora, escrever foi então uma maneira encontrada para conseguir lidar com a morte de Gildo.

Exército (CIE) desde março de 1973, identificando os integrantes da Ação Popular. In: COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE (CNV). Relatório da Comissão Nacional da Verdade. v. 3. Brasília: CNV, 2014, p. 1390-1391.

²³ Gildo Macedo Lacerda foi reconhecido como desaparecido político pela Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, em 25 de janeiro de 1996, em aplicação da Lei 9.140/1995. Seu caso consta no Dossiê ditadura: mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964-1985), organizado pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos (ver: COMISSÃO DE FAMILIARES DE MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS. Dossiê ditadura: mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964-1985). 2009, p. 484-485), assim como no Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade (ver: COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE (CNV). Relatório da Comissão Nacional da Verdade. v. 3. Brasília: CNV, 2014, p. 1389-1392). As investigações sobre o seu caso contaram com o apoio da Comissão do Estado de Minas Gerais que também investigou sua morte, realizando audiência pública e buscas em conjunto com a Comissão Nacional da Verdade.

²⁴ Além dos esforços da família, é importante ressaltar outras iniciativas que ainda são importantes para a identificação de pessoas submetidas ao desaparecimento forçado daquele contexto, como a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (para mais informações, acessar: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/aceso-a-informacao/participacao-social/orgaos-colegiados/cemdp/comissao-especial-sobre-mortos-e-desaparecidos-politicos-cemdp>); o Centro de Antropologia e Arqueologia Forense da UNIFESP (<https://www.unifesp.br/reitoria/caaf/>) e algumas iniciativas do grupo de justiça de transição do MPF (<https://justicadetransicao.mpf.mp.br>).

Por conta destas especificidades, Mariluce conta que o livro não prioriza a narrativa referente a sua prisão e às torturas físicas sofridas, mas sim a sua desestruturação no isolamento e a dificuldade em entender uma morte que não se concluiu pelo fato de não ter conseguido ver nem tocar um corpo morto (MOURA, 2016), nem ao menos saber as circunstâncias exatas dessa morte. Em depoimento à Comissão Estadual da Verdade da Bahia, Mariluce relata que quando escreveu *A revolta das vísceras* não tinha conhecimento de que Gildo havia sido morto sob tortura: se naquela época “eu não podia ter nenhuma noção disso, hoje eu já não tenho nenhuma dúvida de que foi assim” (CEV-BA, 2016, p. 196). Além de tudo, como esclarece a autora, escrever foi também uma tentativa de manter viva para Tessa a história do pai, para que a filha pudesse conhecê-la a cada tempo e na medida de suas possibilidades (MOURA, 2016). Tessa nasceu em 18 de junho de 1974, mas apenas em 1991 obteve na justiça a averbação da sua paternidade²⁵.

A revolta das vísceras foi elaborado, num primeiro momento, como explica Mariluce (2016), como um livro de contos. Os escritos transformaram-se num texto único quando, em 1980, a autora teve conhecimento de um concurso lançado pela Editora José Olympio em comemoração ao seu cinquentenário, que seria completado em 1981. A obra ficou em segundo lugar, contudo a editora não se interessou em publicá-la porque Mariluce não era uma escritora conhecida no Rio de Janeiro. A publicação viria algum tempo depois, quando a autora enviou o texto para a Editora Codecri a pedido de Sérgio Jaguaribe, um dos fundadores de *O Pasquim* (MOURA, 2016). Em 1982, *A revolta das vísceras* é lançado tendo Clara como protagonista da história – como tratarei no próximo capítulo, Mariluce optou pela ficcionalização de personagens para contar sua experiência durante a ditadura. A autora relata

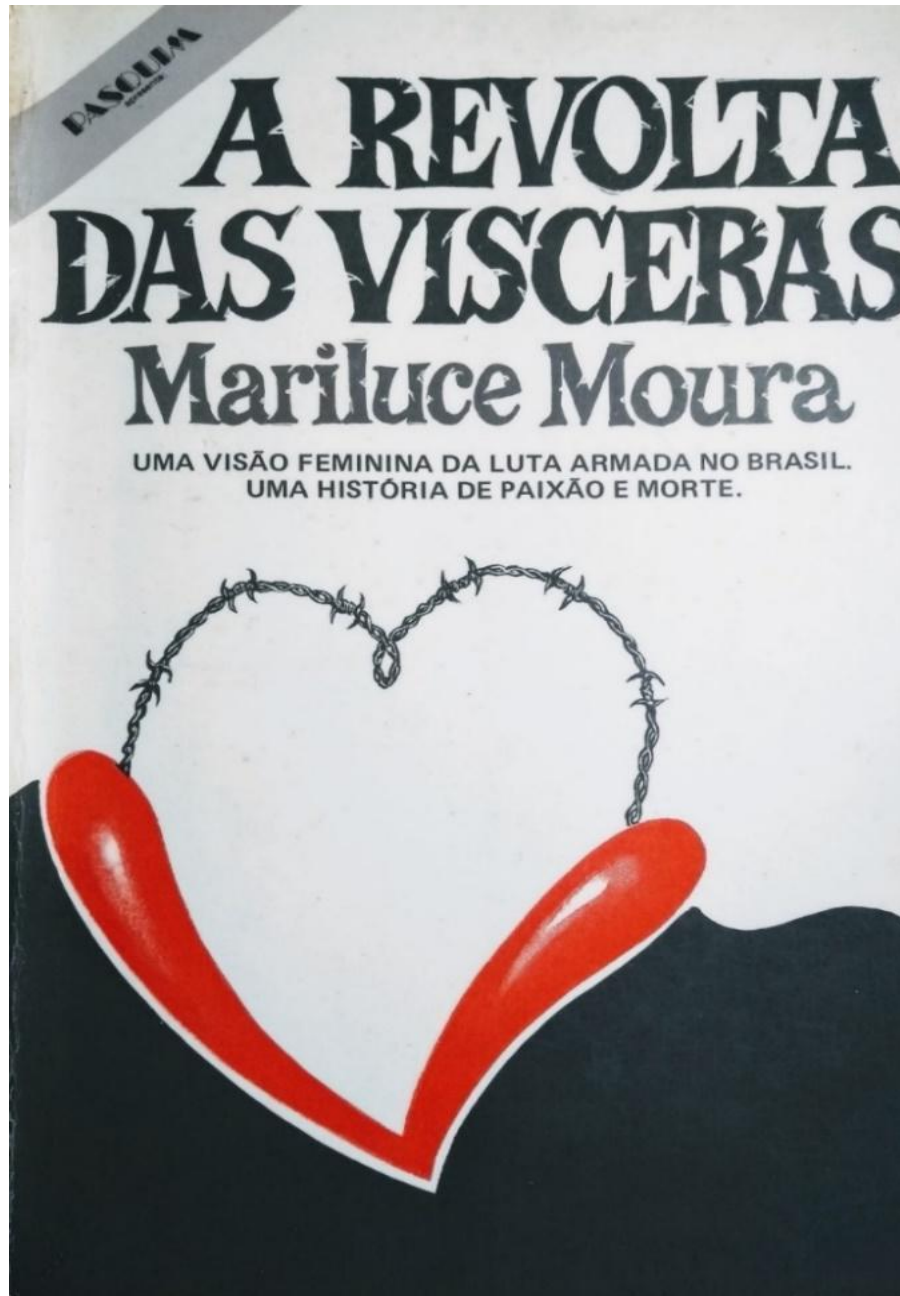
²⁵ Em audiência pública para a Comissão da Verdade Rubens Paiva, Mariluce dá um depoimento, posteriormente publicado no livro *Infância Roubada*, explicando melhor este processo: “Só esclarecendo esse detalhe da certidão: quando eu casei com o Gildo, ele estava usando o nome da clandestinidade, que era Cássio de Oliveira Alves. Havia uma certidão nossa de casamento e da igreja. Como casamos na igreja, isso poderia ser reconhecido pelo Estado, mas não com nome falso. E quando fiquei viúva, era viúva de um homem que não tinha atestado de óbito e, portanto, o homem não era morto. Então, eu tive de registrar só com o meu nome e entrar com um processo de investigação de paternidade. Só que ao fazer o processo de investigação de paternidade, segundo a minha advogada, o processo sempre tem de ter alguém que se acusa. E não poderia ser o Estado porque um processo de investigação de paternidade não se faz contra o Estado. E quem tinha de ser réu nessa ação tinha que ser a mãe de Gildo, o que era uma situação surreal. Ela concordando com tudo, dando declarações de que Tessa era neta dela sim, mesmo assim tinha que ter um processo. E esse processo demorou muito tempo” (MOURA, 2014, p. 286). O relato dela e de Tessa podem ser conferidos em: SÃO PAULO (Estado). Assembleia Legislativa. Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva”. *Infância roubada, crianças atingidas pela ditadura militar no Brasil*. Assembleia Legislativa, Comissão da Verdade do Estado de São Paulo – São Paulo: ALESP, 2014. p. 285-291.

que foi a carta que Clara escreveu ao longo do livro que permitiu a conexão entre as partes do texto, transformando os contos em uma única narrativa.

O título de *A revolta das vísceras* – primeiro paratexto analisado –, conforme Mariluce elucida, foi em parte sugerido por Rino, seu segundo marido. Ele havia proposto que fosse utilizada a palavra “vísceras” devido às condições físicas da autora no período final da escrita: “de fato, algumas coisas eram tão difíceis de escrever, que vezes sem conta eu saía correndo da frente da máquina e corria ao banheiro para vomitar” (MOURA, 2016, p. 290). Cristiane Barbosa de Lira (2016, p. 132-133), ao analisar o título, observa que ele “tanto pode ser uma reação física, escatológica, quanto um movimento de combustão interior, um vulcão que entra em erupção, um movimento de vida”. É possível, a partir dessas colocações, dizer que o título reflete o quanto foi difícil para a autora lembrar o passado e falar sobre a sua experiência, atravessada pelas violências da tortura, da morte de pessoas próximas e da perda do seu companheiro.

Já a capa do livro, desenvolvida por Rafael Siqueira, também traz algumas informações que apontam para o conteúdo doloroso do relato (Figura 1).

Figura 1: Capa do livro *A revolta das vísceras*



Fonte: fotografia realizada por LEITE, 2020.

O desenho, formado pela arte da capa e da contracapa, é um perfil feminino com os lábios abertos, pintados em vermelho, que sustentam um arame farpado. Do encontro desses traços tem-se a figura de um coração (Figura 2).

Figura 2: Capa e contracapa do livro *A revolta das vísceras*



Fonte: fotografia realizada por LEITE, 2020.

Danielle Tega (2015), ao explorar alguns aspectos da capa/contracapa, faz uma observação acerca da dor causada pela recordação e que está contida na imagem: “uma imagem mesclada, metade vida, metade farpa. Uma imagem que, como as palavras, não é precisa, nem leve, nem delicada. É uma imagem possível, dentro da impossibilidade de colocar em palavras a experiência traumática” (TEGA, 2015, p. 63). A breve interpretação que a autora faz, uma vez que o seu foco no capítulo *Políticas de memória e testemunhos no Brasil (1978-2014)* era mapear as obras de autoria feminina sobre a ditadura e não aprofundar a análise sobre cada uma delas, sugere um caminho marcado por uma impossibilidade linguística, algo inerente aos testemunhos de experiências traumáticas: “testemunha-se um excesso de realidade e o próprio testemunho enquanto narração testemunha uma falta: a cisão entre a linguagem e o evento, a impossibilidade de recobrir o vivido (o real) com o verbal” (SELIGMANN-SILVA, 1999, p. 40-41). Nesse sentido, a imagem faz referência ao paradoxo

estabelecido entre a necessidade de dizer e a impossibilidade de nomear, mas também pode estar associada à dor que compõe as narrativas que têm por base experiências traumáticas.

Outro paratexto importante nessa obra é o subtítulo *Uma visão feminina da luta armada no Brasil. Uma história de paixão e morte*. Embora conste no livro alguns trechos referentes à clandestinidade e à participação em algumas passeatas, a autora não descreve ações que caracterizariam o que ficou consagrado como a luta armada no Brasil²⁶. Posteriormente, a própria autora se manifestou sobre o assunto:

não se trata de uma visão feminina da luta armada, porque não fui militante na luta armada, mas militante na AP, Ação Popular Marxista Leninista do Brasil. Nós defendíamos uma revolução socialista quando houvesse condições, que partiria de uma insurreição, urbana certamente, e não a guerrilha, o foco guerrilheiro ou a guerra popular prolongada do campo para a cidade (MOURA, 2016, p. 292).

A AP teve sua origem a partir da politização da militância das organizações da Igreja Católica, a Juventude Estudantil Católica (JEC) e a Juventude Universitária Católica (JUC). Fundada em 1962 durante um congresso promovido pela JUC em Belo Horizonte, o objetivo da AP era formar quadros que pudessem participar de uma transformação radical da estrutura brasileira em sua passagem do capitalismo para o socialismo. A APML, por sua vez, surgiu da cisão da AP em 1971, quando uma parte dos militantes acabou incorporando-se ao PCdoB (KORNIS, 2010). Tanto o *Documento-Base* da AP, de fevereiro de 1963, quanto o *Programa Básico* da APML, de março de 1971, fazem referência à adesão da organização à luta armada, o que parece contrariar a declaração de Mariluce²⁷. Contudo, a autora afirma que no horizonte da militância estava fazer a revolução socialista, o que implicaria que “todos nós iríamos eventualmente pegar em armas, mas isso estava num futuro indefinido da revolução, e eu

²⁶ Após o golpe civil militar de 1964, uma parte relevante da esquerda desconsiderou um caminho pacífico de oposição à ditadura. Diversas organizações fizeram uma série de ações urbanas – como assalto a bancos e sequestros de diplomatas, por exemplo – visando a implementação da guerrilha rural. Entre os grupos que mais se destacaram no período estão: Ação Libertadora Nacional (ANL), Comando de Libertação Nacional (COLINA), Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), Partido Comunista do Brasil (PCdoB), Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), Vanguarda Armada Revolucionária (VAR-PALMARES). Dentre todos, apenas o PCdoB conseguiu colocar a guerrilha rural em prática quando, no final da década de 1960, deu início, na região amazônica, à Guerrilha do Araguaia. Para aprofundar a análise sobre as esquerdas no Brasil, ver: GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. São Paulo: Ática, 1987.

²⁷ O Documento-Base da AP e o Programa Básico da APML podem ser consultados, na íntegra, em: REIS FILHO, Daniel Aarão; SÁ, Jair Ferreira de (Orgs.). *Imagens da Revolução: documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961 a 1971*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1985.

mesma a enxergava como algo infinitamente distante²⁸” (MOURA, 2016, p. 294). Apesar do que consta nos documentos, a AP e a APML não faziam parte do quadro da luta armada brasileira, desempenhando um importante trabalho de agitação e propaganda. Nesse sentido, a narrativa que Mariluce constrói, que não tem a luta armada como objeto, está de acordo com a realidade das atividades desenvolvidas pela organização e com as quais a autora estava envolvida.

O estudo de Lira (2016), por sua vez, aponta que, ao se tomar como exemplo o campo semântico, o substantivo “luta” vem seguido do adjetivo “armada” uma única vez na narração, quando Clara escreve sobre o desejo de voltar a se envolver com a militância. Contudo, o termo é utilizado como uma negação: “foi aparecendo a vontade de ver de novo, mais de perto, a quantas andavam as propostas políticas. [...] precisava saber o que se falava, discutia e propunha, *fora da luta armada*” (MOURA, 1982, p. 81, grifo meu). Fora desse campo semântico, há pouquíssimas ações, como foi dito anteriormente, que podem ser vinculadas às atividades desenvolvidas pela luta armada, revelando-a, de acordo com Lira (2016), como uma ausência cuja possibilidade de observação se dá apenas como um vislumbre a partir dos atos repressivos do Estado.

O fato de a luta armada não ser abordada explicitamente abre espaço para algumas colocações na tentativa de entender por que a publicação pode ter saído com esse subtítulo. Outras obras, anteriores ao livro *A revolta das vísceras*, já haviam sido publicadas e faziam referência à luta armada: são os casos, por exemplo, dos já citados *O que é isso, companheiro?* e *Em câmara lenta*. Assim, a menção à luta armada poderia ser uma estratégia de *marketing* da editora, tendo em vista, principalmente, o sucesso editorial do livro de Gabeira. Poderia ser também a tentativa de chamar a atenção para a história recente do país que estava vindo à tona num contexto ainda de abertura política ou, talvez, uma tentativa de colocar o livro dentro dos debates feministas que, na época em questão, eram bastante fortes no Brasil, uma vez que o relato pretende ser uma visão *feminina* da luta armada. Essas são apenas algumas possibilidades de entendimento e não têm a pretensão de apontar para uma resposta definitiva, e sim de destacar que a escolha do subtítulo pode ter sido baseada levando-se em consideração uma ou mais dessas perspectivas. Por fim, Mariluce explica que não prestou

²⁸ Importante ressaltar que a AP, apesar do seu posicionamento, também realizou ações nas quais se fazia uso de armas. O exemplo mais conhecido é o malsucedido atentado contra o general Costa e Silva no Aeroporto de Guararapes, em Recife, em julho de 1966 (DIAS, 2007; MOURA, 2016).

atenção no subtítulo quando recebeu as provas do livro, já que para ela a referência à luta armada trata-se de um “erro crasso”: “acho que eu estava tão feliz que não me detive em observar isso, talvez não tenha feito o trabalho rigoroso da autora na hora de revisar” (MOURA, 2016, p. 292). Dessa forma, se a função do título e subtítulo é, além de nomear o livro, “designá-lo com tanta precisão quanto possível e sem riscos demasiados de confusão” (GENETTE, 2009, p. 76), neste caso específico *A revolta das vísceras* não cumpriu com o esperado.

Na contracapa do livro, Mariluce, por sua vez, é apresentada por Elias Fajardo da Fonseca como uma das primeiras mulheres, se não a primeira, a dar “suas impressões” sobre a ditadura civil-militar brasileira. Todavia, se faz necessário relativizar essa colocação. Antes de *A revolta das vísceras* ter sido lançado, outras mulheres já haviam relatado as suas experiências, inclusive antes mesmo da promulgação da Lei da Anistia. É o caso de Flávia Schilling, que teve o seu livro *Querida família* publicado no Brasil em 1978²⁹. O livro, lançado enquanto Flávia ainda estava detida no Uruguai, contém parte das cartas que foram escritas pela autora e enviadas à família no período compreendido entre os dias 10 de dezembro de 1972 e 17 de outubro de 1973. Em 1980, ano em que é libertada, é publicado o seu segundo livro, *Querida liberdade*, no qual são retomadas algumas cartas do livro anterior, ampliando o período de correspondência até o seu retorno, em 21 de abril. Também em 1980 é publicado *Memória das mulheres do exílio*, obra coletiva dirigida e editada por Albertina de Oliveira Costa, Maria Teresa Porciuncula Moraes, Norma Marzola e Valentina da Rocha Lima, contendo o relato de mais de vinte mulheres que passaram pela experiência do exílio. Em 1981, Carmem Fischer lança *Travessia: do sonho à realidade – uma brasileira no exílio*. Através da protagonista Lisa, a autora narra os conflitos pessoais, culturais e ideológicos que permearam o seu exílio no Chile e na Suécia.

²⁹ Conforme explica Danielle Tega, Flávia Schilling, “após o golpe militar de 1964, havia se exilado com a família no Uruguai. Acusada de envolvimento com os Tupamaros, Schilling era uma das reféns da ditadura uruguaia, e poderia ser morta a qualquer momento pelos repressores caso considerassem que demais militantes da organização guerrilheira estivessem praticando algum ato contrário ao regime. Anos depois de sua prisão, realiza-se uma vasta campanha nacional e internacional pela sua libertação, cuja iniciativa é dada pelo Movimento Feminino pela Anistia” (TEGA, 2015, p. 56-57). Para aprofundar questões acerca da trajetória de Flávia Schilling, ver: SILVA, Diego Scherer da. “Até que um dia, de repente, tudo passa a ser contado no passado”: os projetos, as memórias e os campos de possibilidades na formação do indivíduo Flávia Schilling (Brasil – Uruguai, 1964 – 1980). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre, 2014.

Como é possível perceber, o relato de Mariluce não foi o primeiro, mas se soma às primeiras vozes femininas que narraram suas experiências ainda num contexto de ditadura. Entretanto, há outras características que conferem à obra um certo grau de ineditismo, como a integração de personagens ao testemunho, a utilização de diferentes vozes narrativas e uma escrita carregada de emoção e subjetividade, algo novo ao se tratar das memórias publicadas naquela época.

Outra característica importante é o fato de a obra ter sido escrita e publicada antes do que Janaína de Almeida Teles (2011, p. 464) denominou de “o primeiro momento no sentido de construção da memória social sobre os crimes da ditadura”: a publicação do projeto *Brasil: Nunca Mais*, já apontado anteriormente. Na percepção da autora, o relatório “possibilitou uma ampla tomada de consciência coletiva em relação à amplitude da política repressiva da ditadura” (TELES, 2011, p. 465). Nesse sentido, a abertura da vala clandestina localizada no cemitério Dom Bosco, em São Paulo, no bairro de Perus, com a finalidade de reconhecer os restos mortais de militantes assassinados pela ditadura constituiu-se, também, como um símbolo da elaboração da memória no estágio pós-ditatorial³⁰. Conforme Teles (2011), a abertura da vala de Perus destacou-se como segundo momento mais importante na estruturação da memória sobre a ditadura, sobretudo no que diz respeito à memória sobre os mortos e desaparecidos políticos e seus familiares. Assim, o livro escrito por Mariluce, que fala sobre a experiência da autora em relação à perda do marido assassinado pela ditadura, destaca-se por abordar, mesmo que indiretamente, uma prática desenvolvida pela repressão antes mesmo do estabelecimento desses dois momentos inaugurais de construção da memória. No entanto, não posso deixar de mencionar, mais uma vez, o livro de Tapajós, *Em câmara lenta*, como o pioneiro em denunciar o emprego da tortura e as mortes dela resultantes. Novamente, *A revolta das vísceras* se soma aos primeiros relatos que denunciam as arbitrariedades cometidas no período pelo Estado.

³⁰ A vala de Perus, como ficou conhecida, abrigava 1.049 ossadas acondicionadas em sacos plásticos sem nenhuma identificação. Para lá foram levados corpos de indigentes, vítimas anônimas do Esquadrão da Morte, da miséria social e da repressão política. Conforme denúncia dos familiares de mortos e desaparecidos políticos, as ossadas de pelo menos seis presos políticos sequestrados, torturados e assassinados pelo Estado nas dependências do DOI-CODI poderiam estar ali. Teve início, assim, as escavações arqueológicas que visavam a exumação e a identificação dos corpos. Para maiores informações sobre a vala clandestina de Perus, ver: *DESAPARECIDOS políticos*: um capítulo não encerrado da História Brasileira. São Paulo: Ed. Do Autor, 2012.

Retomando a trajetória de Mariluce, em outubro de 1974 a autora foi julgada pela Justiça Militar e absolvida com base na inexistência de provas nos autos³¹. Em julho de 1975, foi aprovada em concurso público para o cargo de docente na UFBA. Contudo, por determinação do Ministério da Educação, teve o seu vínculo com a Instituição cortado no mesmo ano em razão da sua prisão e posterior processo respondido na Justiça Militar. Somente 40 anos depois, em 2015, por decisão da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, foi reintegrada à Universidade³².

Mariluce é mestra (1987) e doutora (2006) em Comunicação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Desde 1969 desenvolveu diversos trabalhos nas redações de importantes veículos de comunicação como *O Globo*, *Jornal do Brasil*, *Gazeta Mercantil* e *Exame*. Ao longo de sua carreira, criou uma das mais importantes revistas de divulgação científica brasileira, a *Pesquisa FAPESP* (www.revistapesquisa.fapesp.br), que dirigiu entre 1999 e 2014. Foi pesquisadora colaboradora do Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo da Universidade Estadual de Campinas – Labjor/Unicamp (2015-2017), criadora e coordenadora do projeto de divulgação científica Ciência na rua (www.ciencianarua.net) voltado ao público jovem (2015) e da revista *Bahiaciência* (2014). Foi presidente da Associação Brasileira de Jornalismo Científico (ABJC) entre os anos de 2011 e 2013. Atualmente, é professora aposentada pela UFBA³³.

Quando escreveu *A revolta das vísceras*, Mariluce estava casada com Rino Marconi, relacionamento assumido desde 1975, com quem teve outros dois filhos, Elisa e Tiago, nascidos antes da publicação do livro. Por fim, em audiência pública da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva”, em 2013, a autora comentou sobre a possibilidade de lançar em breve uma segunda edição de *A revolta das vísceras*. Contudo, até o momento do término da escrita desta tese, o trabalho não havia sido publicado.

³¹ Conforme Ata da 33ª Sessão do Conselho Permanente para o Exército e a Sentença do Processo Nº 1/74. BMN_549, p. 226-238.

³² Requerimento de Anistia 2011.0169495. Comissão de Anistia, 23ª Sessão de Turma, 14 de outubro de 2015. Mariluce foi reintegrada à UFBA pela Portaria Nº 212 de 17 de dezembro de 2015, publicada na página 16, seção 2 do Diário Oficial da União (DOU) de 22 de dezembro de 2015.

³³ Todas as informações sobre a trajetória de Mariluce foram retiradas dos seguintes documentos: SÃO PAULO. Assembleia Legislativa. Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva”. *Infância Roubada, crianças atingidas pela Ditadura Militar no Brasil*. São Paulo: ALESP, 2014; BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Relatórios da Comissão Nacional da Verdade. Brasília: CNV, 2014, v.1; Currículo Lattes da autora: disponível em <http://lattes.cnpq.br/1562675775350227>. Acesso em: 26/11/2020.

1.2.2 O início do desenvolvimento de medidas de memória e reparação e a publicação de *No corpo e na alma*

O segundo momento em termos de construção da memória, ainda de acordo com Teles (2011), teve início nos anos 1990 num contexto de retomada da democracia, marcado tanto pela aprovação da Constituição de 1988 quanto pela eleição presidencial de 15 de novembro de 1989. Nesse período, a descoberta e abertura da vala clandestina de Perus adquiriu “o significado de um ato de fundação na construção da memória sobre a ditadura” (TELES, 2011, p. 465), viabilizando também outras operações de memórias que se relacionavam à pauta sobre os mortos e desaparecidos políticos. A denúncia da existência dessa vala teve como consequência imediata a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), na Câmara Municipal de São Paulo, com o objetivo de investigar as irregularidades cometidas, atuando na elucidação dos fatos entre setembro de 1990 e maio de 1991. Todo o trabalho realizado em Perus, conforme Teles (2011), contou com pouco apoio oficial e com a inexistência de políticas de memória que possibilitasse uma investigação mais criteriosa, impedindo, naquela época, um maior conhecimento sobre a repressão estatal. Somente em 1999 o Ministério Público Federal assumiu as investigações. Entretanto, a repercussão nacional das atividades desenvolvidas pela CPI e pelas sucessivas escavações arqueológicas realizadas desde então favoreceu, como observa a autora, “a abertura dos arquivos das polícias políticas estaduais, os DEOPS, a partir de 1992; a criação da Comissão de Direitos Humanos do Congresso Nacional, em 1995; e, principalmente, a promulgação da Lei dos Desaparecidos, em 1995” (TELES, 2011, p. 466), tendo um forte impacto junto à opinião pública³⁴.

O ano de 1995 foi muito importante para o movimento dos familiares dos mortos e desaparecidos políticos com a publicação da Lei nº 9.140 de 4 de dezembro, a Lei dos Desaparecidos, que reconhecia como mortas as pessoas que se encontravam desaparecidas em razão de suas atividades políticas, mas não previa enquadrar os crimes apurados em

³⁴ A Comissão de Direitos Humanos teve sua origem em 1995 a partir do processo de intensificação do compromisso do Brasil com os Direitos Humanos, marcado pela participação do país na Conferência da ONU em 1993, em Viena. Já a Lei nº 9.140 de 4 de dezembro de 1995, a Lei dos Desaparecidos, “reconhece como mortas pessoas desaparecidas em razão de participação, ou acusação de participação, em atividades políticas, no período de 2 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979”. A Lei previa também a criação de uma Comissão Especial que tinha como uma de suas atribuições “envidar esforços para a localização dos corpos de pessoas desaparecidas no caso de existência de indícios quanto ao local em que possam estar depositados”. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9140compilada.htm. Acesso em 29 de jun. de 2020.

nenhum tipo de processo penal. A Lei previa também a criação da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) que teria como objetivo a apuração dos demais casos. O trabalho desenvolvido pela Comissão foi fundamental para o reconhecimento formal de cada desaparecimento, para a aprovação de reparação indenizatória e para a busca e localização dos restos mortais dos militantes, cumprindo um papel qualificado nas reivindicações por memória e justiça. Contudo, a CEMDP, priorizando a investigação das circunstâncias dos assassinatos e desaparecimentos, não se constituiu num espaço público de escuta das outras vítimas da ditadura, como sobreviventes que foram presos e torturados por agentes do Estado, funcionários públicos expurgados, políticos que perderam o mandato, etc.

Em 2002 foi promulgada a Lei 10.559 que, além de prever direitos como a declaração da condição de anistiado político, a reparação econômica, entre outros, instituiu a Comissão de Anistia, vinculada ao Ministério da Justiça, que tinha como objetivo apreciar e julgar os requerimentos de anistia³⁵. A Comissão de Anistia implementou algumas medidas de memória e reparação e uma das mais expressivas foi a criação das Caravanas da Anistia, nas quais a Comissão percorria os estados brasileiros para julgar os requerimentos nos próprios locais em que os fatos haviam ocorrido, propiciando que as sessões ocorressem em ambientes educativos como Universidades e outros espaços comunitários. Compunham uma das ações do Projeto Educativo “Anistia Política: cidadania, democracia e educação para os direitos humanos” e visavam contribuir para o conhecimento e a reflexão sobre os períodos de repressão, além de difundir os trabalhos da Comissão de Anistia³⁶. Outra medida construída no espaço de atuação da Comissão foi o Projeto Marcas da Memória, dedicado a promover iniciativas culturais que ampliassem o acesso da sociedade ao direito à memória e à verdade, propiciando uma reflexão coletiva sobre o tema que extrapolasse o âmbito da reparação individual³⁷. Entretanto, essas medidas de memória e reparação, como lembra Caroline

³⁵ No momento atual, a Comissão de Anistia está vinculada ao Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania do governo Lula que teve início em janeiro de 2023.

³⁶ Cf. BRASIL. Ministério da Justiça. Comissão de Anistia. *Cartilha Informativa da Comissão de Anistia*. Brasília: Comissão de Anistia/MJ, 2010.

³⁷ O Projeto Marcas da Memória, como observa Roberta Camineiro Baggio, era dividido em cinco eixos: 1) promoção de audiências públicas que tinham por finalidade servir como espaço de escuta pública, além de debater publicamente sobre as responsabilidades e os direitos de todos que convivem em um Estado de Direito; 2) execução de entrevistas com perseguidos políticos (história oral); 3) publicações com vistas à divulgação dos debates sobre a justiça de transição como também das memórias dos perseguidos políticos; 4) implementação de núcleos de assistência às vítimas e testemunhas, como a criação do projeto Clínicas do Testemunho; 5) promoção de chamadas públicas de fomento com vistas à divulgação e formação da memória da Anistia no Brasil.

Silveira Bauer (2011), concentravam-se basicamente na reparação pecuniária – seja através da Lei 9.140/95 ou dos processos julgados pela Comissão de Anistia –, não sendo estabelecidas junto com uma política de memória e reparação, configurando-se como uma medida reparatória insuficiente.

Num contexto de implementação de medidas de reparação e memória, a década de 2000 apresentou o mesmo número de publicações de relatos testemunhais da década de 1990: 21 no total. Houve, porém, um aumento considerável no número de obras escritas por uma perspectiva feminina, passando de 02 nos anos 1990 para 06 nos anos 2000 (VARGAS, 2018). Nesta conjuntura, Derlei Catarina de Luca publicou, em 2002, *No corpo e na alma*, livro que tem como foco principal a sua trajetória política.

Derlei Catarina de Luca nasceu em 17 de setembro de 1976 em Içara, no interior do estado de Santa Catarina. A sua integração na AP, conforme relata no livro, aconteceu em 1966 na campanha realizada pela União Nacional dos Estudantes (UNE) para reabertura dos Centros Acadêmicos das faculdades, fechados desde 1964. Teve participação efetiva em lutas específicas da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), em congressos da UNE e na campanha contra o acordo MEC-USAID. Na região carbonífera, “atuara como apoio na distribuição do jornal *Revolução*, sob liderança de Divo Ghizoni e Paulo Stuart Wright, que realizavam reuniões periódicas com os operários das minas de carvão” (DE LUCA, 2002, p. 38). Derlei era a ligação entre esses operários e a direção da AP. Em 1968, a autora era uma estudante universitária em Florianópolis, fazia parte do Diretório Central de Estudantes (DCE) da UFSC e continuava como militante da Ação Popular. A partir da promulgação do Ato Institucional Nº 5, de 13 de dezembro de 1968, passa para a clandestinidade, deslocando-se por diversas cidades na realização de trabalhos para a organização. Foi presa em São Paulo no final de 1969, sendo brutalmente torturada. Ficou detida até o início de 1970 quando, após um período de recuperação, deslocou-se para a Bahia para dar continuidade ao trabalho da AP. Em abril de 1972, para fugir da repressão, Derlei deixou o filho de poucos meses em Londrina com uma pessoa praticamente desconhecida. Após um curto período no Rio de Janeiro, segue para o exílio, voltando ao país somente após a promulgação da Anistia.

Todas essas ações foram fundamentais para instrumentalizar a sociedade e promover uma reflexão mais apurada sobre as graves violações dos direitos humanos. Para aprofundar o papel e as atividades do Projeto Marcas da Memória, ver: BAGGIO, Roberta Camineiro. Marcas da Memória: a atuação da Comissão de Anistia no campo das políticas públicas de transição no Brasil. *Ciências Sociais Unisinos*, São Leopoldo, vol. 48, n. 2, mai/ago 2012, p. 111-118.

No corpo e na alma, contudo, é escrito e publicado praticamente vinte anos após o seu retorno. Como Derlei afirma na introdução, escrevê-lo também foi uma necessidade, uma vez que as pessoas tinham muita curiosidade sobre a sua experiência na militância, na clandestinidade e na prisão. A autora também achava importante contar sobre a atividade desenvolvida pela Ação Popular. A escrita também ocorreu com uma temporalidade maior entre a experiência e o relato, ao contrário do ocorrido em *A revolta das vísceras*. Além disso, se Mariluce construiu sua narrativa sobre um presente estendido, uma vez que a ditadura ainda estava em vigor e a quebra entre passado e presente poderia não ser tão perceptível, aqui é possível dizer que o relato elaborado por Derlei em *No corpo e na alma* referia-se a um passado recente.

Passando para a análise dos elementos paratextuais, começo novamente pelo título. *No corpo e na alma* faz referência às marcas que a autora possui e que foram deixadas pela ditadura: “ainda tenho marcas da Operação Bandeirantes. No corpo e na alma. Minhas pernas trazem a recordação do horror nas suas cicatrizes. A alma, o espanto por ter sobrevivido” (DE LUCA, 2002, p. 112). É interessante notar que no detalhe da arte da capa (Figura 3) no qual consta o título, há gotas de sangue escorrendo da palavra *alma*, e não da palavra *corpo*, sugerindo uma conotação do imenso sofrimento psíquico decorrente da violência do Estado, inclusive maior do que as sequelas físicas. Como coloca Iris Guimarães Borges nas páginas de apresentação do livro, o título pode ser considerado uma síntese da dolorosa realidade pela qual alguns militantes, os que foram presos e torturados, passaram.

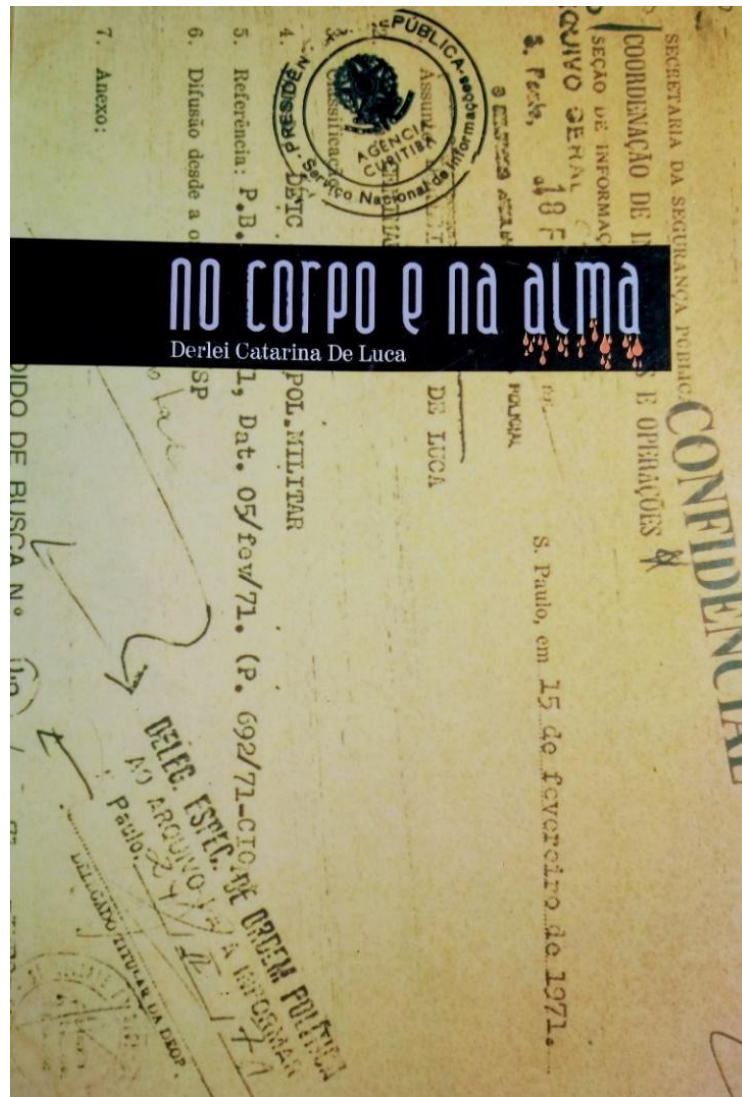
Figura 3: Detalhe da arte do livro *No corpo e na alma*



Fonte: fotografia realizada por LEITE, 2020.

Sobre a capa, ao contrário da arte elaborada de *A revolta das vísceras, No corpo e na alma* (Figura 4) basicamente apresenta a foto de um dos documentos do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) dos quais Derlei teve acesso.

Figura 4: Capa do livro *No corpo e na alma*



Fonte: fotografia realizada por LEITE, 2020.

A arte é assinada pelo jornalista Juninho de Luca, sobrinho da autora³⁸. Quanto aos documentos, eles também foram incorporados na narrativa e citados no corpo do texto, às vezes constituindo-se em passagens relativamente extensas – essa característica da escrita de

³⁸ Fonte: Academia Içarense de Letras e Artes. Disponível em: <http://www.aila.com.br/academicos-membro>. Acesso em: 10 dez. 2020.

Derlei, entretanto, será abordada no próximo capítulo. Por fim, a obra encerra ainda uma peculiaridade: ao contrário dos outros dois livros analisados, *No corpo e na alma* não foi publicado por nenhuma editora, o que significa que provavelmente foi a própria autora quem arcou com os custos da sua publicação. Não há informações no livro sobre a tiragem.

Desde que retornou ao Brasil, bem como no momento da escrita do livro, Derlei estava envolvida com questões referentes aos direitos humanos, fazendo parte de grupos que se mobilizavam em torno da construção da memória sobre a ditadura. A autora fundou e coordenou o *Comitê Catarinense Pró-Memória dos Mortos e Desaparecidos Políticos*, hoje *Memorial dos Direitos Humanos*, e foi militante do *Grupo Tortura Nunca Mais*, o que sinaliza que as suas memórias, ao longo da sua narrativa, estavam atravessadas pelas demandas situadas no presente, o que pode ter refletido nos motivos que a levaram a escrever.

Ao longo de sua trajetória, Derlei deu aula em várias escolas, foi secretária do *Comitato Veneto* de Santa Catarina e trabalhou durante 25 anos na APAE de Içara. Ocupou a Cadeira n. 1 da Academia Criciúma de Letras, recebeu, em 1988, o título de Cidadã Honorária de Criciúma e, em 2001, recebeu da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina a Medalha Antonieta de Barros³⁹. Publicou os livros *Os jasmims do jardim de Paolo*, *À sombra da figueira*, *No corpo e na Alma* e *Içara – História e Geografia*, livro didático para o ensino fundamental. Também coordenou o *Coletivo Catarinense pela Memória Verdade e Justiça* e foi membro da *Rede Brasil Memória, Verdade e Justiça*. A autora faleceu em 18 de novembro de 2017, aos 71 anos, em decorrência de um câncer⁴⁰.

1.2.3 A Comissão Nacional da Verdade e a publicação de *Réquiem por Tatiana*

As primeiras resoluções do Estado brasileiro no sentido de formular políticas de memórias, de acordo com Caroline Silveira Bauer (2015), datam, como visto, de meados da década de 1990 com a pressão de grupos de familiares de mortos e desaparecidos políticos. Na década de 2000, principalmente a partir do segundo mandato do presidente Luiz Inácio

³⁹ Medalha em homenagem a mulheres que tenham se destacado nas áreas cultural, política, desportiva, empresarial e de prestação de serviços ou ação social no município de Florianópolis.

⁴⁰ Todas as informações sobre a trajetória de Derlei foram retiradas dos seguintes documentos: SÃO PAULO. Assembleia Legislativa. Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva”. *Infância Roubada, crianças atingidas pela Ditadura Militar no Brasil*. São Paulo: ALESP, 2014; DE LUCA, Derlei Catarina. *No corpo e na alma*. Criciúma, Ed. Do autor, 2002.

Lula da Silva, algumas atitudes foram tomadas no sentido do estabelecimento dessas políticas, como as já citadas ações constituídas a partir da criação da Comissão da Anistia. Em 2007, houve a publicação do relatório *Direito à memória e à verdade*, elaborado pela CEMDP, e que tinha como objetivo contribuir para que o Brasil avançasse na consolidação dos Direitos Humanos. Conforme destaca Bauer, a produção desse relatório, juntamente com a abertura dos arquivos da repressão, que foi pauta de discussão desde os primeiros dias do governo Lula, “configuram uma das poucas *medidas* de memória instituídas pelo governo federal em relação ao direito à verdade” (BAUER, 2011, p. 371).

Na sequência, o governo de Dilma Rousseff apresentou alguns avanços na direção de garantia do direito à memória e à verdade. Em 2011 houve a promulgação da Lei 12.528 que criou a Comissão Nacional da Verdade – CNV, instaurada em 16 de maio do ano seguinte, mesma data em que entrou em vigor a Lei 12.527/2011, a nova Lei de Acesso à Informação (LAI), que, além de dar transparência às práticas da administração pública, determinou que o sigilo seria conferido aos documentos apenas em casos excepcionais como, por exemplo, quando se coloca em risco a soberania nacional, a saúde da população ou a estabilidade financeira do Estado.

A CNV tinha por finalidade apurar as graves violações dos Direitos Humanos ocorridas entre 18 de setembro de 1946 e 05 de outubro de 1988. Com ela, o Estado brasileiro reconheceu oficialmente a sua responsabilidade nas graves violações dos direitos humanos que ocorreram durante a ditadura. Contudo, a Comissão não possuía a prerrogativa legal de solicitar a punição dos torturadores e demais agentes da repressão, uma vez que eles ainda estavam protegidos pela lei da anistia. Dessa forma, a CNV atuou para que fossem assegurados os direitos à memória e à verdade, mas não à justiça. O relatório final da Comissão Nacional da Verdade foi entregue à presidenta Dilma Rousseff em 10 de dezembro de 2014.

Conforme sublinha Bauer (2015, p. 121), “a CNV, enquanto uma política de memória, caracteriza-se por um processo coletivo de significação do passado recente em que se procura orientar as ações e investigações entre ‘futuros passados’, ‘passados presentes’ e ‘passados que não passam’”. Essa constatação, na compreensão da autora, “é importante para perceber-se como o terrorismo de Estado e seus efeitos residuais são capazes de alterar as estruturas básicas de definição de passado, presente e futuro” (BAUER, 2015, p. 121).

Em meio a todas essas discussões em relação ao passado e todo o trabalho desenvolvido pela CNV, a década de 2010 contou com a publicação de 09 livros de relatos testemunhais, sendo que 05 deles foram escritos por uma perspectiva feminina (VARGAS, 2018). O crescimento proporcional do número de obras escritas por mulheres, de acordo com Heloísa Nunes dos Santos (2017), pode ter sido influenciado pelo fato de Dilma Rousseff, militante da luta armada, ter sido a primeira mulher eleita Presidenta da República nas eleições de 2010. A trajetória de Dilma na resistência à ditadura assemelha-se a de muitas outras militantes e, na perspectiva da autora, pode ter encorajado outras mulheres a exporem suas memórias. Contudo, acredito que o fato de Dilma ocupar o principal cargo político do país, um espaço hegemonicamente masculino, pode ter influenciado mais ainda a escrita de outras mulheres, uma vez que as militantes sempre questionaram o fato de que elas não chegavam aos postos de comando nas organizações. Quando uma delas passa a presidir o Brasil, outras sentem-se mais a vontade para falar sobre o passado, inclusive incorporando críticas à divisão de trabalho que ocorria dentro dos espaços de luta.

Em 2013, ano em que a maioria das obras foi publicada, 06 no total, Sylvia de Montarroyos lança *Réquiem por Tatiana*, livro que narra a sua trajetória nos primeiros anos pós-golpe de 1964 e que é apresentado como o testemunho da primeira mulher a ser torturada pela ditadura civil-militar no Brasil. Essa colocação, no entanto, precisa ser problematizada. A afirmação pode ter sido feita por uma escolha da editora, uma estratégia de marketing para chamar a atenção do leitor, valendo-se do fato de que Sylvia foi presa alguns meses após o golpe. Todavia, é muito difícil estabelecer quem foi a primeira pessoa, ou no caso, a primeira mulher, a ser torturada neste contexto, uma vez que houve prisões sistemáticas com viés político desde abril de 1964 – e a autora foi detida apenas no início de novembro do mesmo ano. É certo que a prisão e a tortura de Sylvia guardam algumas particularidades, como o fato de na época a autora ser menor de idade e ter sido brutalmente torturada a ponto de comprometer a sua saúde mental, mas ainda assim é complicado tentar determinar a primazia desses acontecimentos.

Sylvia – ou Tatiana, codinome adotado na época da militância – nasceu em Recife, em abril de 1947, local onde também passou a sua juventude. Pertencia a uma tradicional família nordestina e foi educada nas consideradas socialmente como sendo as melhores escolas. Integrava os quadros do Partido Operário Revolucionário Trotskista (POR-T) e tinha 17 anos quando foi presa em 2 de novembro de 1964, juntamente com Pedro Makovsky Clemanchuck,

seu noivo e dirigente do partido em Pernambuco. Foi levada para a Secretaria de Segurança Pública, local de onde conseguiu fugir. Recapturada dias depois, passou por vários quartéis do IV Exército nos quais foi torturada de forma impiedosa.

Réquiem por Tatiana apresenta, ao contrário dos demais livros analisados, um elemento paratextual que, por definição, “consiste em um discurso produzido a propósito do texto que segue ou que antecede” (GENETTE, 2009, p. 145): um prefácio. É por meio desse prefácio, assinado por Juan Martim Diego Heredia, apresentado como escritor e médico chileno, que temos acesso a algumas informações importantes a respeito do processo de escrita do livro. Heredia conta que a narrativa desenvolvida por Sylvia teve um longo processo de gestação. A primeira versão foi escrita entre 1985 e 1986 e se chamava *Tatiana 1964: uma geração do Nordeste, uma geração do Brasil* e pode ser considerada a espinha dorsal da obra que acabou sendo publicada. Conforme relato da autora

Já tinha feito uma tentativa [de escrever] antes, ao voltar ao Brasil pela anistia. Gabeira fazia sucesso com *O que é isso, companheiro?* e eu já tinha publicado livros em Portugal, onde havia ganho o Prêmio de Literatura da Secretaria de Estado do Ambiente, por isso a família e amigos insistiam que eu escrevesse a minha experiência, a experiência de uma mulher, e eu tentei, mas não pude, estávamos em finais de 79, toda gente voltava e o clima era de alegria, era a abertura Figueiredo. Mas não deu. Tinham se passado 15 anos e a ferida já devia ter cicatrizado, mas quando fui remexer nela doeu muito, ainda estava aberta e começou a sangrar, e eu não pude, não consegui⁴¹ (SYLVIA apud HEREDIA, 2013, p. 18).

Quando terminou a escrita, Sylvia tentou publicá-lo em Pernambuco e no Rio de Janeiro, pois estava passando uma temporada no Brasil. Contudo, naquele ano, 1986, não encontrou uma editora interessada na sua história (HEREDIA, 2013), mesmo sendo a década de 1980 a que mais produziu relatos testemunhais: foram publicados 24 livros ao todo, mas apenas 03 deles foram escritos por mulheres (VARGAS, 2018).

A segunda versão, *Tatiana 1964: o destino de uma geração*, surgiu na década de 1990, após a autora lançar *Recordações da casa dos loucos*, uma adaptação de 80 páginas do último capítulo da primeira versão do livro, recebendo por isso menção honrosa do Prêmio Agustina

⁴¹ O prefácio é atravessado algumas vezes pela voz de Sylvia: passagens em primeira pessoa, sempre colocadas entre aspas. Entretanto, Heredia não faz referência de onde ou como teve acesso a essas informações – provavelmente, são o resultado de alguma conversa informal que teve com Sylvia, uma vez que, pela leitura do texto, depreende-se que os dois sejam amigos.

Bessa-Luís em Portugal. Entretanto, após a conclusão da (re)escrita, Sylvia desistiu de lançá-lo em Portugal:

Que o meu livro seja publicado em países da América Latina, onde a minha geração viveu história parecida e tive minha primeira experiência de exílio, ou na Europa, onde ainda hoje vivo por conta da minha trajetória de exílio, tudo bem... mas o lançamento, a primeira vez, tem de ser no Brasil (SYLVIA apud HEREDIA, 2013, p. 21).

A declaração de Sylvia não deixa de ser, de certa forma, um pouco contraditória, pois uma parte do que é narrado, como dito acima, já havia sido publicado apenas em Portugal. Mesmo assim, a autora acabou não vendo sentido em lançar seu livro fora do seu país de origem, uma vez que a *sua* história, que tinha um caráter profundamente intimista, fazia parte também da história do Brasil (HEREDIA, 2013).

A terceira e última versão teve origem nas lembranças dos 25 anos da anistia brasileira, quando a autora participou, no Brasil, de programas de televisão e mesas redondas a convite da Assembleia Legislativa de Pernambuco e do Arquivo Público. A partir dos seus depoimentos, surgiu o convite para que escrevesse sua história, que viria a ser lançada nove anos depois. Na ocasião, a autora explicou que “a história já estava escrita, só faltam uns acertos e lapidar um pouco” (SYLVIA apud HEREDIA, 2013, p. 21). Dos ajustes realizados, constituiu-se a terceira versão, *Réquiem por Tatiana*, finalizado em 2005. O livro foi finalmente lançado em 5 de dezembro de 2013, no Museu do Estado, no Recife. Assim, além de ter sido o último dos três livros analisados por este estudo a ser publicado, *Réquiem por Tatiana* condensa diferentes contextos de escrita e a maior temporalidade de testemunho: entre a experiência e o término do relato em 2005, passaram-se 41 anos – 49 anos até a publicação. Dessa forma, por ter sua escrita concluída anos antes da publicação, *Réquiem por Tatiana* não se beneficiou das reflexões que surgiram a partir dos trabalhos desenvolvidos pela CNV.

Dando continuidade às análises paratextuais, começo pela capa de *Réquiem por Tatiana* (Figura 5), que traz a foto da autora tirada no dia da sua prisão na Secretaria de Segurança Pública de Pernambuco. A mesma imagem havia sido divulgada por jornais e empresas de televisão quando Sylvia escapou da prisão. Naquela ocasião, a foto acompanhava a legenda “Perigosa terrorista foragida: Procura-se” (NOTA DO EDITOR apud MONTARROYOS, 2013, p. 04).

Figura 5: Capa do livro *Réquiem por Tatiana*

Fonte: fotografia realizada por LEITE, 2020.

Já o título da obra evidencia uma das características que perpassam o texto escrito por Sylvia: as diversas referências aos rituais estabelecidos pela Igreja Católica, religião com a qual a autora se identifica. Réquiem é uma expressão que vem do latim *requiem* e significa *descanso*⁴². No dicionário, tem o sentido de um ofício acompanhado de preces, em

⁴² Dicionário Latim-português Glosbe. Disponível em <<https://pt.glosbe.com/la/pt/requiem>>. Acesso em: 13 de jul. de 2020.

homenagem a uma pessoa falecida⁴³. Na liturgia da Igreja Católica, trata-se de uma missa oferecida para o repouso da alma e é frequentemente, mas não obrigatoriamente, celebrado no contexto de um funeral⁴⁴. O livro, por sua vez, possui cerca de 460 páginas e está dividido em 5 capítulos, além de prólogo e epílogo, cada um com um intertítulo, que são os títulos internos ao texto (GENETTE, 2009). Todos os capítulos são seguidos por textos curtos intitutados “homílias”, o que faz a obra estruturar-se exatamente como uma missa de réquiem. Sylvia, em determinada passagem, justifica esta escolha:

E é em memória dessa geração e dos que sofreram por ela, dos que escreveram com o seu sangue essas páginas tão dramáticas da História do Brasil, que esta Missa de Réquiem é celebrada neste livro [...] A história de Tatiana é a história deles todos, por isso ela é contada através de uma Missa por aquele que foi o supremo sacrifício que eles todos fizeram: o das suas vidas, doadas por amor à pátria e à humanidade, e no mesmo altar onde este Réquiem é hoje celebrado, o altar da deusa suprema, aquela que é o mais sagrado de todos os seres, e de todas as criaturas de todo o universo: o altar da Liberdade!... (MONTARROYOS, 2013, p. 107).

Um dos subtítulos da obra (o que não aparece na primeira capa e sim numa das capas internas) dá o nome dessa missa: *Missa em si menor*, também explicada pela autora:

Por uma breve fração de segundo me senti ajoelhada, e rezei sem rezar. Era como se estivesse de repente numa missa, uma missa por mim, por mim Tatiana, por mim Sylvia, por mim Sílvia – fui batizada com y, e registrada com i, sou duplamente o meu nome, Sylvia e Sílvia –, uma missa por mim Si – o diminutivo com que me chamam os meus irmãos e amigos de infância –, uma missa por uma menina, a menina que eu era e que ali estava presa mas sem poder ser presa, por ser ainda menor de idade, uma missa, enfim... em Si Menor (MONTARROYOS, 2013, p. 97).

Réquiem por Tatiana é também, de acordo com Heredia, o primeiro livro de uma trilogia que tem continuidade com *Tempestade em Tegucigalpa* e *Vagas estrelas da Ursa Maior*, ainda não publicados, onde a autora pretende abordar as dificuldades da vida clandestina, o processo doloroso e desagregador do exílio e reflexões sobre o período de militância e a militância em si (HEREDIA, 2013). Existe também a possibilidade de uma adaptação da história para o cinema: quando Sylvia esteve no Brasil em setembro de 2019

⁴³ Dicionário Michaelis. Disponível em <<https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/r%C3%A9quiem/>>. Acesso em: 13 de jul. de 2020.

⁴⁴ Mencionei a Igreja Católica pois é com ela que Sylvia se identifica e faz diversas referências no decorrer do texto. Contudo, missas de réquiem também são encontradas em outras Igrejas, como a Anglicana, as Ortodoxas e em certos segmentos da Igreja Luterana.

para o relançamento de *Réquiem por Tatiana* no Recife, ela se reuniu com alguns produtores para conversar sobre o assunto⁴⁵. Até o término da escrita desta tese, não há outras notícias sobre a adaptação.

Sylvia iniciou sua formação acadêmica no Recife, onde cursou, sem concluir, os cursos de Direito e Teatro. Na Europa, licenciou-se em História (Lisboa), especializou-se em Antropologia Cultural (Vincennes), História da Arte (Sorbone) e Pedagogia (IRFED, Paris e Dourdon), Psicologia (Lisboa) e fez mestrado em Filosofia e Literatura Latino-americana (Bélgica). Escreveu diversos livros para crianças – *No país das ruas azuis*, *Na floresta encantada*, *Histórias do bichinho qualquer* e *A menina terra* – e para adultos – *De repente, abril* e *O vento em meus cabelos* – todos publicados em Portugal. Recebeu diversos prêmios literários, entre eles o prêmio O ambiente e a Literatura Infantil, da Secretaria de Estado do Ambiente de Portugal, por *Histórias do bichinho qualquer* e o prêmio Augustina Bessa-Luis (Porto-Portugal), pela novela *Recordação da casa dos loucos*. No Brasil, recebeu o prêmio Joel Pontes, Espaço Pasárgada (Recife) pelo seu ensaio inédito *A extraordinária aventura de escrever para crianças*.⁴⁶ Atualmente, Sylvia reside em Lisboa, Portugal.

1.3 A literatura sobre a ditadura civil-militar brasileira: testemunho, memória e cultura

Elizabeth Jelin, no livro *Los trabajos de la memoria* (2012), propõe que se pense e se analise as memórias decorrentes das ditaduras e das violações dos direitos humanos a partir de três premissas centrais. A primeira é que se entenda essas memórias como processos subjetivos estabelecidos com base em experiências individuais. A segunda é que se reconheça essas memórias como objetos de disputas, conflitos e lutas. A terceira é que se historicize essas memórias, ou seja, que se compreenda “*que existen cambios históricos en el sentido del pasado, así como en el lugar asignado a las memorias en diferentes sociedades, climas culturales, espacios de luchas políticas e ideológicas*” (JELIN, 2012, p. 36). Neste primeiro capítulo da tese, baseei-me particularmente na terceira proposição da autora, procurando demonstrar os contextos políticos, sociais e culturais de escrita e publicação das obras, que serão bem importantes para a compreensão das narrativas analisadas neste trabalho.

⁴⁵Fonte: Portal Leia Já Nacional. Disponível em: <<https://www.leijaja.com/cultura/2019/09/11/livrodemilitante-na-ditadura-de-64-e-relancado-no-recife/>>. Acesso em: 16 abril 2020.

⁴⁶ Fonte: MONTARROYOS, Sylvia de. *Réquiem por Tatiana*. Recife: Cepe, 2013.

Como visto, Mariluce, Derlei e Sylvia escreveram e publicaram em contextos específicos que podem ter influenciado a abordagem de alguns assuntos, bem como o silenciamento/esquecimento de outros (estes aspectos serão aprofundados nos próximos capítulos): enquanto *A revolta das vísceras* foi escrito e publicado ainda no período da ditadura, *No corpo e na alma* e *Réquiem por Tatiana* tiveram sua escrita e publicação em diferentes momentos democráticos. Para trabalhar estes contextos, utilizei, neste capítulo, alguns marcos de memória que foram explorados por Janaína de Almeida Teles (2011) na tese *Memória dos cárceres da ditadura: os testemunhos e as lutas dos presos políticos no Brasil*⁴⁷. Não tenho a pretensão de encaixar na periodização proposta pela autora as obras analisadas nesta tese de maneira hermética, e sim utilizá-la para refletir sobre as possíveis relações entre o que foi escrito e os cenários de produção de memória sobre a ditadura civil-militar brasileira. As obras, muitas vezes, extrapolam essas demarcações, como o já visto caso de *Réquiem por Tatiana*, escrito e publicado em diferentes conjunturas.

Caso semelhante ocorre quando busco aproximar as três obras com a dinâmica proposta por Rebecca Atencio (2014). Ao analisar a produção artístico-cultural e a justiça de transição no Brasil, a autora percebeu interações sutis e recíprocas entre a produção cultural brasileira acerca da ditadura e alguns mecanismos institucionais, denominando-a de “ciclo da memória cultural no Brasil”. Segundo sua análise, esse ciclo da memória cultural é composto por quatro fases: 1) *emergência (quase) simultânea* entre uma obra e um mecanismo institucional, lançados aproximadamente ao mesmo tempo, de forma intencional ou por coincidência; 2) *associação imaginária* entre a obra e o mecanismo institucional; 3) *alavancagem*, estimulada pelo processo de associação imaginária, que permite que outros grupos aproveitem a associação e se utilizem dela para promover outros temas; 4) *propagação*, na qual a obra original incentiva o aparecimento de novas obras de trabalhos de memória.

De acordo com a proposta da autora, o primeiro ciclo de memória cultural no Brasil ocorreu em conjunto com a promulgação da lei de Anistia. Nesse sentido, a obra que mais se identifica com a anistia é *O que é isso, companheiro?* de Fernando Gabeira, publicado algumas semanas após a entrada da lei em vigor. De acordo com Atencio (2014), a vinculação do livro

⁴⁷ O artigo de Marcos napolitano, *Recordar é vencer: as dinâmicas e vicissitudes da construção da memória sobre o regime militar brasileiro* (2015), também é um importante trabalho que propõe uma outra periodização do processo de construção da memória da ditadura civil-militar brasileira. Ver: Napolitano, M. (2015). Recordar é vencer: as dinâmicas e vicissitudes da construção da memória sobre o regime militar brasileiro. *Antíteses*, 8 (15esp), 9–44.

com um mecanismo institucional – a Anistia – promoveram a obra e o autor, permitindo que se consolidasse um significado de anistia como reconciliação da sociedade, reconciliação essa presente no texto de Gabeira, e não como impunidade ou derrota de um projeto de anistia ampla, geral e irrestrita como requerida pelos movimentos em prol da Anistia. Este é um dos casos apontados pela autora de uma dinâmica bem-sucedida entre obra cultural e mecanismo institucional. Entretanto, como Atencio (2014) observa, nem todas as obras sobre o período da ditadura se vinculam a um ciclo de memória. Inúmeras obras não se encaixam no padrão delineado e muitas delas são importantes por si só. É o caso de *A revolta das vísceras, No corpo e na alma* e *Réquiem por Tatiana* que, mais uma vez, excedem possíveis delimitações. Segundo a autora, há muito o que se aprender com as obras que não se ajustam no modelo proposto: “se um preditor de ligação é a capacidade de captar um estado de espírito nacional, isso significa que as obras que não passaram por todo o ciclo podem revelar quais memórias atraem pouca simpatia e por quê⁴⁸” (ATENCIO, 2014, p. 121). Se os ciclos de memória cultural não auxiliam na investigação proposta nesta tese, ao menos a reflexão sobre eles ajuda a entender por que algumas obras se tornaram tão expressivas quando se trata da literatura sobre a ditadura civil-militar brasileira, e outras nem tanto.

Retomando os diferentes contextos de escrita/publicação das obras, um ponto a ser observado é que o fato de cada autora ter produzido em períodos distintos implica que se leve em consideração na análise o que Jelin (2017) denominou de temporalidade do curso da vida: “*cada etapa impone su propio tono a las narrativas en función de las expectativas sociales vinculadas con el proceso de crecimiento y envejecimiento y los roles sociales asociados a ellas*” (JELIN, 2017, p. 103). Embora as autoras tivessem aproximadamente a mesma idade quando os fatos narrados ocorreram, quando foram escritos cada autora tinha uma idade diferente, passado por experiências distintas e com perspectivas políticas e sociais provavelmente distintas que podem ter influenciado a narrativa de cada uma. Além disso, a distância entre o tempo da experiência e o da narrativa, no caso de Derlei e Sylvia, permite que as autoras façam um relato sobre a ditadura que é, ao mesmo tempo, um relato sobre as suas juventudes.

⁴⁸ Embora o livro de Rebecca Atencio, *Memory's Turn: Reckoning with Dictatorship in Brazil*, não tenha tradução para a língua portuguesa, há um artigo da autora na *Revista Anistia* que é parte do livro e está traduzido para o português. Foi deste artigo que retirei a citação acima para aproveitar a tradução. Ver: ATENCIO, Rebecca J. O momento da memória: a produção artístico-cultural e a justiça de transição no Brasil. *Revista Anistia Política e Justiça de Transição*, nº 10. Brasília – Ministério da Justiça, 2014.

Ainda no que diz respeito à elaboração dessas memórias, há mais um ponto que quero destacar: as obras que foram escritas em períodos mais recentes se beneficiaram do acúmulo de experiência narrativa, imagética, estilística e editorial de obras anteriores. Nesse sentido, no caso dos livros aqui analisados, *Réquiem por Tatiana* foi o que mais se favoreceu dessa *memória cumulativa*, conceito tão bem explorado por Aleida Assmann em *Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural* (2011). Já os livros que foram escritos após 2012, além deste acúmulo de memória, também foram amparados por uma reflexão mais apurada ocasionada pelos trabalhos desenvolvidos pela CNV – o que não foi o caso da obra de Sylvia de Montarroyos que, como antes exposto, foi apenas publicado após esse período.

Por fim, todas as reflexões elaboradas até o momento serão fundamentais para embasar algumas respostas às questões norteadoras desta tese. Assim, nas próximas páginas, será visto quais memórias as autoras acionaram a partir dos contextos políticos, sociais e culturais nos quais as obras *A revolta das vísceras*, *No corpo e na alma* e *Réquiem por Tatiana* foram escritas e publicadas. Além disso, será investigado como todas essas variáveis trabalhadas neste capítulo delinearam as histórias contadas pelas autoras.

2. MULHERES QUE NARRAM: EXPERIÊNCIA, LINGUAGEM, FORMAS DE SUBJETIVAÇÃO

No presente capítulo, pretendo iniciar a análise, a partir de uma perspectiva de gênero, de como Mariluce, Derlei e Sylvia articularam a linguagem para dar sentido às suas experiências nos movimentos de resistência à ditadura. Com o objetivo de especificar os gêneros literários/discursivos que podem ser atribuídos a cada obra, busco debater sobre as formas de subjetivação escolhidas por cada autora e que permitem que se estabeleçam possíveis aproximações entre os textos analisados e determinados gêneros literários/discursivos. Verifico também como as autoras estruturaram as narrativas, ao mesmo tempo em que procuro identificar as estratégias de autorrepresentação por elas utilizadas.

2.1 Experiência e linguagem

A revolta das vísceras, No corpo e na alma, Réquiem por Tatiana. Três narrativas que partem de um ponto em comum: a participação de suas autoras – Mariluce, Derlei e Sylvia, respectivamente – em movimentos de oposição à ditadura civil-militar brasileira. Três militantes que foram presas e torturadas em decorrência de suas atividades políticas e que decidiram, em determinado momento de suas vidas, escrever sobre o que passaram durante esse período da história marcado por violências diversas. Margareth Rago (2013), a partir da leitura da obra de Philippe Artières⁴⁹, aponta que “escrever é inscrever-se, é fazer existir publicamente” (RAGO, 2013, p. 32). O que então essas mulheres decidem tornar público? Quais questões recuperam e quais silenciam? Como estruturam a narrativa e como se constituem discursivamente como militantes num espaço predominantemente masculino? Como reconstroem o passado e dão sentido ao presente? Dessa forma, guiado por esses questionamentos, o foco da minha análise neste capítulo recairá, como já anunciado, na maneira como as autoras articularam a linguagem para dar forma à experiência.

A experiência será tomada aqui, como sublinha Joan Scott (1998), não como a evidência que fundamenta o que é conhecido, e sim pensada no interior dos processos históricos que, por meio dos discursos, posicionam os sujeitos. Analisada a partir dessa perspectiva historicizada, a experiência apresenta-se como aquilo que se procura explicar, não

⁴⁹ O texto específico a partir do qual Margareth Rago faz a sua leitura é: ARTIÈRES, P. Arquivar a própria vida. *Estudos Históricos*, nº 21: *Arquivos Pessoais*. Rio de Janeiro, Cpdoc/FGV, 1998.

como um referencial que busca ser o reflexo da realidade. Os sujeitos, por sua vez, como ainda observa Scott (1998), são agentes cuja atuação é delimitada por situações e *status* que lhe são conferidos. São constituídos discursivamente pela experiência que, por sua vez, trata-se de um acontecimento linguístico, ou seja, que não existe fora de significados estabelecidos. Os dois termos – sujeito e experiência –, entretanto, não estão presos a nenhuma ordem fixa de sentidos. É possível, a partir do que foi dito, pensar o sujeito, como sugere a autora, como alguém que experiencia o discurso.

Leonor Arfuch (2013), a seu turno, utiliza uma definição de sujeito na qual convergem elementos da psicanálise e da linguística. Para a autora, o sujeito apresenta-se *“fracturado, constitutivamente incompleto, modelado por el lenguaje y cuya dimensión existencial es dialógica, abierto a (y construido por) un Otro: un outro que puede tanto ser el tú de la interlocución como la otredad misma del lenguaje”* (ARFUCH, 2013, p. 74). Esse Outro, o destinatário, que pode ser real ou imaginário, presente ou ausente, e cuja adesão é incerta, como apresenta Arfuch (2013), acaba determinando, de certa forma, a qualidade do que será enunciado e como o sujeito será constituído. Para a autora, esse sujeito, concebido neste contexto de intersubjetividade, é, então, *“suscetível de autocriação”* (ARFUCH, 2010, p. 80). Dessa forma, assim como coloca Scott (1998), Arfuch (2010; 2013) também aponta que o sujeito será um resultado da narração.

A análise dos livros também incidirá sobre a relação entre o texto e o contexto. Como aponta Arfuch (2010, p. 132), *“não há texto possível fora de um contexto”*, sendo este que permite tanto a sua escrita quanto a sua leitura. Ao mesmo tempo, como aborda a autora, não há um contexto que encerre em si todas as possibilidades de escrita de um texto – o que existe, e que deve ser levado em consideração na análise, é um contexto que influencia a escrita e a leitura, mas que não determina, de forma fixa, o que deve ser dito em determinadas circunstâncias. Assim, as narrativas serão exploradas a partir dos contextos de escrita que foram delimitados no capítulo 1. Além disso, serão observados também, conforme exposto anteriormente, os possíveis gêneros literários/discursivos escolhidos pelas autoras, uma vez que, como destaca Arfuch (2013), a linguagem também se estrutura de acordo com as regras do gênero selecionado.

2.2 O “espaço biográfico” e as formas de subjetivação

Na literatura, há uma multiplicidade de textos que procuram tematizar o biográfico. Na percepção de Arfuch (2010), esses escritos fazem parte de um universo composto por gêneros discursivos consagrados, como a biografia, a autobiografia, as memórias, os diários e as correspondências, e por outros que fazem parte da cultura contemporânea, como as entrevistas, as conversas, os blogs, os retratos e os testemunhos. A autora propõe, então, a consideração de um *espaço biográfico* como um local que possibilite a compreensão e a articulação desses gêneros que são atravessados por características comuns.

Esse *espaço biográfico* foi um conceito inicialmente utilizado por Philippe Lejeune (2014) para, em decorrência de uma pluralidade de textos que procuravam dar conta de histórias de vidas, denominar o lugar comum que essas diferentes maneiras de narrativa poderiam ocupar. Arfuch (2010), a partir dessa definição, se apropria do termo desenvolvido por Lejeune, elaborando um outro significado para esse *espaço biográfico*: uma *espacialização* na qual convergiram formas textuais de naturezas distintas, porém “suscetíveis de serem consideradas numa interdiscursividade sintomática, por si só significante, mas sem renunciar a uma temporalização, a uma busca de heranças e genealogias, a postular relações de *presença* e *ausência*” (ARFUCH, 2010, p. 22, grifo da autora). Assim, a autora pensa esse *espaço biográfico* como “horizonte de inteligibilidade” e não apenas como um local que acomoda uma multiplicidade de gêneros.

A partir de uma estruturação não hierárquica entre essas diferentes formas de subjetivação, a análise que Arfuch (2010) se dispõe a fazer desses textos privilegia “a recorrência antes da singularidade; a heterogeneidade e a hibridização em vez da pureza genérica; o deslocamento e a migrância em vez das fronteiras estritas” (ARFUCH, 2010, p. 16). Além disso, a autora propõe que seja feita uma “leitura transversal, simbólica, cultural e política” (ARFUCH, 2010, p. 16) dessas “narrativas do eu”, assim como dos seus desdobramentos no cenário contemporâneo. Dessa forma, tendo por base esses caminhos indicados por Arfuch, adoto esse *espaço biográfico* como um ponto de partida para a análise dos livros elencados nesta tese.

A primeira aproximação possível de ser determinada entre *A revolta das vísceras, No corpo e na alma* e *Réquiem por Tatiana* refere-se às características autobiográficas que os três textos apresentam. Pensando então a autobiografia como gênero discursivo/literário, qual

seria a sua melhor definição? Em 1975, na obra *Le pacte autobiographique*⁵⁰, Philippe Lejeune já se questionava se “seria possível definir a autobiografia?” (LEJEUNE, 2014, p. 16), pergunta que o acompanhava desde a publicação de *L'autobiographie en France*, de 1971. Percebe-se, durante a leitura dos seus textos, o evidente esforço do autor na delimitação do gênero. A palavra autobiografia passa então, num primeiro momento, a ser empregada por Lejeune (2014, p. 16) para denominar “a narrativa retrospectiva em prosa que alguém faz de sua própria existência, quando focaliza especialmente sua história individual, em particular a história de sua personalidade”.

A partir dessa conceituação, o autor passa a analisar alguns textos e percebe a recorrência de um certo tipo de discurso endereçado ao leitor o qual chamou de *pacto autobiográfico*. Num primeiro momento, Lejeune apresenta o pacto autobiográfico como a afirmação, no texto, da *identidade de nome* entre o autor, o narrador e a pessoa de quem se fala, além do emprego do “eu” e de um compromisso em dizer “a verdade”. Entretanto, essa definição apresenta algumas limitações que foram abordadas pelo próprio autor em *Le pacte autobiographique (bis)*, de 1986 e *Le pacte autobiographique, vingt-et-cinq ans après*, de 2005. A mais importante faz referência à dificuldade em articular claramente pessoa e discurso, uma vez que existem os pseudônimos, os entrecruzamentos pronominais, os desdobramentos que descaracterizariam a sua primeira conceituação e impossibilitariam o reconhecimento imediato, por parte do leitor, dessa identidade de nome.

Outro ponto criticado pelo próprio autor refere-se ao aspecto jurídico que envolve o pacto autobiográfico, remetendo o termo “pacto” a uma ideia de “contrato”, onde as regras são claras, reconhecidas e aceitas pelas partes envolvidas, supondo uma reciprocidade que não existe na literatura. Como observa Lejeune (2014, p. 85), no pacto autobiográfico, assim como em qualquer outro “contrato de leitura”, “há uma simples proposta que só envolve o autor: o leitor fica livre para ler ou não e, sobretudo, para ler como quiser. Isso é verdade. Mas se decidir ler, deverá levar em conta essa proposta, mesmo que seja para negligenciá-la ou contestá-la”. O pacto passa então a ser uma promessa no qual o autor delega para o leitor a crença da identidade do nome. Contudo, apesar de todas essas críticas e todas as limitações

⁵⁰ *Le pacte autobiographique* é o ensaio no qual Philippe Lejeune procura refletir sobre as escritas de si, assunto que retoma e atualiza no decorrer de mais de 30 anos. Em 1986 e 2001, Philippe Lejeune revisita este texto, publicando respectivamente *Le pacte autobiographique (bis)* e *Le pacte autobiographique, vingt-et-cinq ans après*. Os três ensaios foram traduzidos para o português e fazem parte do livro *O pacto autobiográfico: De Rousseau à Internet*.

do conceito, o autor passa a empregar a palavra autobiografia para “designar, no sentido amplo, qualquer texto regido por um pacto autobiográfico, em que o autor propõe ao leitor um discurso sobre si” (LEJEUNE, 2014, p. 63). Assim, a partir dessa definição, passo então a estabelecer a aproximação entre duas obras apenas: *No corpo e na alma* e *Réquiem por Tatiana*. Embora a identidade de nome seja verificável nos dois livros, assim como o uso pronominal na primeira pessoa em toda a extensão dos textos, o que os evidencia como autobiografia é a proposição das autoras em escrever uma história sobre si, sobre as suas experiências em movimentos de resistência à ditadura.

No caso de *A revolta das vísceras*, único dos três livros que foi escrito e publicado ainda num contexto de ditadura, Mariluce não optou por uma narrativa autorreferencial. A autora escolheu escrever de forma distanciada, em que predomina o uso da terceira pessoa e a utilização de personagens, como se a experiência da protagonista não fosse a sua, qualificando o livro como um *roman à clef* (MOURA, 2016), forma narrativa compreendida como um romance no qual pessoas reais aparecem com outros nomes⁵¹. Essa definição da autora, entretanto, parece um pouco simplificada frente à complexidade de uma obra que apresenta elementos tanto autobiográficos quanto ficcionais. Essa maneira de articular acontecimentos reais e fictícios, ou melhor, de ficcionalizar fatos e eventos totalmente reais, como coloca Eurídice Figueiredo (2010), é o que se pode denominar de autoficção.

A autoficção é uma denominação criada por Serge Doubrovsky em 1977, na quarta capa do seu livro intitulado *O filho*. Figueiredo (2010), refletindo sobre o termo tal como foi concebido pelo seu criador, aponta que a autoficção seria uma reestruturação literária de fragmentos dispersos de memória. Nesse sentido, a autoficção não pode ser confundida com fantasia ou imaginação: “trata-se, antes, de uma estratégia ordenadora da linguagem a fim de criar uma narrativa legível, compreensível” (FIGUEIREDO, 2017, p. 44). Arfuch (2010), por sua vez, traz uma importante contribuição ao tema ao observar que o *espaço biográfico* abarca também narrativas que se dispõem justamente a desvanecer a própria essência da autobiografia. São aquelas, segundo a autora, que não são contadas em primeira pessoa, que apresentam dados fictícios em meio a um relato verdadeiro – ou o inverso disso –, que apresentam personagens reais com nomes distintos etc. São textos que podem ser

⁵¹ Significado usual, encontrado em *Dicionário de termos literários* (2004) e *The concise Oxford dictionary of literary terms* (2001).

compreendidos como autoficção “na medida em que postulam explicitamente um relato de si consciente de seu caráter ficcional e desligado, portanto, do ‘pacto’ de referencialidade biográfica” (ARFUCH, 2010, p. 127). Dessa forma, o que aproxima ou afasta as obras analisadas, neste primeiro momento, é a presença ou a ausência do pacto autobiográfico tal qual proposto por Philippe Lejeune (2014). Contudo, é importante lembrar que mesmo que sejam autorreferenciais as *A revolta das vísceras*, *No corpo e na alma* e *Réquiem por Tatiana* não procuram explicar a cronologia de uma vida, mas de um momento que pode ser pensado como extraordinário. Feita essa primeira e importante distinção entre as obras, passo agora para a análise de cada uma delas separadamente.

2.2.1 O testemunho na escrita autobiográfica de Derlei em *No corpo e na alma*

Ao olhar para a autobiografia, Arfuch (2013) observa que a escrita autobiográfica compreende um arco existencial que se desenvolve a partir de um marco inicial imaginário e que se desdobra em diversos pontos da trajetória do autor/narrador. A partir desta colocação, é possível pensar em algumas questões que podem ajudar no início da análise de *No corpo e na alma*, como a parte do percurso em que a autora inicia a narrativa e os eventos e os espaços privilegiados no decorrer do relato. Antes, porém, de percorrer esses caminhos, começo pela forma como a narrativa de Derlei está estruturalmente organizada.

Em *No corpo e na alma*, Derlei procura articular uma memória sobre a sua militância. A autora justifica que a escrita do livro foi pautada no sentido de esclarecer uma curiosidade que as pessoas apresentavam em relação à sua trajetória: “cada pessoa que me conhece pergunta como foi a clandestinidade, quer saber da prisão e da experiência da nossa luta. Uns questionam se valeu a pena... Se não foi em vão, tantos mortos e desaparecidos” (DE LUCA, 2002, p. 21). Derlei também aponta a necessidade que sentia de escrever sobre o trabalho desenvolvido pela Ação Popular durante a ditadura civil-militar – “é importante revelar ao público nossa [de Derlei e da AP] atividade” (DE LUCA, 2002, p. 22). A intenção, como a autora coloca já nas primeiras páginas, era evitar que chegassem às “gerações atuais e futuras interpretações tendenciosas ou deliberadamente distorcidas ou falsas” (DE LUCA, 2002, p. 22), sobre a organização.

O trabalho realizado pela Ação Popular pode ser acompanhado, ao longo do livro, a partir das inúmeras reuniões das quais Derlei participou e de alguns diálogos que ela teve com

nomes expressivos da AP, como Paulo Stuart Wright, por exemplo. Entretanto, no capítulo intitulado *A luta interna*, a autora tece uma análise política sobre a organização e as discussões que levaram à divisão da AP, quando uma parte dos seus membros foram para o PCdoB e a parte que ficou criou a APML. Assim, as experiências individuais da autora aparecem no texto entrelaçadas à memória sobre a AP elaborada através da percepção de Derlei. Maria Lygia Quartim de Moraes (2013), nos seus estudos sobre narrativas autobiográficas de participantes da resistência armada no Brasil, destaca que *No corpo e na alma* é a primeira obra escrita por uma mulher que tem como temática a sua trajetória política⁵². Para a autora, e tendo a concordar com ela no que se refere à escolha de Derlei acerca do teor político do livro, essa é uma importante marca de gênero.

Seguindo com a análise de como o relato de Derlei está organizado, constata-se, como delinea Danielle Tega (2015), que *No corpo e na alma* apresenta pelo menos duas vozes narrativas. A primeira, que a autora denominou de “voz da militante”, é a que procura dar conta de alguns eventos da militância de Derlei como a clandestinidade, a prisão, a tortura e o exílio. “A maior parte dessa história é contada no tempo presente, colocando leitores e leitoras no momento dos acontecimentos” (TEGA, 2015, p. 121). A segunda, a “voz da narradora”, é aquela que está adiantada em relação aos eventos que ocorrem à heroína e que, nos momentos nos quais se manifesta, prenuncia acontecimentos que ainda estariam por vir” (TEGA, 2015, p. 122), acontecendo, portanto, em outro tempo verbal, nos pretéritos perfeitos e imperfeitos. Embora concorde com essa interpretação de Tega (2015) acerca da divisão do texto em duas vozes narrativas, não vejo que Derlei se entende como uma heroína e não me parece que essa tenha sido a intenção da autora ao escrever. No decorrer do texto, Derlei expõe suas fraquezas, seus erros e suas dores, o que me faz acreditar que ela queria que os leitores a vissem como uma pessoa complexa, com qualidades e defeitos, mas que estava disposta a trabalhar para mudar os rumos do país.

Danielle Tega (2015) aponta ainda uma terceira situação a qual denomina de “desdobramento da voz da narradora”. Esse desdobramento, para a autora, aparece no decorrer da narrativa, em diversos pontos, onde há a inserção de trechos em outro formato – tipo e tamanho da fonte –, que apresentam informações extras ou detalhamentos sobre o

⁵² Maria Lygia Quartim de Moraes, além de ter militado no PCB, é também viúva de um desaparecido político, Norberto Nehring. Para mais informações sobre a autora, acessar: <https://cpdoc.fgv.br/entrevistados/maria-lygia-moraes>.

que está sendo contado. Parte dos documentos da repressão obtidos por Derlei nos arquivos dos Departamentos de Ordem Política e Social (DOPS) de São Paulo e do Paraná, bem como a utilização de documentos internos produzidos pela própria AP, como os relatórios referentes à sua militância, também aparecem com essa estética. Na concepção de Tega (2015, p. 123), “a relação de forma e conteúdo do texto parece, assim, representar um desejo de memória: entrelaçando fragmentos e diferentes tempos, trabalhando com uma tríade narrativa, o texto não se contenta em fazer apenas uma descrição dos fatos acontecidos”. Concordo com as colocações de Tega (2015) sobre a composição estética da narrativa de Derlei. Todavia, parece-me que os excertos e os documentos são inseridos no texto com um propósito específico: explicar e comprovar aquilo que está sendo relatado pela autora. Dessa forma, vejo esse desdobramento como um complemento da “voz da narradora”, já que proporciona ao leitor o acesso a mais informações sobre aquilo que está sendo narrado, possibilitando uma maior veracidade do texto.

Os diários ou cadernos pessoais também dão suporte para a narrativa de Derlei, que diz sempre ter tido o hábito da escrita. Já no início do primeiro capítulo há referências acerca dessa prática quando, após a promulgação do AI-5, a autora precisa se desfazer de alguns documentos:

Começamos a destruir papel. Pego meus diários: – cadernos e cadernos. Começo a queimá-los. Valmir Martins [militante que a acompanha] se impacienta:

– Mas, essa criatura ainda escreve diário?

Limito-me a rir. Parece mentira, naquela agitação toda de 68, ter tempo para escrever diário e poesia. Não perdi a mania até hoje. Apesar dos desencontros da vida. Queimo-os e decididamente queimo parte de mim mesma. Ato que se tornará uma prática habitual no decorrer dos anos. Mas eu ainda não sabia (DE LUCA, 2002, p. 28)

Definido por Lejeune (2014, p. 301) como um “vestígio”, “uma rede de tempo, de malhas mais ou menos cerradas”, o diário, ou os diários escritos por Derlei ajudaram-na a contar sua história. Mesmo que a autora tenha sido obrigada, pelas circunstâncias, a se desfazer deles, o ato de escrever certamente contribuiu para a fixação de alguns acontecimentos, nomes e datas. Entretanto, nem tudo o que Derlei escreveu nesse período foi perdido. Uma parte significativa da escrita de *No corpo e na alma* foi baseada no relatório feito pela autora a pedido da AP, logo após sua saída da prisão, e recuperado no retorno do exílio:

Com nomes e situações fresquinhas na memória, faço o relatório da prisão para a organização. [...] Entrego meus rascunhos da prisão para Rômulo Coutinho de Azevedo. *Possibilitou reavê-lo e agora escrever estas páginas.* Rômulo Coutinho de Azevedo guardou com carinho, amor e responsabilidade, durante 10 anos essas anotações. Quando cheguei do exílio, me entregou. Bebíamos vodca em seu quarto, onde o som ligado transmitia uma música maravilhosa.

– Dá pra (*sic*) escrever um livro, baixinha.

– Mais tarde e tu vais me ajudar. Agora quero viver um pouco a anistia (DE LUCA, 2002, p. 139-140, grifo meu).

A passagem também explicita a recusa de Derlei em escrever logo após o seu retorno, o que só aconteceria 23 anos depois. Entre a promulgação da anistia e a publicação do livro, a autora seguiu militando em outras frentes: como visto no capítulo anterior, Derlei fez parte do *Comitê Catarinense Pró-Memória dos Mortos e Desaparecidos Políticos*, hoje *Memorial dos Direitos Humanos*, e do *Grupo Tortura Nunca Mais*, não se afastando das demandas que tiveram origem na violência articulada pelo Estado durante a ditadura civil-militar. A memória construída por Derlei acerca do período, dessa forma, é atravessada pelas discussões e compromissos assumidos no presente desde a sua volta.

Em que parte do seu percurso Derlei começa então a sua narrativa? A história que a autora conta tem início em 1968 quando ela, nos primeiros anos após o golpe, era uma estudante universitária de Pedagogia em Florianópolis e fazia parte do Diretório Central de Estudantes (DCE) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Já era nessa época militante da Ação Popular: fazia parte da organização desde 1966. O relato de Derlei inicia precisamente no dia 13 de dezembro do mesmo ano, quando conta que ouviu a leitura do Ato Institucional Nº 5 pelo rádio junto de um pequeno grupo de companheiros que estava no DCE, os dirigentes do Movimento Estudantil dos anos 1967 e 1968: Valmir Martins, Etny Amaro Lorenzi Filho, Paulo Joaquim Alves, Roberto Maciel Cascaes, Rosemeire Cardoso, Heitor Bitencourt Filho, Wladimir Salomão Amarante (DE LUCA, 2002). Nessa mesma noite, na tentativa de fugir do Exército que já estava procurando indivíduos envolvidos nos movimentos de oposição, Derlei apenas passa na residência universitária na qual morava para destruir alguns documentos – incluindo seus diários – que pudessem servir como prova da sua ligação com a AP. Pouco depois de concluir a tarefa, dirigiu-se, na companhia de Valmir e Heitor, para Canasvieiras, no norte de Florianópolis. Heitor deixa os companheiros na praia e volta para o centro da cidade para aguardar alguns contatos que deveriam chegar de São Paulo ou do Paraná. Valmir e Derlei passaram a madrugada na areia da praia, uma vez que, segundo a

autora, a organização não tinha um lugar seguro e disponível naquele momento. Para Derlei, essa foi a sua primeira noite na clandestinidade (DE LUCA, 2002), contudo era algo já aguardado pelos membros da AP, conforme seu próprio relato:

Tínhamos orientações mais ou menos precisas da direção regional da Ação Popular desde o dia 7 de dezembro. Eu deveria passar imediatamente para a clandestinidade se ocorresse o esperado endurecimento da ditadura. Caso contrário, ficaria na Universidade até março de 69, sendo então substituída por outros companheiros no Movimento Estudantil. Começava a política dos deslocamentos (DE LUCA, 2002, p. 30).

Aos poucos, Derlei vai retornando no tempo e vai contando sobre as origens da militância, seu envolvimento com a Igreja Católica, a sua prisão no XXX Congresso da UNE – União Nacional dos Estudantes – em Ibiúna, São Paulo, em 12 de outubro de 1968. Na sequência da narrativa, a autora fala acerca da sua designação pela AP para o movimento operário, em Curitiba, onde iniciou o trabalho em uma fábrica com o nome de Deise Campos: “Vai se definindo um quadro interessante. Os homens vão para o campo. As mulheres para as fábricas nas cidades. Apenas algumas esposas não militantes acompanharão seus maridos” (DE LUCA, 2002, p. 36). Aqui, além de mostrar essa divisão sexual da militância promovida pela AP, Derlei apresenta outra característica da organização: separar casais e namorados, o que acabou acontecendo com a própria autora. Roberto Maciel Cascais, então seu namorado, encontrava-se preso no Paraná em janeiro de 1969. Quando fosse libertado continuaria atuando no movimento estudantil enquanto Derlei estaria no movimento operário e encontrá-lo não seria mais possível. “Essas separações afetivas, discutidas ‘politicamente’, foram uma das provas mais duras impostas pela direção aos militantes” (DE LUCA, 2002, p. 37).

Derlei narra que não teve dificuldade em conseguir emprego em uma fábrica têxtil e passou a integrar-se à vida operária. Tentava viver como as demais moças que trabalhavam no mesmo lugar, morando inclusive no bairro onde a maioria delas morava, vestindo-se da mesma forma também. “As operárias se vestiam diferente. Na minha ignorância, achava meio cafona [...]. Preferia andar de calças compridas e blusas de malha. Mas a maioria ia de vestido, então eu ia de vestido” (DE LUCA, 2002, p. 46). A autora já apresenta aqui algumas características que permearam a sua trajetória: Derlei não demonstrava vaidade nem se enquadrava, muitas vezes, em comportamentos ou papéis que eram associados às mulheres naquela época. Ana Maria Colling (1997, p. 69), na sua pesquisa sobre a resistência de

mulheres à ditadura, aponta que, entre as militantes por ela entrevistadas, havia um “esforço de dessexualização”, que nada mais era do que a vontade de serem vistas apenas como militantes em detrimento de sua condição feminina – embora não seja consenso nos relatos das militantes de esquerda. Desse modo, descuidavam-se da sua aparência pessoal, usando a roupa mais adequada para as suas atividades. Cristina Scheibe Wolff (2011, p. 33) também aponta a necessidade que as mulheres sentiam de “se desligar de tudo que representava a sua feminilidade para serem levadas a sério”. Não parece ser esse o caso de Derlei, como será visto na sequência.

Essas características femininas, todavia, tornavam-se importantes se o gênero fosse útil em alguma ação desenvolvida pelas organizações. Cristina Scheibe Wolff e Luísa Dorneles Briggmann (2019, p. 306) trazem como exemplo “a famosa ‘loira dos assaltos’, que estampou as páginas dos jornais expropriando bancos, enquanto fazia uso de uma sensualidade baseada em uma feminilidade treinada⁵³”. Ignez Ramminger, única mulher no Comando de Operações da Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares) do Rio Grande do Sul (RAMMINGER, 2010), faz um relato que também ilustra o emprego estratégico de marcadores de gênero:

[...] fiz algumas viagens de trem Minuano até Uruguaiana e de lá para Livramento, onde cruzava a fronteira para encontrar com meu tio. Voltava trazendo cartas e livros escondidos em sacos de viagens cheios de bolacha uruguaia. *Ninguém desconfiava de uma mocinha bonita e delicada*. Sentia-me importante ao realizar essa tarefa (RAMMINGER, 2010, p. 136, grifo meu).

Fora desses espaços, como observa Ramminger (2010), existia uma evidente impaciência dos companheiros em relação ao que era compreendido como um “universo feminino” – vestimentas, maquiagens – apontado por eles como um comportamento “pequeno-burguês”. Ou seja, validavam apenas uma “feminilidade performatizada” (WOLFF; BRIGGMANN, 2019, p. 306) que atendia somente aos interesses das organizações. Assim, Derlei, embora tenha relatado algumas ações em que foi preciso performar a sua feminilidade, não dá indícios de que considerava a sua aparência como algo de fundamental importância no desenvolvimento do seu trabalho, talvez por falta de tempo, já que a militância ocupava

⁵³ Aqui as autoras fazem referência à Renata Guerra de Andrade, militante da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), que ficou conhecida no assalto ao Banco Mercantil de São Paulo em agosto de 1968, na primeira vez em que uma mulher havia participado da linha de frente nas expropriações. Para maiores detalhes sobre a militante e outras mulheres que participaram da luta armada, ver: CARVALHO, Luiz Maklouf. *Mulheres que foram à luta armada*. São Paulo: Globo, 1998.

uma parte considerável da sua vida, talvez por ter adquirido outros valores no decorrer do seu percurso como militante. Acredito, contudo, que a questão da feminilidade, para Derlei, configura-se mais como uma busca pelo conforto para realização das suas atividades do que para enquadrar-se num estereótipo feminino de militante.

Retomando a vida de Derlei na fábrica, a autora conta que a convivência com as operárias permitiu que começasse a construção de um trabalho de base, conduzindo as conversas para o campo político. Por outro lado, ocasionaram na militante, de acordo com suas palavras, uma mudança em relação aos seus princípios e às regras de comportamento que havia aprendido até então. Em determinada passagem, a autora exemplifica que, nesse ambiente, conseguiu experimentar situações que eram negligenciadas nas organizações, como por exemplo o aborto, e que possivelmente contribuíram para a sua transformação: “Passo uma noite cuidando de uma operária que fizera aborto. [...] Até 68, na UFSC, não se discutia o aborto” (DE LUCA, 2002, p. 49). O debate sobre o aborto, assim como outros relacionados ao corpo e à sexualidade, não encontrou espaço nos grupos que resistiam à ditadura. Como expõem Isabel Cristina Hentz e Ana Maria Veiga, (2011, p. 154), essas “eram questões espinhosas, pois a moral de alguns grupos de esquerda era tão conservadora quanto a da sociedade em geral”. Para as autoras, isso ocorria porque as organizações não estavam descoladas da sociedade e seus integrantes, que reproduziam as relações de gênero e os modelos existentes na época. As demandas femininas não faziam parte das preocupações desses grupos formados majoritariamente por homens e que vinculavam a opressão das mulheres ao contexto do capitalismo, sendo por isso uma questão secundária. Apenas no final dos anos 1970, como coloca Colling (1997), quando a esquerda brasileira se reorganizava, as questões levantadas pelas mulheres passaram a fazer parte das discussões.

Dessa forma, a vivência de Derlei com a classe operária pode ter influenciado sobremaneira a sua visão de mundo, porém certamente não foi a única responsável pelas suas transformações. A própria imersão das mulheres na vida política as conduziu para essas mudanças comportamentais, pautada também pelo questionamento da sexualidade, das relações normatizadas, do casamento burguês. Para essas mulheres, “questionar e negar os costumes tradicionais associava-se à ideia de existir no mundo para além da vida privada, podendo alcançar, ao mesmo tempo, a autonomia financeira, política e sexual” (NUNES; WOLFF, 2019, p. 241), que as fariam permanecer na arena pública na qual haviam ingressado.

Por outro lado, a partir da relação com as trabalhadoras, Derlei passa a demarcar algumas diferenças entre as operárias e as estudantes/intelectuais/militantes no que se refere à maneira como os dois grupos percebiam o mundo. De acordo com a autora, “os operários eram muito mais simples na forma de pensar. Eram diretos. As moças não teorizavam sobre o amor, elas amavam” (DE LUCA, 2002, p. 49). Em outra passagem, quando Derlei pondera que não havia discussão sobre aborto na UFSC, ela coloca que “na fábrica ninguém discute também, mas em caso de necessidade concreta, praticavam. E todas ajudavam, sem esquentar a cabeça, sem questionamentos, sem teorização” (DE LUCA, 2002, p. 49). Débora Ataíde Reis (2015), observa que, ao atribuir formas diferentes de pensar e se comportar a estudantes/intelectuais/militantes e operários, Derlei acaba por dicotomizá-los, conferindo a uns uma praticidade que buscava diminuir as dificuldades do dia a dia e a outros uma capacidade de teorização decorrente do acúmulo de um determinado capital intelectual. Vejo essa divisão, entretanto, como um passo necessário à crítica que Derlei faz aos intelectuais na sequência. Segundo a autora, para transformar o sistema era necessário conhecer tanto um pouco de teoria quanto os problemas enfrentados pela classe trabalhadora, mas não era isso o que acontecia no país: “intelectual, por mais que se esforce, não entende nada da realidade operária” (DE LUCA, 2002, p. 54). Para Derlei, era necessário que esses dois atores trabalhassem juntos para modificar a sociedade e isso era algo que não estava ocorrendo. “No Brasil, os intelectuais que dominam a teoria ainda não se encontraram com os operários” (DE LUCA, 2002, p. 54). Assim, parece-me que essa divisão foi um artifício utilizado pela autora para justificar a demanda de trabalho conjunto entre os dois setores muito mais do que simplesmente contrapor realidades de forma binária.

O relato de Derlei tem sequência com a autora contando que divide seus dias entre o trabalho na fábrica e a militância na AP fora dela. Num dos seus deslocamentos pela cidade, depara-se com o seu namorado. “Não tão casualmente. Eu sabia onde os militantes costumavam se encontrar” (DE LUCA, 2002, p. 51), diz a autora. Marcam, então, de se verem outro dia, quando são flagrados por um militante que fazia parte da direção da organização e que critica a indisciplina dos dois. Como Derlei sabia que não devia encontrar Roberto, Tega (2015, p. 132) vê, nessa insubordinação, “um esforço subjetivo que busca construir laços afetivos como forma de amparo à sua situação de vulnerabilidade”. O episódio com o namorado, entretanto, repercutiu na AP e foi motivo de discussão entre seus membros, uma vez que Derlei e Roberto estavam em tarefas diferentes e não poderiam construir um

relacionamento. “Alguém mais fanático propõe pena disciplinar. Parece-me injusto demais e desando a chorar. De todas maneiras [*sic*], obedeco. Ainda não me atrevia a questionar qualquer orientação” (DE LUCA, 2002, p. 52). Mais uma vez a autora destaca que a Ação Popular, em nome da revolução, interferia na vida íntima dos militantes. Contudo, em meados dos anos 1970, a direção passa a rever a política de deslocamentos e separação de casais: “a clandestinidade é muito dura e a afetividade é importante para a sustentação ideológica” (DE LUCA, 2002, p. 156). A partir deste momento, alguns casais recebem permissão para ficarem juntos.

Derlei não permanece muito tempo em Curitiba – a direção acabou decidindo pelo seu deslocamento para São Paulo a fim de realizar tarefas internas na organização. Assim, a autora narra sua demissão da fábrica, pondo fim a sua vida de operária, e despede-se dos seus companheiros. “Outra coisa vou aprendendo, embora não me acostume: conviver, gostar das pessoas, ter de deixá-las. A vida se torna uma constante despedida, sem possibilidades nem prazo para o reencontro” (DE LUCA, 2002, p. 57), o que tornava a clandestinidade ainda mais difícil. Deise Campos, a partir de então, deixa de existir.

São Paulo, como a autora coloca, era a central da AP, mesmo assim “não havia uma estrutura montada para receber o pessoal e quem não conhecia a cidade sofria intensamente” (DE LUCA, 2002, p. 61). Assim que chegou, Derlei começa a realizar atividades como secretária da Ação Popular, dedicada ao trabalho interno da organização e sendo por ela custeada, constituindo-se um quadro profissionalizante. A autora relata, de forma breve, as funções que passou a exercer:

Minha primeira tarefa, além de aprender a cobrir os pontos de chegada, é envelopar, endereçar e colocar no correio centenas de cartas às autoridades, jornalistas nacionais e estrangeiros, CNBB, OAB, denunciando a prisão de um grupo de companheiros integrados na produção em Osasco [...]. Imprensa, propaganda, contatos, organização de finanças. Cobertura de pontos de chegada, envio e recepção de material. Orientações enviadas pela direção a todos os núcleos operários da Grande São Paulo, são minhas tarefas (DE LUCA, 2002. P. 61-62).

As atividades desenvolvidas, como é possível verificar ao longo de todo o livro, era de grande importância para a direção, considerada por Derlei como o cérebro da Ação Popular. Em contrapartida, ela e os demais companheiros que possuíam funções semelhantes seriam “as artérias, os braços, as pernas dos dirigentes. Mantínhamos a AP articulada [...]. Checávamos os locais de reuniões, imprimíamos materiais, distribuíamos para as células,

recolhíamos todas as informações necessárias à direção” (DE LUCA, 2002, p. 64). Eram atividades que requeriam responsabilidade, disciplina, mas que também implicavam riscos e necessitavam que os militantes tivessem um bom conhecimento dos bairros e das cidades que compunham a região metropolitana de São Paulo. Assim, faz algum sentido o aviso de Derlei ainda na introdução de *No corpo e na alma*: “não se espere neste livro ações espetaculares. Não participei de nenhuma. Minhas tarefas eram bem específicas” (DE LUCA, 2002, p. 22).

Sobre o seu papel desempenhado na AP, Derlei reconhece a importância das suas atividades, mas não tece nenhuma crítica em relação às suas “tarefas específicas”, uma vez que “as mulheres que participaram da luta armada e das várias organizações que lutavam contra a ditadura ocuparam cargos de menor poder” (PEDRO; WOLFF, 2011, p. 403), raramente se tornando dirigentes. Essas militantes desempenhavam tarefas importantes, mas que não deixavam de ser secundárias. Para Maria Amélia Teles (1993), as organizações relutavam em distribuir as tarefas de forma igualitária, “talvez por considerarem que as ações guerreiras só diziam respeito aos homens” (TELES, 1993, p. 64). Aqui, parece-me que, assim como as “ações guerreiras”, as “ações espetaculares” que Derlei menciona também foram protagonizadas majoritariamente por homens. Todavia, não há no texto nenhuma explicação sobre o que seriam essas “ações espetaculares”. Acredito, todavia, que a autora faz referência à participação em sequestros de autoridades ou à expropriação a bancos – ações que resultavam em certa visibilidade aos envolvidos. Realmente, Derlei não participou desse tipo de operações, mas essas atividades também não eram adotadas pela Ação Popular, mais interessada na integração dos seus membros no trabalho operário ou no meio rural.

Por outro lado, não há um consenso, entre as militantes, sobre essa divisão de trabalho em todas as organizações. Maria Cláudia Badan Ribeiro, por exemplo, na sua tese de doutorado, constata que na Ação Libertadora Nacional (ALN) as tarefas eram divididas com horizontalidade. Segundo a autora,

O perfil de cada militante e o tipo de disposição que ele tinha parecem ter sido mais definidores das tarefas que iria desempenhar do que elementos como idade, classe, gênero, situação política (partido comunista, movimento estudantil, movimento católico, movimento cultural). Encontramos nessa ideia uma das características inovadoras até então na organização, que pode ter contribuído para atrair tantas mulheres à ALN, tanto na vanguarda como na retaguarda, sem a necessidade de um centralismo democrático, e atuando de forma horizontal (RIBEIRO, 2011, p. 175).

Jessie Jane Vieira de Sousa, militante da ALN que foi presa em julho de 1970, conta que não viu na organização a existência de trabalho específico para homens e mulheres: “Eu não sei se havia. Eu acho que não [...] entre os jovens não havia. Tanto é que você tem mulheres exercendo diferentes papéis dentro da luta armada” (SOUSA, 2009, p. 24). Sobre uma maior possibilidade de ascensão de homens do que de mulheres na estrutura da ALN, Jessie Jane faz o seguinte relato:

Eu acho que temos que refletir sobre o que era ascender na organização. Uma coisa é você ter um partido político estruturado como hoje onde você tem uma carreira. Naquelas circunstâncias, você não tinha carreira política, essa coisa de ascensão. Pelo menos no que eu vivi, isso não se coloca dessa forma. Até porque as coisas eram muito efêmeras, as pessoas estavam vivas hoje e amanhã elas não estavam mais. Não é que eu discorde. Eu não vivi dessa forma e acho que tem um pouco a tendência de uma coisa anacrônica, de como isso é visto hoje (SOUSA, 2009, p. 24).

Essa colocação da militante referente a um certo anacronismo pode ser explicada, como esclarece Wolff (2007), a partir do entendimento de que a ideia de que as mulheres ocupavam postos de menos prestígio e poder decisório – algo que ocorre até os dias de hoje no Brasil – tenha sido elaborada num período posterior. Para a autora, foi a análise sobre o ocorrido, iluminada por leituras e discussões feministas, que possibilitou a produção desse discurso. Nesse sentido, retomando o estudo sobre *No corpo e na alma*, se a “voz da militante” não estava habilitada para fazer essa reflexão, uma vez que ela ocorreu algum tempo depois, a “voz da narradora” estava – mas isso acabou não acontecendo. É interessante notar que Derlei não tenha explorado esse assunto, mesmo sinalizando que a AP, no início de 1969, havia realizado uma divisão sexual das tarefas ao definir que os homens trabalhariam majoritariamente no campo e as mulheres, nas cidades – nas fábricas. Entretanto, quem faz esse relato é a “voz da militante”, justamente aquela que não está qualificada para fazer esta análise.

Seguindo com a narrativa, Derlei vai entrelaçando a história e as atividades da AP com as suas impressões sobre o que estava ocorrendo, sua maneira de encarar os deslocamentos e a clandestinidade, sua forma de lidar com os sentimentos suscitados, evidenciando o cruzamento da trajetória da organização com as suas experiências individuais. A autora também vai pontuando a dificuldade em adaptar-se na nova cidade, considerando São Paulo “muito louca, capaz de destruir nossas emoções, as pessoas são frias, sem tempo, distantes, intelectualizadas” (DE LUCA, 2002, p. 64). Derlei estava acostumada com uma vida no interior

de Santa Catarina, onde as pessoas se conheciam e se relacionavam de outra forma e sua curta passagem por Curitiba não foi suficiente para prepará-la para a realidade que encontraria na maior cidade do Brasil. A autora conta que também não conseguiu estabelecer vínculos sociais ou afetivos com as outras três militantes com as quais morava: “o relacionamento em casa era frio, algumas pessoas parecem demasiado autossuficientes (e eram) [...]. Eu detestava voltar ao apartamento” (DE LUCA, 2002, p. 65). Como cada uma tinha atribuições diferentes, não podiam sequer comentar sobre suas atividades umas com as outras, o que de certa forma dificultava a interação e o estabelecimento de conexões.

Conforme argumenta Susel Oliveira da Rosa (2013), a clandestinidade pode ser definida como uma experiência liminar, intrinsecamente ligada à invisibilidade. Um clandestino passa a ser invisível em todos os segmentos da sociedade, invisível para a família, para a repressão, para os próprios companheiros de organização. Além da invisibilidade, ocupar esse espaço liminar da clandestinidade significava “furtar-se à estrutura política e jurídica, transgredir os códigos e as fronteiras demarcatórias, usar mensagens codificadas, mudar de nome, de roupa, trocar a cor do cabelo, passar por privações emocionais e físicas” (ROSA, 2013, p. 49). Rago (2010), complementando o argumento de Rosa (2013), observa que o sujeito, nessas condições, não tem existência pública. “Sem documentos, sem carteira de identidade, nem carteira de trabalho, o indivíduo se torna absolutamente exposto ao poder do Estado, como vida descartável e anônima, ou como analisa Agamben (2003), como ‘vida nua’” (RAGO, 2010, p. 159). A clandestinidade, assim, faz o indivíduo pertencer a lugar nenhum, suscitando os mais diversos tipos de sentimentos nos militantes que, por sua vez, procuram desenvolver estratégias para sobreviver a essa experiência liminar.

A maneira como cada militante viveu a clandestinidade, para Rosa (2013), acabou influenciando o sentimento/a sensação que marcou a experiência de cada um. O sentimento de solidão, por exemplo, está presente em muitos relatos, mas não é consenso. Derlei não fala claramente que se sentia solitária, ela relata que sofria com a clandestinidade e por isso tinha necessidade de conviver com outras pessoas, principalmente aquelas que não faziam parte do esquema da Ação Popular, como algumas famílias de Içara que residiam em Curitiba quando passou por aquela cidade, por exemplo. “Essa capacidade de procurar e encontrar pessoas, em todas as cidades onde morei, salvou e facilitou minha vida em várias oportunidades (DE LUCA, 2002, p. 56). Em São Paulo, a autora conta que estreitou laços com Eduardo Collier, militante com o qual foi designada para trabalhar durante um período.

Eduardo desapareceu em 1974, no Rio de Janeiro, junto com Fernando Santa Cruz⁵⁴: “nunca mais se soube deles” (DE LUCA, 2002, p. 66). Assim, Derlei vai redefinindo suas redes de afeto e de resistência, procurando habituar-se à realidade imposta.

Mesmo com todo esse esforço de adaptação, a clandestinidade, na perspectiva da autora, era muito dura. A vontade e a impossibilidade de conviver com a família e com os amigos contribuía para agravar a situação. Quando a saudade batia, Derlei conta que chorava sozinha. “Se chorasse no ‘aparelho’, as companheiras prontamente fariam uma reunião para analisar a minha debilidade ideológica” (DE LUCA, 2002, p. 69). Aqui, a “voz da narradora” aponta a disposição dos ex-companheiros em problematizar atos simples e cotidianos dos militantes: “faziam reuniões, marcavam encontros para analisar um simples namoro. Qualquer relacionamento afetivo era analisado politicamente. A tristeza era considerada desvio ideológico” (DE LUCA, 2002, p. 67). Nota-se, nesses dois fragmentos, a associação que a autora faz entre emoções e debilidade/desvio ideológicos, o que pode indicar que a feminilidade, relacionada à emoção e à fragilidade, era uma questão abafada e combatida pelas próprias militantes.

Além disso, os ex-companheiros apresentavam o mesmo ânimo para criticar a militância de Derlei, o que é apontado em diversos episódios narrados ao longo do livro. Indisciplinada é a palavra que mais aparece para caracterizá-la. Por sua vez, essa parece ser uma característica da militância feminina, pelo menos na percepção de Pilar Calveiro (2006, p. 64): “*las mujeres fuimos mucho más críticas [...], más cuestionadoras de las conducciones y las jerarquías internas, más agudas para percibir las contradicciones entre el discurso de las organizaciones y la realidad política circundante, menos disciplinadas que los hombres*”. Para a autora, esses motivos contribuíram, entre outros, para que apenas uma mulher chegasse a ser membro da *Conducción Nacional de Montoneros*, organização a qual militava na

⁵⁴ Eduardo Collier Filho desapareceu em 23 de janeiro de 1974, no Rio de Janeiro, juntamente com Fernando Augusto de Santa Cruz Oliveira. Os dois haviam marcado encontro na Rua Prado Júnior, em Copacabana. “Quando deixou a casa do seu irmão, Fernando avisou sua família que se não retornasse até às 18 horas deveriam suspeitar de sua prisão. Fernando tinha feito essa advertência aos familiares porque sabia da situação delicada de Eduardo, que estava sofrendo um processo na Justiça Militar. Como Fernando não retornou, após verificarem se ele havia sido detido, seus familiares foram até a residência de Eduardo a fim de obter notícias. Souberam, então, que elementos das forças de segurança haviam estado no apartamento e levado alguns livros, o que indicava que os dois militantes tinham sido capturados” (CNV, v. 3, 2014, p. 1595-1596). Possivelmente, os militantes foram capturados por agentes do DOI-CODI do I Exército. Nunca mais foram vistos. Para maiores detalhes, consultar: COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE (CNV). Relatório da Comissão Nacional da Verdade. v. 3. Brasília: CNV, 2014, p. 1595-1607.

Argentina. No decorrer da narrativa de Derlei, entretanto, vai ficando evidente como a autora vai aprendendo a se impor para que seus argumentos fossem aceitos, tarefa ingrata num ambiente onde a palavra masculina sempre tinha um peso maior.

Procurar relacionar-se de forma mais próxima com os companheiros também era um artifício utilizado para amenizar a experiência da clandestinidade – o que poderia, também, causar certa confusão nos sentimentos dos envolvidos. Quando Derlei passou a encontrar com mais frequência o militante Zé Carlos, em razão do trabalho que estavam desenvolvendo na AP, a autora conta que o companheiro havia ficado aparentemente enamorado dela. Nas suas próprias palavras, “era fácil nesta situação pensar estar enamorado de alguém. Na clandestinidade, com a presença constante do perigo, é um alívio encontrar um companheiro amigo” (DE LUCA, 2002, p. 77). Para Derlei, a afetividade era considerada psicologicamente importante num contexto em que se poderia morrer ou ir preso em qualquer momento. Contudo, a autora achava difícil criar laços com outros militantes: “o relacionamento com os outros era fraterno, mas sem calor humano, sem entusiasmo. Eu nem sabia mais de quem gostava. Minha vida afetiva era confusa e na prática não existia” (DE LUCA, 2002, p. 77). Ao que tudo indica, a autora sentia falta de uma maior intimidade com as pessoas que convivia, o estabelecimento de uma maior conexão, algo que não estava acontecendo, possivelmente porque a clandestinidade colocava em xeque as perspectivas de intimidade que os militantes poderiam construir, especialmente para aqueles que eram considerados subversivos pela repressão.

A partir dessas colocações, é possível apontar algumas características constitutivas da escrita de Derlei que permitem que se avalie em que medida a sua narrativa assume uma moldura a partir do gênero. A autora procura construir o seu relato de forma mais intimista, voltando-se também para questões mais cotidianas como os relacionamentos afetivos, o medo de ser julgada pelos pares, a exposição dos seus sentimentos. Essa forma de narrar pode ser associada a certas noções de feminilidade relativas à intimidade, à privacidade, ao ambiente doméstico, evidenciando que o modo como a autora elabora o passado está atravessado pela forma como as mulheres geralmente são socializadas, ou seja, pela maneira como o gênero feminino é construído socialmente.

Retomando então o trabalho que Derlei estava desenvolvendo com Zé Carlos, a autora conta que os dois encontraram-se no Largo Ana Rosa para que ela pudesse lhe entregar uma

maleta de material. Como anoitecia, resolveram entrar em um bar para comer algo. Como Derlei relata, o bar é cercado pela Polícia Militar:

[os policiais] vêm direto para nós e me algemam. Pedem documentos ao Zé Carlos. Em perfeita ordem, carteira de trabalho assinada. Eu não tenho carteira de trabalho. Dizem estar me seguindo há algum tempo, que a carteira de identidade é falsa e que estou nos cartazes de procurados. Quando consigo entender o que está acontecendo, já estou presa (DE LUCA, 2002, p. 78).

A autora diz ter sido confundida com a advogada Maria Aparecida da Costa, militante da ALN – Ação Libertadora Nacional, grupo liderado por Carlos Marighella, assassinado dezoito dias antes. Presa em 23 de novembro de 1969, foi brutalmente torturada e ficou detida até o início de 1970 quando voltou para a capital catarinense e foi acolhida por Dom Afonso Nieheus, arcebispo da cidade. Aqui, faço um corte na narrativa de Derlei para retomar e aprofundar, no próximo capítulo, o estudo sobre a sua prisão, tortura e reinserção na AP após esses acontecimentos. Assim, dou continuidade à análise, agora, a partir da chegada de Derlei em Salvador, na Bahia, lugar definido pela AP para que exercesse novas tarefas.

Na ida até Salvador, Derlei conta que teve a companhia de Madalena Prata, esposa de José Carlos da Mata Machado⁵⁵. Ela era a responsável pela segurança da autora e por verificar se não estavam sendo seguidas. A viagem, para Derlei, foi longa e complicada: “troco de roupa. Uso peruca. Só conversamos nos banheiros dos restaurantes de estrada, onde os ônibus param” (DE LUCA, 2002, p. 145). Todas as normas de segurança, segundo a autora, foram observadas para que chegassem em segurança na Bahia no dia 27 de março de 1970.

Em Salvador, Derlei relata que Madalena entrega o ponto de chegada, as duas despedem-se e a autora se hospeda num hotel do centro da cidade, como uma típica turista. “À tarde, depois do almoço, vou à Igreja. Procuo tranquilidade. Choro até o cansaço” (DE LUCA, 2002, p. 145-146). Este é um período complicado na vida da militante. Após a sua passagem pela prisão e um breve período em Santa Catarina perto dos seus familiares, Derlei retoma a vida na clandestinidade. Na sua narrativa, aparecem as marcas desse tempo difícil.

⁵⁵ José Carlos da Mata Machado, como visto no capítulo 1, foi morto pelos agentes do DOI-CODI/IV em 28 de outubro de 1973 junto com o companheiro de militância Gildo Lacerda. Gildo foi marido de Mariluce Moura, autora de *A revolta das vísceras*, um dos livros analisados nesta tese. Aqui, as histórias dos dois livros sutilmente se entrelaçam. Para maiores informações sobre Mata Machado, ver: COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE (CNV). Relatório da Comissão Nacional da Verdade. v. 3. Brasília: CNV, 2014, p. 1394-1398.

A passagem por este hotel é bem significativa na vida de Derlei, pois é nele que ela conhece César, com quem veio a se casar um ano mais tarde. A militante recorda o momento em que se conheceram:

Chego à portaria do hotel toda molhada. Um rapaz está ali, na porta, vendo a chuva. Subo rapidamente, tomo banho, desço para jantar. O mesmo rapaz está ali noutra mesa. Momentos depois, já estamos conversando. Pergunta se temos programa para a noite. Decidimos sair. Afinal, é Páscoa e sou turista. Vamos conhecer Salvador. Ele está chegando do Ceará e também não conhece a cidade. Caminhamos pelas ruas comendo pé de moleque e tomando água de coco. Não tenho referências dele. Seu nome não me diz absolutamente nada (DE LUCA, 2002, p. 146).

César era agrônomo e, segundo levantamento que Derlei diz ter feito com outros membros da Ação Popular, não pertencia à repressão e era conhecido de algumas companheiras. Também não pertencia à organização, mas era considerado pelos militantes como “área próxima”. Os dois passaram alguns dias juntos até César viajar para Itabuna, onde começou a trabalhar. “Escrevo no dia seguinte, dando o endereço das meninas para responder. Durante 40 dias, namoramos por carta. E o relacionamento que eu pensava não continuar, vai aumentando” (DE LUCA, 2002, p. 148-149). Assim, o namoro com César parece levar mais leveza à vida de Derlei. A construção de um relacionamento, mesmo nas condições adversas da clandestinidade, amenizava a rotina e, como visto, a partir dos anos 1970 passou a ser incentivada pela própria organização. Entretanto, a AP estimulava que os seus membros que tivessem mais contatos uns com outros estreitassem a relação, o que não ocorreu com Derlei. Os dirigentes, após a saída da militante da prisão, partiram do pressuposto de que ela e Zé Carlos poderiam namorar. Os dois foram, inclusive, escalados para morar na mesma casa como uma maneira de favorecer o relacionamento. Todavia, como colocou Derlei, ninguém havia perguntado se ela gostava dele.

Embora não seja possível escolher de quem se goste, o fato de Derlei namorar e casar com alguém que não pertencia à AP diz bastante sobre a sua postura em relação à interferência da organização na vida íntima dos militantes. Confrontando os dirigentes, a autora faz prevalecer a sua vontade, não deixando que outros membros regulassem totalmente a sua vida como já havia acontecido no passado, numa tentativa de modelar a sua subjetividade. De certa forma, não deixa de ser uma subversão de Derlei às regras da Ação Popular. Como a própria autora coloca: “depois de muita discussão interna, minha relação com César fora aceita pelos companheiros. Era um fato consumado. Brigara agora, talvez

tentando compensar-me por não ter lutado pelo namorado, em inícios de 69” (DE LUCA, 2002, p. 181). Contudo, relacionar-se com alguém que não estava integrado à AP não deixava a autora isenta de problemas. César fazia perguntas, pedia explicações sobre coisas que não entendia:

Por que fiquei na Bahia? Por que não moro com as meninas para cujo endereço manda as cartas? Saíra com uma delas à minha procura, pela cidade. A moça ficara com o endereço de uma pensão, onde só fiquei uma semana para justificar um endereço em Salvador e não sabia onde me achar. Como dizer que moro num “aparelho”, que se a repressão descobre “estoura-o” a tiros? Não digo. Simplesmente não digo [...]. Dou algumas explicações possíveis, conto que sou militante de uma organização clandestina, diz que a barra é pesada, [...]mas topa a parada (DE LUCA, 2000, p. 157-158).

Assim, César passa a fazer parte da vida de Derlei sabendo de forma superficial sobre as suas atividades, dando algum respaldo legal para a vida clandestina da militante.

Em junho de 1970, Derlei descreve que consegue tirar, num cartório de Feira de Santana, cidade para a qual o namorado havia sido transferido, uma certidão de nascimento com o nome de Maria Luisa Borges Vitalli. É com esta documentação que a autora se casa com César um ano depois, em 17 de julho de 1971, sem nem ao menos comunicar às famílias. Quando escreve *No corpo e na alma*, a autora faz uma reflexão importante sobre esse casamento:

Até hoje não entendo por que assinei aquele papel. Deve ser questões de costumes aprendidas na infância. Luta-se contra o governo, prepara-se a guerra para derrubar o sistema, no combate ao sistema se vive na clandestinidade, em função disto se usa documentação falsa. Para morar com um homem e fazer amor com ele é preciso assinar um papel. Na hora não penso nos desdobramentos futuros. Sou Maria Luísa, casada, feliz (DE LUCA, 2002, p. 165).

Mesmo com o ímpeto revolucionário, Derlei consumou aquilo que estava no horizonte da maioria das mulheres naquele período: o casamento. Entretanto, foi um casamento que transgrediu algumas regras sociais daquela época: os dois seguiram morando em cidades diferentes, encontrando-se aos sábados e domingos, para que Derlei continuasse o seu trabalho na AP. Assim, César acabou flexibilizando um pouco os papéis designados às mulheres e aos homens nessa instituição “casamento” ao aceitar compartilhar a vida com alguém que não viveria exclusivamente para o marido e o matrimônio. Mas o casamento também não ficou livre da crítica da própria autora, como é possível perceber na passagem acima. Há uma diferenciação no relato entre a Derlei que se casou sem se preocupar com a

repercussão do ato e a Derlei que recorda, mas que também analisa os fatos pois está sempre adiantada em relação aos eventos. Essa configuração, que permite que as tensões e as fissuras da narrativa sejam verificadas, deve-se à estruturação do texto em pelo menos duas vozes, como já foi discutido anteriormente.

Logo após o casamento, Derlei descobriu que estava grávida e, segundo contou, levou algum tempo para desconfiar, apesar dos sintomas. A gestação se desenvolveu num momento em que a repressão se intensificou na Bahia e que a luta interna na AP, que vai dar origem à APML e ao deslocamento de parte dos seus membros para o PCdoB, se tornou momentaneamente, na perspectiva da autora, mais importante do que a luta contra a ditadura. Foi um período de crise na organização que atingiu “todos os Estados, núcleos, direções e bases” (DE LUCA, 2002, p. 200), absorvendo todos os seus integrantes na discussão. Neste ponto da escrita, Derlei tece muitas críticas aos dirigentes da linha maoísta, acusando-os de levar a AP à destruição, “travando uma luta interna perniciososa, destrutiva, estúpida, enquanto o inimigo se fortalecia e era naquele momento hegemônico (DE LUCA, 2002, p. 199).

No meio de todo o transtorno pelo qual a AP estava passando, Derlei define a gravidez como “um problema e uma esperança”:

É lindo saber que vou ter um filho. Companheiros e amigos sugerem o aborto. Recuso. Pela primeira vez recuso a aceitar que a direção decida questões pessoais minhas. Meu instinto de conservação fala mais alto. Quero ter o meu filho. Brigo com o pai da criança.
 – É uma loucura ter filho nessas condições.
 – Pode deixar. Eu crio sozinha.
 Não deu outra coisa!
 A gravidez decorre num clima difícil entre tarefas de reorganização a nível regional da AP, a presença constante do perigo e a má vontade do marido com a criança por nascer (DE LUCA, 2002, p. 191).

A opção pela gravidez, num contexto de clandestinidade e acirramento da repressão, não deixa de ser um ato de coragem. Como observa Amelinha Teles (2014, p. 17), naquele momento, “havia reações negativas em relação à escolha da maternidade” e Derlei precisou lidar com elas, tanto as que vieram por parte da AP quanto as que vieram por parte do marido. Ao se decidirem pela maternidade, as militantes “eram advertidas de forma sistemática sobre o que poderia lhes advir caso caíssem nas garras da repressão” (TELES, 2014, p. 17). Neste sentido, a gestação ocorre depois da prisão e da tortura de Derlei, de forma que a autora sabia exatamente do que a ditadura era capaz. Por ter ciência dos riscos e mesmo assim ter escolhido seguir com a gravidez, Tega (2015) vê na atitude de Derlei um desejo de continuar

viva: “filhos e filhas simbolizam essa conexão com a vida em um contexto rodeado pela morte, com desaparecimento de companheiros e companheiras, prisões, torturas, assassinatos” (TEGA, 2015, p. 136). Pode ser esse o motivo, mas também o fato de a autora ser uma das poucas a permanecer na organização como católica, como ela mesma relata, possivelmente contribuiu para a sua decisão.

Independente do motivo que levou Derlei a escolher a maternidade, pela primeira vez ela lembra que confrontou os dirigentes da organização. No fragmento acima, Derlei observa que aquela era a primeira vez que não aceitava as determinações da AP. Entretanto, isso já havia ocorrido pelo menos uma vez, quando ela havia decidido relacionar-se com César. Como a resolução de seguir com a gravidez era irrevogável para a autora, não houve tentativas de convencer os dirigentes a aceitá-la, assim como fez com o seu relacionamento, debatendo várias vezes com os membros sobre o seu namoro. Essa postura de não permitir que se gerasse um debate em torno da sua escolha pode ter levado a autora a refletir dessa maneira, quando na realidade era a primeira vez que fazia valer a sua vontade sem ter que persuadir os seus companheiros.

Assim, Derlei dá sequência ao seu trabalho na AP, mesmo grávida. A direção poderia excluí-la dos seus quadros, como outras fizeram com suas militantes que estavam gestantes ou eram mães de crianças pequenas, mas não foi o que ocorreu. A resistência em consentir a presença de membros que eram mães ou seriam mães em breve, conforme reforça Teles (2014), não era infundada, uma vez que a repressão atingiu tanto crianças quanto grávidas: “muitas mulheres abortaram nas dependências dos DOI-CODIs de tanto apanharem e levarem choque na barriga, vagina e demais partes do corpo” (TELES, 2014, p. 17). Outras, segue a autora, tiveram seus filhos na cadeia nascidos sob ameaça de tortura e, em alguns casos, crianças foram torturadas ainda na barriga de suas mães⁵⁶. É então nesse sentido de evitar que as militantes e seus filhos passassem por essas e outras situações que as organizações políticas, muitas vezes, resolviam pelo afastamento dessas mulheres, ou, ainda, posicionavam-se contra o seguimento da gestação, postura adotada pela AP em relação à gravidez de Derlei.

Contudo, conforme descreve Derlei, a gravidez impôs um outro ritmo ao seu trabalho: “minhas atividades diminuem. Sem tarefas a ocupar-me 24 horas por dia, a angústia aflora”

⁵⁶ Para mais detalhes, ver: SÃO PAULO. Assembleia Legislativa. Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva”. *Infância Roubada, crianças atingidas pela Ditadura Militar no Brasil*. São Paulo: ALESP, 2014.

(DE LUCA, 2002, p. 207). Neste cenário, quando está com cinco meses de gestação, a autora passa a maior parte do tempo em Feira de Santana, onde o marido morava e trabalhava, período em que começaram realmente a se conhecer. Nesse contexto, aparecem na narrativa os primeiros problemas domésticos e no relacionamento enfrentados pela autora. Em pouco tempo, Derlei descobriu que César a traía com outras mulheres o que, para ela, foi uma decepção terrível.

Eu confiara nele sem limites durante quase dois anos. [...] Enquanto me dedicava ao trabalho político partidário, ele saía com outras mulheres. Quando encontro Neusa em Salvador, desabafo:
 – Que ingenuidade a minha. Devia ter imaginado algo parecido, mas não. Nunca pensei” (DE LUCA, 2002, p. 208).

O fragmento acima é narrado pela “voz da militante” que atribui a traição ao fato de a autora ser ingênua, de não ter percebido que suas ausências levariam a esta crise no casamento, não responsabilizando César pelos seus atos. A “voz da narradora”, que poderia problematizar a traição do marido, sua escolha por viver livremente sua sexualidade apesar do compromisso assumido com a militante, se faz completamente ausente aqui.

O desapontamento da autora com o César, no entanto, transparece inclusive no diálogo que teve com Paulo Stuart Wright, importante militante da AP:

– Como vai a gravidez?
 – Às vezes penso que foi um erro.
 – Um filho nunca é um erro.
 – O filho não. O marido.
 Choro todas as minhas mágoas com o Paulo Stuart enquanto caminhamos na Orla Marítima da Bahia de São Salvador.
 [...]
 – Você, tão forte com o enfrentamento com o inimigo, tão frágil na solução dos problemas enfrentados pelas mulheres, todos os dias, no decorrer dos séculos (DE LUCA, 2002, p. 210).

Essa fragilidade de Derlei no enfrentamento de problemas cotidianos parece estar ligada à natureza dos trabalhos desenvolvidos na organização e a forma de militância exigida pela AP, rigorosa, às vezes opressora, que dificultava que as pessoas vivessem suas vidas com uma maior flexibilidade. No caso da autora, todas as suas discussões e os seus interesses estiveram voltados para a luta política. Num contexto de perseguição aos militantes de esquerda e de incertezas em relação ao futuro, toda a situação vivida por Derlei e demais companheiros e companheiras sobrepesavam de tal forma que os aspectos individuais e pessoais ficavam em segundo ou terceiro plano e eram considerados passíveis de serem

postergados. Mesmo assim, na sua narrativa, é possível encontrar situações permeadas por essas debilidades, desconfortos, pequenos fragmentos de conversas mais íntimas com um ou outro militante que deixam evidentes que a luta revolucionária não impedia que as pessoas passassem por problemas da vida cotidiana comum.

Apesar do seu ressentimento, a autora narra que consegue reconhecer a relevância do marido em sua vida, a partir das palavras de Paulo:

– Leila, César foi importante⁵⁷. Deu sustentação legal quando você chegou e agora em Feira, também. Os vizinhos aceitam a esposa do agrônomo. Isso é fundamental para sua segurança. Deu sustentação emocional quando estava recém-saída da prisão e isto permitiu manter sua atividade até hoje. Sem ele como teria sido?

Paulo mais uma vez tinha razão. Quando esta sustentação emocional acabou, desabei (DE LUCA, 2002, p. 211).

Mais uma vez, fica evidente na narrativa a importância dos vínculos afetivos durante a militância e principalmente aqueles construídos e/ou fortalecidos durante a clandestinidade. A amizade com Paulo Stuart Wright, que atravessa a escrita da autora, comprova o quanto os afetos foram essenciais na constituição do seu trabalho na AP: Wright a acolheu em diversos momentos e está presente em várias passagens. Segundo Derlei, ele “era incapaz de deixar um companheiro, sem tentar aclarar suas ideias e conflitos” (DE LUCA, 2002, p. 211). Além dele, outros nomes aparecem, como Catarina Meloni e Herbert de Souza que, já exilado no Chile, a recebeu em sua casa quando, para Derlei, estava insuportável continuar vivendo no Brasil.

É justamente a falta de suporte afetivo, somado ao seu deslocamento para outra cidade com poucas tarefas a executar, que fizeram Derlei perceber o quanto seria difícil voltar a ter uma vida mais próxima da normalidade. Sua rotina há alguns anos vinha sendo dirigida pela AP e era a organização quem definia suas atividades, tomando todo o seu tempo. A autora enfrentou diversos problemas de adaptação nessa nova fase:

Nunca tinha sido dona de casa. Me perdia nos horários de almoço. Se estava numa reunião, nem me lembrava de ir para casa cozinhar. Preferia não ter sabido. Matos [militante da AP] realmente me advertira: Este relacionamento vai acabar com a tua militância. Na época não dei importância. Estava apaixonada (DE LUCA, 2002, p. 209).

⁵⁷ Derlei teve vários nomes durante a clandestinidade e Leila fora um deles, escolhido pelo próprio Paulo Stuart Wright, que desde então passou a chamá-la assim. Como a autora recorda, “Para Paulo Stuart sou Leila. Por causa da filha só me chama assim (DE LUCA, 2002, p. 165).

Derlei, acostumada com outro tipo de vida e de trabalho, sente aqui dificuldade em ocupar um lugar que foi historicamente destinado às mulheres: o privado, o casamento, o cuidado com a casa e com marido, as intermináveis tarefas domésticas. Ao assumir um compromisso de lutar contra a ditadura, fazendo parte de uma organização clandestina de esquerda, a autora ultrapassa o espaço socialmente designado às mulheres, preenchendo o seu tempo com outras atividades. Assumir essas demandas domésticas significava, então, submeter-se aos padrões normativos dos papéis de gênero com os quais havia rompido e voltar o olhar para essas preocupações não era a sua prioridade naquele momento. Já as diversas referências à intimidade e às relações pessoais presentes em toda a narrativa são características, conforme observa Elizabeth Jelin (2011), pertinentes ao modo como o gênero incide nas memórias produzidas por mulheres, que tendem a relembrar os acontecimentos de forma mais detalhada, expressando também os seus sentimentos e suas inseguranças. Como a autora explica, essas particularidades existem devido a forma diferenciada como mulheres e homens foram socializados, desviando o olhar para alguns campos sociais e culturais mais que outros.

Neste período, Derlei relata que os dias passaram com muita tensão para ela e os demais membros da AP devido às prisões de vários companheiros. Os militantes presos conheciam vários dados importantes que poderiam dar à repressão o quadro completo da organização na Bahia e a autora era conhecida por todos eles. Contudo, a autora narra que sua situação ficaria mais complicada ainda quando, em 17 de setembro de 1971, Carlos Lamarca foi morto pelos militares no sertão baiano: “as estradas estão fechadas [...] Prendem e matam várias pessoas. Percorrem os hotéis com nomes e fotos nossos e de outras organizações [...] A direção decide minha saída da Bahia, mas não define de imediato para onde vou” (DE LUCA, 2002, p. 212). Assim, na impossibilidade de continuar em Feira de Santana, o casal desloca-se para Fortaleza e fica alguns dias na casa dos pais de César aguardando um posicionamento da AP. São definidos para morar e trabalhar em Londrina. O marido, mais uma vez, como já havia apontado Paulo Stuart Wright, dá suporte à Derlei em mais um momento complicado.

Antes de se estabelecerem em Londrina, o casal passa alguns dias em Curitiba e encontra-se com a mãe de Derlei. A família da autora esteve presente em vários episódios, estando sempre disponível quando havia necessidade. Neste encontro, a sua mãe leva roupas e diversos outros itens para o neto – é um presente de suas primas e de sua irmã Dolores:

“todas tinham filhos pequenos e o meu herda o enxoval dos parentes” (DE LUCA, 2002, p. 217). Combinam que a avó viajará para Londrina quando o neto nascer. Mais uma vez a autora demonstra a importância da sua rede de afetos na sua vida e no seu processo de reconstrução subjetiva.

A ida para Londrina é considerada por Derlei como mais um recomeço, embora para César seja a primeira vez que tenha que reiniciar a vida: “recomeçar, procurar casa, montar uma história coerente, procurar trabalho, retomar os contatos com os militantes. Quem sabe, se aqui não vai ser melhor? Quem sabe, a gente não pode ser um casal normal que espera um filho?” (DE LUCA, 2002, p. 2018). Há, nesta colocação, uma disposição por parte da autora de retomar seu casamento, de levar uma vida com mais normalidade ao menos nas poucas semanas que ainda restam de gravidez. Esse sentimento de refazer a vida ocorre justamente quando as coisas começam a ficar bem complicadas para os militantes da AP. Alguns membros estavam com saída marcada do Brasil devido à insustentabilidade da permanência, como eram os casos de Catarina Meloni e Herbert de Souza que ficaram uns dias na casa da autora antes de seguirem para o Chile. Diante da inevitável partida dos companheiros, Derlei relata como se sente: “tenho a sensação de desagregação, de desalento, de derrota. Há uma clara posição de bater em retirada, de recolher as forças que restam” (DE LUCA, 2002, p. 218). Além disso, a autora não estava participando das atividades políticas da organização por causa do adiantado da gestação, o que também pode ter reforçado tanto o seu sentimento de desamparo quanto o de reconstruir sua vida ao lado de César.

É neste contexto de instabilidades políticas e sentimentais que nasce José Paulo, filho de Derlei, no dia 11 de janeiro de 1972. Todavia, como a autora conta, sua felicidade esbarra numa questão burocrática: César chega com a certidão de nascimento do filho, e o nome da mãe consta como Maria Luiza Vitalli.

– Mas, como? Maria Luiza? Vitalli?
– Tinha de registrar. É o único nome possível.
Vou dormir chorando. Não me conformo em não ser mãe do meu próprio filho (DE LUCA, 2002, p. 219).

Para Tega (2015), a identidade fragmentada de Derlei manifesta-se com o fato de não ter o nome no documento do filho. A militante, mesmo sendo uma só, era várias ao mesmo tempo: “minhas amigas, fora as da AP, passam a me chamar de Isinha. Para Paulo Stuart sou Leila [...]. Os companheiros, em Feira de Santana, me batizam de Guida. Em São Paulo era Maria. É um

sem fim de nomes que não acabam mais” (DE LUCA, 2002, p. 165). Em outro momento, a autora descreve que “já nem sei mais quem sou. Derlei, Deisy, Maria, Leila, Margarida, Maria Luisa. Quando acordo não sei o nome que estou usando” (DE LUCA, 2002, p. 269). Na perspectiva de Rago (2010, p. 158), todos esses nomes “produzem uma experiência assustadora de instabilidade pessoal pela ameaça de perda da própria identidade”. Instabilidade esta, no caso de Derlei, potencializada por não ter a maternidade atribuída a si, algo que considerava de extrema importância.

Após o parto, a autora descreve que os dois meses seguintes foram de chuva em Londrina e não havia muito o que pudesse ser feito em termos de atividades políticas. “Esperamos que o bebê ganhe forças e eu também para uma definição de trabalho. Não deu tempo” (DE LUCA, 2002, p. 219). Em abril, dois militantes da AP caem em Porto Alegre e acabam entregando para a repressão os pontos no Paraná. Um deles sabe o endereço de Derlei em Londrina. Para a autora é o começo do inferno, mas tratarei dele no próximo capítulo.

2.2.2 O testemunho na escrita autobiográfica de Sylvia em *Réquiem por Tatiana*

Réquiem por Tatiana, livro que será analisado neste tópico, é a narrativa de Sylvia de Montarroyos sobre a sua experiência no movimento de resistência à ditadura civil-militar. A escrita da autora, na qual emergem os horrores pelos quais passou enquanto estava sob a tutela do Estado, é uma contundente denúncia sobre a violência do aparato repressivo ditatorial brasileiro. A obra contempla a história da família e da militância de Sylvia, sua prisão e tortura, até o momento em que passou para a clandestinidade e o exílio, primeiro na América Latina e posteriormente na Europa, onde conseguiu asilo em Paris sob a proteção do Alto Comissariado da ONU.

A maneira como a autora elabora o passado apresenta-se de forma descontínua, entrecortada por diversos deslocamentos temporais, citações de outros livros, partes de um diário escrito na clandestinidade, trechos de poesias e de músicas. Ao contrário do “desdobramento da voz da narradora” que ocorre em *No corpo e na alma*, aqui os fragmentos incluídos no texto não têm a finalidade de explicar ou comprovar algum fato referente à militância ou a prisão da autora. Eles aparecem, na maioria das vezes, fazendo parte das reflexões de Sylvia sobre algum acontecimento anterior a esse período. A utilização de todos

esses elementos, que comumente causam uma quebra no ritmo de leitura, podem ser, ao mesmo tempo, indícios da dificuldade da autora em colocar em palavras os fatos ocorridos.

Outro aspecto interessante é a demora de Sylvia em contar a história proposta já na capa interna do livro: o “testemunho da primeira mulher a ser torturada pela ditadura militar no Brasil”. É somente no quarto capítulo que a autora começa de fato a narrar o que aconteceu nos quartéis nos quais ficou detida. Contudo, nos capítulos anteriores ela anuncia por diversas vezes que foi torturada até chegar à loucura, sempre indicando que este seria o ponto principal da sua narrativa. Além disso, ao contrário do que acontece em *No corpo e na alma*, a autora não pretende fazer um relato aprofundado sobre o trabalho desenvolvido pelo POR-T, e sim tratar de aspectos relacionados com a sua prisão e tortura e os seus desdobramentos.

A narrativa de Sylvia, que não é feita de forma cronológica, tem início quando a casa em que ela e o seu noivo estavam foi cercada pela polícia:

Íamos de mãos dadas. Não sabíamos para onde nem o que íamos fazer mas isso era o que menos importava naquele momento para nós. Simplesmente caminhávamos juntos na escuridão da noite, nossos passos furtivos procurando nos manter fora do alcance das balas que silvavam como o vento fustigante à nossa volta. Éramos como um só barco perdido e em perigo de afundar, sem bússola e sem destino, num oceano escuro, tempestuoso e hostil. Ele apertou-me a mão.

[...]

Tínhamos sido cercados de surpresa na calada da noite, enquanto eu tranquilamente dormia no lastro de arame que nos servia de cama, e enquanto ele e os outros camaradas, componentes do “Comitê Regional” a que eu não pertencia, reuniam-se para deliberar na cozinha, na única mesa que nós tínhamos, e onde nem sempre havia o que comer (MONTARROYOS, 2013, p. 33).

A forma de contar eleita pela autora, possível de ser verificada no excerto acima, já apresenta uma especificidade que vai ser encontrada em todo o texto: ao narrar, Sylvia vai utilizar elementos que vão além dos fatos como sensações, impressões, sentimentos. A escrita possui também diversos detalhes que atravessam a narrativa, como a descrição feita sobre a mesa da cozinha no meio do relato sobre o cerco policial: era a única da casa e seus moradores nem sempre tinham o que comer nela. Da mesma forma que Derlei, Sylvia também organiza o seu relato de maneira oposta às narrativas masculinas – o que ficará mais evidente no decorrer da análise do livro.

Após narrar o fragmento acima, Sylvia passa a situar o leitor sobre os personagens envolvidos na cena: o seu noivo Gustavo e ela própria. Segundo a autora, Gustavo era o

codinome de Pedro Makovsky Clemachuck – também conhecido por *Che* –, uruguaio, filho de mãe russa e pai polonês⁵⁸. “Todos o admirávamos porque ele era o cavaleiro andante, o que tinha vindo de longe. Para fortalecer a secção brasileira daquela organização política que era clandestina e quase desconhecida em meu país até mesmo para mim” (MONTARROYOS, 2013, p. 35). Era o dirigente regional do POR-T – Partido Operário Revolucionário Trotskista no Nordeste e possuía documentação irregular. Por sua vez, Tatiana era o codinome de Sylvia. Como a própria autora se apresenta, “eu sou Tatiana, tenho dezessete anos, um grande amor pela humanidade, muita força bonita dentro de mim, duas mãos para trabalhar, e toda a vontade do mundo” (MONTARROYOS, 2013, p. 35).

Esses quatro nomes são articulados na narrativa da autora, que é feita sempre na primeira pessoa do singular. Assim, tanto Sylvia como Tatiana aparecerão nas próximas páginas, tratando-se, portanto, da mesma pessoa. Contudo, as análises sobre a escrita recairão apenas sobre Sylvia, a única narradora da história, uma vez que Tatiana existiu apenas no contexto da luta contra a ditadura civil-militar – e a conjuntura da escrita, como visto no primeiro capítulo, era outra e estendeu-se por muitos anos, tendo início inclusive após a

⁵⁸ Na época da prisão, Pedro Makovsky Clemachuk tinha 24 anos e era solteiro. Nascido em Paysandu, no Uruguai, era filho de Pablo Makovski e Antonia Clemachuk. De acordo com o Informe nº 332/16/ARE/82 do SNI, o Serviço Nacional de Informações, Pedro Makovsky “participou de várias assembleias nas Ligas Camponesas, em companhia de Francisco Julião e outros. Como chefe do Comité Regional neste Estado, participou do Congresso Nacional do POR-T, em São Paulo. Em 1966, foi julgado pela 7ª CJM como infrator da LSN, sendo condenado a pena de 10 anos de reclusão”. Nas páginas do Processo nº 79/65 da Auditoria da 7ª Região Militar estão relatadas outras atividades desenvolvidas por Pedro Makovsky: “promoveu reuniões de caráter subversivo, neste Estado na Paraíba, com a participação de dirigentes nacionais e elementos recrutados em diversos setores. Falsificou um certificado de Alistamento Militar, fazendo-se passar por cidadão brasileiro. Confessa que o movimento trotskista tem caráter internacional, daí a sua denominação de “Quarta 7 Internacional”, recebendo deste modo a orientação, e ajuda do exterior. Redigia, distribuía e divulgava documentos subversivos, no meio militar, no campo, nas fábricas e nas escolas e faculdades. Fazia propaganda para a derrubada do governo e implantação de um Estado Operário Revolucionário. Leitor assíduo de Obras Marxistas. Responsável pela distribuição de jornais subversivos: ‘FRENTE OPERÁRIA’, ‘CLASSE OPERÁRIA’, ‘NOVOS RUMOS’, ‘BRASIL URGENTE’, e ‘RESISTÊNCIA’. Mantinha constantes contatos permanentes com os demais dirigentes em outros Estados e com o Exterior, de onde recebia apoio pessoal e material. Aliciava estudantes, camponeses, operários e militares para ingressarem no POR-T. Fazia reuniões subversivas em casas de militares da FAB, com a participação de dirigentes paulistas”. Considerado pela repressão como um “elemento frio, afoito, inteligente”, foi expulso do Brasil por decreto em 03 de julho de 1968. A notícia de sua expulsão ganhou as páginas do Jornal do Comércio de 14 de setembro de 1968 com a manchete “Justiça brasileira expulsa uruguaio do país”. **Fonte:** Arquivo Nacional. Fundo Serviço Nacional de Informações. BR_DFANBSB_V8.MIC_GNC.III.82003993. As origens do POR-T em Pernambuco, para Gallindo (2010), estão vinculadas ao deslocamento dos militantes do POR-T de São Paulo. O segundo militante a chegar em Recife, de acordo com o autor, “foi o uruguaio Pedro Makovsky, que era conhecido no partido como ‘Gustavo’, que vindo para Pernambuco aos 22, entretanto, havia começado a militar no trotskismo aos 16, em 1956, [...], e por haver entrado no Brasil ilegalmente, não podia ser a figura pública do POR-T em Pernambuco, sendo que este papel foi desempenhado por Jeremias” (GALLINDO, 2010, p. 39), o primeiro militante que foi trabalhar no campo. A passagem evidencia a responsabilidade que recaía em Gustavo e a sua importância para o sucesso das atividades do POR-T em Pernambuco.

promulgação da anistia. Logo, existe uma narradora que se entrelaça, se hibridiza com a personagem, ao mesmo tempo em que tenta se apartar dela para contar a história.

Sylvia não escolhe começar a narrativa pelo cerco à casa e a tentativa de fuga de forma aleatória – essa foi a última vez que Tatiana e Gustavo estiveram juntos em liberdade. É possível perceber, na escrita de Sylvia, o quanto Gustavo foi importante na vida de Tatiana, todavia, como conta a autora, não foi ele o motivo da sua filiação no POR-T. Para que se entenda, então, a entrada da militante na vida política, é necessário conhecer as atividades de um dos membros da sua família: o seu irmão mais velho.

Sylvia tinha ao todo seis irmãos: Carlos Alberto, Selma Laís, Antônio Carlos, Maria das Graças, Maria de Fátima e Abelardo Neto. Mas foi Carlos Alberto, a quem Sylvia chama pelo apelido de infância *Metai*, quem desde cedo havia se envolvido com questões ligadas à política. Como a autora relembra, ele foi, durante vários anos, presidente do Centro de Estudantes Secundaristas de Pernambuco; em Goiás, participou de um movimento camponês ligado a Francisco Julião⁵⁹; foi detido em També pela polícia do governador Miguel Arraes ao tentar organizar um congresso de operários e camponeses⁶⁰. Ao refletir sobre a prisão do irmão, Sylvia faz uma importante colocação sobre a sua entrada no POR-T: “foi na sequência do que se fez para libertar Metai e seus amigos, que de repente, e sem nem me dar por isso, me vi na mesma luta que eles, e no mesmo Partido” (MONTARROYOS, 2013, p. 46). Logo, Sylvia demarca que foi durante o processo de liberdade do irmão que entendeu e passou a fazer parte da mesma luta que Metai. Até aquele momento, segundo sua narrativa, a autora

⁵⁹ Francisco Julião era advogado das Ligas Camponesas – organização de camponeses formada pelo Partido Comunista Brasileiro a partir de 1945. Segundo o relatório da CNV, “Francisco Julião Arruda de Paula nasceu em 1915, filho de uma família de latifundiários. Formou-se em Direito em 1939. A partir de 1940, começou a defender os camponeses, sem cobrar pelos seus serviços de advogado. Quando pegou a causa da Sociedade Agrícola de Plantadores e Pecuaristas de Pernambuco (SAPPP), no engenho Galileia, em Vitória de Santo Antão, em 1955, acabara de se eleger para deputado estadual pelo estado de Pernambuco, pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB). Envolveu-se de tal forma na defesa dos direitos dos lavradores da Galileia que se tornou o líder das Ligas Camponesas. Era tido pelos latifundiários como o “Anticristo”, a Besta do Apocalipse” (BRASIL. *Comissão Nacional da Verdade*. Relatórios da Comissão Nacional da Verdade. Brasília: CNV, 2014, v.3, p. 116). Com o golpe, Francisco Julião teve o seu mandato cassado com a promulgação do Ato Institucional Nº 1, foi preso e ficou detido até 1965 quando foi libertado por um habeas corpus, exilando-se no México (BRASIL. *Comissão Nacional da Verdade*. Relatórios da Comissão Nacional da Verdade. Brasília: CNV, 2014, v.1, p. 98).

⁶⁰ O POR-T atuou intensamente na região em que também está localizada e que foi cenário de várias mobilizações no campo durante a década de 1960. Os militantes orientavam os trabalhadores rurais em relação aos seus direitos, muitas vezes atuando na formação de milícias camponesas para realização de ações mais radicais. Para maiores detalhes, consultar: SILVA, José Rodrigo de Araújo. Arquivos da repressão: monitoramento e prisão de trabalhadores rurais em Pernambuco. **XII Encontro Estadual de História da ANPUH-PE**, Recife, 2018.

vivia tão a leste do que Metai e os seus amigos faziam, que embora soubesse que era política de esquerda, não imaginava de que se tratasse de um Partido e menos ainda de uma Internacional, não tinha sequer ideia do que fosse uma Internacional, e que eles tivessem um envolvimento tão sério e íntimo com as lutas camponesas (MONTARROYOS, 2013, p. 42).

Dessa maneira, e mesmo indiretamente, ao direcionar o olhar da autora para questões progressistas e para as dificuldades do povo, tão longe da realidade na qual estavam inseridos, Metai ocupa um lugar especial tanto na vida quanto na narrativa elaborada por Sylvia, como será visto mais adiante.

Tatiana conheceu Gustavo quando já estava envolvida com o POR-T e, como conta a autora, o laço que a unia ao noivo em nada diferia do poderoso laço que a unia ao Partido. Assim, nas suas palavras, o Partido e Gustavo

eram uma só coisa para mim, e se confundiam de tal modo que quando eu o abraçava não era só o meu companheiro que estava a abraçar, tudo tinha uma dimensão muito mais bela, mais vasta e mais profunda, toda impregnada de uma emoção que era linda e sublime e transcendente, e era como se eu estivesse abraçando a Revolução (MONTARROYOS, 2013, p.35).

Essa delimitação de Sylvia sobre o início da sua militância e o papel de Gustavo e do Partido na sua vida é importante porque contrasta com a maneira como a repressão costumava ver o envolvimento das mulheres na luta contra a ditadura. Como Colling (1997) ressalta, uma mulher, para os agentes repressivos, não era considerada apta a decidir por conta própria a sua entrada no mundo político: “quando ela ali aparece é porque um homem a colocou, a subverteu” (COLLING, 1997, p. 99). Assim, a participação das mulheres em organizações e partidos de esquerda, ainda segundo a autora, não assume “importância política” para a repressão que sempre as vinculam a uma figura masculina, como sendo filha de militante, mulher ou amante de algum subversivo. Quando Sylvia demarca o início do seu envolvimento político, ela se afasta, mesmo sem intenção, desse modelo construído pela ditadura, sem negar a importância de Metai e Gustavo na sua militância.

Gustavo, pelos relatos de Sylvia, parecia pertencer a uma família humilde, o que é reforçado pelos documentos do SNI onde consta que Pedro Makovsky Clemachuck era “filho de pais que vivem da pequena agricultura⁶¹”. Contudo, Sylvia é uma parte considerável dos

⁶¹ Arquivo Nacional. Fundo Serviço Nacional de Informações. BR_DFANBSB_V8.MIC_GNC.III.82003993.

militantes do POR-T em Recife eram de famílias ricas ou abastadas. Como a autora explica, “eu era o que naquela época no Recife se podia chamar de ‘uma menina bem-nascida’. Os meus pais não eram ricos, mas pertenciam a muito boas famílias, tinham fortuna própria [...] e nós vivíamos com muito conforto e sem nenhuma preocupação financeira” (MONTARROYOS, 2013, p. 55). A autora faz questão de frisar a maneira como ela e os demais familiares viviam. De acordo com o seu relato,

nós nos vestíamos bem, veraneávamos todos os anos em praias de luxo, viajávamos a passeio com muita frequência para o Rio de Janeiro, estudávamos nos melhores colégios da cidade, dávamos grandes festas em casa, e frequentávamos os clubes mais elegantes da época, e os nossos nomes e fotos vez por outra apareciam na coluna social (MONTARROYOS, 2013, p. 56).

Essa vida descrita por Sylvia foi abandonada quando ela decidiu viver ao lado de Gustavo, dividindo com ele e mais um militante, Martinho, uma pequena casa em Prazeres, no município de Jaboatão, próximo de Recife. Essa escolha forçou-a a adaptar-se a uma realidade bastante diferente da qual estava acostumada, “sem conforto e sem dinheiro, com uma vida toda feita de esperanças e de sonhos, luta, amor e chimarrão” (MONTARROYOS, 2013, p. 33). Ao fazer parte da aristocracia pernambucana e renunciar a ela em nome de um ideal demonstra, como observa Ribeiro (2015), que a experiência de oposição à ditadura comporta uma multiplicidade de perfis, colocando lado a lado mulheres de diferentes classes sociais, embora a maioria delas pertencessem a uma classe média intelectualizada, como aponta Marcelo Ridenti (1993). Entretanto, o relato de Sylvia sobre a sua origem abastada tem outro propósito. Ainda no primeiro capítulo, a autora relata que “o nosso prestígio era tanto que chegava a significar prova de status para as pessoas o simples fato de dizerem que nos conheciam, e mais ainda que privavam de nossa amizade” (MONTARROYOS, 2013, p. 57). No transcorrer das páginas, Sylvia vai delineando o fascínio que a família exercia na sociedade, vai descrevendo as roupas e os perfumes caros que usavam, todos os privilégios de que gozavam, envolvendo o leitor numa atmosfera de abundância para, no penúltimo capítulo, mostrar como sua família foi atormentada pela ditadura após a sua prisão, ocasionando o rápido declínio de suas condições sociais e financeiras, contribuindo também para abalar o estado de saúde dos seus pais. Sylvia escolheu uma vida mais simples, mas a sua família não teve essa escolha. Como a autora recorda, após sua prisão,

Toda a minha família sofreu muito, e toda a minha família foi impiedosamente perseguida, na época da ditadura. A minha mãe chegou a

ficar internada durante mais de seis meses numa clínica de doentes nervosos, no ano de 1966 [...] Selma era toda hora presa e importunada pela Polícia e o IV Exército, que não a deixavam ter um emprego e nem uma vida normal, isso durante anos, e o meu pai, que tinha sido chefe de Gabinete, chefe de Compras e, na altura, era o chefe do Cerimonial, foi vertiginosamente rebaixado de função e salário, o que fez com que pela primeira vez os Montarroyos viessem a conhecer um grande declínio social, a pobreza e – embora disfarçassem muito bem [...] – até mesmo a fome (MONTARROYOS, 2013, p. 334).

Sylvia reflete, assim, sobre as consequências do seu envolvimento político, e também do de Metai, que repercutiram em todo o núcleo familiar. Na sequência, a autora passa a relatar como a sua família foi constantemente vigiada. O telefone estava sob escuta e a correspondência chegava violada. O seu pai era seguido de forma cotidiana e ostensiva pela polícia. Além disso, tanto a polícia quanto o Exército tinham mandados de busca para entrar na casa dos seus pais sempre que quisessem, a qualquer dia e horário, “e o faziam abusivamente e sempre tentando se apoderar do que era nosso, lançando indiretas e olhares de muita cobiça para a mobília [...], para as bandejas de prata e os tapetes persas [...], para um faqueiro de peças de prata maciça [...]” (MONTARROYOS, 2013, p. 336-337). Sylvia lista diversos objetos, incluindo obras de arte que pertenceram a seus antepassados, para na sequência informar que foram todos vendidos, junto com a casa, o carro e os terrenos, para que seu pai pudesse sustentar a família nessa nova condição e no momento em que todos os evitavam, “a vizinhança, os antigos conhecidos [...] afastaram-se deles e da nossa casa, como se eles fossem leprosos ou portadores de outras doenças contagiosas” (MONTARROYOS, 2013, p. 335), contrastando com a antiga posição de destaque social em que todos queriam ter contato com os Montarroyos. Logo, Sylvia vai, ao longo dos capítulos, construindo a denúncia de como a ditadura e as demais pessoas que estavam no entorno dos Montarroyos prejudicaram a sua família. Entretanto, apesar de a autora narrar sistematicamente as perseguições da ditadura com o intuito de atingir os familiares, articulando diversas formas de violências para atacar seus membros, ela não deixa claro se o afastamento dos vizinhos e conhecidos foi ocasionado pelo envolvimento de membros da família com o “comunismo” ou porque essas pessoas temiam retaliações dos militares.

Retomando a cena da prisão, Sylvia faz o seguinte relato sobre aquele momento:

Íamos porém de mãos dadas e só havia trevas a nossa volta. Em todos os sentidos. [...] A escuridão era intensa e nos cegava e tornava difíceis a nossa orientação e os nossos movimentos, mas também nos escondia e protegia, acobertando a nossa fuga. Mas não por muito tempo...

– Alto! Bradou uma voz, e antes mesmo do homem que logo surgiu com todo o seu peso e massa à nossa frente, vimos o brilho de um revólver apontado para nós na escuridão.

Paramos imediatamente. Não havia mais nada a fazer.

[...]

Um outro homem, igualmente armado, aproximou-se também.

– Quantos são? – perguntou.

– Por ora é só um – disse o outro – mas não está sozinho.

Não sei qual dos dois gritou então para longe:

– Venham cá! Pegamos um aqui. Já ia fugindo com uma mulher (MONTARROYOS, 2013, p. 53-54).

“Já ia fugindo com uma mulher”. Essa frase, segundo Sylvia, causou-lhe um grande desconforto. Como a própria autora conta, era a primeira vez que ela era tratada daquela maneira. “Eu sempre fora chamada por meu nome ou por *menina, moça, mocinha, garota, senhorita, senhorinha*. Talvez por isso, e pelo tom com que foi dito, aquilo me tenha soado como uma obscenidade” (MONTARROYOS, 2013, p. 54, grifos da autora). Possivelmente por esse motivo Sylvia tenha considerado a expressão como a primeira bofetada que levou dos seus algozes. “Era, no entanto, apenas a primeira. E não chegava a significar nem uma mostra de todas as que ainda estavam por vir, mais concretas e violentas” (MONTARROYOS, 2013, p. 54). Sylvia, aqui, anuncia a violência que iria sofrer num futuro próximo, fazendo isso algumas vezes no decorrer do texto até o momento de começar a contar o sofrimento na prisão – o que se define como mais uma característica narrativa da autora com o propósito, parece-me, de fazer o leitor continuar acompanhando a história, como uma promessa de que em algum momento ela vai contar o que aconteceu com “a primeira mulher a ser torturada pela ditadura militar no Brasil”.

A frase que incomodou Sylvia – “Já ia fugindo com uma mulher” –, por outro lado, dá indícios de que a repressão inicialmente não via Tatiana como uma militante – o objeto de interesse era Gustavo. Conforme explica Colling (1997), nos arquivos do DOPS a maioria dos pedidos de prisão e de acompanhamento de pessoas consideradas subversivas referem-se a sujeitos políticos homens. As mulheres não eram consideradas com qualidades suficientes para tomarem decisões políticas. “Quando aparecem nos documentos é porque são esposas, filhas e amantes de homens procurados. Elas não têm vontade própria” (COLLING, 1997, p. 96). Para a ditadura, como observa a autora, a mulher militante era considerada um “desvio de mulher” e fazia parte dos movimentos de resistência por motivos alheios à política.

Sylvia, por sua vez, não parece ter conferido muita relevância à si própria no momento da prisão: “eu estava longe de ser uma peça importante na organização, e era, o que saltava logo à vista, só uma mocinha, quase uma menina. Não seria comigo que os policiais iam se preocupar” (MONTARROYOS, 2013, p. 72). Logo em seguida, a autora narra que a ela não pareciam ligar muito. “Gustavo é que era o alvo maior dos seus olhares, o grande achado deles, como um elefante sagrado inesperadamente capturado para júbilo geral de um pequeno safári” (MONTARROYOS, 2013, p. 76). Colling (1997), na sua pesquisa, aponta que algumas mulheres por ela entrevistadas também afirmaram que não julgavam o seu papel nas organizações politicamente importante a ponto de serem presas, assim como Sylvia. Essa é uma característica da memória de algumas mulheres sobre esse período: não atribuir valor a si e ao seu trabalho desenvolvido nas organizações de esquerda. De toda forma, não é possível afirmar, pelos indícios do texto, que na época da prisão Sylvia tinha essa percepção de sua desimportância e até mesmo da sua juventude – parece-me que esta é uma elaboração da narradora que escreve anos depois. A mesma que critica o partido diversas vezes ao longo da narrativa por não proporcionar uma estrutura adequada ao desenvolvimento dos trabalhos nem proteger ou preparar os militantes para situações como a prisão.

Dando continuidade à sua narrativa, Sylvia recorda que ela e Gustavo foram então levados para a Secretaria de Segurança Pública do Recife. Os policiais deixaram-na sozinha em uma sala ao lado daquela em que estavam Gustavo e os demais companheiros, uma vez que todos os membros que estavam na casa naquela noite foram capturados, com exceção apenas do dirigente do Bureau Político de São Paulo, Tullo, como relembra a autora. “Na porta da salinha, sem nada dizer, o policial me largou, e apontou o banco para que eu me sentasse. [...] Fiquei ali sentada e à espera do que nos pudesse acontecer” (MONTARROYOS, 2013, p. 86). Pouco tempo depois, Gustavo e os demais militantes foram chamados para depor, menos Tatiana: “eu queria estar com eles, ao lado deles. Levantei [*sic*] e fui até a porta – queria muito estar com eles [...] mas um dos guardas me mandou para dentro da sala outra vez. – Só os homens – ele disse – Você fica” (MONTARROYOS, 2013, p. 87). Agora, pelo seu relato, fica claro que inicialmente Tatiana foi preterida pelos policiais, não sendo atribuída a ela a mesma relevância que os seus companheiros, o que facilitou sobremaneira a sua fuga.

Sylvia, conforme relembra, aproveita o desinteresse dos guardas responsáveis por vigiá-la e resolve fugir ao perceber que havia uma porta na sala onde aguardava. Antes, porém, relata o que a motivou a sair daquele local e procurar ajuda:

Bem mais difícil do que fugir teria sido para mim obedecer ao guarda e ficar parada e inativa enquanto Gustavo e os nossos camaradas estavam em perigo. O que iriam fazer com eles?

A resposta veio rápida e me atingiu em cheio como uma chicotada: eles gritavam. De uma forma terrível, medonha, como ainda me sinto mal só em lembrar. [...] Não os pude identificar como deste ou daquele, eram muitas vozes juntas, mas aquele coro de gritos vinha deles, dos meus companheiros de luta e de prisão, a quem torturavam.

Levantei-me e fui até a porta e me dirigi aos policiais que me montavam guarda.

– Estão batendo neles! – eu lhes disse fora de mim. Estava revoltada e indignada com o tratamento que estava sendo dado aos meus companheiros. E repeti: – Estão batendo neles!...

Os dois me olharam sem me darem qualquer importância.

– Não estão, não – um deles me respondeu – Aqui não se bate em preso político (MONTARROYOS, 2013, p. 88).

De acordo com Márcio Moreira Alves (1996), naquela época, já era de conhecimento público e das autoridades o tratamento que os presos passaram a receber na Secretaria de Segurança Pública de Recife a partir do golpe de Estado. O autor relata diversos casos de tortura no local como os exemplos a seguir:

José Pedro da Cruz, portuário, foi espancado na Secretaria de Segurança, recebendo bolos, socos e telefones principalmente do escrivão Holanda [...] Josias, camponês, membro do Conselho das Ligas, que recebeu tratamento de choques dado pela briga de *eletricistas* que funcionava na Secretaria de Segurança. Os nomes dos camponeses, aliás, raramente são acompanhados de sobrenomes (ALVES, 1996, p. 63, grifo do autor).

A tortura que os militantes do POR-T sofreram, mais especificamente aquelas infligidas ao Gustavo e à Sylvia, serão analisadas no próximo capítulo. Contudo, trazer esses exemplos agora colabora para contextualizar a violência habitual que a Secretaria de Segurança conferia aos seus detentos e que a militante, um pouco mais tarde, também iria enfrentar.

Seguindo com o relato sobre a sua fuga da Secretaria de Segurança Pública de Recife, Sylvia conta que, silenciosamente, conseguiu destrancar a porta, caminhou por um longo corredor, passou por um guarda e chegou no topo de uma escadaria que dava para a porta de saída. Já havia amanhecido e a militante conseguiu misturar-se rapidamente com as demais pessoas que estavam na rua. A autora narra que, a partir do momento em que sentiu que escapou, tinha apenas um objetivo: “O que me importava era salvar Gustavo [...] chegar às pessoas certas para salvação dele: a minha família, o cônsul uruguaio. Não pedia mais. Se depois voltasse a ser presa, não importava. Nada mais importava” (MONTARROYOS, 2013. P. 101). Tatiana aparece em diversas passagens preocupada com Gustavo, uma vez que ele era

um estrangeiro que estava de forma ilegal no país, além de ser um nome proeminente no partido. Entretanto, quem recorda é Sylvia, a pessoa que tem conhecimento de toda a história, inclusive do seu desenlace. Dizer que “se depois voltasse a ser presa, não importava” faz mais sentido quando se sabe que o que aconteceu foi exatamente isso. Embora a prisão estivesse no horizonte de qualquer militante, considero pouco provável que o pensamento de quem tivesse acabado de burlar a repressão fosse justamente o de considerar a possibilidade de voltar para a tutela do Estado.

O primeiro capítulo de *Réquiem por Tatiana* termina quando a militante foge da Secretaria de Segurança Pública. O segundo, inicia com a autora refletindo sobre o seu passado antes da prisão, o início do envolvimento com o Gustavo, algumas percepções suas sobre o papel da mulher na sociedade. Sylvia também aprofunda algumas questões sobre as atividades que desenvolvia no partido, e é a partir dessas colocações que pretendo continuar a análise da obra. A autora começa esclarecendo que “circulava entre duas células: a estudantil, com colegas das duas universidades, e a operária, que eu ainda estava tentando organizar”, porém, “a tarefa de que mais gostava só era destinada aos homens e eu fazia às escondidas do Partido: ir aos sindicatos dos camponeses” (MONTARROYOS, 2013, p. 112-116). O POR-T atuava de forma intensa na área rural de Pernambuco, particularmente na região de També, deslocando para lá os seus principais membros⁶². O foco de atuação do partido era realmente o campo, junto aos trabalhadores rurais, e Sylvia, no seu relato, se coloca como alguém ciente do que estava acontecendo: “o campo, com a palavra de ordem da reforma agrária, era mais interessante que a cidade, e eu adorava conversar com aquela gente simples e tão próxima da terra” (MONTARROYOS, 2013, p.116).

Sylvia, até este momento da narrativa, aparece duas vezes transgredindo regras. A fuga da Secretaria de Segurança e a desobediência ao partido, além de outras que ainda aparecerão no relato da autora, demonstram que ela não se encaixava totalmente nas normas estabelecidas, característica que rendeu a ela, segundo conta, algumas críticas sobre a sua atuação “descentralizada e individualista”, fora da esfera de atuação que haviam traçado para a sua militância. Para o POR-T, ela era “a indisciplinada”, assim como Derlei também era para

⁶² Para saber mais sobre a atuação do POR-T em Pernambuco, ver: GALLINDO, José Felipe Rangel. *O trotskismo no campo em Pernambuco: “o Jeremias das caminhadas”*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em História, Recife, 2010; LEAL, Murilo. *A Esquerda da Esquerda – trotskistas, comunistas e populistas no Brasil contemporâneo (1952-1966)*. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

a AP e, pelo relato das duas autoras, fica evidente nas duas organizações (POR-T e AP) a divisão do trabalho de acordo com o gênero. Como colocam Wolff e Briggmann (2019), embora houvesse lugar para atuação das mulheres dentro das organizações de esquerda, a igualdade entre elas e os militantes homens, na prática, não era muito eficiente. Nesse sentido, e indo ao encontro do que é dito por Sylvia e Derlei, o relato de Vânia no livro *Memórias das mulheres do exílio* é bastante esclarecedor:

Não é que as mulheres tivessem tarefas diferentes dos homens, não. Era um processo natural: no começo éramos todos iguais, mas no fim as mulheres ficavam no movimento estudantil. Nós participávamos das ações, mas os treinamentos das mulheres eram menos intensivos. E além do mais, tínhamos a tarefa de manter a casa. Isso não estava escrito em parte nenhuma, mas na prática todas as mulheres faziam isso. Em relação às tarefas domésticas, todos os homens eram meio domésticos, lavavam pratos. Não era grande desdouro, não era essa a questão. Naquele esquema, isso fazia parte do espírito revolucionário. A mulher deixou de ser virgem, o homem deixou de ser macho, lava pratos, faz comida, é bom cozinheiro. Eu acho que isso não era o fundamental. As análises, as grandes análises, a estratégia, a tática, isso era o que importava. E isso eram eles que faziam (COSTA, 1980, p. 113).

Sylvia, ao se opor à ditadura civil-militar brasileira, filiando-se a um partido clandestino, rompeu com o local socialmente designado às mulheres, especialmente às da sua classe social: o privado, a casa, o casamento. Mais uma transgressão para a sua conta. Entretanto, quando Sylvia escreve *Réquiem por Tatiana* anos após a ocorrência dos fatos narrados, ela mostra uma visão bem mais conservadora em relação ao papel da mulher no mundo, como é possível acompanhar em algumas passagens:

E não há dúvida de que estamos num mundo regido por homens. Os valores deles são os do pensamento, são calculistas e cerebrais, o que não significa que sejam mais inteligentes, enquanto os das mulheres são os do coração, os sentimentais e emocionais, os da sensibilidade. A mulher é mãe e nunca vai querer uma guerra, onde podem morrer os seus filhos e os de outras mães. [...] a elas não interessa o poder, por isso nunca lutaram por o tirar dos homens (MONTARROYOS, 2013, p. 114).

Neste fragmento, Sylvia reitera características que são socialmente atribuídas ao gênero feminino, destacando o papel da maternidade na vida das mulheres – “a mulher é mãe”, e não resta nenhuma outra possibilidade para ela. “Enquanto ela prefere, e já desde criança, brincar de boneca, que é a sua vocação, o seu instinto de mãe, de pedra basilar da família, como a natureza a fez” (MONTARROYOS, 2013, p. 114). Há aqui, por parte de Sylvia, um determinismo biológico em relação ao sexo, onde a autora naturaliza algo que é

socialmente construído. A autora também tem uma visão peculiar sobre o que considera ser a “verdadeira mulher”:

Claro que me refiro à verdadeira mulher, àquela que mesmo sendo feminista continua a ser feminina. Não me refiro a aberrações como Margareth Thatcher e outras caricaturas. A mulher não tem por que competir com o homem nem o imitar, querer ser sua igual ela deve se orgulhar da sua diferença, a valorizar e lutar por uma merecida vantagem de direitos, por o seu corpo ser delicado, com ovulação, menstruação, gravidez, parto, amamentação e instinto maternal (MONTARROYOS, 2013, p. 114).

Com essas falas, Sylvia coloca a mulher novamente no espaço privado, como a responsável pela formação da família, pela educação dos filhos, associando a mulher àquilo que a sociedade patriarcal espera dela: delicadeza, subserviência e passividade, valorizando os modelos tradicionais de feminilidade que até hoje são impostos às mulheres. Neste sentido, percebo algumas incoerências na escrita da autora, uma vez que Tatiana aparece na narrativa como uma mulher transgressora, mas no presente da escrita Sylvia impõe e naturaliza as regras que foram por ela quebradas no passado – talvez porque ainda carregue consigo alguns elementos recebidos pela educação familiar, que também era religiosa, e podem ter se fortalecido ao longo do tempo.

Após as páginas de digressão, Sylvia retoma a narrativa da sua fuga da Secretaria de Segurança Pública e a chegada à casa de seus pais, quando noticiou o que havia acontecido na noite anterior:

– Nós fomos presos – contei. – Ontem à noite. Cercaram a casa, atiraram... Fomos todos presos. Na Secretaria de Segurança. Bateram neles. Vão matar Gustavo. Eu... eu fugi de lá.

[...]

– É preciso avisar o cônsul – repeti –, a vida de Gustavo corre perigo. Ele não tem os papéis em ordem... – e então, me levantando, perguntei: – Quem vai comigo ao consulado?

– Você não vai a lado nenhum! – atalhou firme a minha mãe. – Você não sai daqui.

O meu pai porém foi mais lúcido:

– Ah, sai, sim. E tem de sair já. Daqui a pouco a polícia bate aqui atrás dela (MONTARROYOS, 2013, p. 171).

Pela colocação do pai, eles já estavam atentos ao que poderia acontecer. Sylvia, então, passa a relatar o deslocamento de Tatiana e do pai para Olinda, para a casa do tio Zé – José Fernandes Parente Viana – tio paterno da sua mãe, chefe de polícia aposentado. O lugar, para família, parecia seguro o suficiente para que Tatiana ficasse alguns dias até que a família

decidisse o que fazer. A autora relembra, também, que ficou sabendo que 15 minutos após a sua saída, a polícia chegou à sua casa com um mandado de busca.

Durante os dias seguintes, a autora narra que os meios de comunicação passaram a divulgar notícias sobre a sua fuga, o que evidenciava que, se num primeiro momento os policiais desconsideraram a sua participação no partido, o discurso da repressão mudou após a sua saída furtiva da Secretaria de Segurança Pública. Segundo Sylvia, “por ordem do Estado, a televisão transmitia a intervalos regulares a minha fotografia com o apelo de *Procura-se e Quem viu?*, e me descrevia como *perigosa terrorista e criminosa sagaz e diabólica*” (MONTARROYOS, 2013, p. 184, grifos meus). Os jornais também estampavam sua imagem e, de acordo com a autora, havia cartazes com a sua foto sob o letreiro de *Procura-se* em todos os aeroportos – a mesma fotografia que veio a ser a capa de *Réquiem por Tatiana*. Além disso, a autora relembra que os jornais de Pernambuco publicaram “uma declaração do delegado auxiliar de segurança pública, Álvaro da Costa Lima, em que ele dizia ter bem compreendido, já desde o primeiro instante, que apesar dos meus ‘olhos diabolicamente ingênuos’ eu era perigosa, a ‘mulher chave’ da Organização” (MONTARROYOS, 2013, p. 87). Por este motivo ela havia sido deixada isolada e o seu depoimento reservado para o final. Sylvia coloca, contudo, que o motivo era outro: “Claro que era o seu desesperado esforço para se justificar e explicar o fato de na verdade não me ter sido dada a mínima importância e de eu ter fugido” (MONTARROYOS, 2013, p. 87). Esse fato, como aponta a autora, deixou-o furioso, e a única forma possível dos policiais explicarem a fuga de uma militante era atribuindo-lhe as piores características ou colocando-a numa posição de liderança dentro do partido.

Sylvia coloca no texto que só teve conhecimento dessas publicações um ano após a sua prisão, quando soube que Tatiana passou a ser considerada na imprensa como a “amante do chefe”, a “mulher-chefe” e a “mulher-chave” do Partido, “furiosa trotskista” e “elemento da mais alta periculosidade”. Segundo Maria Amélia de Almeida Teles (2015), essa era uma característica da repressão, que tratava as mulheres como muito perigosas, apesar de inicialmente ter subestimado a capacidade de luta feminina. Nesse sentido, se de um lado o delegado exagerava a importância de Sylvia para justificar a sua fuga, de outro, o fato de a militante ter fugido alimentava o discurso, por parte da ditadura, de que as mulheres que atuavam em organizações de esquerda constituíam-se em uma ameaça.

A documentação produzida pelos órgãos repressivos, conforme destaca Teles (2015), indica que seus agentes dispensavam um tratamento diferenciado para homens e mulheres.

“Os documentos, quando se referiam à mulher, usavam expressões como ‘ativa fanática em subversão’, ‘bom grau de inteligência’, ‘moça de muita valentia’. Eles nunca diziam que um homem era fanático, ou mesmo, inteligente” (TELES, 2015, p. 1011). Segundo a autora, o pressuposto para a repressão era de que os homens simplesmente eram inteligentes e valentes, não havendo, portanto, necessidade de mencionar isso nos relatórios. Das mulheres eles não esperavam essas características pois as viam como frágeis e dependentes, como sujeitos incapazes de tomar qualquer decisão política, como sublinha Colling (1997). A repressão passava então a tratar essas mulheres como muito perigosas porque elas “eram capazes de abandonar o seu ‘papel social’ a ponto de aspirar ao poder político e participar da luta armada” (TELES, 2015, p. 1011-1012). Na realidade, os homens sentem-se ameaçados por aquelas mulheres que subvertem a ordem social estabelecida em qualquer tempo. No caso da ditadura, as mulheres não eram temidas só porque participavam de movimentos de resistência, mas também por terem ousado ocupar espaços socialmente atribuídos aos homens.

Ainda sobre o que foi divulgado na imprensa, Sylvia recorda de duas legendas que foram publicadas com a sua foto, uma no *Diário da Noite*, do Recife, e outra no *Correio da Manhã*, do Rio. A primeira dizia “Tatiana: beleza também conspira”, e a outra “Bela guerrilheira fugiu da polícia” (MONTARROYOS, 2013, p. 184). Não há referências na narrativa da autora de que houve esse mesmo tipo de comentário acerca dos demais companheiros presos. Como reforça Teles (2015), o mesmo ocorreu com a guerrilheira Lucia Maria de Souza, a Sônia: “o relatório da Operação Sucuri, que trata da primeira campanha militar contra a Guerrilha do Araguaia [...] a descreve como uma mulher de corpo bonito. Nenhum guerrilheiro recebeu uma descrição desse tipo” (TELES, 2015, p. 1012). Verifica-se, então, mais uma diferença de tratamento entre militantes homens e militantes mulheres. Contudo, essa dessemelhança, no caso de Sylvia, não levou incômodo para a autora que afirma que as legendas fizeram muito bem à sua vaidade de mulher. Mesmo tendo concluído o livro 41 anos depois dos acontecimentos que narra, Sylvia não consegue visualizar aqui uma marca de gênero e sim um elogio ou, como ela mesma coloca, “o livre pensamento dos jornalistas, que procuravam escapar à censura falando indiretamente bem dos conspiradores e guerrilheiros” (MONTARROYOS, 2013, p. 184). A análise da autora, neste ponto, é de certa forma ingênua, pois os jornalistas que tiveram opinião foram derrubados pela ditadura.

A vaidade de Sylvia é uma característica que fica evidente em toda a sua narrativa, uma vez que a autora sempre faz questão de dizer o quanto era bonita, bem-vestida, o quanto os garotos a desejavam, delimitando um olhar conservador da autora sobre o gênero feminino. Sylvia, assim, não deixa na sua escrita evidências de ter passado pelo processo de dessexualização que algumas militantes relatam que tiveram que passar, além de não deixar indícios sobre quais eram as suas pretensões na organização. Sobre sua posição no POR-T, declara apenas que “não tinha grande formação política, e nem muita experiência, era só uma militante de base, com tudo ainda a aprender” (MONTARRYOS, 2013, p. 206). O que fica evidente na escrita de Sylvia é uma tentativa de equilibrar a sua feminilidade com a sua determinação em lutar por um país mais justo. Em relação à feminilidade, Sylvia e Derlei eram o oposto uma da outra.

Retomando novamente o itinerário de sua fuga, Sylvia conta que ficou alguns dias na casa do tio enquanto a família preparava um plano de fuga. Segundo a autora, a militante iria para Porto Alegre com uma carteira de identidade falsa. Sairia do aeroporto de Guararapes num voo da Panair, companhia na qual Selma, sua irmã, trabalhava. Na capital gaúcha, um dos familiares de Gustavo a levaria a Paisandu, no Uruguai, onde ficaria morando. Era um acordo entre as famílias: enquanto a família de Gustavo receberia e cuidaria de Tatiana, a família de Tatiana daria a Gustavo toda a assistência jurídica necessária. Contudo, a família de Tatiana não havia compartilhado com ela os detalhes da sua partida. Quando soube que no dia seguinte iria viajar, sem saber como nem para onde e, mais importante, sem saber o que havia ficado estabelecido entre as famílias, Tatiana, com medo de que Gustavo ficasse desassistido, decide ir embora da casa da família. Escapa no meio da noite, deixando o seguinte bilhete:

Minha gente:

Obrigada por tudo. Por mais que viva, nunca vou poder pagar a vocês o que têm feito por mim. Mas a minha vida não está aqui, e nem longe do Recife. Eu vou atrás dela. Por favor, não se preocupem comigo, e me perdoem se lhes faço mal. Vocês são maravilhosos, merecem só o melhor. Que Deus os abençoe.

A prima e sobrinha que vai amar vocês, e vai sempre lembrar de vocês com um carinho muito grande, e ser sempre muito grata a vocês todos, por tudo, e eternamente.

Sylvia.
(MONTARROYOS, 2013, p. 194).

Pelo texto, Sylvia mostra-se grata e decidida a voltar para Recife. Ao ir embora, ela mais uma vez quebra as regras, não aceitando que decidam o seu destino sem o seu consentimento e sem nenhuma explicação. Infere-se que esta postura é mais uma transgressão que Sylvia escolhe para compor a trajetória que expõe no livro.

A história segue com Sylvia relatando o seu deslocamento e suas apreensões em relação ao que poderia acontecer ao noivo. Segundo a autora, quando Tatiana chegou em Recife foi direto encontrar a irmã na Panair, para desespero de Selma, que percebe que todo o esforço para a sua fuga havia sido em vão. A única preocupação da militante, porém, era com Gustavo. Ao encontrar a irmã, ela pergunta pelo noivo e no mesmo momento Selma começa a chorar por compreender, conforme destaca a autora, o quanto a situação de Tatiana, procurada por ser uma “perigosa terrorista”, era complexa. Neste momento da narrativa, Sylvia confessa que interpretou as lágrimas da irmã de forma equivocada: já com os nervos abalados desde a prisão, Tatiana então entende, sem que ninguém confirme suas suspeitas, que haviam matado Gustavo – o que não era verdade. Essa cena é significativa porque pode ter contribuído para a deterioração mental de Tatiana que veio a seguir, e que novamente a levou a prisão.

Sylvia ficou pouco tempo na Panair, de acordo com o seu relato. Como os demais funcionários também estavam envolvidos no seu esquema de fuga, logo a levaram para a casa de um deles, Maurício, até que a família pensasse novamente no que fazer. Mas Sylvia, pela terceira vez em poucos dias, decide sair do local por desconfiar que o colega de Selma iria chamar a polícia. Mais uma vez a autora relata que se tratava apenas de mais um equívoco de Tatiana.

Tendo que definir rápido para onde ir, Sylvia conta que decide buscar ajuda na casa de um amigo, Marcus. No caminho, e num golpe de sorte, como observa a autora, a militante encontra o pai: “ele vinha em sentido contrário ao meu, mas na mesma rua, e na mesma calçada, de modo que vinha andando em minha direção” (MONTARROYOS, 2013, p. 244). Quando se encontraram, Sylvia conta que entraram imediatamente num táxi. O pai deu as primeiras coordenadas: “– corra e vire na primeira rua – disse ao motorista. Depois voltou-se para mim: – Onde (sic) é que você ia?... Diga onde (sic) quer ir, porque eu já não tenho mais lugar para levar você, não” (MONTARROYOS, 2013, p. 244). Dessa maneira, os dois chegaram na casa de Marcus. O seu pai conversou com D. Sofia, a mãe do amigo da filha, contou a situação de Sylvia e pediu abrigo à militante. A pequena família decide ajudar, embora Tatiana

não fique nem uma noite. Essa solidariedade contraria o que a autora relatou anteriormente, quando apontou que as pessoas abandonaram a família por causa do envolvimento político dela e do irmão. Acredito que Sylvia tenha se precipitado ao generalizar que todos haviam se afastado, pois a família encontrou acolhida em algumas situações, como essa – o que demonstra o quanto algumas pessoas anônimas se dispuseram e se arriscaram ao aceitar uma pessoa perseguida por motivação política em casa.

Dando sequência à história, Sylvia passa a narrar os últimos momentos antes do seu retorno à prisão. Estava descansando no quarto de Marcus, que havia saído logo após a sua chegada, quando D. Sofia pediu que ela se escondesse no sótão. Havia visitas na sala – sua nora – e ela achou mais seguro que a militante se refugiasse em outro lugar. A escuridão do sótão, entretanto, trouxe à mente de Tatiana, nas palavras de Sylvia, a noite em que havia passado na Secretaria de Segurança Pública. A tensão acumulada no decorrer de vários dias, para a autora, havia sido demasiado para si:

E de repente, tudo o que fora tragado naqueles últimos dias por mim, engolido sem mastigar nem digerir, guardado durante cada segundo de cada minuto de cada hora de cada dia, sem qualquer desabafo, veio à tona e explodiu de vez. E eu já não pude mais distinguir o imaginário do real, terminei por perder a noção, as rédeas e o controle da realidade. Comecei a ter uma estranha forma de pensamento, muito acelerado, como se estivesse fora de órbita, e a ouvir vozes de policiais, que diziam que se eu não me entregasse eles iam assassinar todos na casa de Vavá e na de tio Zé, como já tinham feito com Gustavo (MONTARROYOS, 2013, p. 253).

Sylvia nomeia o ocorrido de surto, e passa a contar, com alguns detalhes, o que lembrava daquele momento: as desconfianças injustificadas que apareceram, os pensamentos que pareciam vozes vindas de outras pessoas, a música alta e constante de fundo, as imagens em sua mente da polícia entrando na casa dos seus familiares e maltratando todo mundo. “Eu ouvia claramente os gritos de todos e o choro das crianças, com a mesma nitidez com que, na Secretaria de Segurança, tinha ouvido os gritos dos camaradas” (MONTARROYOS, 2013, p. 253). Para a autora, no auge da perturbação de Tatiana, a militante só via uma forma de acabar com o sofrimento dos seus familiares: entregando-se para a polícia: “Eles que me tivessem e acabassem comigo, como já o tinham feito com Gustavo, mas que deixassem os outros em paz” (MONTARROYOS, 2013, p. 258).

Assim, Sylvia desce do sótão e aparece na sala para, segundo conta, espanto de D. Sofia. “Eu quero ir embora, abra essa porta” (MONTARROYOS, 2013, p. 259). A autora, então, passa a rememorar os seus últimos momentos na casa do amigo Marcus: com a porta trancada

por D. Sofia, restou a janela para que a militante conseguisse fugir mais uma vez. “Ela tentou fechar a janela, mas eu não deixei, e agarrada por ela, a quem empurrava para que me largasse, comecei a chamar as pessoas que passavam na rua” (MONTARROYOS, 2013, p. 260). Na recordação de Sylvia, algumas pessoas paravam, outras seguiam adiante e ela passou a gritar quem era e que a polícia viesse lhe prender. Em pouco tempo, havia uma pequena multidão na frente da janela. Foi neste momento que Sylvia conta que caiu em si: “com horror, me apercebi da loucura que estava cometendo, me dei plenamente conta do que se estava passando” (MONTARROYOS, 2013, p. 260). Para a autora, ela fora traída pelos nervos e pela mente fatigada fruto dos acontecimentos dos últimos dias, mas havia recobrado em parte a lucidez, tendo consciência de que tudo não passava de uma alucinação – a primeira que ela teria. O desenrolar desta parte da história deu-se da seguinte forma:

Um homem alto e magro se aproximou então da janela, olhando muito para mim. Devia ter acabado de chegar, ou porque fosse passando pela calçada, ou porque alguém o tivesse avisado do que se estava passando. Ouvi uma voz de mulher historiar para ele:
– Ela não sabe quem é, parece que perdeu a memória...
– Mas eu sei – ele disse com muita segurança. – Eu já estou sabendo quem ela é (MONTARROYOS, 2013, p. 262).

Sylvia relata que não se lembra do que aconteceu no decorrer da noite porque ainda estava muito abalada, “mas penso que não deve ser difícil imaginar” (MONTARROYOS, 2013, p. 262). Para ela, foi aquele homem que se aproximou da janela, que deveria ser um policial ou um “dedo-duro”, que chamou os policiais. Em alguns minutos, parou um carro de polícia na porta da casa de D. Sofia, com os agentes armados que a levaram de volta, “confiantes e triunfantes” na percepção da autora, para o primeiro local de onde ela havia fugido: a Secretaria de Segurança Pública.

A repressão, como salientam Wolff e Briggmann (2019), temia as mulheres que a ludibriavam, que escapavam. As autoras dão como exemplo o caso de Dinalva Oliveira, a Dina, uma das últimas sobreviventes do Araguaia que foi morta grávida. Ela havia conseguido escapar de vários confrontos com os militares, dando continuidade à luta e abalando a moral dos agentes repressores. E foi exatamente isso que Sylvia fez ao fugir da Secretaria de Segurança Pública. Agora que a repressão a tinha nas mãos, o que isso poderia significar? Para a autora, significou uma “vertiginosa trajetória de torturas que em breve iria conhecer e enfrentar” (MONTARROYOS, 2013, p. 194). Sylvia resolveu chamar essa “vertiginosa

trajetória” de sua *descida aos infernos* que, assim como o inferno de Derlei, será abordada no próximo capítulo.

2.2.3 O teor testemunhal na escrita autoficcional de Mariluce em *A revolta das vísceras*

Neste tópico, analisarei a escrita de Mariluce em *A revolta das vísceras*, obra na qual a autora articula elementos tanto autobiográficos quanto ficcionais, como foi visto no início deste capítulo. Quem narra a história é Clara, a protagonista que nos faz conhecer o passado de Mariluce e, assim como a autora, todos os personagens que aparecem no livro apresentam nomes fictícios. A escrita, por sua vez, está impregnada de emoção e subjetividade e tem início com a dificuldade que Clara demonstra ter encontrado ao iniciar a carta que perpassa toda a obra. Assim, logo nas primeiras páginas, a narrativa vai se desdobrando em duas partes que se atravessam e se intercalam ao longo do texto: uma escrita em terceira pessoa, e a outra – a carta – escrita em primeira. Nota-se, como observa Cristiane Barbosa de Lira (2016, p. 118-119), “um trabalho com a linguagem que alcança força poética, afastando-se de uma linguagem puramente referencial”, o que confere ao relato um estilo de escrita diferenciado. Embora Derlei em *No corpo e na alma* também faça, em certa medida, um jogo de vozes, tanto a voz da narradora quanto a da militante estão escritas em primeira pessoa, o que não acontece em *A revolta das vísceras*.

Essa estrutura narrativa, pensada num jogo de vozes no qual Mariluce assume a voz autorreferencial apenas na carta, além da utilização de uma estratégia ficcional de autorrepresentação, pode ter sido apenas uma escolha estética da autora. Mas pode também ter sido induzida pelo contexto político da época. Como visto no capítulo anterior, *A revolta das vísceras* foi escrito e publicado ainda durante a ditadura civil-militar, logo após a promulgação da anistia. No início dos anos 80, não era possível saber até que ponto iria a liberdade dos autores para falarem de forma aberta sobre aquele presente estendido, o que pode ter deixado a autora desconfortável para escrever uma autobiografia, expondo o seu “Eu” de maneira mais direta, influenciando a sua escolha pela autoficção como uma forma de se proteger de possíveis retaliações por parte da ditadura. Se, como observa Rago (2013, p. 145), a “incomunicabilidade da experiência trágica vivida num momento de fechamento político prolonga-se para o período de redemocratização, pois ainda paira no ar a ameaça de revelar a condição de ex-presa política [...] ao procurar um emprego ou estabelecer novas

amizades”, imagino que escrever sobre a ditadura ainda durante a sua vigência seja mais complicado ainda – até porque, mesmo com toda a abertura política, não era claro que o regime estava se encaminhando para o fim.

Quanto ao teor da narrativa, Mariluce prefere ocupar-se com os seus sentimentos: “Queria, meu amor, poder falar de prisão, torturas e assassinatos e só posso falar como ecoaram em mim” (MOURA, 1982, p. 35). Assim, muito mais do que narrar e analisar os fatos, a autora tem como objetivo contar como esses fatos repercutiram nela no passado e continuam repercutindo no momento da escrita, o que torna o seu texto ainda mais subjetivo. Além disso, o relato de Mariluce, embora esteja centrado na sua participação nos movimentos de resistência, sua visão de mundo, é atravessado pelo que Lira (2016, p. 118) denominou de “*presença ausente* de uma figura masculina atuante na luta contra a ditadura militar brasileira”. No caso em questão, a presença ausente é a de Gildo Lacerda que, como foi discutido no capítulo 1, foi morto pela ditadura em 1973 e até hoje é considerado um desaparecido político. Em *A revolta das vísceras*, Clara tenta lidar com a morte de Roberto, uma morte sem corpo, sem enterro, sem despedida. Escrever, como posteriormente coloca a autora, foi o caminho possível “para tentar continuar a sobreviver sem me fazer amarga, uma forma para compreender, para acolher em mim a densa e cotidiana realidade da ausência sem remédio de Gildo” (MOURA, 2016, p. 293). Este parece, então, ter sido o caminho encontrado por Mariluce para atravessar o luto e lidar com a realidade da ausência do seu companheiro. Dessa forma, ao contrário de Derlei, que se propôs a contar a história da AP e que acabou reconstruindo a sua própria trajetória política, e de Sylvia, que se comprometeu em narrar todo o horror pelo qual passou nas mãos da repressão, Mariluce escreveu sobre o amor que encontrou num contexto de luta antiditatorial e sobre a brutal perda do seu parceiro, morto em decorrência das torturas sofridas na prisão.

A dificuldade em aceitar que o seu amor esteja morto é o que motiva Clara a escrever a carta para Roberto – é o que motiva Mariluce a escrever para Gildo: “Era só para Gildo que eu queria falar, e Gildo estava irremediavelmente morto. Então a carta é para ele, mas finalmente eu posso apresentar na ficção, para o mundo, essa dor que a ditadura ne causou” (MOURA, 2016, p. 301). Ainda segundo a autora (2016), somente ele poderia compreender toda a dimensão do seu sofrimento porque somente ele tinha a noção do amor que os vinculava. No livro, Clara explica, na carta, que decidiu escrever depois que assistiu a um filme:

O filme que vi falava de uma profunda violência que habitava um homem e se abatia sobre ele próprio, corroendo-o, gradativamente e sem trégua até levá-lo ao destroçamento. Essa violência [...] me conduz ao desejo incontrolável de lançar para fora todo esse alimento imaterial de que sobrevivi tanto tempo. Vê-la iluminada, em seus mais nítidos contornos, me traz a vontade irreprimível de também eu contá-la (*Sic*), expressar com raiva e vigor essa violência colada ao meu avesso (MOURA, 1985, p. 14-15).

Observa-se, pelo fragmento, que a escrita para Clara é uma tentativa de não ser também corroída pelo próprio sofrimento. Entretanto, neste capítulo, abordarei o início do envolvimento político de Clara e a sua tentativa de reconstruir a vida após a prisão – passagens que se encontram, na sua maior parte, na narrativa em terceira pessoa. Começo então por 1968, ano sem o qual, segundo Mariluce (1982), não seria possível explicar a trajetória da protagonista.

Em 1968 surge a primeira figura que se junta à história: Maria. A protagonista, antes de conhecê-la, já havia participado de algumas passeatas nos anos anteriores e ouvido algumas discussões em grupos de estudos mais abertos. Contudo, foi Maria quem demarcou em Clara o início da sua atividade política.

Maria fora o primeiro meio e fascinara Clara porque sabia de coisas misteriosas e clandestinas, de partidos e nomes frios, de fugas e vidas forjadas, coisas de que dava leves pistas a Clara, sussurradas nas pausas dos estudos de literatura ou de história que empreendiam juntas. Clara se consumia de curiosidade, tinha vontade de perguntar tudo, implorar, fale Maria, não me deixe arder nessa terrível curiosidade, mas pressentia que aquelas eram coisas que não se perguntava assim. Tinha que receber cada indício, guardá-lo, esperar por outro, até que houvessem (*sic*) muitos e lhe dessem alguma compreensão. E tinha que se manter próxima de Maria (MOURA, 1982, p. 40).

Maria foi a amiga que revelou a Clara um outro mundo que acabou, de certa forma, por seduzi-la. Passaram a ir juntas às assembleias e passeatas, “passaram a enfrentar juntas as correrias e a tentar se convencer, sem muita fé, que eram de festim os primeiros tiros que ecoavam” (MOURA, 1982, p. 40). As duas sentiam-se “participantes de uma grande festa e se não membros, pelo menos muito próximas de um seleto grupo de eleitos: os conscientes, os ativistas políticos” (MOURA, 1982, p. 40). Havia, como narra a autora, um encantamento por parte de Clara com a situação que estava vivendo e os rumos que a militância estava tomando, ainda com espaço para risadas e alguns comportamentos pueris: “Ah, riam, riam muito. Clara mostrava a Maria que as mulheres mais sérias, sempre de calça *lee* e sandália de couro, faziam

cara feia quando elas ficavam gargalhando e cochichando nas assembleias” (MOURA, 1982, p. 41), o que indica que as duas ainda não demonstravam maturidade para a situação política que as organizações buscavam enfrentar naquele momento.

A autora conta, entretanto, que a postura de Clara mudou, sem que ela percebesse, a partir do momento em que as amigas passaram a estudar com o irmão mais velho de Maria, que viu na protagonista um bom potencial político. As duas começaram então a discutir textos de Lenin e de Mao e a obter informações básicas sobre o partido. Além disso, começaram um grupo de estudo na escola – primeira atribuição do partido a elas. Clara, como coloca Mariluce, ainda não tinha consciência da responsabilidade que deveria ter ao decidir participar de um movimento que pretendia resistir à ditadura. Como a autora sublinha, foi o encontro com o irmão de Maria que possibilitou a transformação de sua militância:

Ah, Clara, tão adolescente, Clara, não sabia, nem pressentia, aqui o corte, a mudança enorme, o fim da festa, a investidura de uma postura tão séria. Ah, Clara que queria conhecer segredos, sem carregar responsabilidades. Agora cada gesto será regido por uma doutrina, porque você será iniciada na doutrina, cada comportamento será cobrado em breve, por você mesma, pelos princípios de uma ideologia e você, tão madura para umas coisas e tão completamente infantil em outras, nem saberá como se ergue no mundo cada passo de uma ideologia fechada. Ah, Clara, seus namoros adolescentes se chamarão relacionamento afetivo e se revestirão de uma esquisita sisudez, de avaliações [...]. Você terá medo de suas perguntas heréticas e tentará conformar a sua cabeça no rígido capacete que lhe vão passar [...] (MOURA, 1982, p. 41).

Verifica-se, na narrativa da autora, uma crítica ao movimento ao qual fazia parte, à ideologia que todos tinham que seguir à risca, à doutrinação dos membros. Uma crítica às vezes velada, mas sempre presente, como na seguinte passagem: “Imitar o andar, a fala, os gestos dos líderes que lhe pareciam mais atraentes e eram homens, *sempre homens*” (MOURA, 1982, p. 41, grifo meu). Aqui, embora Mariluce não desenvolva, percebe-se uma crítica sutil ao fato de que os homens ocupavam os principais postos dentro das organizações na condução da luta contra a ditadura. Essa afirmação é recorrente nos relatos femininos sobre a época. Como recorda Ivone Gebara, filósofa e uma das principais representantes da Teologia Feminista na América Latina, em entrevista à Rago (2013, p. 125), “a gente entrou num mundo masculino, a ditadura era masculina, o partido era masculino, a Igreja era masculina, a Teologia da Libertação era masculina, então nem percebia, você dava por ganho que você era mulher...” Nesse sentido, só de as mulheres participarem desses grupos já

significava uma ruptura com o lugar designado a elas pela família e pela sociedade – o que não quer dizer que dentro das organizações de esquerda havia espaço para suas pautas e plena integração dessas mulheres em atividades de planejamento e comando.

Nas organizações de esquerda também existiam os mesmos machismos cotidianos vistos em outros lugares. Mariluce narra uma cena interessante que exemplifica bem essa colocação. Maria havia iniciado um namoro com um militante do partido, “um companheiro menos avançado [nas discussões políticas], mas em visível crescimento” (MOURA, 1982, p. 56). Em determinado momento, Maria entendeu que o relacionamento já estava maduro para uma relação sexual – a sua primeira. Após o ocorrido, encontra-se com Clara:

- Não teve sangue, Clara, e ele começou a gritar possesso que eu o enganara, que não era virgem, que era uma puta descarada – Maria chorava, sofria, sua fé inteira abalada e ela não queria abalos na sua fé. Um companheiro, Clara, como pode, um militante? (MOURA, 1982, p. 56-57).

O que se vê é uma posição conservadora, moralista e acusatória do companheiro de Maria, típica de muitos homens daqueles anos. Se as mulheres estavam rompendo com antigos padrões, buscando novas formas inclusive de se relacionarem afetivamente, impulsionada pela liberalização do corpo dos anos 1960, os homens ainda estavam presos nos seus antigos papéis – mas isso é algo que acontece até os dias de hoje. Ocupar um local à esquerda no espectro político não é nem nunca foi suficiente para diminuir nos homens o machismo e a misoginia.

A autora também narra o espanto, por parte de Clara, com os exageros que os companheiros cometiam ao exigir “uma coerência do comportamento com a ideologia” (MOURA, 1982, p. 51) inclusive nos relacionamentos afetivos. Numa determinada reunião, começam a discutir sobre o namoro, e o namorado, de uma das militantes:

Esse cara é desequilibrado... é perigoso para a segurança... sem nenhuma sutileza, exigem que ela terminasse aquele namoro, que não era adequado às suas ações políticas... Ihe apontavam os erros do seu comportamento, das atitudes sem moral, em público, que provocavam revolta na massa avançada. A menina tentou se defender, no fim chorava, estava ali sozinha, sentada no chão e lhe massacravam (MOURA, 1982, p. 51).

Assim como Derlei colocou anteriormente, os companheiros de Clara também costumavam debater sobre os relacionamentos dos seus membros e, nos casos apresentados nos dois livros, o alvo era sempre uma militante. É difícil dizer que só as mulheres eram criticadas pelos integrantes do partido, mas é interessante notar que, na narrativa das autoras,

é recorrente os casos em que as mulheres, e não os homens, têm a sua conduta avaliada e censurada pelos seus pares. Aliás, as duas fizeram parte da mesma organização – a Ação Popular – embora em nenhum momento Mariluce a nomeie no livro.

A passagem acima, por sua vez, só agravou o conflito de Clara, como expõe a autora. É possível verificar na escrita de Mariluce que, por essa época, a protagonista já dava sinais de cansaço da militância. Ao contrário de Maria, que tinha firmeza ideológica e muita convicção no partido, como explica a autora, Clara sentia falta de leveza e momentos descontraídos que muitas vezes eram incompatíveis com as demandas da organização. Ela não queria mais a pressão de realizar um trabalho político, de ter reuniões e horários, de participar de discussões: desejava ter tempo livre para não fazer nada, simplesmente ficar em meio a outras pessoas, conversando sobre outros assuntos – afirmações como essa permeiam essa parte da narrativa. Nesse sentido, “Clara percebe só hoje que o crescimento proposto pelo partido político implicava na absoluta desarmonia de crescimento, numa triste desarmonia do ser” (MOURA, 1982, p. 47). Esse descompasso entre o que Clara vivia e o que Clara queria viver alimentava as dúvidas da personagem em relação à sua permanência na organização. Além disso, a protagonista, como observa a autora, não se percebia feliz quando avaliava as suas perspectivas de futuro, possivelmente o seu passo seguinte dentro do partido: a clandestinidade e a integração na produção no campo ou no movimento operário, como ocorreu com Derlei. Em conversa com Maria sobre o assunto,

Clara se imaginava vestindo um vestido desbotado, o rosto lavado sem nenhuma pintura, o cabelo amarrado, desajeitado... mas clandestinidade é uma barra muito pesada... heroína romântica, ao contrário da que se imaginara na infância, não a princesa belíssima, mas a mulher feia, sem nenhum encanto, uma ponta de tristeza se insinuava e ela a afastava com vigor, entregue ao seu destino (MOURA, 1982, p. 44).

Clara é construída pela autora, discursivamente, como alguém que não se vê fora dos padrões de feminilidade. Era importante para a protagonista sentir-se bonita e feminina, algo incompatível com a visão de muitas mulheres nos movimentos de esquerda que, como observa Colling (1997, p. 69), “na sua vontade de serem vistas apenas como militantes, em detrimento de sua condição feminina, descuidavam-se de sua aparência pessoal”. Para Clara, que já havia criticado as companheiras por serem tão sérias e estarem “sempre de calça *lee* e sandália de couro” (MOURA, 1982, p. 41), era uma prática difícil de abandonar.

Todas essas situações levaram Clara a refletir sobre o trabalho desenvolvido na organização, as cobranças, os compromissos assumidos. Além disso, Mariluce narra que ela passou a ser muito criticada por causa do seu comportamento – seus companheiros a definiam como “nihilista... existencialista... anarquista...” (MOURA, 1982, p. 53). Era também o resultado da dificuldade de Clara em seguir regras impostas a todos os militantes. Em conversa com Maria, a protagonista desabafa: estava “farta de relação cheia de bases racionais, de análises de crescimento, saco cheio de amor adultamente construído, saco cheio desse racionalismo idiota. Ficar apaixonada, é isso, é o que importa” (MOURA, 1982, p. 53). Em meio às discussões com o partido, nas quais alguns membros falam em desligá-la, a autora aponta a decisão de Clara de sair da organização.

Com a saída de Clara do partido, tem início o aprofundamento da amizade da protagonista com Ana, personagem que Mariluce já havia inserido na narrativa, mas que ocupava um lugar periférico na história. Ana era colega de faculdade de Clara, mas não era militante. As duas passaram a vivenciar, de acordo com a autora, um período de festas, namoros e riso fácil. É interessante notar que Ana é a única personagem que Mariluce recorda e que leva para o presente, para o momento da escrita da carta. As duas se reencontram e tentam se reconciliar. Nesse momento da escrita, a autora antecipa duas informações que vão ser desenvolvidas posteriormente: a mágoa que Ana havia ficado da amiga e o retorno de Clara à militância.

A mágoa de Ana refere-se também à postura que Clara assumiu ao voltar para a organização:

A mágoa. Tinha que falar da mágoa antes de tudo, seria impossível a conversa fluir se não falasse da mágoa, de todas as mágoas, as mais velhas e as mais recentes, a promessa última que se fizera de jamais retornar à casa de Clara, naquela noite que chegara contente com o litro de vodca e a amiga tão fria, tão profissional, mergulhada em papéis e discussões com dois colegas, a olhara e nesse olhar ela se sentira estranha, intrusa (MOURA, 1982, p. 59).

De acordo com Mariluce, Clara havia se tornado, para Ana, tudo aquilo que criticava e que a fez romper com o partido. Cabe aqui a pergunta: o que fez Clara mudar de postura? Entretanto, não é neste momento da narrativa que a autora dá indícios que podem responder essa questão. Mariluce segue recordando o passado e escrevendo sobre a tentativa de entendimento entre as duas. Clara fala em encontrar Maria também. Percebe-se que é um movimento da protagonista que pretende, além de retomar e seguir em frente com a sua vida,

resgatar a amizade de algumas pessoas que foram importantes no seu passado. A reconciliação entre as duas, contudo, se faz “com a consciência de que ao lado das lembranças de alegria absoluta e de raríssima solidariedade, existem como saldo dos anos 70 cicatrizes e feridas não-cicatrizadas, talvez nunca cicatrizáveis” (MOURA, 1982, p. 60). Neste ponto da narrativa, Mariluce faz uma importante reflexão sobre as transformações pelas quais as amizades passaram, marcadas por toda a violência que sofreram ou presenciaram. A entrega e a confiança entre Clara e Ana já não eram mais as mesmas, mas, como coloca a autora, havia espaço para “uma nova entrega e uma nova confiança. As desse tempo” (MOURA, 1982, p. 60). Apesar da dor que a leva a escrever, Mariluce consegue acenar para um possível futuro, ou, ao menos, para um presente que não seja atravessado pelo passado.

Após despedir-se de Ana, Clara recorda diversos momentos que teve com a amiga. De todos eles, como destaca Mariluce, há um que marcou Clara de forma pungente e que a protagonista faz questão de colocar na carta que está escrevendo:

De tudo que eu vivi junto com Ana, meu amor, o que está mais dolorosamente impresso é o meu susto quando a avistei entrando naquele auditório horrível. Eu vi que o meu medo me gelava inteira, quando atrás de Ana, entrou um policial trazendo a mala cheia de documentos. Já na saleta onde iríamos dormir as duas, meu olhar vagava pelas prateleiras que continham grossos classificadores, oh, num deles estava seu nome. Roberto. Cheguei bem perto de Ana e lhe falei baixinho ao seu ouvido: Ana, não fale nada... você não sabe de nada... (MOURA, 1982, p. 76).

Essa cena faz referência à prisão de Mariluce e Gildo. É também o momento em que a autora o insere na história, apresentando aos leitores o personagem que levou Clara a escrever a carta: Roberto. Clara conhece Roberto quando decide procurar Maria para saber o que estava acontecendo no partido. Sobre o motivo que a levou a procurar novamente os companheiros, a protagonista relata na carta:

É difícil, meu amor, dizer quando começou. [...] Estava mergulhada nas minhas aventuras e desventuras individuais, nas minhas loucuras e seriedades. Só delas sobrevivia, aí, nem sei como foi aparecendo a vontade de ver de novo, mais de perto, a quantas andavam as propostas políticas. O vício era incorrigível? Não o havia vencido? Isso deve ter sido em início de 72... procurei Maria e lhe disse que ninguém iria me ganhar, eu os procurava, porque sentia vontade de saber o que havia de novo no *front*. Queria mexer alguma coisa dentro da escola, não estava tão distante de tudo, precisava saber o que se falava, discutia e propunha, fora da luta armada (MOURA, 1982, p. 81).

Clara, na narrativa, aparece como uma pessoa dividida entre “um certo hedonismo de uma parte da sua geração” e “o sentimento do dever revolucionário” (MOURA, 2016, p. 295), representados, respectivamente, pela sua amizade com Ana e Maria. Maria então lhe conta as novidades da organização e lhe avisa da chegada de um novo militante, dando-lhe a garantia de que era “genial e lindo” (MOURA, 1982, p. 81). Era de Roberto que a amiga falava. O encontro entre os dois aconteceu em uma festa organizada por Clara. Desde o início, a autora narra o quanto Roberto encantou a protagonista: “Ah, sua voz... era uma voz tão bela, grave, quente, apaixonante de timbre quanto a figura inteira. Eu estava besta, fui me embalando na voz, só na voz, [...] nenhuma frase fazia sentido, só o som da voz e seu calor” (MOURA, 1982 p. 82). Entretanto, o que mais a fascinava eram as discussões, pois Roberto tinha “uma visão mais lúcida, iconoclasta, mais em acordo com o que ela pensava, sem ranços moralistas e religiosos, velhos. Era mensageiro de novas ideias, novo tom. Não sabia que também de um novo tempo” (MOURA, 1982, p. 82). Embora houvesse o interesse anterior e legítimo de Clara de procurar novamente o partido, o encontro com Roberto parece ter contribuído sobremaneira para o seu retorno, não só pelo fato de os dois terem uma afinidade de pensamentos e modos de ver e viver a vida, mas também pelo fato de Clara ter se apaixonado por ele – afinal, era isso que ela queria quando rompeu com a organização: apaixonar-se.

Após esse primeiro encontro vieram outros, permeados por discussões políticas. A autora narra a felicidade sentida pela protagonista desde a primeira conversa com Roberto até a decisão de morarem juntos dois meses depois de terem se conhecido. Clara “estava sendo feliz – a palavra era essa – com a consciência perfeita, total de sê-lo, a cada minuto. Sabia, tinha o conhecimento verdadeiro [...] que estava vivendo, pela primeira vez, o amor” (MOURA, 1982, p. 88). Sobre o casamento dos dois, não há indícios no texto de que tenha sofrido críticas de outros companheiros, apenas que encontrou resistência por parte de Maria. Como discorre a autora, a amiga achava uma loucura a escolha dos dois: “como conseguiria viver às claras com alguém que podia ser preso? Um clandestino? Um homem de nome falso?” (MOURA, 1982, p. 89). Apenas Ana, que não integrava os quadros do partido, apoiou Clara, e foi a única, conforme explica Mariluce, a quem a protagonista informou o novo endereço.

Neste momento da narrativa, Clara passa a recordar os poucos meses nos quais viveu ao lado de Roberto. Embora comece lembrando dos problemas e do lado bom da vida de casal, e escrita da autora se centra na tristeza que tomava conta dos dois quando pensavam nas

prisões de companheiros, fazendo Clara colocar em palavras, na sua carta, o sentimento que a acompanhava naqueles dias:

Posso lhe falar da angústia se fazendo meio difusa, sendo maior, mais próxima, mais concreta, quando começaram a chegar notícias de prisões, quedas, muitas quedas. O medo da perda se fazendo enorme, quando desconfiamos e constatamos que estávamos sendo seguidos. Quase invisíveis vultos reais, vultos sombrios mudando nosso caminho, a nos torturar previamente e a tornar mais apertado e interminável cada abraço. Um vulto de homem suspeitado em cada esquina, uma sombra de carro adivinhada em cada canto de rua (MOURA, 1982, p. 91).

Após este trecho da carta, que reflete o ânimo de Clara nos dias anteriores à sua prisão e a de Roberto, Mariluce expõe a dor da protagonista ao lembrar esses acontecimentos:

Clara chorava. Se levantou e foi ao banheiro correndo. Cada náusea, cada tentativa do estômago que queria se expelir, parecia ter o poder de matá-la. Toda ela se contorcia e a cada contorção surgia o ímpeto louco de enfiar a mão pela boca, para retirar as entranhas, as vísceras todas (MOURA, 1982, p. 91).

Em todo o livro, principalmente nas primeiras páginas, Mariluce pondera sobre o processo de escrita e a dificuldade em colocar em palavras as suas lembranças. Contudo, essa é a primeira passagem em que Clara fica mal fisicamente, da mesma forma que Mariluce ficava ao escrever o livro (MOURA, 2016) – o que indica que essas recordações ainda causavam imenso desconforto para a autora e que refletem na protagonista do livro. Rememorar, como analisa Rago (2013, p. 73), “implica uma reatualização da dor sentida no passado”, e Mariluce transfere para o seu texto esse sofrimento que se manifesta também no corpo físico, no seu e no da sua personagem.

Havia, além disso, o medo do que poderia acontecer caso “caíssem”: “E o que eu temia era uma prisão longa. O que ele temia, também. Não ia mais adiante. [...] Não se entregaria, mas se fosse preso, na sua análise, o saldo seriam uns poucos anos de prisão e o fim da clandestinidade” (MOURA, 1982, p. 92). Essa passagem acentua ainda mais a brutalidade da tortura de Clara e da morte de Roberto: obviamente nenhum dos dois podia prever o que aconteceria, mas a violência na qual os dois foram submetidos não era sequer imaginada por eles, apesar do conhecimento que tinham sobre o que se passava ou poderia se passar nas prisões.

Nesse sentido, Nilce Cardoso, também militante da AP presa em Porto Alegre pelo DOPS/RS, faz uma colocação importante em entrevista concedida à Susel Oliveira da Rosa: como era o contato entre os comandos nacionais e regionais do partido, sabendo inclusive o

nome e o endereço dos coordenadores, disse intuir o que a esperava nos interrogatórios, “tinha ouvido falar, mas nada é como a realidade, passa dos limites” (ROSA, 2013, p. 58). Em outro fragmento, Nilce aprofunda um pouco a sua experiência, contando que conheceu “o terror da dor física violenta, quase insuportável, e a dor de alma diante daquele horror que eu jamais imaginara que pudesse existir, embora já tivesse lido sobre relatos de torturas” (ROSA, 2013, p. 61). Nenhuma teoria, nenhuma informação ou testemunho, como complementa Rosa (2013), havia preparado os militantes para o que lhes foi imposto. Dessa forma, na percepção de Clara, “a análise [realizada pelos dois] foi talvez ditada pelo fundo desejo” (MOURA, 1982, p. 92), o desejo de que se fossem pegos continuariam vivos, inteiros, muito mais do que uma ingenuidade em relação ao que poderiam passar nas mãos da repressão.

Voltando para a análise de *A revolta das vísceras*, Mariluce permite que Clara externar alguns sentimentos “tão fortes e contraditórios” (MOURA, 1982, p. 93) que a perpassam no momento de todas essas recordações. Além disso, havia a busca por um equilíbrio, por encontrar uma paz que não a isolasse das outras pessoas, um esforço contínuo para não se apartar da realidade. Em meio a todas essas sensações, Clara volta para a máquina de escrever para relembrar alguns momentos anteriores à prisão:

Numa manhã de sol, acordei e comecei a me preparar para sair. Ele permanecia deitado, porque tivera febre a noite inteira. Em frente ao espelho, me penteando, vi que ele acordara e lhe falei.

– Tive um sonho angustiante essa noite. Horrroso. Não dá tempo de contar agora, lhe falo na volta. [...] Jamais lhe contei o sonho (MOURA, 1982, p. 95).

Aqui começa o ponto de ruptura da vida de Clara: a prisão, os minutos finais com Roberto, a tortura. Sobre o momento em que foi presa, a protagonista conta⁶³:

Esperava o ônibus para voltar para casa, quando um mulato gordo se acercou sobre mim e perguntou se eu sabia onde ficava o edifício Hermida. Antes que eu lhe respondesse, um Volks freou com violência junto a mim e mais dois homens saltaram, os três me agarraram e me enfiaram no carro. Atônita, sem nada entender ainda, comecei a gritar por socorro. Eram pouco mais de onze horas da manhã, muitas pessoas estavam na rua e a tudo assistiram perplexas. Me enviaram um capuz e me levaram (MOURA, 1982, p. 95).

⁶³ Sobre a prisão, Mariluce conta, em depoimento à Comissão da Verdade do Estado de São Paulo: “Nós fomos presos em Salvador, eu fui presa na parte baixa do Elevador Lacerda em pleno centro, meio-dia, um dia normal de trabalho em 22 de outubro de 73. [...] – O Gildo foi preso saindo de casa que era na Boa Viagem provavelmente na mesma hora que eu, e aí nós fomos levados para a Polícia Federal em Salvador, que é em frente ao Mercado Modelo, passamos a manhã inteira, passamos o dia 22 inteiro dentro da Polícia Federal do meio-dia até a noite (Relatório - Tomo III - Audiências Públicas da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo – 2013, p. 38-39).

Após essa cena, que integra a carta escrita por Clara, Mariluce assume a narrativa para dizer que não havia necessidade de reproduzi-la. Como destaca a autora, “com ligeira diferença de detalhes, ela mesma poderia ser descrita por milhares de outras pessoas. Descrevê-la nada acrescentava. Nem as ameaças, nem as ordens gritadas” (MOURA, 1982, p. 95). Essa passagem reforça a diferença de escrita entre as três autoras – Mariluce, Derlei e Sylvia. Enquanto as duas últimas pretendem contar em detalhes o que lhes aconteceu, a primeira se esquivava desse caminho, privilegiando o relato de como os acontecimentos repercutiram na sua vida, o que confere à sua escrita maior subjetividade.

Quando Clara retoma a carta, passa a relatar o encontro com Roberto enquanto estavam detidos, perto das cinco horas da tarde do mesmo dia da prisão. “Eu olhei, ele me olhou e eu vi o mais intenso amor que já assisti um rosto expressar. E talvez houvesse um pedido de coragem. Ou de fé” (MOURA, 1982, p. 95). Clara recorda que insistia com os policiais para que um médico atendesse Roberto. “Perto das onze da noite, o chefe da Polícia Federal entrou no auditório e secamente informou que ele seria levado ao médico. Dois policiais lhe algemaram (MOURA, 2014, p. 96). Neste momento acontece a despedida entre os dois, a última vez que a protagonista vê Roberto com vida. Percebe-se que é uma lembrança repleta de afeto:

Algemado, o andar claudicante, ele atravessou o auditório em direção à porta da frente. Eu olhava, adivinhava suas longas pernas com músculos dispostos com perfeição extrema, sob a calça cáqui, mentalmente acariciava suas costas, escondidas pela camiseta, depositava mentalmente beijos sobre os cabelos longos e sedosos. Sob a porta que vejo como uma moldura, ele se voltou e me olhou. Me olhou. Eu o vi, ele me viu. Definitivamente (MOURA, 1982, p. 96).

A força poética desta cena é imensa. Passada quase uma década, Mariluce consegue narrar uma passagem tão difícil com sensibilidade e delicadeza. Há, neste fragmento, um pouco de dor e de saudade, que são também sentimentos que perpassam a escrita da autora, atravessada, como já dito, pela presença brutal da ausência. Há também amor, e amar nas condições em que Clara e Roberto estavam não deixa de ser um ato de resistência.

2.3 As emoções e os afetos na militância e na narrativa das autoras

No decorrer deste capítulo, dei início à análise de como Mariluce, Derlei e Sylvia articularam a linguagem para dar sentido às suas experiências nos movimentos de resistência

à ditadura, utilizando o gênero como categoria analítica. Além disso, foi possível aproximar *A revolta das vísceras*, *No corpo e na alma* e *Réquiém por Tatiana* de gêneros literários/discursivos – autobiografia, autoficção – a partir das estratégias de autorrepresentação utilizadas por cada autora, sempre levando em consideração os contextos de escrita e publicação dessas obras, como visto no capítulo 1, ou seja, historicizando cada testemunho. Nesta seção, pretendo demonstrar alguns pontos em comum que atravessam a narrativa das autoras.

Foi possível constatar, de uma forma geral, que há narrativas que se repetem nos relatos das três autoras, como por exemplo o início do envolvimento político a partir da atuação no movimento estudantil, o fato de terem sido criticadas pelos dirigentes dos respectivos partidos e de terem sido consideradas indisciplinadas, a forma como a divisão do trabalho era realizada nas organizações, o apoio e o acolhimento da família, embora este não tenha ficado tão evidente no caso de Mariluce. Quanto à escrita, há também algumas características em comum, como o caráter fragmentário dos textos, a acentuação de questões e lugares do cotidiano não visto pelas pessoas, uma narração que privilegia espaços privados, ambientes de intimidade, mas também espaços públicos que serviram à ditadura.

A subjetividade presente em *No corpo e na alma*, *Réquiém por Tatiana* e, principalmente, em *A revolta das vísceras*, por sua vez, se tornou possível porque o testemunho das autoras foi realizado de forma voluntária, fora do âmbito da justiça. Como coloca Vargas (2018), ao contrário do *testemunho obrigado ou convocado*, que acontece no espaço judiciário, o *testemunho voluntário* “tem o potencial de preencher o espaço não contemplado pelo testemunho em juízo, pelas sensações e sentimentos em relação ao ocorrido” (VARGAS, 2018, p. 236). A proposta de Mariluce, nesse sentido, vai ao encontro dessa potencialidade do testemunho voluntário, uma vez que a intenção da autora é contar como repercutiram nela os acontecimentos do período da sua militância na ditadura. Nesse sentido, as obras de Derlei e Sylvia também são favorecidas pelas características desse tipo de testemunho que permitem o registro de impressões subjetivas. Assim, o testemunho das três autoras, expresso na forma literária, abarca uma subjetividade e trata de temas específicos que possivelmente não teriam espaço em outros formatos de testemunho ou em outras condições de demanda por relatos de experiência.

De todos os traços que permeiam as três obras, contudo, parece-me que o mais evidente foi a maneira como as autoras mobilizaram os afetos e as emoções como potência

de resistência durante a militância e como essa mobilização aparece na escrita de cada uma⁶⁴. Conforme argumenta Wolff (2021), há algumas formas possíveis de relacionar as emoções e os afetos com as questões de gênero. Uma delas, e a que mais me interessa para seguir com o estudo dos livros, é refletir sobre as emoções que envolvem os relacionamentos, como amizades, amores, ódios, e como o gênero atravessa essas emoções. Antes, porém, de discorrer sobre os textos das autoras, quero evidenciar que, assim como Wolff (2021), entendo que essas emoções são moldadas pela linguagem e pela cultura, do mesmo modo que compreendo o gênero, como visto na introdução desta tese, como uma construção social, histórica e linguística.

Como colocam Alina Nunes e Lara Lucena Zacchi (2021) ao refletirem sobre a amizade, uma emoção encontra a sua dimensão política quando possibilita uma resistência a determinados contextos de violência e repressão. Nesse sentido, as relações amorosas e as amizades podem ser vistas como um suporte, um refúgio num cenário de clandestinidade e rompimento de outros vínculos afetivos. No que tange aos relacionamentos amorosos, as três autoras se posicionam na escrita sobre suas vivências afetivas durante o período de resistência à ditadura. Derlei deixa claro na sua narrativa a importância do marido como suporte emocional após ter sido presa e torturada, o que tornou a sua militância possível após a sua experiência no DOPS. Sylvia, por sua vez, conta que Tatiana encontrou forças para suportar a prisão no amor que sentia por Gustavo: “e por amor a ele eu ia tentar vencer a minha fraqueza, e era nele que ia buscar a minha força (MONTARROYOS, 2013, p. 72). E Mariluce, como visto recentemente, permite que se perceba, pela sua narrativa, que foi o amor por Roberto que incentivou Clara a voltar e permanecer no partido. As autoras, dessa forma, mobilizaram o amor como um estímulo à luta contra a ditadura, como um motivo para resistir à repressão.

Não é minha intenção, nesta tese, analisar a narrativa das autoras a partir da lente da história das emoções. Considero importante, entretanto, fazer essa reflexão para que se entenda, como coloca Wolff (2021), que a forma como as emoções são expostas e interpretadas está relacionada ao gênero, uma vez que algumas delas têm sido historicamente associadas às mulheres e outras, aos homens. A autora observa, a partir da análise da obra de

⁶⁴ A mobilização das emoções e dos afetos como potência de resistência vem sendo explorado por Cristina Sheibe Wolff no Laboratório de Estudo de Gênero e História – LEGH da Universidade Federal de Santa Catarina. Ver: WOLFF, Cristina Sheibe (Org). *Políticas da emoção e do gênero no Cone Sul*. Curitiba: Brazil Publishing, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/230126>.

Ute Frevert⁶⁵, que “não somente havia diferentes emoções para homens e mulheres, mas que certas emoções tinham significados e materialidades diferentes segundo o gênero, como era o caso da honra, por exemplo” (WOLFF, 2021, p. 240). Dessa forma, o gênero, ainda segundo Wolff (2021, p. 240), “enquanto sistema de hierarquias e de poder, também se relaciona às emoções e afetos, que reforçam esses sistemas”. Assim, compreendo que a maneira como as mulheres acessam e expressam as emoções reflete diretamente naquilo que pode ser narrado por elas acerca das suas experiências sobre a ditadura – o que explicaria porque certos assuntos aparecem com frequência em suas escritas, como a valorização dos relacionamentos e das amizades. Como ainda explica Wolff (2021), ao vincular as emoções ao gênero não se quer dizer que as mulheres são mais emocionais que os homens, mesmo que ao longo da história essa ideia tenha se construído e fortalecido, de modo que entendo que as narrativas por elas desenvolvidas também não o são, embora possam ser mais subjetivas, como exposto acima.

Até o momento, a análise das obras delinea algumas respostas às perguntas norteadoras desta tese: o que as autoras contaram? Como contaram? O que silenciaram, esqueceram, recalçaram? Quais estratégias de autorrepresentação utilizaram? Como exposto no início desta seção, Mariluce, Derlei e Sylvia escreveram sobre o início da militância, os problemas enfrentados na clandestinidade, a importância dos afetos na resistência à ditadura. Também, neste capítulo, verificou-se a escrita fragmentada das autoras, a presença da subjetividade, o testemunho de questões cotidianas. Além disso, foi possível perceber o olhar crítico das autoras sobre o passado e o trabalho desenvolvido pelas organizações e por elas próprias. Assim, já tendo por base estas respostas parciais, sigo com a investigação de *A revolta das vísceras, No corpo e na alma e Réquiem por Tatiana* no próximo capítulo, no qual será priorizada a escrita de Mariluce, Derlei e Sylvia relacionada à repressão política e às torturas sofridas enquanto estiveram sob a tutela do Estado, bem como o desdobramento dessa violência na vida de cada autora.

⁶⁵ FREVERT, Ute. *Emotions in History*. Lost and found. Budapest/New York: Central European University Press, 2011.

3. GÊNERO, REPRESSÃO POLÍTICA E A ESCRITA SOBRE A VIOLÊNCIA

Neste capítulo, tenho o intuito de explorar, a partir da lente do gênero, as narrativas de Mariluce, Derlei e Sylvia no que diz respeito à repressão política e às violências sofridas enquanto estiveram sob a tutela do Estado. O que as autoras contaram sobre a prisão e a tortura? Como contaram? Quais aspectos privilegiaram e quais silenciaram? Como elaboraram um passado atravessado por inúmeras violências perpetradas contra os direitos humanos pela ditadura civil-militar brasileira? Quais foram as consequências dessa experiência, que fez a perda, o luto e a dor perpassarem e/ou tornarem-se centrais em suas narrativas? Essas questões embasaram a continuação da análise de *A revolta das vísceras, No corpo e na alma* e *Réquiem por Tatiana*, que retomo agora.

3.1 A tortura como política de Estado

A ditadura civil-militar brasileira, assim como as demais ditaduras do Cone Sul da América Latina, lançou mão da violência como forma de controle da sociedade e eliminação de seus opositores. Essa violência teve por base o Terrorismo de Estado (TDE), mecanismo utilizado para empregar as premissas da Doutrina de Segurança Nacional (DSN)⁶⁶. De acordo com Enrique Padrós (2005, p. 64), o TDE é “um sistema de governo que emprega o terror para enquadrar a sociedade e que conta com o respaldo dos setores dominantes, mostrando a vinculação intrínseca entre Estado, governo e aparelho repressivo”. Neste cenário, o TDE pode ser identificado, segundo o autor, como a repressão executada de forma ilegal, clandestina,

⁶⁶ Na perspectiva de Joseph Comblin (1980), a Doutrina de Segurança Nacional é resultado de uma situação de crise permanente, podendo atribuir-se o seu desenvolvimento na América Latina às estratégias norte-americanas de enfrentamento à União Soviética num contexto de Guerra Fria. De acordo com o autor, “é incontestável que esta doutrina vem diretamente dos Estados Unidos” (COMBLIN, 1980, p. 14), mesmo admitindo a grande influência do pensamento militar francês, herança da guerra da Argélia, na DSN aplicada nos países latino-americanos. De uma forma inicial, a DSN apresentou-se como um corpo de princípios elaborados por civis norte-americanos membros do *National Security People*. A difusão na América Latina tinha por finalidade melhor preparar os oficiais da região no combate ao comunismo e contou com uma série de escolas que visavam colaborar com a formação desses militares, dentre elas o *National War College* e o *Industrial College of the Armed Forces*, em Washington. Para aprofundar o conceito, ver: COMBLIN, Pe. Joseph. *A ideologia da Segurança Nacional: o poder militar na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980; PADRÓS, Enrique Serra. América Latina: Ditaduras, Segurança Nacional e Terror de Estado. *Revista História & Luta de Classes*, nº 4, julho de 2007.

através de atentados, assassinatos, sequestros, desaparecimentos e torturas. Na sua dinâmica de funcionamento, conforme destaca Padrós (2005), buscou atingir lideranças políticas, militantes sociais, intelectuais, além de alvos indiscriminados, desde que de alguma maneira se enquadrassem como inimigos internos do governo.

Para atingir seus objetivos, o aparato repressivo brasileiro, como observa Janaína Teles (2011), desenvolveu um complexo modelo de repressão que combinou “a utilização sistemática do desaparecimento forçado e dos assassinatos sob tortura” com “o sequestro e a prisão de milhares de pessoas em todo o país” (TELES, 2011, p. 81). Na percepção da autora, a tortura foi a principal estratégia repressiva adotada no Brasil, que se caracterizou como um “poder torturador”⁶⁷, “cujas contrapartidas institucionais desmembraram-se entre os centros de tortura e extermínio (sua esfera menos visível) e os presídios e a justiça militar (sua face mais visível)” (TELES, 2011, p. 161). Foi um instrumento planejado e empregado de forma sistemática e generalizada, como política de Estado, não apenas com a finalidade de obter informações, mas também, como coloca Olívia Joffily (2010), com o objetivo de aniquilar física, moral e emocionalmente o torturado.

Retomando o que foi dito na introdução desta tese e no decorrer dos demais capítulos, Mariluce, Derlei e Sylvia fizeram parte do contingente de pessoas que foram detidas ilegalmente, presas e torturadas pela ditadura brasileira. Experimentaram particular violência uma vez que, como destaca Janaína Athaydes Contreiras (2018), a discriminação contra a mulher neste contexto de TDE atingiu elevados níveis de perversidade. Os agentes repressivos, conforme explica a autora, procuravam não apenas destruir e enquadrar essas mulheres, mas também recolocá-las no seu “devido lugar” – o espaço privado, compreendido socialmente como feminino. A seguir, dou continuidade à análise de *A revolta das vísceras, No corpo e na alma* e *Réquiem por Tatiana* e à narrativa de suas respectivas autoras sobre a repressão e a violência perpetradas pelos agentes estatais no marco do TDE.

⁶⁷ Janaína Teles faz essa colocação em contraposição à noção desenvolvida por Pilar Calveiro de que a ditadura Argentina teria se constituído como um “poder desaparecedor”, uma vez que a atividade repressiva adotada por aquela ditadura se estruturou em torno de um sistema de desaparecimento de pessoas. Já o termo “poder torturador”, como Teles (2011) explica, foi tomada emprestada de Jean Améry, sobrevivente dos campos de concentração nazistas, para quem a tortura foi parte fundamental do III Reich. Para aprofundar a análise, ver: AMÉRY, Jean. *Más allá de la culpa y la expiación: tentativas de superación de una víctima de la violencia*. Valencia: Pré-Textos, 2004; CALVEIRO, Pilar. *Poder e desaparecimento: os campos de concentração na Argentina*. São Paulo: Boitempo, 2013; TELES, Janaína de Almeida. *Memórias dos cárceres da ditadura: os testemunhos e as lutas dos presos políticos do Brasil*. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em História Social, São Paulo, 2011.

3.1.1 O quarto amarelo de Clara e o desaparecimento forçado de Roberto

Nesta seção, a minha análise recairá sobre a obra *A revolta das vísceras*, de Mariluce Moura. Como visto anteriormente, Mariluce e Gildo Lacerda foram sequestrados em 22 de outubro de 1973 em Salvador - BA e levados para o Quartel do Forte do Barbalho. A autora, que estava grávida na época, ficou 42 dias detida. Gildo, por sua vez, foi transferido do Quartel para o DOI-CODI do IV Exército em Recife no dia 25 de outubro, onde morreu três dias depois em decorrência da brutalidade das torturas sofridas.

No decorrer de uma das suas sessões de tortura, Mariluce relata ter ouvido de um de seus torturadores, em 25 de outubro daquele ano, que Gildo havia sido levado para uma “longa viagem”. Em 1º de novembro, levaram à sua cela um jornal que noticiava a morte de Gildo de forma fantasiosa, como visto no primeiro capítulo desta tese. Assim, dos 42 dias em que esteve presa, 32 deles decorreram sabendo que o marido já estava morto. Por conta destas especificidades, a autora conta, em entrevista concedida à Cristiane Lira (2016), que o livro não prioriza os acontecimentos referentes à sua prisão e às torturas físicas sofridas, mas sim a sua desestruturação no isolamento e a dificuldade em entender uma morte que não se concluiu, pelo fato de não ter conseguido ver nem tocar um corpo morto (MOURA, 2016), nem ao menos saber as circunstâncias exatas dessa morte⁶⁸. Reforço, contudo, que apesar destas particularidades *A revolta das vísceras* não é um livro sobre a morte de Gildo Lacerda, e sim sobre a experiência de Mariluce em relação a esta perda.

Como então esses acontecimentos tomam forma na narrativa de Mariluce? Na carta que Clara, personagem de Mariluce no livro, escreve para Roberto, vê-se a presença de um lugar que ajuda a autora a evocar, organizar e dar sentido às suas memórias: o quarto amarelo.

Poderiam ser cem anos ou dois meses... o quarto amarelo é um centro, onde o conceito de tempo não existe. É revirado e atirado a um ponto onde escapa aos frágeis limites da consciência humana sobre o tempo. [...] No quarto amarelo, de azulejos amarelos, com friso de azulejos pretos, o limite entre estar vivo e estar morto, antes linha (aparentemente) nítida, demarcada, se transforma através das lágrimas em bruxuleante borrão, linha perigosa e sinuosa, onde se formam claros, até que ela não mais exista. [...] A morte

⁶⁸ Em depoimento à Comissão Estadual da Verdade da Bahia, Mariluce relata que quando escreveu *A revolta das vísceras* não tinha conhecimento de que Gildo havia sido morto sob tortura: se naquela época “eu não podia ter nenhuma noção disso, hoje eu já não tenho nenhuma dúvida de que foi assim” (CEV-BA, 2016, p. 196).

hoje, uma linha que separa o hoje de todo o tempo anterior. A morte para sempre e nunca mais a vida (MOURA, 1982, p. 8-9).

Essas são as linhas iniciais da carta escrita por Clara. O quarto amarelo, por sua vez, era considerado por ela fundamental: “no quarto amarelo estava talvez a chave fundamental [da sua escrita]. Era preciso chegar ao fim de tudo que precisava chorar e gritar sobre o quarto amarelo” (MOURA, 1982, p. 9). Não há, na obra escrita por Mariluce, uma explicação objetiva sobre o que era o quarto amarelo ou como Clara foi parar nele. A protagonista, por sua vez, segue tecendo suas considerações sobre a vida e a morte, dando algumas pistas sobre qual seria ou o que seria esse lugar:

Não existe consciência política de espécie alguma, quaisquer conceitos objetivistas sobre o fenômeno da vida, nem defesas ideológicas, não há muros/muralhas/fortalezas erguidas contra nossos demônios-dúvidas, por mais requintes de força com que tenham sido construídos, que se mantenham inabaláveis, diante da descoberta brutal, escancarada, do que significa sempre e nunca. Não, aos 20 anos e sobretudo quando a morte se faz absolutamente imaterial no quarto amarelo de ladrilhos vermelhos. A morte se apresenta numa frase... numa cruel, curta e simples mensagem oral. A morte é revelada só em palavras... poucas e secas... e é a verdade... (MOURA, 1982, p. 9).

Pela passagem acima, infere-se que o quarto amarelo faz referência à cela na qual Mariluce ficou detida e a morte que “se apresenta em uma frase” é uma alusão à notícia sobre o que ocorreu com Gildo. Como já foi dito no início desta seção, Mariluce ficou 32 dias presa sabendo que Gildo estava morto e, foi a partir deste informe, que o quarto amarelo se constituiu para além de um local físico no qual a autora precisou lidar, sozinha, com a informação sobre a morte do companheiro. Transformou-se também em um lugar psíquico que parece ter acompanhado Mariluce mesmo após sua saída da prisão. Clara, a seu turno, segue escrevendo para Roberto, falando sobre a morte:

Talvez a qualquer idade, aos 20 ou aos cinco anos, seja possível caminhar um pouco sobre um conceito de morte, se se consegue palpar um corpo gelado e imóvel, se se consegue ver olhos vítreos onde o mistério se concentra e se adensa – e talvez se explique um pouco. Não, **eu não quero discutir sobre a dor. Se ela é maior ou menor diante de um corpo morto**, ou diante da morte/palavra. A dor, essa creio que viajei até o limite possível da minha própria vida. **Mas a loucura de uma morte que não se materializa**, ah, sim, essa loucura eu queria poder discutir com você até a exaustão, que me faria finalmente dormir. **A crueldade aguda, intrínseca que existe na morte que não nos permitem saber materialmente, que não nos permitem ver**, essa eu queria traduzir com exatidão para você. Mas é tão difícil vencer essa desconhecida distância...” (MOURA, 1982, p. 10 – grifos meus).

No fragmento anterior, é possível encontrar algumas referências ao desaparecimento de Gildo Lacerda, “uma morte que não se materializa”, uma “morte que não nos permite saber materialmente”. Entretanto, essa morte sem um corpo morto – que toma forma na prisão – estende-se após a liberação da autora, uma vez que o caso não tem um desfecho, apesar de todas as tentativas de Mariluce em reaver o corpo. Em depoimento à Comissão da Verdade do Estado de São Paulo, em 2015, quando presta testemunho 33 anos após a publicação do livro, Mariluce comenta brevemente sobre suas buscas: “Quando eu fui ser ouvida na Auditoria, eu pedi que entregassem o corpo para a gente fazer o enterro. Entrei em contato com Recife, tentei tudo” (CEV-SP, 2015, p. 1257). Assim, evidencia-se que o quarto amarelo, embora seja um local físico, também pode ser considerado um estado psíquico que tem início na prisão, mas que se prolonga e se aprofunda fora dela. Como salienta Mariluce, “o quarto amarelo sempre podia estar como o espaço vivo e atual. [...] O círculo fechado onde se passara uma vida inteira feita de morte” (MOURA, 1982, p. 12). Parece-me que a autora e a sua protagonista escrevem, então, para sair desse lugar, não mais no sentido físico, e sim no sentido mental e emocional.

A morte de Gildo Lacerda é representativa do que ocorria nos DOI-Codis na década de 1970. De acordo com Teles (2013), esses foram os principais lugares onde se decidia sobre a vida ou a morte dos militantes políticos, e onde muitos deles foram assassinados. Para a autora, os DOI-Codis eram a materialização do estado de exceção: “neles a suspensão de direitos, a desumanização e a despersonalização dos prisioneiros buscaram transformá-los em corpos destituídos de autonomia, vidas torturáveis e matáveis, expostas aos limites da violência, da crueldade e do extermínio” (TELES, 2013, p. 13). Após os assassinatos, o aparelho repressivo divulgava as mortes como ocorridas em atropelamentos, suicídios ou tiroteios – exatamente como ocorreu no caso de Gildo Lacerda, conforme visto no primeiro capítulo desta tese. Por fim, os corpos eram enterrados em cemitérios públicos como indigentes, com nomes e *causa mortis* falsos.

A partir do que foi exposto, fica evidente que a ditadura civil-militar brasileira, além de assassinar seus opositores, também cometia o crime de ocultação de cadáveres, negando às famílias o direito de enterrarem seus mortos. Tessa Moura Lacerda, filha de Gildo e Mariluce, em depoimento à CEV-SP, relata os cemitérios e valas pelos quais os restos mortais do pai passou, o que demonstra o empenho da ditadura em esconder esses corpos:

[...] o corpo de Gildo foi necropsiado no necrotério público de Santo Amaro, em Recife para onde foi encaminhado pelo Delegado Jorge Tasso de Souza. O corpo ficou inicialmente em caixão lacrado e foi enterrado como indigente no Cemitério da Várzea em Recife. Os restos mortais de Gildo foram, em seguida, transferidos para uma vala comum no “buraco do inferno”, assim chamado. E em 1986 para uma outra vala comum com ossadas de pessoas mortas desde 1945 no cemitério Parque das Flores. Essa última vala, numa triste alusão à Tragédia de Sófocles, uma vala a céu aberto (CEV-SP, 2015, p. 6514).

As informações acima foram obtidas, de acordo com Tessa, pelo grupo Tortura Nunca Mais de Recife por meio de pesquisas realizadas na documentação do DOPS de Pernambuco. Quanto aos restos mortais de Gildo, a filha relata que não foi possível rastrear o que aconteceu após terem sido depositados no cemitério Parque das Flores. A família busca, há quase 50 anos, o corpo do militante.

Conforme explica Teles (2013), essa metodologia de assassinato e posterior ocultação dos corpos foi substituída a partir de 1974 pelos “desaparecimentos forçados”. O desaparecimento, de acordo com Caroline Silveira Bauer (2011), foi, de todas as estratégias repressivas, a mais sofisticada. Segundo a autora, o desaparecimento “era considerado uma prática perfeita, porque, dentro de sua lógica desumana, não havia vítimas; logo, tampouco culpados nem delitos” (BAUER, 2011, p. 151). Para a Comissão Nacional da Verdade – CNV, foi considerado como desaparecimento forçado toda suspensão de liberdade “perpetrada por agentes do Estado – ou por pessoas ou grupos com autorização, apoio ou consentimento do Estado –, seguida da recusa em admitir a privação de liberdade ou informar sobre o destino ou paradeiro da pessoa, impedindo o exercício das garantias processuais” (CNV, 2014, v. 3, p. 26). Além disso, a CNV apontou que o desaparecimento forçado é decorrente das seguintes situações:

- 1) detenções não reconhecidas oficialmente, seguidas da negação de informações sobre o paradeiro da vítima;
- 2) detenções oficialmente reconhecidas, seguidas de negação de informações sobre o paradeiro da vítima; e,
- 3) mortes oficialmente reconhecidas, sem identificação satisfatória dos restos mortais (CNV, 2014, v. 3, p. 26).

Assim, com base nessas definições, a CNV considerou como desaparecidas inclusive “vítimas cujos documentos oficiais de morte, como certidão de óbito e laudo cadavérico, foram emitidos, mas seus restos mortais não foram encontrados ou identificados” (CNV, 2014, v. 3, p. 26) – o que contempla o caso de Gildo Lacerda.

Retomando o último fragmento de *A revolta das vísceras* aqui transcrito, Clara aborda justamente uma morte que não se materializa pela ausência de um corpo. Para Ludmila da Silva Catela (2014), o corpo é o *locus* fundamental dos rituais ligados à morte. É ele que a condensa e a domestica, tornando-a concreta. Nesse sentido, a sepultura também assume importância no processo de assimilação da morte. Conforme explica a autora, ela é a responsável por reformular, em um novo espaço, as relações de parentesco, sociais e culturais que foram rompidas pela morte. Dessa forma, ao negar aos familiares o direito de sepultar um morto, ou mesmo de confirmar se um desaparecido continua vivo ou não, o Estado também nega às famílias a possibilidade de passar por um trabalho de luto adequado.

O luto, como coloca Sigmund Freud no seu clássico artigo *Luto e Melancolia* (1915), pode ser definido como “a reação à perda de uma pessoa querida ou de uma abstração que esteja no lugar dela” (FREUD, 2013, p. 47). Assim, o trabalho de luto nada mais seria, para o autor, do que um processo de superação dessa perda ou, nas palavras de Maria Rita Kehl (2013, p. 16), um processo “de paulatino desligamento da libido em relação ao objeto de prazer e satisfação narcísica que o ego perdeu, por morte ou abandono”. Por outro lado, quando há a identificação do sujeito com o objeto perdido, ou seja, quando o indivíduo não consegue superar ou renunciar a esse objeto, observa-se, no lugar do luto, o que Freud denominou de melancolia.

Para Idelber Avelar (2003), a distinção entre introjeção e incorporação – duas modalidades de internalização da perda –, proposta por Nicolas Abraham e Maria Torok, se faz mais interessante para se pensar aspectos determinantes do luto e da melancolia, operando um corte transversal na dicotomia freudiana. Nas palavras do autor, a introjeção “designa um horizonte de completude bem-sucedida do trabalho de luto, através do qual o objeto perdido é dialeticamente absorvido e expulso, internalizado de tal maneira que a libido pode ser descarregada num objeto substituto” (AVELAR, 2003, p. 18). Por outro lado, na incorporação, “o objeto traumático permanece alojado dentro do ego como um corpo forasteiro, ‘invisível mas onipresente’, inominável exceto através de sinônimos parciais” (AVELAR, 2003, p. 18). Assim, ao apresentar uma recusa ao luto e suas consequências, a incorporação, segundo o autor, “erige uma *tumba intrapsíquica*” (AVELAR, 2003, p. 18) na qual o objeto é enterrado vivo. A essa configuração psíquica, como observa Avelar (2003), destinada a manter as perdas não elaboradas, Abraham e Torok reservaram a denominação de cripta. A melancolia, por sua vez, surge como uma resposta a qualquer ameaça a essa cripta

protetora: “o sujeito passa a identificar-se com o objeto perdido como forma de protegê-lo da possibilidade de converter-se em objeto de luto” (AVELAR, 2003, p. 19).

A partir do exposto, percebe-se que, de uma teoria para outra, a centralidade da elaboração do luto foi deslocada da superação para a internalização do objeto perdido. Esse movimento, de acordo com Lua Gill da Cruz (2017, p. 51), explicita que “o foco do trabalho de luto não é *esquecer*, mas *lembrar*, de maneira que estabelece a relação entre presente e passado”. Nesse sentido, a autora evidencia que a arte, particularmente a literatura, pode auxiliar ou facilitar o trabalho de luto. Assim, parece-me que a escrita de Mariluce se enquadra neste processo: a autora escreve numa tentativa de assimilar, internalizar, afirmar e, também, denunciar a morte de Gildo Lacerda.

No início de *A revolta das vísceras*, há uma passagem sobre o envio da carta que Clara estava escrevendo que dá alguns indícios sobre a escrita ter sido a maneira encontrada pela protagonista para (tentar) realizar o trabalho de luto:

Não sabia se algum dia a carta iria ao correio. **Enviá-la talvez significasse livrar-se do fantasma que precisava ser enterrado.** Queria que isso acontecesse – claro que queria. Mas havia a gratificação por cultuá-lo. Com o fantasma a mão, sempre se movendo em torno e dentro do seu próprio espaço, era fácil recorrer, chamá-lo, misturar-se a ele na solidão. No isolamento absoluto. **Enquanto não o enterrasse**, o “absoluto” do isolamento jamais seria tão verdadeiro. **Enquanto ele permanecesse insepulto**, nenhuma dor carregaria sozinha. Daí vinha a dúvida, o recuo no momento de remeter a carta (MOURA, 1982, p. 9, grifos meus).

Terminar de escrever a carta e enviá-la “talvez significasse livrar-se do fantasma que precisava ser enterrado” – fantasma que teve sua origem no quarto amarelo, mas que também pode ser o próprio quarto amarelo. Acredito que neste fragmento a autora faz referência ao corpo de Gildo, mas também ao seu passado recente (em relação ao momento da escrita), passado que foi atravessado pela morte do companheiro, por uma morte sem corpo, que não se concluiu. O ato de enviar a carta significaria “seguir adiante”, o que Clara demonstra querer que aconteça, apesar de reconhecer a dificuldade de se desvencilhar do objeto da perda. Essa oscilação entre introjetar e incorporar o objeto perdido, para utilizar os termos de Abraham e Torok, é o que faz de Clara um indivíduo, como destaca Cristiane Lira (2016, p. 165-166), “enlutado em primeira instância, mas também melancólico”.

O luto dos familiares de desaparecidos, contudo, guarda ainda outras especificidades. Como observa Caroline Bauer (2011), é possível observar um estado continuado de angústia

nos familiares e seu entorno, causado pelo desconhecimento do paradeiro do preso. Segundo a autora, a perpetuação desse estado, que é também cercado de inquietações e incertezas, além de caracterizar o desaparecimento como um “crime que não termina de ocorrer – foi um dos principais fatores geradores do medo e do silêncio nas sociedades, que foram obrigadas a viver com as contradições da presença-ausência e da existência-inexistência dos desaparecidos” (BAUER, 2011, p. 152). Nesse sentido, a escrita de Mariluce, que é atravessada pela presença-ausência de Gildo Lacerda, é também a escrita sobre essa angústia, decorrente da violência do Estado, que coloca a morte em suspenso ao negar aos familiares o direito de enterrar os seus mortos, bem como de saber em quais circunstâncias essas mortes ocorreram e quem foram os responsáveis por elas.

Retomando a narrativa de Mariluce, sua protagonista também escreve sobre alguns sentimentos que a atravessaram no quarto amarelo em decorrência dessa morte sem corpo:

A loucura da imaterialidade da morte solapava a minha razão no quarto amarelo. Estava eu de frente para o buraco negro. Buraco sem fundo. Negro sem nenhuma esperança da luz mais débil, lágrimas caindo ritmadas, fazendo desenhos absurdos nos ladrilhos vermelhos, as unhas rasgando as palmas das mãos, no esforço desesperado de ganir para dentro e socar a dor para o fundo de mim. E então... então eu levantava [*sic*], subia na cama e o pequenino pedaço de jardim que divisava através das grades, era a visão que ajudava a iluminar meu rosto. Não havia mais morte... havia a espera da liberdade e do encontro com o amor. O resto era frase, notícia mentirosa de jornal (MOURA, 1982, p. 11).

A certeza da morte de Roberto e o desejo de que ele ainda estivesse vivo fazia a protagonista oscilar entre a razão e a ilusão, entre a verdade dolorida da morte e o delírio da continuação da vida. No devaneio de que reencontraria Roberto vivo, Clara fantasiava em detalhes a fuga do marido:

Real era a vida dele, que milagrosamente escapara: numa ação precisa, bem coordenada, um carro interceptara a veraneio azul onde os agentes, armados até os dentes, o conduziam para o outro quartel. Resgataram o companheiro e deram prosseguimento ao plano de fazê-lo escapular para o exterior. Em segurança, em algum ponto remoto desse mundo imenso, ele aguarda ansioso que você seja libertada e possa viajar para encontrá-lo (MOURA, 1982, p. 11).

Como é possível inferir pelos fragmentos acima, a notícia da morte de Gildo Lacerda pode ter desestabilizado emocionalmente a autora, o que acaba refletindo na sua escrita. Essa alternância entre o real e o irreal também está presente em diversos outros pontos do texto,

reforçando o seu estado emocional após o assassinato do marido. A autora coloca a protagonista, já fora do quarto amarelo, como alguém que ainda crê na volta do companheiro: “Entre a possibilidade da insônia e o desejo de dormir mansamente, Clara desejava e acreditava que ele voltaria” (MOURA, 1982, p. 61-62). Não é incomum que os familiares mantenham a esperança de encontrar com vida o desaparecido. Como observa Bauer (2011, p. 154), “até o momento em que se esclareça o desaparecimento e se encontre o corpo da pessoa, não há verdades, somente dúvidas, que se prolongam no tempo e contribuem para a disseminação do terror”. Com Mariluce e Clara parece não ter sido diferente e, apesar da morte de Gildo (Roberto) ter sido noticiada na imprensa, a falta do corpo, como já foi dito, contribuiu para impedir a assimilação da perda, conduzindo a autora e sua protagonista, como já dito, por estágios de melancolia.

Pelo que foi apresentado até o momento, entendo que o quarto amarelo, por conter a notícia da morte do seu companheiro, configurava-se num espaço de sofrimento ininterrupto para Clara. Depreendo que o conhecimento sobre o que havia ocorrido com o militante constituiu-se num efetivo meio de tortura psicológica para a protagonista. Como definição de tortura, utilizo aquela elaborada pelo psicanalista uruguaio Marcelo Viñar (1993, p. 131): *“es todo dispositivo intencional – cualesquiera sean los métodos utilizados – con la finalidad de destruir las creencias y convicciones de la víctima, para despojarlo de la constelación identicatoria que lo constituye como sujeto”*. Dentre os tipos de agressões possíveis, são consideradas de ordem psíquica “a intimidação, as ameaças graves e críveis à integridade física ou à vida da vítima ou de terceiros e a humilhação” (CNV, 2014, v. 1, p. 375). Como colocam Elizabeth Lira e Eugenia Weinsten (1990, p. 353), as torturas psicológicas *“buscan convertir todo el tiempo e todo el lugar, hasta la propia celda, en un tormento incessante”*. Dessa forma, no livro escrito por Mariluce torna-se evidente que o objetivo da ditadura, ao permitir que Clara soubesse do assassinato de Roberto, era utilizar a morte do militante para aniquilá-la moral e emocionalmente. Para a autora, era assim que a sua protagonista se encontrava: “eu era o destroçamento. Nada” (MOURA, 1982, p. 12). Não havia alívio para Clara no quarto amarelo, apenas a presença constante da morte de Roberto.

As torturas físicas e psicológicas foram empregadas nos interrogatórios de forma sistemática e correspondiam a práticas institucionais e científicas que visavam à destruição e ao controle dos oponentes do governo, enquanto sujeitos e/ou organizações (VIÑAR, 1993; LIRA; WEINSTEIN, 1990; CNV, 2014). Retomando o que foi dito no início deste capítulo, a

tortura foi um mecanismo utilizado como política de Estado, não cabendo atribuí-la ao excesso ou descontrole de alguns indivíduos isoladamente. Embora Mariluce tenha optado por não escrever sobre as torturas físicas que sofreu enquanto esteve presa, a autora faz a protagonista rememorar brevemente o que sofreu quando lembra a pergunta feita por uma amiga em tom de afirmação: “eu queria saber precisamente o que sente uma pessoa, além da dor física, quando está sendo torturada” (MOURA, 1982, p. 62).

Antes de transcrever e analisar a resposta de Clara, quero fazer algumas considerações acerca desta prática. Como observa Viñar (1993), na experiência da tortura ocorrem três etapas necessárias e sucessivas que têm como finalidade “quebrar” a resistência da vítima. A primeira, o momento inicial, é a experiência da tortura em si, que tem como meta a aniquilação dos valores e das convicções do indivíduo. A segunda, tem como ápice a experiência extrema de desorganização do sujeito na sua relação consigo mesmo e com o mundo, conhecida como *demolición*. A terceira, o desenlace, é a resolução dessa experiência limite. A demolição, como sublinha o psicanalista, trata-se da mais desoladora experiência de desamparo. “*En el nivel inesperado de una experiencia que moviliza aspectos inéditos, mecanismos no experimentados en la historia previa del sujeto*” (VIÑAR, 1993, p. 41). No sentido dessa imprevisibilidade, a tortura constitui-se numa experiência efetivamente traumática.

Sobre a sua experiência, então, Clara responde que sentiu

um medo, no princípio tudo é apenas o medo, primário, total. Nua, os olhos vendados, o suor abundante saindo dos sovacos e escorrendo pelos lados do corpo até as pernas, até os pés, sua cabeça tinha além do medo, um só comando, uma única visão consciente: o rosto do homem amado e a certeza de que sua vida, seu poder de movimento, de abraçá-la, beijá-la, amá-la, de sorrir, dependiam de que seus lábios permanecessem cerrados (MOURA, 1982, p. 62).

Nessa breve passagem é possível verificar alguns dispositivos presentes nos testemunhos femininos sobre a tortura. De acordo com a pesquisa realizada por Ana Maria Colling (1990), as mulheres torturadas que foram por ela entrevistadas apontaram a nudez, acompanhada da venda nos olhos, como um dos piores momentos pelos quais passaram. Como observa a pesquisadora, a nudez é uma questão delicada para as mulheres, principalmente se for diante de pessoas desconhecidas. Em entrevista à Margareth Rago (2010), Criméia Schmidt, militante do PCdoB, aborda justamente essa questão: “nua, o interrogatório era sempre nua [...] é muito constrangedor, você na frente de estranhos, de inimigos, não é só estranhos... se eu estivesse

nua no meio da rua me sentiria melhor” (SCHMIDT apud RAGO, 2010, p. 170). Nesses casos, as mulheres sentiam-se fragilizadas pela humilhação da nudez, estratégia de desestabilização frequentemente utilizada pelo aparato repressivo. Contudo, essas questões não mobilizaram a escrita de Mariluce, marcada pelo incessante movimento que a protagonista faz em torno de Roberto. O que a autora evidencia, além do medo, é a necessidade de Clara permanecer calada, no sentido de não dar nenhuma informação acerca das atividades desenvolvidas na organização para preservar a vida do seu companheiro, ou seja, a atribuição para si de uma responsabilidade que era dos agentes repressivos. No momento da tortura,

não havia nenhum espaço para firmeza ideológica, para sequer lembrar longinquamente esse conceito e os conselhos de que todo militante deveria estar preparado, com uma história bem montada. [...] **Era por amor [...] era somente e exclusivamente por esse amor, que não falava nada.** [...] não era nenhuma grande revolucionária, nenhuma heroína, era somente uma mulher de 22 anos que amava absolutamente, sem reservas, com cada fibra e cada neurônio, com cada verdade e cada fantasia, cada impulso e cada pensamento que havia dentro dela, um homem belo e extraordinário de 24 anos (MOURA, 1982, p. 62, grifos meus).

Há dois pontos significativos no fragmento acima. O primeiro deles é o uso que Clara faz do amor como uma potência de resistência. A um olhar desatento, o afeto mobilizado pela protagonista pode até parecer um pouco exagerado, mas, como explica Luísa Dornelles Briggmann (2021), com a restrição do estabelecimento dos vínculos sociais como forma de preservar a militância, muitos casais intensificaram o seu vínculo “com o compartilhamento das atividades, da cotidianidade e das emoções” (BRIGGMANN, 2021, p. 41). Conforme recorda Raquel Lubartowski, militante uruguaia “era uma época onde os amores eram muito fortes. Porque era como se você encontrasse na relação amorosa um suporte, um lugar, um refúgio, diante de todas as coisas que aconteciam no dia a dia” (LUBARTOWSKI, 2008 apud BRIGGMANN, 2021, p. 41). Esse parece ser o caso da relação estabelecida entre Clara e Roberto, abruptamente interrompida pela violência do Estado. Quando a autora reforça o amor que a protagonista sente pelo militante, ela também enfatiza o tamanho da perda de Clara que, com a morte de Roberto, também perdeu a estrutura que dava suporte a sua militância.

O segundo ponto faz referência a forma como Clara é vista pela autora, como “nenhuma grande revolucionária”, “nenhuma heroína”. Não é incomum encontrar nos relatos de mulheres que participaram de movimentos de resistência uma visão desimportante de si

mesmas e do papel que desempenharam nas organizações. Algumas não se consideravam sequer politicamente relevantes para terem sido presas, como visto no capítulo anterior. Nesse sentido, é interessante notar que a personagem construída por Mariluce é atravessada pelo mesmo sentimento de irrelevância. Clara, para a autora, “não tinha coragem nenhuma, tinha um medo enorme, mas tinha amor. E pelo amor, só por ele, houve o silêncio com o qual, ela julgava, manteria vivos o homem e o amor” (MOURA, 1982, p. 62-63). Contudo, amar naquelas condições e usar esse amor como potência de resistência não deixa de ser, paradoxalmente, um ato de coragem também.

Embora o amor atravesse a maioria das recordações da protagonista, há momentos em que ele é atenuado e cede espaço para reflexões teóricas e políticas, como as críticas tecidas por Clara em relação à ideologia que levou os dois à tortura e o companheiro à morte:

Por que, eu me pergunto e agora lhe pergunto, uma tão grande vocação para o suicídio? Por que na nossa geração, a ação política se revestiu do caráter místico, messiânico, se embebeu da ideologia do sacrifício e da renúncia, que imprimia a fogo, na cabeça de cada militante, a ideia de que tentar se manter vivo, tentar salvar a própria pele era quase sempre deserção? Traição? Sim, eu sei que essas palavras não eram ditas assim, mas eram elas que estavam prestes a serem ditas. Por que, se correndo um risco sabido de vida, era um sacrilégio o simples pensar em ir embora para território mais seguro? Por que essa tendência a um sacrifício impregnado de religiosidade antiga, medieval? Por quê? (MOURA, 1982, p. 37).

Como a memória é construída a partir da realidade do presente, certamente essas colocações estão atravessadas por todos os anos de dor após a morte do companheiro. O questionamento feito, como Clara evidencia, assume considerável importância para a protagonista: “em mim é uma pergunta séria e da qual tenho medo. Por ela, entre outras coisas, alguma coisa não se acalma, não descansa em mim” (MOURA, 1982, p. 37). Clara tinha muitas perguntas, mas sabia que fugir não chegava sequer a configurar uma possibilidade enquanto estavam na militância, conforme abordado no capítulo anterior. Além disso, a protagonista também questiona a escolha da ditadura pela eliminação dos seus oponentes: “cheia de perplexidade, me vejo nessas noites [de insônia] me perguntando que risco real, a rigor que risco representavam os assassinados, para que se decidisse por seu extermínio?” (MOURA, 1982, p. 36). São perguntas que ficam em aberto, mas pontuam a visão que Clara tinha da militância e da repressão.

A carta escrita por Clara, como é possível acompanhar até aqui, mobiliza boa parte do texto. Nela estão as lembranças do quarto amarelo que a protagonista deseja extirpar. “O

quarto amarelo, o palco, onde ela [a morte de Roberto] explodira, estrela absoluta” (MOURA, 1982, p. 22). Assim, a personagem construída por Mariluce, como coloca Lira (2016, p. 157), “é atravessada por uma presença masculina que embora ausente, corpo torturado e assassinado, faz-se presente por todo o tempo da narrativa”. Clara escreve para Roberto e essa escrita é por vezes sinalizada como um passo necessário para que a protagonista consiga seguir adiante. Ao pensar na finalização da carta, Clara coloca: “o que mais haverá a ser dito para que ela cumpra seu papel libertador?” (MOURA, 1982, p. 114). Com o término da escrita, a protagonista de Mariluce

não poderá mais manter por muito tempo o fantasma em íntima convivência. Sente com uma dor aguda que à medida que foi avivando para si mesma os contornos dos seus fantasmas, deles foi se separando. Passo a passo. O paradoxo. Admiti-los, tomá-los, pintá-los em nítidas cores, reconhecê-los, explorá-los, era também abrir mão deles. Deixá-los ir. Há um sofrimento, uma grande vontade de chorar nessa despedida (MOURA, 1982, p. 114).

A narrativa da autora pode, num primeiro momento, dar a entender que Clara conseguirá superar Roberto com a finalização e o envio da carta, concluindo, de acordo com a proposta elaborada por Freud, o trabalho de luto. Contudo, como observa Cruz (2017), o objeto da perda é, na realidade, “insubstituível” e dessa forma “não é possível pensar em um trabalho de luto que *finalize* ou *encerre*, mas pelo contrário: permanece” (CRUZ, 2017, p. 51). Nesse sentido, o luto deve ser compreendido, de acordo com a autora, como um processo contínuo uma vez que o enlutado também se transforma no decorrer desse mesmo processo. A partir dessas colocações, e tendo em vista a teoria desenvolvida por Abraham e Torok, penso que a escrita de Clara se apresenta como uma possibilidade para que a protagonista retire Roberto da cripta, noção utilizada pelos psicanalistas, como relembra Avelar (2003, p. 18), “para designar a manifestação residual da persistência fantasmática de um luto não resolvido”. Assim, ao sair dessa *tumba intrapsíquica* na qual ficou guardado, talvez, desde o momento em que a militante recebeu a notícia de sua morte, Roberto converte-se em objeto de luto, permitindo que Clara introjete a sua perda ao invés de superá-la.

Mariluce termina a sua escrita após Clara enviar sua carta. A protagonista, após colocá-la no correio, considera que “vencera a batalha mais árdua e havia que esperar um pouco, muito pouco, para chegar ao fim do caminho” (MOURA, 1982, p. 120). Na sequência, a autora escreve a última cena do livro: o reencontro de Clara e Roberto.

Ele, via-o agora, sentado no chão, as pernas compridas estiradas, uma sobre a outra, mas uma se dobrou para sustentar o queixo, os braços rodeavam a

perna dobrada. Clara tremeu mais. Alimentara a esperança de que ele não estivesse, não viesse? Com o calor conhecido a lhe queimar garganta e estômago, o gelo a percorrer o resto do corpo, penosamente começou a andar em sua direção. [...]

Mais próxima, enxergou o rosto, o meio-sorriso estático, a tirar-lhe qualquer consciência. Ele a observava, parecendo senhor de uma monstruosa serenidade. Mas não, certamente estaria também possuído por uma emoção absoluta, mas sabia usar o sorriso para serená-la e trazê-la muito perto. Na obscuridade e no mais completo silêncio que já ouvira, andou até ele e aninhou-se mansamente em seus braços. Ele a recebeu, abraçou-a sôfrego, sem uma palavra, depois tomou seu rosto nas mãos e com a voz rouca, de quem ficara longamente calado, perguntou somente, com o olhar que a penetrava até o fundo de si: – tudo bem? (MOURA, 1982, p. 123-124).

Em 2016, em entrevista à Cristiane Lira, Mariluce relata que considera esta a cena mais fantasiosa de *A revolta das vísceras*, “porque é uma saída ficcional para poder recuperar o que me fora tirado” (MOURA, 2016, p. 298). É o momento, também, que Clara “toca” Roberto e consegue compreender a sua inexistência:

Estava sendo feliz, muito feliz. Mas uma dor começou a se insinuar. De mansinho, começou a chorar. As lágrimas escorrendo pelo rosto, a princípio e depois, batendo no ombro esquerdo dele, enquanto ele alisava as suas costas e rouco e amoroso lhe sussurrava, meu amor. Clara chorava mais e logo só tinha a tristeza e a desesperança. Começou a soluçar ao perceber que as lágrimas atravessavam o seu ombro (MOURA, 1982, p. 126).

Mariluce escreve o reencontro entre Clara e Roberto, que é também uma despedida, de forma extremamente poética. Contudo, logo após a protagonista ter finalmente acessado a inexistência do companheiro, a autora a coloca, pela primeira vez, questionando de forma direta as circunstâncias da sua morte.

Por dentro de lágrimas, via o seu corpo crivado de balas... fora assim? Via um corpo tombando, coração emudecido pela voltagem insuportável dos choques... assim? Via um corpo caindo em gritos desumanos, o ventre rasgado, dilacerado por golpes violentíssimos na tortura... fora assim? Via na terra o belo corpo tão massacrado e os olhos lindos, vítreos e mortos. Menos dúvidas sobre essa imagem, mas nunca menos violência para ela (MOURA, 1982, p. 125).

A escrita de Mariluce, conforme dito anteriormente, constitui-se uma denúncia da morte de Gildo Lacerda. Além disso, foi também uma maneira encontrada pela autora para que a história de Gildo permanesse viva. Como destaca Cruz, (2017, p. 51), “ainda que os mortos não possam ser trazidos de volta, se pode, ao menos, deixar pistas, pegadas e sinais que comprovem a existência de suas vidas e gravem, como epitáfios, as histórias de suas mortes”. É por isso, como evidencia a autora, que durante o trabalho de luto é importante

que se estabeleça uma narrativa sobre a morte. Morte sem história, como escreve Cruz (2017, 51) “é indignância”. Nesse sentido, *A revolta das vísceras*, ao contar a experiência de Mariluce sobre a morte de Gildo Lacerda acaba por também reconstruir a história de Gildo, permitindo que ele continue vivo naquela que narra e naqueles que a leem.

3.1.2 O inferno de Derlei: da tortura ao exílio

Neste subcapítulo, o foco da minha análise será o livro *No corpo e na alma*, de Derlei Catarina de Luca. No capítulo anterior, fiz um corte na narrativa da autora no momento de sua prisão, em 23 de novembro de 1969. É a partir deste episódio, então, que retomo o estudo sobre o relato da militante.

“A tortura começa no quartel da PM do estado de São Paulo, às 7 horas da noite, do dia 23 de novembro” (DE LUCA, 2002, p. 83). É desta maneira que Derlei inicia o capítulo intitulado *A operação bandeirante*, no qual narra o que sofreu e como resistiu quando estava nas mãos da repressão. O seu relato é também uma denúncia sobre os seus torturadores. Entre as descrições das violências sofridas, a autora fornece nome, sobrenome, cargo ocupado e, às vezes, descrição física daqueles que a interrogaram e torturaram. Quando vai contar sobre a sua transferência para a OBAN, é assim que o responsável pelo traslado é descrito no texto por Derlei: “Capitão MAURICIO LOPES LIMA, Capitão de Infantaria do Exército, Chefe de Equipe de busca e captura da OBAN, aluno da USP, Professor de Esgrima no Esporte Clube Pinheiros” (DE LUCA, 2002, p. 83). Todos os nomes incriminados pela autora, como no fragmento acima, são escritos em letras maiúsculas quando aparecem pela primeira vez no texto.

Quando chega na OBAN, Derlei relata que lhe avisam: “Para você a guerra acabou. Agora você vai conhecer a sucursal do inferno” (DE LUCA, 2002, p. 83). Ato contínuo, a autora, passa a narrar as violências que sofreu, diferente de Mariluce, que apenas tangencia o ocorrido.

A primeira noite é indescritível. Arrancam minhas roupas. Sou pendurada no pau de arara, recebo choques elétricos nos dedos, vagina, ouvido, quebram meus dentes. A dor é lancinante. Tão intensa que nem dá para gritar. O sangue escorre pela cabeça, melando os cabelos e pescoço. As braços, seios e maxilar recebem pancadas e coronhadas de revólver. São vários homens gritando. Ninguém pergunta objetivamente nada. Eles berram.

Quem dirige a tortura é o Capitão de Artilharia do Exército HOMERO CÉSAR MACHADO. Chefe da Equipe B⁶⁹ de interrogatório. Loiro, olhos azuis, temperamental. Comanda os demais. Capitão Maurício pede licença e quebra mais dentes. São 9 homens, cada um querendo aparecer e fazer melhor que o outro. Me preparo para a morte (DE LUCA, 2002, p. 83).

No fragmento acima, Derlei aborda um assunto sensível para os torturados: o desejo da morte e/ou a disposição de morrer. Como coloca a autora, “é uma decisão que só os torturados podem entender. Tudo o mais se torna superficial diante da morte. Depois da tomada de decisão, sinto serenidade” (DE LUCA, 2002, p. 84). Essa narrativa é compartilhada por outras militantes. Nilce Cardoso, em entrevista a Susel Oliveira da Rosa (2013), também relata o momento em que flertou com a morte durante a tortura, tentando inclusive parar de respirar. Contudo, como observa Rosa (2013, p. 75-76), “Nilce não gosta de falar desse episódio, não gosta de lembrar que chegou a desejar a morte, interpreta esse momento como pura contração, negação da vida”. Em meio a violências físicas e psicológicas, a morte se mostra como a cessação da dor. Desejar o alívio, nessas condições, é humanamente compreensível, mas pode significar, aos olhos de outros ex-militantes que não passaram por essa experiência, uma fraqueza ideológica, o que torna esse tema tão delicado e pouco discutido.

Continuando com o relato de Derlei sobre as torturas, a autora conta que foi colocada no pau de arara⁷⁰, “acompanhada de choques elétricos nos órgãos genitais, pés, mãos, língua. Apagam o cigarro no meu corpo deixando a pele queimada” (DE LUCA, 2002, p. 84). Como forma de resistência, Derlei narra: “localizo meu amor ao povo e a Ação Popular em pessoas concretas. Lembro delas e nem escuto o que perguntam. Os golpes são muitos, a dor é intensa. Perco a capacidade de senti-la. Perguntam, perguntam, nada respondo” (DE LUCA, 2002, p. 84). Derlei, assim como Mariluce, potencializa o amor como forma de resistência. Contudo,

⁶⁹ De acordo com o que foi apurado pela CNV, as equipes de interrogatórios eram divididas por turnos de, geralmente, 24 horas de atividades para 48 horas de folga. No caso do DOI-CODI/SP, por exemplo, as turmas eram designadas pelas letras A, B e C. É possível mapear, a partir do relato de Derlei, que ela passou pelas três equipes de interrogatórios na OBAN. Para maiores informações sobre a prática da tortura no contexto da Doutrina de Segurança Nacional, consultar: BRASIL. *Comissão Nacional da Verdade*. Relatórios da Comissão Nacional da Verdade. Brasília: CNV, 2014, v. 1, p. 327-398.

⁷⁰ Conforme descrição do BNM, “o pau de arara consiste numa barra de ferro que é atravessada entre os punhos amarrados e a dobra do joelho, sendo o ‘conjunto’ colocado entre duas mesas, ficando o corpo do torturado pendurado a cerca de 20 ou 30cm do solo. Este método quase nunca é utilizado isoladamente, seus ‘complementos’ normais são eletrochoque, a palmatória e o afogamento” (BNM, 1985, p. 34). Para aprofundar, consultar o site do BNM: <https://bnmdigital.mpf.mp.br/pt-br/>.

ao contrário da companheira de Gildo Lacerda, Derlei focaliza seu afeto na organização e nas pessoas por quem tem amizade. A autora também demonstra ter consciência do seu papel na AP e da necessidade de permanecer em silêncio:

Somos peças pequenas de uma grande engrenagem. Elos de uma mesma corrente. Se o elo se rompe é preciso consertá-lo o mais rápido possível ou tirá-lo de circulação. Se a peça falha, pode vir abaixo toda a engrenagem. Quem se meteu não pode falhar sob pena de prejudicar todos os demais” (DE LUCA, 2002, p. 85).

Derlei conclui, então, que restava a ela uma única alternativa: preparar-se para permanecer calada e, se necessário, para morrer. O silêncio na tortura, como aponta Maria Rita Kehl (2010), pode ser visto como a última forma que o sujeito tem de reestabelecer o domínio de si. A fala deixa de pertencer ao indivíduo torturado, uma vez que, como coloca a autora, “o torturador pode arrancar de sua vítima a palavra que *ele quer ouvir*, e não a que o sujeito teria a dizer” (KEHL, 2010, p. 131). Assim, resta o silêncio, até o limiar da morte, a um corpo que está assujeitado ao controle e à violência imposta por outros.

Neste ponto da narrativa, identifica-se uma outra diferença entre o relato de Derlei e o de Mariluce. As duas escrevem sobre a importância do silêncio no momento da tortura, entretanto, ao contrário de Mariluce, que acreditava que ficar calada contribuiria para que Gildo continuasse vivo, Derlei demonstra ter consciência de que o seu silêncio era essencial para não prejudicar outras pessoas e nem a estrutura da organização. As autoras, de acordo com suas narrativas, mobilizam afetos diferentes como forma de resolução de um mesmo impasse: resistir em silêncio a cada sessão de tortura.

Retomando a narrativa de Derlei, quero pontuar que todos esses eventos relatados até aqui ocorreram na primeira noite de prisão/tortura da autora. Sobre ela, Derlei escreve: “do ponto de vista de superação de mim mesma, foi uma noite importante, da qual me orgulho” (DE LUCA, 2002, p. 85). Segundo conta, já era madrugada quando a retiraram do pau de arara e chamaram um médico para examiná-la.

Dr. Davi Hunovitch, prisioneiro ligado à ALN. Examina as costelas e as vértebras. Esticam o corpo para colocá-las no lugar. Os torturadores me pegam, dois pelos ombros e um pelos pés. Avisam que vai doer. Já não tenho capacidade para sentir ou gritar. Estou sem roupas numa mesa, deitada de costas. Não posso nem virar de tanta dor. Me enfaixam, o médico me veste e me carregam para a cela. Em nenhum momento perguntaram meu nome, queriam saber apenas de aparelhos e pontos (DE LUCA, 2002, p. 85-86).

Neste ponto da narrativa, Derlei evidencia sutilmente uma prática constante nos centros de tortura: a presença de médicos. No caso em questão, o médico era também um detento, utilizado provavelmente por não ter um outro profissional disponível naquele horário. Normalmente, eram os médicos militares que se faziam presentes com a função de, supostamente, tratar dos presos após as sessões de tortura. Entretanto, conforme consta no relatório final da CNV, vários testemunhos sinalizam que esses médicos “apuravam se os presos tinham condições de retornar ou permanecer sob tortura, e participavam com frequência dos interrogatórios, inclusive para reanimar os presos que houvessem perdido a consciência para que se prosseguisse com as sevícias” (CNV, 2014, v.1, p. 354). Além disso, os torturadores costumavam perguntar a esses profissionais se os presos tinham ou não condições de seguir no interrogatório sob tortura. Assim, “os médicos faziam diagnósticos sobre a resistência dos presos, aplicavam-lhes injeções com estimulantes (quando ocorressem desmaios) e usavam relaxantes musculares para que os corpos das vítimas voltassem a ficar sensíveis aos golpes” (CNV, 2014, v.1, p. 354).

Em outra passagem, Derlei faz um interessante relato envolvendo o trabalho de médicos quando, após uma sessão de tortura,

Chamam um médico do Hospital Militar. Dá injeções. Sem maiores explicações, coloca na minha mão um monte de comprimidos.
 – É melhor morrer do que ficar nessa tortura.
 Durmo em seguida. **Só depois tomo consciência concreta da possibilidade de suicídio.** Há um armário na cela. Deixo-os ali. A gente nunca sabe se vai precisar. Mas não quero morrer. Os dias passam entre interrogatórios e torturas (DE LUCA, 2002, p. 96, grifos meus).

Nota-se, aqui, uma outra postura do médico ao oferecer a possibilidade de alívio definitivo para Derlei. Esse caso reforça a brutalidade das torturas sofridas pela autora a ponto de receber medicação para colocar fim à própria vida. Quando Derlei ganhou os comprimidos, já havia passado pelo Hospital Militar onde ficou alguns dias em coma em decorrência das torturas recebidas. Assim, fragilizada por tanta violência, a autora acabou não descartando os remédios, apesar de não querer morrer. A viabilidade da morte novamente aparece em sua escrita, mas desta vez como uma oportunidade real de cometer suicídio – e desta vez com a contribuição de um médico que colaborava com a ditadura.

Retomando o relato da militante, Derlei conta que no dia seguinte à sua prisão conhece mais um torturador.

Às 9 da manhã chega BENONE ALBERNAZ, Capitão de Artilharia do Exército. Chefe da Equipe A de interrogatório. Tipo Árabe. Metido a conquistador. Entrava nas celas com violão, cantando depois de horas de tortura. Gritava como louco. Emocionalmente instável, com sintomas de desequilíbrio mental. Manda-me levantar. Não posso, levantam-me e carregam para a sala de tortura. Conheço a cadeira do dragão. [...]

A cadeira do dragão tem o formato de uma cadeira elétrica, revestida com folha de zinco. O choque elétrico queima as partes sensíveis do corpo e leva o torturado a ter convulsões. O eletrochoque na cabeça provoca grandes distúrbios de memória e, às vezes, amnésia definitiva. Dá uma estranha sensação. **Tenho a impressão de que não está acontecendo comigo. É como se meu corpo e minha dor fossem de outra pessoa e ao mesmo tempo sou eu. Já não mantenho a mesma lucidez**, nem consigo manter-me em pé (DE LUCA, 2002, p. 86-87, grifos meus).

Na sua narrativa, além de continuar denunciando os seus torturadores e descrever uma das técnicas de tortura utilizadas – a cadeira do dragão –, Derlei pontua o acometimento de uma “estranha sensação”. O evento narrado pela autora assemelha-se bastante a um episódio de despersonalização, uma desordem dissociativa que se constitui em um dos mecanismos psicodinâmicos da tortura. Segundo Lira e Weinstein (1990), a dissociação é um dispositivo psicológico contra a angústia, ou seja, é uma resposta da mente para conseguir lidar com momentos de muito estresse, como os que ocorrem durante os eventos traumáticos. A dissociação, para as autoras, *“implica una fragmentación del yo: la persona evita verse inundada por la angustia, recurriendo a una desintegración parcial de sí misma para impedir una desintegración mayor o total”* (LIRA; WEINSTEIN, 1990, p. 360). Nessas circunstâncias, é comum que o indivíduo se sinta desconectado de si mesmo e do mundo ao redor e tenha a sensação de ser um observador externo dos próprios processos mentais e do próprio corpo. O que Derlei vivenciou parece ter sido uma defesa da sua mente numa tentativa de manter um precário equilíbrio psicológico.

Após a sessão de tortura com Benone Albernaz, Derlei narra que acordou com a equipe do capitão Dalmo a olhando. “DALMO LUCIO MUNIZ CYRILLO. Capitão de Intendência do Exército. Chefe de Equipe de Interrogatório da OBAN. Está gritando: – Como vou interrogar desse jeito? Pra (*sic*) mim: – Te machucaram, hein?” (DE LUCA, 2002, p. 87). O capitão, como conta a autora, toma o seu primeiro depoimento, sem gritos. Não há relato de torturas neste momento e sim de piora do estado de saúde da militante. “O Capitão chama o médico que recomenda cuidados. Parece ser o da primeira noite. Eu estava toda arrebetada, inconsciente, com os rins moídos. – Eu não vou carregar essa morte, diz o Capitão Dalmo” (DE

LUCA, 2002, p. 88). Assim, Derlei conta que o Capitão ordenou a sua ida para o Hospital Militar de Cambuci.

No livro, Derlei não especifica as datas que esses eventos ocorreram. Contudo, em depoimento à Comissão Estadual da Verdade Paulo Stuart Wright, de Santa Catarina, a autora narrou que foi torturada até o final do mês de novembro. Já para a Comissão Estadual da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva”, Derlei relata que entrou em estado de coma no dia 25 de novembro – e faz mais sentido essa data, já que a autora foi enviada ao hospital no turno da terceira equipe de interrogatório e na OBAN, conforme o seu relato, funcionavam três equipes num rodízio de 24 horas: como foi detida dia 23, conheceu a equipe do Capitão Dalmo dia 25 de novembro. Na sequência do depoimento, Derlei recorda que quando acordou já era dezembro: “eu lembro mais ou menos da data porque alguém comentou que era dia de Nossa Senhora, 8 de dezembro, por isso que eu mais ou menos fixei” (CEV-SC, 2014, p. 109). Ou seja, Derlei ficou aproximadamente doze dias desacordada em decorrência de todas as torturas sofridas. No dia seguinte à sua retomada de consciência, a autora conta, no livro, que retornou para a OBAN e, ato contínuo, para interrogatório. “Rompem faixas e gesso. Golpes e choques na cadeira do dragão” (DE LUCA, 2002, p. 91).

Retomando o que foi visto no capítulo anterior, a narrativa sobre a tortura e a prisão é realizada pela autora na “voz da militante”. Assim, Derlei relata os acontecimentos no tempo presente, uma das características dessa voz, de forma objetiva. Há pouco espaço na sua escrita para colocações mais subjetivas: não há passagens que evidenciem o que a autora sentiu quando estava sendo torturada (além da dor física) ou como essa tortura repercutiu no seu íntimo. Nesse ponto, evidencia-se uma importante diferença entre a escrita de Mariluce e Derlei – enquanto a primeira conta como a violência sofrida por ela e pelo companheiro reverberou na sua vida, a segunda denuncia a tortura sofrida e os seus torturadores de forma direta, quase que imparcial, como se o ocorrido tivesse acometido outra pessoa e não a ela própria. Percebe-se que a narrativa de Derlei enquadra-se na forma como os depoimentos sobre a tortura no Brasil são geralmente realizados, enfocando, como explica Teles (2011, p. 161), “mais os aspectos factuais da experiência de tortura do que sua face subjetiva e interior”. Além disso, essa distinção parece-me estar relacionada também às motivações que levaram as autoras a escrever, bem como com os contextos de escrita das obras, uma vez que o presente da escrita de *No corpo e na alma* permitia articulações com o passado que não eram possíveis no momento da escrita de *A revolta das vísceras*. A escrita de Mariluce, efetuada

ainda durante o período ditatorial, pode ser vista como uma tentativa de a autora elaborar o luto causado pelo assassinato do marido, como já exposto. Já a escrita de Derlei, que ocorre num período democrático que abarca o início do desenvolvimento de medidas de memória e reparação, pode ser pensada como uma contribuição ao direito à memória, evidenciando o caráter político do seu testemunho e afastando-o da subjetividade narrativa de Mariluce.

Dando sequência à narrativa de *No corpo e na alma*, Derlei conta que em janeiro de 1970 foi transferida para o DOPS. Antes de encerrar o capítulo sobre a OBAN, a autora tece alguns comentários sobre o local:

A OPERAÇÃO BANDEIRANTE NÃO ERA UM PRESÍDIO. Era uma unidade de tortura, com grande mobilidade. Praticamente autossuficiente. No início, ninguém ficava lá muito tempo. 3 ou 4 dias. Uma ou duas semanas no máximo. O roteiro era OBAN, DOPS, depois TIRADENTES. Não tiravam impressões digitais. Não havia burocracia. Não havia registro de identificação algum. Nenhum escrivão tomava nota de depoimento. Podiam matar à vontade. Não há como provar (DE LUCA, 2002, p. 111).

Assim, a autora narra o que sentiu quando foi mandada para identificação no DOPS: “Está garantida a minha vida. Dificilmente matam alguém depois de identificá-lo. É uma prova de haver entrado e estado vivo aí. Sei disso pelos outros presos. Converso com o funcionário que me identifica. Sinto alívio” (DE LUCA, 2002, p. 127-128). Derlei chegou no DOPS dia 06 ou 07 de janeiro de 1970 e ficou até aproximadamente 23 de janeiro do mesmo ano⁷¹. Após sua saída, a autora passou um período em Santa Catarina e logo reintegrou-se na AP.

Ainda em Santa Catarina, Derlei diz ter feito um relato detalhado da prisão que depois foi enviado ao Vaticano. “Com nomes e situações fresquinhas na memória, faço o relatório da prisão para a organização” (DE LUCA, 2002, p. 139). No final de março de 1970, como visto no capítulo anterior, Derlei chegou na Bahia para dar continuidade ao seu trabalho na Ação Popular. Já nos primeiros dias, a autora diz ter o seu comportamento na prisão analisado pelos companheiros. Na avaliação dos militantes, como discorre a autora, Derlei havia dialogado com a repressão. “Por minha atitude frente ao Capitão Dalmo e ao Oficial da Aeronáutica. Por fazer café [para os policiais do DOPS]. O companheiro que fez esta crítica nunca foi preso. [...]”

⁷¹ Não há datas de entrada ou saída no DOPS no livro analisado e as divergências no dia de chegada foram encontradas nos depoimentos prestados pela autora para as Comissões Estaduais da Verdade dos estados de São Paulo e Santa Catarina. Não foi encontrado em nenhum depoimento data de saída do DOPS, apenas a informação que Derlei ficou no total 03 meses detida. Por essa razão, as datas apresentadas correspondem a aproximações, mas que em nada prejudicam a narrativa da autora e as análises por mim realizadas nesta tese.

disseram que trato o Capitão Dalmo com condescendência” (DE LUCA, 2002, p. 114). Na sequência, a autora escreve um diálogo seu com os militantes, transcrito abaixo.

- [...] Todos admiramos sua firmeza. É um motivo de orgulho para toda a Organização. Vários informes foram passados por presos, contando da sua firmeza. Mas não se pode confiar, todos são inimigos.
- E confiei? Ele é inimigo político, inimigo de classe, não é inimigo pessoal. Não tenho ódio de nenhum deles. Estavam no seu papel e eu no meu.
- Esse tal de Capitão Dalmo estava no papel de bonzinho contigo.
- Pode ser, mas que era um alívio, era. Havia vários bonzinhos, a gente sabia distinguir logo, percebia a jogada. O Capitão Dalmo não estava no papel de bonzinho comigo. Fazer café era uma maneira de andar no corredor, ver gente, ouvir as conversas, saber quem estava preso (DE LUCA, 2002, p. 149).

Derlei conclui este assunto dizendo que a AP avaliou o seu comportamento na prisão como correto, “destacando a atitude frente à morte, o compromisso com o povo expresso na preservação da Organização” (DE LUCA, 2002, p. 150). Antes, porém, a autora faz o seguinte comentário sobre o tratamento dispensado ao capitão Dalmo: “na época não sabíamos nada sobre a Síndrome de Estocolmo⁷²” (DE LUCA, 2002, p. 150). Embora não aprofunde, Derlei pontua nestes fragmentos uma importante questão que confere especificidade à experiência da tortura: a relação constituída entre vítima e algoz.

De acordo com Lira e Weinstein (1990), na relação torturador-torturado se verifica um grau máximo de degradação e desumanização que pode ocorrer entre duas pessoas, onde o torturador detém todo o poder arbitrário enquanto o torturado se encontra completamente indefeso. Como destacam as autoras, “*el carácter sádico de esta relación y su intensa cualidad emocional determinan diversas modalidades de adaptación y respuesta a este vínculo por parte del torturado*” (LIRA; WEINSTEIN, 1990, p. 367). Uma delas, como observam Lira e Weinstein (1990), é o desenvolvimento de uma relação de dependência com o torturador, estabelecida, entre outras, pela técnica do torturador “bom” que se diferencia dos demais sendo amável, paternal, comunicando-se com uma linguagem amigável e mostrando-se preocupado com estado de saúde da vítima. No caso de Derlei é bem visível essa divisão entre

⁷² A Síndrome de Estocolmo pode ser brevemente definida como o sentimento de afeição que algumas vítimas de sequestro desenvolvem pelos seus algozes após algum tempo de confinamento. Para aprofundar o conceito, ver: SCHMITT, Lara Stresser. *Sequestro de meninas e Síndrome de Estocolmo: cativo, trauma e tradução*. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Estadual de Maringá, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Maringá, 2013.

os torturadores, inclusive para a própria autora, como é possível verificar na seguinte passagem:

Nesta semana, já tarde da noite, Capitão Dalmo me busca para interrogatório. Entre nós não existe clima de terror, nunca me torturara. Nem se envolvera muito no meu caso. **A sanha comigo era reservada a Homero e Albernaz.** Fui me condicionando. Alimentava nele esta confiança. No fundo do coração esperava não ser nunca torturada por ele, apesar de ele não crer numa palavra do meu depoimento (DE LUCA, 2002, p. 103, grifos meus).

Embora Derlei mostre a sua relação com Dalmo de forma simplificada, é possível que ela tenha estabelecido com o torturador uma relação de dependência, uma vez que ele dava sinais de oferecer proteção a ela. Como a autora destaca, “duas pessoas leram este relato e disseram que trato Dalmo com condescendência. Mas apenas conto como foi e o que sentia na época. Sei que ele era um torturador. Mas a mim pessoalmente não torturou” (DE LUCA, 2002, p. 114). O que parece escapar à análise de Derlei é o fato de que essa relação de dependência é induzida por uma metodologia de tortura que visa “quebrar” o torturado. De acordo com Lira e Weinstein (1990, p. 367-368), trata-se de uma *“forma de manipulación de refinada crueldad para provocar el quebrantamiento, ya que se empuja a la persona sumida en esta situación de tan profunda soledad y desvalimiento a caer en la tentación de creer y confiar en alguno de sus propios verdugos”*. Assim, parece-me insuficiente associar a relação Derlei-Adalmo, como fez a própria autora, com a Síndrome de Estocolmo, que pode ser definida, conforme explica Lara Stresser Schmitt (2013), como uma certa afeição que algumas vítimas sequestradas desenvolvem em relação aos seus algozes. A narrativa construída por Derlei permite que se aponte que entre ela e Dalmo havia uma relação aparentemente positiva, mas a síndrome, por si só, não dá conta da especificidade do aparato repressivo no qual a militante estava imersa.

Retornando para a narrativa de *No corpo e na alma*, Derlei relata uma das diversas “entrevistas” que deu após a sua saída da prisão. Na realidade eram reuniões em que a autora era questionada sobre o que havia sofrido na OBAN.

A direção me entrega um ponto com santo e senha. Encontrarei, portanto, pessoas desconhecidas. Quando um Volkswagen para no local e desce uma moça elegante da classe alta, com a revista pré-determinada na mão, estranho um pouco. Dou a senha. O carro percorre a cidade. [...] Presentes na sala dois estrangeiros. A moça serve de intérprete. [...] – Essa é a moça.

Um homem magro, bem-vestido, parece ser o mais importante. Outro mais descontraído parece conhecer o Brasil há mais tempo. Dizem que o homem viera do Rio para me ver.

– Na Europa há rumores do que acontece nas cadeias brasileiras, mas são necessárias provas.

No caso concreto sou uma prova. [...] Perguntam se fui violentada. Respondo que não.

– Pode dizer tudo, as fitas [com a gravação da entrevista] sairão em mala diplomática. Renovam a pergunta. Repito que não me violentaram.

– Vocês estão querendo saber mais do que aconteceu. Se tivessem me violentado, diria.

Não aguento mais. O choro é alto, convulsivo. Falei quase duas horas. Examinam as pernas onde as cicatrizes são bem visíveis. Perguntam se recebo tratamento psiquiátrico. Maria, esposa de Neco, responde por mim.

– Até agora não foi necessário (DE LUCA, 2002, p. 158-159).

Algumas considerações sobre o fragmento acima: a primeira delas refere-se ao fato de Derlei ter denunciado as torturas sofridas e os seus torturadores sempre que teve oportunidade. A autora falou bastante sobre sua experiência na OBAN e *No corpo e na alma* não foi a primeira vez que Derlei elaborou as suas memórias, mas provavelmente foi o momento em que conseguiu olhar o passado com maior capacidade analítica devido ao tempo transcorrido entre a experiência e a escrita. A segunda diz respeito à afirmação da autora de não ter sido violentada. A violência sexual, como aponta Contreiras (2018, p. 16), foi “uma das modalidades de violência e dominação produzida na lógica do terror estatal durante as ditaduras de SN utilizada, majoritariamente, contra as mulheres”. Como Derlei aborda de maneira muito superficial essa especificidade, retomarei este assunto na próxima seção.

A última consideração remete à saúde mental da autora. No fragmento, Maria se antecipa e responde que Derlei não precisava de tratamento psiquiátrico. Em algumas passagens, Derlei escreve que “ando nervosa, qualquer coisa me irrita” (DE LUCA, 2002, p. 150). “Acordo sobressaltada, sempre. Outras vezes acordo com medo de abrir os olhos e ver um torturador do lado” (DE LUCA, 2002, p. 151). Por fim, numa análise posterior ao período da ditadura, Derlei chega à conclusão de que naquela época “precisava de um psiquiatra, para curar as feridas da alma. Ninguém se dá conta, nem eu” (DE LUCA, 2002, p. 154). A autora narra, nestes pequenos trechos, as manifestações do seu sofrimento psíquico - nervosismo, irritação, medo - que podem ser considerados uma marca de gênero, de acordo com os estudos da psicóloga Valeska Zanello (2014; 2015) sobre saúde mental. A autora aponta que o gênero está presente no modo como os sintomas se manifestam: “os sintomas não são signos motivados e imediatos (como seriam os sintomas médicos), mas antes dependem de

uma semiótica própria, na qual as relações de gênero são fatores fundamentais, presentes em seu aspecto patoplástico” (ZANELLO, 2014, p. 108). Em outras palavras, Zanello (2014) explicita que homens e mulheres podem apresentar expressões sintomáticas diferentes para um mesmo transtorno mental, o que implica dizer que possivelmente os sintomas do sofrimento psíquico decorrente da tortura não seriam os mesmos, ou não apareceriam com a mesma intensidade, nos relatos de militantes homens e mulheres, mas isso é algo que ainda carece de pesquisa nesta área.

Retornando à escrita de Derlei, a autora passa a relatar o início do seu namoro com César e as novas atividades desenvolvidas por ela na AP, como visto no capítulo dois. Retomo a análise a partir da chegada do casal em Londrina. Segundo Derlei, apenas uma pessoa sabia onde eles iriam morar: “José Fidelis Augusto Sarno, conhecido como Márcio, engenheiro, baiano, dirigente regional da AP para a área do café” (DE LUCA, 2002, p. 218). Na nova residência, Derlei conta que recebeu a visita de dois militantes por alguns dias, Catarina Meloni e Herbert de Souza. “Catarina Meloni e Paulo, seu marido, sem chance de continuar no país, estão de saída. Vão para o Chile. Betinho fica mais alguns dias e depois também vai para o Chile” (DE LUCA, 2002, p. 218). Diante da inevitável partida dos companheiros, Derlei relata como se sente: “tenho a sensação de desagregação, de desalento, de derrota. **Há uma clara posição de bater em retirada, de recolher as forças que restam**” (DE LUCA, 2002, p. 218, grifos meus). Essa colocação de Derlei é importante porque contradiz o que foi questionado anteriormente por Mariluce: “Por que na nossa geração, a ação política se revestiu do caráter místico [...] que imprimia a fogo, na cabeça de cada militante, a ideia de que tentar se manter vivo, tentar salvar a própria pele era quase sempre deserção?” (MOURA, 1982, p. 37). Não é o caso de apontar qual autora estava certa e qual estava errada, embora a saída de militantes da AP do país seja um fato difícil de contestar. A própria Derlei foi para o exílio na mesma época do assassinato de Gildo, o que novamente contraria a interrogação de Mariluce: “Por que, se correndo um risco sabido de vida, era um sacrilégio o simples pensar em ir embora para território mais seguro?” (MOURA, 1982, p. 37). É interessante notar a divergência de entendimento entre militantes da mesma organização sobre um assunto tão importante. Talvez para Gildo a saída do país não se apresentasse como uma realidade viável, uma vez que o militante era um dos dirigentes nacionais da APML e possivelmente a sua saída implicaria numa desestruturação da organização. Nota-se que essa decisão poderia depender da trajetória de cada militante na AP e de suas expectativas para o futuro. Dessa forma, acredito

que o fato de ter passado pela experiência brutal da tortura contribuiu sobremaneira para a decisão de Derlei de deixar o país.

Dando continuidade ao seu relato, Derlei conta que em abril de 1972 dois militantes da AP “caem” em Porto Alegre. Um deles é José Fidelis Sarno, o Márcio. “Fábio, um militante gaúcho, está preso e entrega o que sabe. Márcio entrega os pontos de chegada em Curitiba, Maringá e Londrina. Começa o inferno” (DE LUCA, 2002, p. 219). É assim, segundo a autora, que César, seu marido, é preso em 18 de abril daquele ano e ela, por muito pouco, consegue escapar de mais uma prisão.

[...] saio com o bebê para ir ao açougue. Eram 9:30 horas da manhã. Quando estou voltando, um carro para ao meu lado e descem dois homens. Me seguram firme nos braços:

– Seu nome é Maria Luisa?

– Sim.

– Entre no carro.

Não dá para reagir nem pensar, eles me seguram. Aperto o menino nos braços. Como avisar César? Quem me entregou? O carro para em frente a nossa casa. [...] César está algemado num Volkswagen parado na rua. [...] Examinam meus documentos, examinam a certidão de casamento. [...] Um policial me vigia e fala:

– **A senhora sabe que seu marido é amante de uma comunista perigosa, procurada, chamada Derlei Catarina de Luca?** (DE LUCA, 2002, p. 220, grifos meus).

Além dos documentos falsos, nota-se, a partir da escrita de Derlei, um outro aspecto que não permitiu que a autora fosse detida: a visão que a repressão tinha das mulheres que atuavam nas organizações de esquerda. Afinal, uma mulher voltando do açougue com uma criança no colo não se parecia em nada com o imaginário construído pela ditadura do que seria uma “comunista perigosa”. Como explica Joffily (2010), no sistema de referências dos agentes repressivos, a militante “não está associada à figura mais próxima da mãe, esposa, filha ou irmã, ela ocupa um lugar que se encontra na margem oposta, o de puta, vaca, vadia” (JOFFILY, 2010, p. 230). Assim, Derlei consegue, por muito pouco, se desvencilhar dos policiais que levam o seu marido preso.

Contudo, a autora diz saber que a sua identidade não estava segura, pois bastava que César falasse que ela era a militante que os policiais procuravam. Dessa forma, Derlei conta que pegou umas fraldas e saiu de casa com o filho. “Caminhando, me acerco ao hospital onde o menino nasceu. O primeiro pensamento é procurar o pediatra e deixar o garoto com ele” (DE LUCA, 2002, p. 221). Entretanto, como a autora narra, o filho foi entregue à Joana D`Arc

Bizzoto Lopez, um rosto conhecido na cidade, mas uma pessoa que não fazia parte do círculo de relações de Derlei.

[...] digo que meu marido foi preso e vou colocando o menino nos braços dela.

– Que faço com o garoto?

– Mande para Santa Catarina. Minha madrinha mora lá.

[...]

Joana reage rápido, tira o casaco preto que veste, coloca dinheiro no bolso e me dá o casaco.

Vá para Cambé e procure o dono da Clínica Médica. Peça ajuda lá (DE LUCA, 2002, p. 221-222).

Foi assim que Derlei, conforme narra, entrou num esquema fechado do PCBR – Partido Comunista Brasileiro Revolucionário. “Eles tiveram todo o cuidado possível, ajudaram sem colocar em risco a segurança deles que era bem melhor que a nossa. O cuidado foi tanto que eu não sei quem participou” (DE LUCA, 2002, p. 231). Com a ajuda dos militantes daquele partido, Derlei relata que se deslocou para o Rio de Janeiro, local escolhido por medida de segurança: “Márcio, que está preso em Porto Alegre, jamais me imaginará no Rio. Sabe que lá não conheço ninguém. [...] A segurança da AP estava falhando e o instinto de sobrevivência fala muito mais alto nestas horas” (DE LUCA, 2002, p. 231). Antes de chegar no Rio, contudo, a autora narra o que sentiu ao abandonar o filho.

Não chorei. O coração estava paralisado. [...] Estremeço só de pensar no meu filho com três meses de idade, nas mãos de pessoas desconhecidas.

[...]

Argumentos racionais e lógicos importam muito pouco para uma mãe que teve de abandonar o próprio filho. Não consegui me perdoar nunca, mesmo os companheiros e o psiquiatra dizendo que foi a atitude mais razoável. Era o filho do meu coração, com apenas três meses e 9 dias de idade, frágil, magrinho, começando a tomar sopinha (DE LUCA, 2002, p. 223-224).

Derlei, numa tentativa de convencer a si mesma, ou se perdoar, escreve que fez o correto ao deixar o filho com pessoas desconhecidas: “comigo ele corria riscos, podia ser presa a qualquer hora e não suportaria vê-lo ameaçado” (DE LUCA, 2002, p. 223). Como coloca Maria Amélia Teles (2014), se uma militante fosse presa com o filho, o que poderia ter ocorrido com Derlei, o risco de a criança ser torturada ou sequestrada pelos agentes da repressão existia e vários casos, como o seu próprio e o da irmã, Criméia, atestam que a ditadura não poupou nem crianças nem mulheres grávidas. Fica evidente que Derlei optou pelo rompimento familiar com a clara intenção de proteger o filho, mas, apesar disso, a autora narra que passa

por um processo de desligamento da realidade após separar-se de José Paulo. “Só me lembro de achar estranho não sentir angústia. A dor era além do suportável, não conseguia senti-la” (DE LUCA, 2014, p. 224).

Esta dor causada pela separação do filho é um sentimento que Derlei diz ter acompanhado até o momento da escrita. “Cada vez que lembro do meu filho é como se uma gilete cortasse os músculos do meu coração. **Sensação que nunca mais me abandonou**” (DE LUCA, 2002, p. 223, grifos meus). Como observa Tega (2015), Derlei, em entrevista concedida em agosto de 2014, “esclarece que havia escrito o livro numa tentativa de explicar ao filho sua atitude” (TEGA, 2015, p. 139). Não é o que consta na introdução de *No corpo e na alma*, como visto no capítulo anterior, mas se essa foi também a intenção da autora ao escrever, pode-se dizer que foi bem sucedida. Em depoimento para o livro *Infância Roubada* (2014), José Paulo comenta sobre sua mãe: “eu tenho muito orgulho de ser filho da Derlei, ela é uma **verdadeira heroína** por tudo o que ela passou, por tudo o que ela viveu, de querer mudar o Brasil. Ela fez de uma forma, e eu procuro fazer, também, da minha maneira” (RAMOS, 2014, p. 230, grifos meus). A fala de José Paulo se mostra interessante, pois em nenhum momento Derlei se coloca, no livro, da forma que o filho a vê⁷³. Não há heroísmo em nenhuma parte sua narrativa.

Derlei fica alguns meses no Rio de Janeiro e depois desloca-se para Santa Catarina, onde encontra-se com César que estava trabalhando legalmente no Paraná. Conforme conta, para ela não havia possibilidade alguma de vida legal. “As perspectivas em comum são mínimas. Os parentes e advogados tinham feito o levantamento de minha situação legal. Eu havia sido condenada em dois processos e estava indiciada em outros” (DE LUCA, 2014, p. 252). César, por sua vez, comenta sobre a possibilidade de a autora apresentar-se voluntariamente na Auditoria Militar de Curitiba. “O desalento toma conta de mim. Casei e tive um filho com um homem que não me conhece” (DE LUCA, 2002, p. 252). Derlei, na sequência, explica porque entregar-se não era uma opção:

Não sinto vontade nenhuma de me entregar como César propõe. Amo os dois, filho e marido, mas o preço é alto demais para a felicidade. Tenho consciência de que vou perdê-los, mas não há possibilidade de retrocesso. Se eu fosse de ação de massas era mais fácil. Só saberia dados compartimentados, sem arriscar o resto da organização. O diabo era o tipo de tarefa que eu fazia. Conhecia todo mundo: quadros, dirigentes, militantes,

⁷³ A fala de José Paulo vai ao encontro de outros filhos de militantes que também vêm os pais como herói/heroína. Para aprofundar, ver: SÃO PAULO. Assembleia Legislativa. Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva”. *Infância Roubada, crianças atingidas pela Ditadura Militar no Brasil*. São Paulo: ALESP, 2014.

simpatizantes. Conhecia os códigos, senhas, áreas prioritárias, pontos de encontro, entre os companheiros no Brasil e pontos dos que chegavam do exterior. Mudar um ponto de encontro em uma cidade é fácil, mas mudar pontos e senhas do exterior, para Cuba, China, Colômbia era mais demorado. Acumulara uma quantidade de dados que não permitia retorno. Racionalmente é fácil tomar decisões. Interiorizá-las, vivenciá-las, fazê-las acontecer, mantê-las custa uma vida (DE LUCA, 2002, p. 255-256).

Indiretamente, no fragmento acima, Derlei assume a importância do trabalho que desenvolvia na organização. Contudo, é interessante notar que a autora só fala sobre isso como forma de justificar a sua decisão de não se apresentar em Curitiba. Além disso, Derlei continua com as suas tarefas na AP, que havia rachado no período em que a autora estava no Rio de Janeiro, passando a ser chamada de APML. Entregar-se, para ela, não parecia realmente ser uma opção e Derlei deixa isso bem claro em sua escrita.

De novembro de 1972 a março de 1973 – esse é o período que Derlei diz ter ficado em Santa Catarina, onde reencontrou o filho e teve contato com amigos e familiares. Em 30 de março de 1973, “contra a vontade, mas disciplinadamente” (DE LUCA, 2002, p. 267), Derlei vai a São Paulo encontrar-se com os dirigentes nacionais da AP⁷⁴. Conta que um dirigente a anima a ir para o Araguaia:

– Você não tem alternativa. Não pode renegar a sua militância, não tem mais futuro legalmente. Não pode ser presa agora. Mas pode morrer heroicamente no Araguaia.

Mas eu não quero morrer no Araguaia. Quero criar o meu filho e vou lutar por isso. Também não podia me arriscar a ser presa. A repressão sabe que eu sou militante, sabe da minha tarefa, sabe que sei os códigos. Algumas pessoas nos traíram, falaram tudo o que sabia e mais um pouco. A repressão só soube de mim porque dois dirigentes falaram antes mesmo de serem torturados (DE LUCA, 2002, p. 267-268).

Derlei, conforme relata, tem consciência de que só conseguiu sair da OBAN e do DOPS porque naquela época o alvo eram os militantes da ALN. Muito diferente seria uma prisão com a repressão sabendo das suas atividades. A autora, que diz se recusar a aceitar a fragmentação da AP, segue a sua narrativa:

– Deixei profissão, faculdade, vida legal, futuro, sonhos, energia, entreguei meu entusiasmo, minha juventude. Perdi o marido abandonei meu filho, perdi tudo para ver a AP desintegrar-se dessa maneira? Pra quê? Pra ver os companheiros tratando-se como inimigos? Para ver a direção destruir o que

⁷⁴ Neste período, como visto, a AP já tinha se tornado APML. Derlei, contudo, segue referindo-se à organização apenas como AP.

nem a direção conseguiu? Dei tudo o que podia dar, fiz tudo o que podia fazer. Agora quero criar o meu filho. Não quero morrer heroicamente no Araguaia (DE LUCA, 2002, p. 268).

O racha da AP, como Derlei coloca, foi a “última gota d’água” e, assertivamente, a autora declara: “Não aceito mais decisão de ninguém na minha vida” (DE LUCA, 2002, p. 268). Entretanto, parece-me que é a maternidade, mais do que a divisão da organização, que surge como um elemento importante para explicar os caminhos seguidos pela autora.

Derlei, a partir desses acontecimentos, narra que decide, então, ir embora do país. Paulo Stuart Wright, que estava tentando reorganizar a AP, não concorda com a sua decisão:

- Você ainda pode contribuir muito para a APML.
Ainda mantenho vestígios de lucidez.
- Quero sair. Quero juntar os pedaços da minha vida, antes que enlouqueça de vez (DE LUCA, 2002, p. 268).

A autora conta que permaneceu em São Paulo até conseguir dinheiro para sair do país – estava aguardando ajuda de sua mãe que, para isso, estava vendendo um terreno. Mais uma vez, percebe-se o contraste entre as palavras de Derlei e Mariluce sobre renunciar à militância para resguardar a vida. A espera por condições de ir embora, por sua vez, conforme a narrativa de Derlei, aumentou ainda mais seu sofrimento psíquico: “o medo acumulado explode. Estar em São Paulo me deixa em pânico. Vejo perigo em cada esquina, acho cada telefonema esquisito” (DE LUCA, 2002, p. 269). Numa passagem, a autora relembra que Paulo Stuart a encontrou descontrolada:

- Quero sair deste país. Quero ir embora.
Paulo custa a me acalmar, sugere uma identidade nova pra eu poder sair de casa, mas não quero. [...] Quero ir embora. Os companheiros são amigos e cruéis ao mesmo tempo.
- Tá assim por causa do marido. Saiba que ele não apenas falou como foi com a repressão em todas as casas onde você poderia aparecer com a criança. Levou a repressão em Florianópolis, na casa de sua tia, de sua irmã, na casa de um casal da ABC. Em todos os lugares conhecidos, nos seus amigos pessoais. Entregou até um médico em Feira de Santana. Você só se salvou porque ficou perdida no Rio (DE LUCA, 2002, p. 269-270).

Se a intenção de Paulo era acalmá-la, a autora narra que ocorreu justamente ao contrário. “Grito que quero ir embora, não fico mais neste país um dia sequer. Se ficar faço uma bobagem. [...] Eu não falo, grito. Lico e Elzira me colocam na cama, me agasalham. Lico acaricia meus cabelos e chora comigo” (DE LUCA, 2002, p. 270-271). Na sequência, Derlei transcreve uma parte de um relatório que consta no inquérito de César, documento por ela

encontrado no Arquivo do DOPS do Paraná, que confirma a fala de Paulo. Contudo, a autora explica que na época em que ocorreu o diálogo ela não queria acreditar no que havia sido dito.

A conversa com Paulo Stuart também parece ter desencadeado em Derlei mais um episódio de dissociação: “É como se tudo estivesse acontecendo fora da minha pele. Não sou eu. Não é comigo. É outra pessoa” (DE LUCA, 2002, p. 270). A dissociação, como visto, é um dispositivo que permite à mente lidar com momentos muito estressantes e a autora já havia narrado essa sensação quando abordou a sua experiência na tortura, momento no qual foi submetida a um estresse agudo. Infere-se, dessa forma, que Derlei foi possivelmente submetida, nos últimos dias no país, a um estresse tão intenso quanto o que suportou durante a tortura – apesar de a autora não realizar essa aproximação em sua narrativa.

Após esse episódio, Derlei relata que conseguiu sair do Brasil em direção à Santiago do Chile utilizando os documentos da irmã, Darci Terezinha, enquanto o filho ficava sob os cuidados de sua mãe: “Devia ser véspera de São João. Na viagem, de mais de 12 horas, dava pra ver fogueiras de festa junina. São as últimas imagens do Brasil: fogueiras de São João” (DE LUCA, 2012, p. 271). Em Santiago teve a oportunidade de encontrar outros companheiros e dirigentes da AP, como Betinho e Catarina Meloni. “Parece todo mundo feliz, menos eu, que não acredito no processo chileno” (DE LUCA, 2012, p. 279). Derlei permanece pouco tempo no Chile, pois em 11 de setembro de 1973 ocorre o golpe de Estado. Com isso, a autora conta que consegue asilo provisório no Panamá. Os companheiros da AP, de acordo com sua narrativa, estão cada um por conta própria. “A AP é uma fumaça que se desfaz ao vento e a vitória da revolução socialista brasileira uma quimera, cada vez mais distante” (DE LUCA, 2002, p. 292). Já nas últimas páginas do livro, há a seguinte passagem escrita pela autora, datada de 02 de novembro de 1973:

Mataram Gildo Lacerda, Paulo Stuart Wright, José Carlos da Mata Machado, no Brasil. Esqueceram uma revista Veja no restaurante. Não tiveram o companheirismo de avisar-me. Não aguento mais. Não existe consolo possível. Eles estão mortos. Saí a caminhar pela rua ao léu. A repressão continua matando. Prenderam todos os meus amigos de Ação Popular: Lico, Elzira, Wilson, Osvaldinho, Otto, Diva, Beatriz, Valdemir, Liuco, Marta, Deise (DE LUCA, 2002, p. 292).

Neste ponto evidencia-se o total desamparo da autora: a organização não existe mais, a possibilidade de revolução não existe mais. Os seus amigos estão mortos, ou presos, ou

tentando sobreviver no exílio. A narrativa da autora termina basicamente com a sua ida para Cuba, onde reencontra o filho e fica até a anistia, num tom bastante melancólico.

3.1.3 A descida aos infernos de Tatiana: tortura e insanidade mental

Neste tópico, retomo a análise de *Réquiem por Tatiana* no momento em que Sylvia é presa na casa de D. Sofia. Como visto no capítulo anterior, a autora denominou a trajetória de torturas a qual foi submetida, ocasionada pela sua segunda prisão, como a sua *descida aos infernos*. De acordo com Teles (2011, p. 161), “diversos testemunhos e textos associam o ato de ser torturado com a imagem da ‘descida ao inferno’, o que significa sentir a mais terrível solidão e impotência”. A narrativa de Sylvia, a partir da sua segunda chegada na Secretaria de Segurança Pública, procura dar conta desta *descida*, centrando-se na violência sofrida enquanto estava sob a tutela do Estado. O primeiro relato que faz sobre a tortura, como é possível verificar no fragmento abaixo, é bastante alegórico:

As águas se fecharam em torno de mim e monstros marinhos assomaram à superfície, formando um cerco ao meu redor. E me olhavam com ódio e com cobiça, disputando entre si o prazer de me atacar primeiro, como vampiros que anteveem num ser mortal o seu repasto de sangue, cada um reservando para sua vez a arma mortífera para cravar no meu flanco, e ser o primeiro a me dobrar e vencer. Um polvo de mil tentáculos me imobilizou, apertando os meus membros e quase quebrando os meus ossos. Enguias elétricas começaram a se encostar e roçar por todo por todo o meu corpo e as águas tornavam os seus movimentos e toques uma corrente e uma torrente de choques violentos. [...] Não havia um só milímetro do meu corpo que não doesse, e o meu nome era só um pequeno e triste monossílabo: Dor (MONTARROYOS, 2013, p. 268-269).

Essa foi a recepção de Sylvia no local em que havia fugido dias atrás e, segundo conta, em pouco tempo foi transferida para a área do Exército. A escrita da autora não é linear, os acontecimentos não estão dispostos em ordem cronológica, não sendo possível, desta forma, precisar se foi ou não na mesma noite da prisão que ocorreu a sua transferência. Infere-se que sim, pois o relato também é, tal qual os das primeiras torturas, feito de forma fantasiosa, um recurso empregado pela autora para acessar o que parece ter ocorrido fora da realidade:

- Eu vim buscar Tatiana – disse-lhe o anjo dos infernos.
- Não a pode levar – disse o deus dos mares –. Ela pertence a mim e aos meus domínios.
- Ao Hades – respondeu o terrífico anjo –, por ordem de superiores.

E exibiu à Polícia uma carta selada com o selo branco oficial, e onde se ordenava a minha transferência imediata para a área do Exército. O vento rodopiou sobre mim e se fez tufão. Silenciosos, os monstros marinhos voltaram às profundezas do reino de Netuno, e, com suas garras de grifo, o mensageiro dos infernos me tomou em seus braços peludos como os dos gorilas, e me levou para os abismos infernais, para o reino soturno de Plutão (MONTARROYOS, 2013, p. 270).

Seguindo com o seu relato impreciso, Sylvia conta que foi presa num banheiro muito pequeno em um quartel que ela não sabe dizer qual era. É uma lembrança que atravessa a sua narrativa inicial sobre a tortura, não sendo possível identificar o momento em que ocorreu. A autora conta que, naquele lugar, tentou o suicídio: “A vida já não me interessava, deixara de ser uma dádiva, uma bênção dos céus, para se tornar um fardo insustentável, um castigo dos infernos” (MONTARROYOS, 2013, p. 276). Nas palavras de Sylvia, a morte não significaria uma derrota: “seria uma vitória minha sobre o inimigo, a minha fuga à sua crueldade, a minha recusa de ser sua prisioneira, em suma – a minha vitória, porque a minha libertação” (MONTARROYOS, 2013, p. 276). A experiência de Sylvia aproxima-se a de Derlei quando esta se preparou para a morte numa das sessões de tortura. São duas situações nas quais é possível perceber que ambas chegaram no limite da resistência. Como escreve Sylvia (2013, p. 277), “eu não aguentava mais, só queria sair daquele tormento”. Essa disponibilidade para a morte, como já exposto por Derlei, “é uma decisão que só os torturados podem entender” (DE LUCA, 2002, p. 84). Para Sylvia, também é algo que cabe ao entendimento de poucos: “Fraqueza ou coragem? Quem já passou pelo mesmo, quem viveu um pesadelo igual, que me julgue. Ninguém mais tem esse direito” (MONTARROYOS, 2013, p. 277). É interessante notar essa demarcação que as autoras fazem, atribuindo a compreensão da tortura, ou parte dela, apenas àqueles que passaram pela mesma experiência. Entretanto, parece-me que tanto Sylvia quanto Derlei, neste ponto, apresentam dificuldade em representar as percepções e os sentimentos desencadeados pela extrema violência que sofreram.

Lira e Weinstein (1990) destacam que as circunstâncias em que um sujeito é torturado, bem como a utilização de uma violência extremada, podem desencadear, num indivíduo que já se encontra solitário e indefeso, um sentimento de desproteção tão grande que pode transformar-se em terror, constituindo uma experiência ou evento limite. O conceito de evento limite, por sua vez, pode ser definido, de acordo com Saul Friedlander (2007, p. 23), como um acontecimento que “*pone a prueba nuestras tradicionales categorías de conceptualización y representación*”. Nesse sentido, Pedro Spinola Pereira Caldas (2019)

sugere que a angústia pode ser uma dessas categorias. Pode-se pensar, então, que Derlei e Sylvia apresentam dificuldade em representar a angústia que sentiram na/decorrente da tortura, pois, conforme destaca Caldas (2019), há uma questão importante quando se aborda a representação do trauma: “a dissociação entre *afeto* e *cognição*” (CALDAS, 2019, p. 738), que parece estar presente na escrita das autoras.

Após a tentativa de suicídio, Sylvia conta que foi transferida para outro quartel onde recomeçaram os interrogatórios. Neste ponto da narrativa, a autora faz um relato detalhado e mais objetivo sobre a violência que sofreu.

[...] pancadaria por todo o corpo, palavrões, jatos de luz muito forte nos olhos, como holofotes potentes que me impediam de dormir, queimaduras de cigarros e de charuto nas pernas e nos braços com a brasa incandescente das pontas acesas, e choques elétricos por todo o corpo, sobretudo na cabeça e nos órgãos genitais – são o que há de mais sensível em nosso corpo e eles sabiam –, ameaças de me desfigurarem com cal viva, ácido muriático e soda cáustica, e de me enterrarem viva (MONTARROYOS, 2013, p. 279).

A tortura, como já visto neste capítulo, é uma metodologia que tem como finalidade a destruição do indivíduo. Como coloca Marcelo Viñar (1993), as agressões físicas e psíquicas são apenas os meios de um plano estruturado que objetiva a demolição da vítima. No caso de Sylvia, a sua narrativa denuncia o caráter brutal das torturas sofridas, como é possível observar na passagem abaixo.

Lembro também de outra vez em que muitos deles – penso que eram seis ou sete – me bateram tanto que me fizeram recuar até a parede, e me encurralaram, sempre me batendo, e batendo também a minha cabeça contra a parede – eles sempre se compraziam em me atingir na cabeça –, até eu não me aguentar de pé e cair, e mesmo assim continuaram me batendo, com violentos pontapés das suas botas de couro por todo o meu corpo, e mais ainda na minha cabeça, no meu estômago, nos meus rins, nos meus órgãos genitais e nos meus pulmões. [...] Bateram-me até eu desmaiar de tanta dor, mas antes ainda senti que me seguravam com força [...] e então, rindo, prenderam uma coleira de cachorro no meu pescoço – e tão apertada que achei que fosse me estrangular –, e depois uma pesada corrente na coleira, e me algemaram as mãos juntas atrás das minhas costas e me amarraram os tornozelos bem juntos com correntes, e amarraram a corrente que estava presa àquela coleira que me apertava o pescoço, à perna de uma mesa muito comprida e muito sólida, grande e pesada, que devia ser de madeira maciça. [...] E eles começaram a rir, e me chamaram cadela e assobiavam fazendo estalidos com os polegares e os médios, naquele sinal de se chamar os cães, e um deles perguntou, entre risadas, quando é que eu ia entrar no cio, porque eles iam providenciar para que eu “cruzasse” com um cachorro grande, de raça. E davam muitas e sonoras gargalhadas. [...]

Fiquei ali no chão, cheia de sangue, machucada, encharcada, acorrentada, amarrada e presa numa coleira como um animal feroz, durante o decorrer de dois dias, que sei que assim foram porque, por duas vezes, vi a claridade do sol se filtrar pelas frestas da janela, sempre fechada, e penetrar na sala, e, depois de cada vez, a sala ser de novo envolvida pela escuridão da noite (MONTARROYOS, 2013, p. 280-282).

Como observa Olivia Joffily (2010, p. 230), “no confronto entre torturadores e militantes mulheres, à oposição de ideias políticas e visão do mundo somavam-se as desigualdades de gênero”. A condição feminina, para a autora, é utilizada como instrumento de humilhação e eliminação da autoestima – e Sylvia narra isso no excerto. Além disso, nota-se, pela escrita da autora, que os torturadores sentiam uma especial satisfação em lhe causar sofrimento. A sua fuga da Secretaria de Segurança Pública provocou a ira dos seus algozes que, com sua prisão, passaram a descontar nela toda a raiva por terem sido enganados por uma mulher. Nas palavras de Sylvia, “eles me tinham um ódio de morte. Não queriam a minha caveira – o que seria pouco para a sua sede de vingança –, o que pretendiam era me ver de joelhos” (MONTARROYOS, 2014, p. 295).

Muitas das torturas sofridas por Sylvia e Derlei – que são as autoras que se dispuseram a escrever sobre as torturas físicas às quais foram submetidas – podem ser enquadradas na categoria violência sexual. Como reforça Elizabeth Jelin (2012), observa-se em todos os informes existentes sobre a tortura que o corpo feminino costumava despertar um especial interesse nos torturadores. “*Los cuerpos de las mujeres — sus vaginas, sus úteros, sus senos —, ligados a la identidad femenina como objeto sexual, como esposas y como madres, eran claros objetos de tortura sexual*” (JELIN, 2012, p. 130). Com isso não se quer dizer que os homens não tenham sofrido violências sexuais, sobretudo, como explica Cláudia Paiva Carvalho (2016), aqueles que não performavam masculinidade. Para a autora, significa dizer que os crimes sexuais são uma modalidade de violência que, na hierarquização de gênero, atinge constantemente as mulheres, ou seja, “que as mulheres são vítimas preferenciais e sofrem violações específicas” (CARVALHO, 2016, p. 28).

De acordo com Contreiras (2018), o conceito de violência sexual é amplo e condensa diversas modalidades de agressão, como “as ameaças verbais de estupro, aborto ou de torturar os filhos, junto com xingamentos, humilhações, nudez forçada, assédio, choque elétrico na vagina, no ânus e nos seios, as diversas formas de bolinar, estupro e escravidão sexual” (CONTREIRAS, 2018, p. 20), entre outras. Em relação às especificidades das torturas,

a historiadora Mariana Joffily (2010) faz uma importante diferenciação entre violência sexual e abuso sexual. A autora utiliza a expressão “abuso” “para nomear uma prática que, para além da violência sexual, tem uma conotação de prazer do agente repressivo no contato com a vítima” (JOFFILY, 2010, p. 124). A partir de sua análise dos informes *Nunca más*, a pesquisadora constata que, se a violência sexual era aplicada em ambos os sexos, o abuso sexual foi aplicado com muito mais frequência nas mulheres. Nas palavras de Joffily (2010, p. 124), “o abuso adquire uma conotação mais específica quando relacionado ao contexto cultural das representações de como podem ou devem ser as relações entre homens e mulheres, dentre as quais não se exclui o prazer masculino numa relação sexual imposta à mulher”.

Esta distinção entre violência e abuso sexual se faz importante nesta pesquisa para estabelecer uma diferença significativa entre as torturas narradas por Derlei e Sylvia. Enquanto Derlei afirma não ter sido violentada nas dependências da OBAN, Sylvia narra o abuso sexual sofrido nos quartéis de Pernambuco, local em que foi estuprada pelos agentes repressivos na frente do seu noivo. A autora, que coloca o fato como o pior momento de sua prisão, utiliza uma linguagem objetiva e ao mesmo tempo metafórica para dar conta do que lhe aconteceu:

[...] fui conduzida à sala de interrogatório, mas dessa vez nada me perguntaram. Por terem já desistido de me interrogar?... Não! Apenas porque já não era eu o alvo visado, eu só estava ali como isca para um peixe maior. [...] Ele não estava na sala quando cheguei. Eu o teria visto, e jamais esquecido. Foi trazido depois, quando, e já não lembro como, eu tinha sido lançada ao poço dos crocodilos, como os cristãos às feras na arena de Roma, enquanto eles, os abutres, esfomeados, vorazes, cruéis, me imobilizavam, prendendo os meus movimentos com as suas garras em torno dos meus pulsos, dos meus braços, da minha boca, das minhas pernas e dos meus tornozelos. E, tal como as feras eram atiradas sobre os mártires cristãos e os devoravam vivos, para deleite do imperador e da multidão no Coliseu romano, aquelas bestas feras que a ditadura produziu se precipitaram com ódio e fúria sobre mim, devorando com raiva, gula, crueldade e cobiça, o meu pobre corpo massacrado, para deleite dos seus instintos assassinos, rasgando a um só tempo a minha roupa e as minhas entranhas, como se rasga de vez, sem dó nem piedade, um papel de seda, ou uma seda delicada (MONTARROYOS, 2013, p. 286).

Neste primeiro excerto, Sylvia localiza o leitor que a sua tortura tinha como finalidade atingir Gustavo e fazê-lo falar. Até então, a autora conta que nem ele nem ela haviam passado informações para a ditadura. O relato segue:

Eram três. Eu já não os reconheceria se os visse, lembro apenas que um deles era baixo, gordo e calvo, e que tinha bigode. Uma mão, que devia pesar toneladas, me tapava a boca, apertando a minha cabeça com força contra o chão, e quase que a esmagando. Tapava-me a boca com tanta força, com os dedos pressionando e machucando todo o meu rosto, que me magoava os lábios, as gengivas e o nariz e quase me sufocava, e eu não o conseguia morder porque me era quase impossível respirar. A cabeça toda me doía, os maxilares me doíam, o corpo todo me doía. Outras tenazes se apossaram dos meus membros e os paralisaram, esmagando-os até eu sentir escorrer a medula dos ossos, e um gelo de morte percorrer todo o seu líquido. Havia um joelho ou cotovelo enterrado fundo e pesadamente sobre o meu estômago, como um prego me pregando ali no chão, dedos de ferro seguravam e puxavam os meus cabelos com força, arrancando-os aos bocados, e, como num filme macabro e de terror, ferramentas brutais me abriam ao meio de baixo para cima, me rasgando toda a carne e me dilacerando, me retalhando até às profundezas das minhas entranhas profundas, e as transformando, todas, em sangue vivo e jorros e poças de sangue, e em ferida funda, sangrenta e aberta, em carne viva estraçalhada. [...] A dor era insuportável e sempre igual, mas a cara de ódio que se debruçava sobre mim e que eu via com horror, era uma, e depois outra, e ainda mais outra... (MONTARROYOS, 2013, p. 268-287).

O abuso que Sylvia estava sofrendo só teve fim, de acordo com a sua narrativa, quando Gustavo pede para os torturadores interromperem o suplício da militante: “PAREM! Mas estão loucos?... Vocês estão a matá-la!!! (MONTARROYOS, 2013, p. 287). Eles só pararam, conforme a autora escreve, quando Gustavo se compromete a falar. Em troca, a repressão deveria deixá-la em paz, liberando-a para seguir sob os cuidados de sua família. Fica evidente, a partir da escrita de Sylvia, que os agentes repressivos utilizaram o seu corpo como arma de guerra. No marco das ditaduras do Cone Sul, como explica Contreiras (2018), a violência sexual, sobretudo o estupro, era utilizada contra as mulheres também como uma forma de atacar a honra dos homens a elas vinculados – exatamente como ocorreu com Sylvia. A prática do estupro como arma de guerra, como observa a autora, deve ser entendida como uma metodologia empregada de forma racional e estruturada contra as mulheres, e não como um excesso cometido por alguns homens. Neste ponto, a narrativa de Sylvia corrobora com a colocação de Contreiras (2018) ao evidenciar o estupro de Tatiana como parte de um processo que objetivava extrair informações do seu noivo.

Retomando o relato de *Réquiem por Tatiana*, Sylvia conta que, ao contrário do que os torturadores combinaram com Gustavo em troca do seu depoimento, ela não foi liberada. Novamente a autora demarca a voracidade dos oficiais em torturem-na. “[...] me atacaram ainda com mais raiva, com uma fúria muito maior, devastadora. Eles não me queriam largar,

era questão de ‘honra’ para os seus brios ofendidos. [...] Eles me tinham um ódio de morte” (MONTARROYOS, 2013, p. 295). A percepção da autora fica evidente na descrição da próxima etapa de torturas a qual foi submetida. Segundo Sylvia, trata-se da sua “descida aos infernos”.

[...] fui encarcerada nua numa jaula de ferro de menos de um metro quadrado, no fundo de um subterrâneo escuro. Ali não havia vida, nem sequer vermes. Só trevas, frio e mofo. A essa jaula chamavam Fernandinho, talvez porque dali ninguém pudesse escapar, como o presídio da ilha Fernando de Noronha. Tal como as jaulas de um jardim zoológico, ela era toda feita de barras de ferro separadas por um espaço de uns seis centímetros em todos os seus seis lados, pois não havia ali qualquer outra parede, ou outro teto e outro chão além dos daquelas grades. Impossível ali deitar, tão exíguo era o espaço lá dentro [...] Lembro que eu perdia ali muito sangue, não sei se pelo que me tinham feito ou se por estar no meu período menstrual. E eles riam de mim, chamavam-me “filha da p...” e diziam obscenidades.

[...]

Sempre que os oficiais iam me interrogar – e o faziam, entre risadas e chacotas, várias vezes por dia –, amarravam meus tornozelos na parte traseira e inferior das grades, e meus pulsos na parte da frente e à altura dos meus ombros, e depois me deixavam assim durante muito tempo depois de o interrogatório ter terminado e eles terem ido embora, e eu ficava longas horas naquela posição oblíqua, amarrada às grades pelos pulsos e os tornozelos, de pé e com as pernas para trás e os braços para frente. E me batiam muito, até eu desfalecer (MONTARROYOS, 2013, p. 298).

A crueldade à que Sylvia estava exposta atingia todos os níveis possíveis – a autora escreve que, além de tudo, a repressão queria acabar com a sua dignidade, impedindo-a de ter acesso até mesmo à higiene mais básica: “Não me deixavam tomar banho, lavar o rosto e as mãos, escovar os dentes ou qualquer medida de higiene, e as minhas necessidades eram feitas ali [na jaula], e ali ficavam” (MONTARROYOS, 2013, p. 299). Conforme Sylvia coloca, passou aproximadamente quinze dias enjaulada no subterrâneo do quartel. Após esse período,

Fui levada, ainda nua e dentro do “Fernandinho”, como uma fera transportada na jaula para o jardim zoológico, ao quartel de Tejipió, onde fui deixada, trancada dentro da jaula, na mata que havia nos fundos do quartel – ou outra mata, pertencente àquela área militar – e ali fiquei largada, sozinha, esquecida e abandonada, naquela gaiola de ferro, ao relento e exposta ao sol, à chuva, ao frio, ao vento, à lama e aos répteis, sapos ratos, ratazanas e todos os insetos. E mais dias se passaram, toda uma outra eternidade e outra infinidade de dias passados ali no inferno, dias tristes, vazios e sem sentido (MONTARROYOS, 2013, p. 301).

Sylvia fica enjaulada ao relento, conforme escreve, por mais quinze dias, saindo de lá para dar entrada no Hospital Psiquiátrico da Tamarineira. Entretanto, a autora conta que desde o episódio do estupro, entrou “numa vertiginosa sucessão de delírios, todos muito dolorosos e todos muito intensamente vividos e muito intensamente sofridos” (MONTARROYOS, 2013, p. 300). A sua saúde mental, já abalada desde a primeira vez em que foi presa, entrou em franco declínio após a ida para o quartel de Tejipió – a partir deste momento, Sylvia passa a narrar algumas ocorrências que foram por ela denominadas de delírios e de perda de identidade. “Eu não ligava coisa com coisa. Já não sabia quem era, nem o que fazia ali, nem quem eram aqueles seres maus que vinham sempre me atormentar, e que por vezes pareciam gente, e por vezes tinham a forma de feras” (MONTARROYOS, 2013, p. 321).

Sylvia evidencia o seu estado de confusão mental ao narrar o episódio que culminou com a sua internação e teve início quando um oficial lhe perguntou: “– Sabe quem foi que a gente prendeu?... E que vamos fuzilar agora?... O seu irmão!” (MONTARROYOS, 2013, p. 329). Nesta ocasião, a autora conta que já tinha perdido a noção do seu ego e pensava ser a sua mãe. A frase não fez o menor sentido para ela, uma vez que sua mãe era filha única. “– Eu não tenho irmão – declarei convicta” (MONTARROYOS, 2013, p. 329). O oficial, conforme relata, reiterou que haviam prendido e iam fuzilar o “bandido” Carlos Alberto Parente Viana de Montarroyos. Segue, abaixo, o fragmento no qual Sylvia descreve como essa informação repercutiu nela:

Aquele nome calou fundo dentro de mim. O amor de mãe!... Haverá algo mais forte, mais grandioso, mais sublime e mais poderoso do que o amor de mãe? [...]

– Meu filho! – gritei então, com a dor verdadeira de uma mãe em situação idêntica. [...] Comecei então a chorar aos gritos, num ataque de desespero, pânico e dor. Iam fuzilar o meu filho, como tinham já assassinado a minha filha!...

– Assassinos! – eu gritava com todas as forças que tinha: – Vocês mataram a minha filha! Mas não vão destruir meu filho! Mesmo que matem! Ele é um herói, um herói do Brasil! (MONTARROYOS, 2013, p. 329).

Observa-se, a partir do exposto, que as memórias de Sylvia remetem a um estado de deterioração de sua saúde mental que a faz pensar ser sua mãe. De acordo com a autora, a possibilidade de perder o filho que achava que tinha foi o suficiente para acabar de vez com a sua lucidez, já bastante afetada por causa das torturas absurdas a que foi submetida e que a fizeram, inclusive, imaginar-se morta. Ao deslocar-se do seu papel de irmã para o de mãe,

Sylvia coloca-se exatamente no papel que a sociedade reservou para as mulheres, sendo aquela que toma conta da família, que protege e cuida dos mais jovens, dos homens que se envolvem com a política. A crueldade da tortura a fez assumir um lugar que poderia parecer mais seguro, mas que estava longe daquele por ela escolhido: para seguir na militância ao lado do noivo, Sylvia conscientemente subverteu as expectativas que a mesma sociedade tinha guardado para uma menina como ela.

Dando continuidade ao seu relato, Sylvia conta que, quando ouviu os disparos do fuzilamento simulado, – uma vez que narra que Metai não havia sido preso naquele momento – “[...] já não pude ver nem ouvir mais nada: a dor que apunhalou a minha alma, e me atravessou de lado a lado o coração, foi forte demais, foi cruel demais para mim, e, não a aguentando, eu desmaiei (MONTARROYOS, 2013, p. 330). Quando recobrou a consciência, Sylvia lembra que já estava na enfermaria da Segunda Companhia de Guarda. Poucos dias depois, de acordo com a sua narrativa, “dada como louca, catatônica, além de cega, com frieiras, autofagia, pneumonia dupla, anemia e queimaduras, chagas, pústulas e ferimentos infectados por todo o corpo” (MONTARROYOS, 2013, p. 341), deu entrada em coma na indigência do Hospital Psiquiátrico da Tamarineira.

Sylvia também recorda que não foi a única a dar entrada no Hospital da Tamarineira em decorrência das torturas sofridas. Na época em que esteve internada, outras pessoas estavam em situação semelhante, conforme depoimento da psiquiatra Rosita Teixeira de Mendonça para o livro de Márcio Moreira Alves, *Torturas e torturados* (1996)⁷⁵. Rosita relata que conseguiu conversar com os médicos que trabalhavam no hospital, tendo acesso aos prontuários dos pacientes, além da oportunidade de conversar com os próprios pacientes que apresentavam condições para isso. Da sua visita, teve origem o relatório no qual denunciou as precárias condições mentais que os presos políticos se encontravam. Para Sylvia, tratou-se de uma “denúncia corajosa” que acabou rendendo à médica “uma longa perseguição que se estendeu pelo exílio afora” (MONTARROYOS, 2013, p. 272).

Rosita de Mendonça analisou os casos dos pacientes do Hospital Psiquiátrico da Tamarineira que haviam sido internados por ordem do Coronel Ibiapina, sendo um deles o de

⁷⁵ Em 1965, a psiquiatra Rosita Teixeira de Mendonça chegou em Pernambuco com a finalidade de investigar as denúncias frequentes acerca de internações irregulares de presos políticos. O relatório, que se configurou numa denúncia pública, rendeu à autora imediata perseguição por parte da ditadura. O seu depoimento integra o livro de Márcio Moreira Alves, *Torturas e torturados*. Ver: ALVES, Márcio Moreira. *Torturas e torturados*. Rio de Janeiro: 1996, p. 86-102.

Sylvia⁷⁶. Sobre a militante, a médica relatou que “apresentava estado confusional agitado, acusando ter recebido uma injeção que a obrigara a falar. É portadora de uma esquizofrenia [...], sendo inimputável. Jamais recorrera a psiquiatras anteriormente” (MENDONÇA apud ALVES, 1996, p. 92). De acordo com Rosita, a doença de Tatiana havia eclodido em virtude das torturas às quais fora submetida. Sylvia, por sua vez, embora cite a psiquiatra e seu relatório em *Réquiem por Tatiana*, diz não se recordar da visita da médica, o que parece ser sintomático do seu deteriorado estado de saúde na época.

Em novembro de 1965, Márcio Moreira Alves teve a oportunidade de encontrar-se com Sylvia no Rio de Janeiro, período no qual a militante já estava na clandestinidade. O autor incluiu o seu relato em *Torturas e torturados* logo após o depoimento de Rosita de Mendonça, articulando as duas falas. Antes, porém, de inserir o depoimento de Sylvia, Márcio Moreira Alves menciona a surpresa que teve ao vê-la entrar em seu escritório:

Sylvia⁷⁷, a agitadora acusada de pôr em perigo as Forças Armadas e a segurança nacional era uma menininha feia, de pouco mais de metro e meio de altura, olhos alternadamente opacos e cintilantes escondidos atrás de lentes grossíssimas, voz miúda. Custei a crer que aquele toco de gente pudesse ter despertado o medo e o ódio dos militares que a prenderam a ponto de ser submetida a torturas de tal forma intensas que resultaram em seu internamento num hospício (ALVES, 1996, p. 102).

Neste excerto, o autor põe em xeque a imagem que a ditadura construiu sobre a militante como uma “furiosa trotskista”, “amante do chefe”, “perigosa terrorista”. Além disso, Alves (1996) também expõe a fragilidade física que Sylvia relata em diversas passagens da sua narrativa, evidenciando a brutalidade das torturas recebidas. Torturas essas, como já visto, aplicadas de forma deliberada e sistemática pelos representantes do Estado.

Retomando a narrativa de Sylvia, a autora conta que foi transferida da indigência do Hospital Psiquiátrico para a ala dos pacientes que podiam pagar pela internação, a “pensão”,

⁷⁶ Os demais presos eram: Edival Freitas, cujo diagnóstico era psicose maníaco-depressiva ou, como aparece no depoimento da psiquiatra Rosita Teixeira de Mendonça, psicose endotóxica, possivelmente causada por doses excessivas do “soro da verdade”, o pentotal, anestésico utilizado na tentativa de fazer com que os presos políticos falassem; Rivadavia Braz, considerado por Rosita aparentemente recuperado, sem informações sobre o seu diagnóstico; Antônio Albuquerque, lavrador acusado de participar de movimentos camponeses de oposição à ditadura. Também não foram encontradas informações sobre o seu diagnóstico. Os dados sobre os presos internados foram retirados tanto do depoimento da psiquiatra quanto da reportagem de Amanda Rossi para o portal *Uol Notícias*, que pode ser acessada em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2021/06/14/ditadura-militar-presos-politicos-internacao-manicomios.htm>.

⁷⁷ No livro, Márcio Moreira Alves nomeia a militante de Sônia Montarroyos, a “Tatiana” trotskista. Na citação, para um melhor entendimento, desconsidere o equívoco do autor e substituí Sônia por Sylvia, o nome correto.

graças à intervenção de Dom Helder Câmara, arcebispo de Olinda e Recife naquela época. O seu caso, bem como o caso dos outros presos políticos que estavam internados no mesmo período, eram de domínio público, segundo sua narrativa. Sylvia deixa evidente que tem consciência de que ser torturada até perder a sanidade não foi uma exclusividade sua. Indo ao encontro do seu relato, bem como do depoimento da psiquiatra Rosita, o portal *UOL Notícias*, em reportagem de 2021 assinada por Amanda Rossi, mapeou 24 casos de presos políticos internados pela ditadura civil-militar brasileira em instituições psiquiátricas entre os anos de 1964 e 1970. Do total de presos (21 homens e 03 mulheres), pelo menos 22 foram anteriormente torturados em prisões comuns. As internações, de acordo com a apuração, foram efetuadas em nove estados da federação, sendo a maioria, seis ao todo, no estado de Pernambuco⁷⁸. Segundo Amanda Rossi (2021), foram excluídos do levantamento os casos de internação psiquiátrica que ocorreram após o período de prisão e que não contaram com a participação do Estado.

Sobre o seu estado mental ao chegar no Hospital Psiquiátrico da Tamarineira, Sylvia relembra que estava “envolta num véu de distanciamento e alheamento” (MONTARROYOS, 2013, p. 348) e não guarda lembranças do período inicial de internação. Contudo, afirma: “sei o que se passou porque me foi contado” (MONTARROYOS, 2013, p. 349). A autora segue com uma narrativa detalhada sobre a rotina no hospital e rememora: “se a prisão nos quartéis representou para mim o Inferno, ali foi a minha passagem pelo Purgatório” (MONTARROYOS, 2013, p. 347). Embora não estivesse sob a constante violência da repressão, pela sua narrativa, entende-se que o período de internação também foi de sofrimento em virtude do tratamento psiquiátrico ao qual foi submetida, considerado um tipo de tortura pela militante. Sylvia declara que foi submetida à insulinoterapia, que consistia na administração de doses excessivas de insulina com a finalidade de provocar convulsões, e a eletroconvulsoterapia que, na percepção da autora, era “uma experiência dolorosa, humilhante, desconfortável e difícil de suportar” (MONTARROYOS, 2013, p. 378). De acordo com a reportagem de Amanda Rossi (2021), a insulinoterapia deixou de ser usada pela psiquiatria há décadas. Já o eletrochoque,

⁷⁸ A reportagem assinada por Amanda Rossi pode ser acessada em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2021/06/14/ditadura-militar-presos-politicos-internacao-manicomios.htm>. Último acesso em: 13 de outubro de 2022. O portal *UOL Notícias* explica que, para identificar os casos, foram analisados documentos produzidos pela ditadura, como os processos da Justiça Militar, bem como informações levantadas nas Comissões da Verdade (Estaduais e a Nacional). Presos políticos e seus familiares também foram ouvidos pela reportagem. Além disso, o portal indica que uma das principais fontes foi a biblioteca digital do projeto *Brasil Nunca Mais – BNM* que pode ser acessada em: <https://bnmdigital.mpf.mp.br/pt-br/>.

ou eletroconvulsoterapia, continua a ser utilizado, mas de forma muito mais limitada e controlada.

Sylvia termina *Réquiem por Tatiana* com a saída da militante do Hospital Psiquiátrico por um *habeas corpus*⁷⁹. Segundo narra, permaneceu poucos dias na casa dos pais, pois uma nova prisão preventiva havia sido decretada. Sabendo que não resistiria a outra prisão, a autora vê como única alternativa a sua entrada na clandestinidade e posterior saída do país. Conforme escreve, “eu era obrigada a fugir de novo, e dessa vez por quatorze anos” (MONTARROYOS, 2013, p. 448). Em 2013, em depoimento à Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Câmara, de Pernambuco, a autora relata que contou com a ajuda da Igreja Católica para sair do estado, tendo ficado escondida inicialmente no Convento dos Franciscanos, em Olinda. Questões como a clandestinidade e o exílio, contudo, não são abordadas por Sylvia em *Réquiem por Tatiana*, pois, como visto no primeiro capítulo desta tese, a autora pretende ainda contar esta parte de sua história em outros dois volumes. Assim, a escrita de Sylvia se conclui na sétima e última homilia, quando a autora coloca que “esta Missa de Réquiem não é a celebração das palavras de Jesus aos seus apóstolos, quando Ele instituiu, na última ceia, o sacramento da Eucaristia: ‘Fazei isso em memória de Mim’” (MONTARROYOS, 2013, p. 449). Sylvia continua viva e a sua missa de *Réquiem por Tatiana* tem o sentido, conforme narra, “precisamente o oposto: QUE ISSO NUNCA MAIS SE REPITA” (MONTARROYOS, 2013, p. 448). A escrita da autora constitui-se, assim, uma denúncia sobre a violência perpetrada pela ditadura e, apesar de não ter o poder de fazer com que essa ditadura/violência não se repita, tem o potencial de revelar a brutalidade da utilização da tortura como política de Estado em todos os seus aspectos.

3.2 Perspectivas de gênero nas três narrativas sobre tortura e violência

Neste capítulo, a análise de *A revolta das vísceras*, *No copo e na alma* e *Réquiem por Tatiana* centrou-se na escrita de Mariluce, Derlei e Sylvia sobre a violência que sofreram enquanto estiveram sob a tutela do Estado, bem como os desdobramentos da experiência da

⁷⁹ Sylvia ficou internada de dezembro de 1964 até agosto/setembro de 1965. A autora não é precisa em suas datas, relata em algumas passagens que ficou internada por 10 meses, o que faria a sua saída ser no mês de setembro. Contudo, nas últimas páginas do livro, escreve que saiu no início de agosto.

prisão e da tortura na vida de cada uma. Assim, nesta última seção, pretendo tecer alguns comentários sobre a representação dessa violência na narrativa das autoras.

Como visto neste e nos demais capítulos desta tese, cada autora elegeu uma forma própria para, articulando a linguagem, dar sentido à experiência. Cada narrativa, além de ter sido emoldurada por cada contexto de escrita, também foi construída a partir do recorte da realidade estabelecido por cada autora. No capítulo anterior, apontei que os três livros continham assuntos em comum, mas a maneira que cada autora abordou os temas foi único, assim como a forma como mobilizaram seus afetos como potência de resistência. Neste capítulo, a escrita sobre a violência também seguiu caminhos distintos em cada obra, tanto em relação ao que foi contado, quanto à forma como foi contado.

Em *A revolta das vísceras*, Clara fala sobre a dor que ainda carrega, no presente da escrita da carta, causada pelo assassinato do seu companheiro. A autora, Mariluce Moura, explicou, anos depois, que escreveu como uma forma de lidar com a ausência de Gildo Lacerda. Contudo, conforme discorre Leonor Arfuch (2013, p. 116), “*hay tiempos para poder decir*”. No contexto em que o livro estava sendo escrito – período de transição da ditadura para a democracia – os sobreviventes e ex-presos políticos passaram, conforme discorre Mariana Joffily (2013, p. 168), “a impor-se uma agenda de denúncia das mortes e desaparecimentos de seus companheiros”. Assim, de acordo com a autora, não havia na sociedade espaço de escuta para outras modalidades de crimes cometidos pelo Estado, ainda mais para aqueles que continham violências específicas contra as mulheres. A urgência, naquele momento, era identificar onde estavam os desaparecidos políticos e o que havia ocorrido a eles. Dessa forma, a escolha de Mariluce por escrever sobre como repercutiu nela a morte de Gildo Lacerda, denunciando-a, deve ser compreendida dentro deste contexto.

No momento de escrita e publicação de *No corpo e na alma e Réquiem por Tatiana* já havia ocorrido uma ressignificação da violência contra a mulher na sociedade, como destaca Joffily (2016). Segundo a autora, essa transformação, propiciada por anos de luta do movimento feminista, aliada ao desenvolvimento dos estudos de gênero, contribuiu “para a criação de um espaço social de escuta capaz de acolher as denúncias dos abusos sofridos durante as ditaduras militares sob uma nova chave de compreensão” (JOFFILY, 2016, p. 170). Este novo cenário possibilitou especialmente a escrita de Sylvia de Montarroyos que, das três autoras, foi a única que relatou sofrer abuso sexual na tortura e o levou para a sua narrativa. Além disso, Sylvia descreveu com muitos detalhes todas as torturas as quais foi sujeitada,

evidenciando, no seu relato, aspectos da violência de gênero que não tiveram espaço nos demais textos analisados.

Ao olhar para as três obras, percebo que as autoras articularam a linguagem de formas diferentes para dar conta das suas propostas. Mariluce, que fala da dor da sua perda, utiliza uma linguagem poética, facilitada pela escolha de escrever uma autoficção. Derlei e Sylvia, ao optarem por uma escrita autorreferencial, narram de forma mais objetiva, mas não sem dor. As três foram diretamente afetadas pela violência do Estado e a narrativa de cada uma reflete a forma como foram atingidas por essa violência, a partir da escolha estética e da subjetividade de cada autora. Além disso, a forma como cada uma mobilizou os recursos disponíveis para resistir à ditadura também se faz presente na escrita, diferenciando-as. Assim, é possível pensar, tendo em vista o que foi exposto, que não há uma narrativa homogênea sobre a resistência à ditadura civil-militar brasileira marcada pelo gênero.

Maria Rita Kehl (2016) faz uma afirmação interessante quando salienta que, do real, nem tudo pode ser dito; “o que a linguagem diz define, necessariamente, um resto que ela deixa de dizer”. A autora explica, assim, que “o recorte que a linguagem opera sobre o real, pela própria definição de *recorte*, deixa um resto – resto de gozo, resto de pulsão – sempre por simbolizar” (KEHL, 2016, p. 126). Linguagem e memória, como observa Isabel Piper (2002), estão intimamente ligadas. Se o modo como o passado é reconstruído sempre está atravessado pelo gênero do sujeito que recorda, o recorte que a linguagem opera sobre o real também está. Assim, tanto o que foi dito sobre a violência na narrativa de Mariluce, Derlei e Sylvia, quanto o que restou, estão atravessados pela condição de cada autora militante como sujeito político marcado pelo gênero.

Por fim, quero evidenciar um último ponto acerca da narrativa sobre a violência, em particular a experiência sobre a tortura, fortemente marcada pela centralidade do corpo. Conforme discorre Elizabeth Jelin (2011), a violência repressiva violou a privacidade e a intimidade do torturado, rompendo com a linha que divide, no âmbito cultural, o que compete ao espaço público e ao privado. Assim, de acordo com a autora, a incorporação da experiência da tortura numa narrativa que, necessariamente, é pública, no sentido de que deve ser compartilhada, depende do quanto cada indivíduo está disposto a/tem condições de expor sua intimidade. Em suas palavras, “*esta reconstrucción involucra entonces el control, por parte del sujeto, de sus silencios en las narrativas personales. Estos silencios no son olvidos, sino opciones personales como ‘un modo de gestión de la identidad’*” (JELIN, 2011, p. 564). Dessa

forma, pode-se dizer que a narrativa de cada autora sobre a tortura sofrida certamente passou por essa tentativa de manter um precário equilíbrio entre a publicização da experiência e a preservação da intimidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A representação do mundo, como o próprio mundo, é operação dos homens; eles o descrevem do ponto de vista que lhes é peculiar e que confundem com a verdade absoluta (BEAUVOIR, 2019, p. 203).

Nesta tese, investiguei a produção literária de autoria feminina sobre a ditadura civil-militar brasileira. Contudo, quando fui aprovada na seleção de doutorado do PPGH da UFRGS, esta pesquisa não estava no meu horizonte de expectativas. O projeto que apresentei na ocasião dava continuidade, de certa forma, ao trabalho desenvolvido no mestrado sobre o exílio de Leonel de Moura Brizola. Havia proposto, naquele momento, examinar a participação dos exilados na formação do PDT, ainda durante o exílio, no congresso realizado em Portugal e que deu origem à Carta de Lisboa, documento norteador da reorganização do Trabalhismo no Brasil. Com uma análise preliminar das fontes, ficou evidente sobre quem eu iria falar: majoritariamente, sobre homens.

Alguns acontecimentos, entretanto, contribuíram para que a minha proposta inicial de trabalho passasse a não fazer mais sentido para mim. O primeiro deles, ainda em 2016, foi o golpe que acabou destituindo a primeira mulher eleita para a Presidência do Brasil, Dilma Rousseff. Em 17 de abril daquele ano, por 367 votos a favor e 137 contra, a Câmara dos Deputados autorizou a instalação do processo de *impeachment* que culminaria com o afastamento da presidenta. Um dos votos, contudo, foi particularmente cruel e resume, em si, o teor misógino dos ataques sofridos por Dilma durante esse período, colocando em evidência esse e outros sintomas do patriarcado, um sistema ancorado nas hierarquias de gênero: o voto do então deputado federal Jair Messias Bolsonaro. Naquela ocasião, o político declarou que votava pela memória de Carlos Alberto Brilhante Ustra, justamente o torturador de Dilma Rousseff durante a ditadura civil-militar brasileira. Em 2018, esse quase desconhecido deputado federal é eleito Presidente da República. Comecei, assim como muitas mulheres, a me sentir particularmente atingida pelos discursos machistas e misóginos do então candidato que viria a ser eleito. A partir destes acontecimentos, me senti instigada a colocar as mulheres como protagonistas da minha pesquisa, o que, por fim, acabou acontecendo.

Contudo, trocar o sujeito da investigação implicava em mudar completamente o caminho que tinha planejado trilhar, uma vez que as mulheres praticamente não ocupavam os espaços que eu propus pesquisar no projeto original. Me pareceu pertinente, então, estudar a memória de mulheres que, da mesma forma que Dilma Rousseff, foram presas e torturadas em decorrência de suas atividades políticas em movimentos de resistência à ditadura civil-militar brasileira. Foi assim que me aproximei das narrativas produzidas por três militantes: Mariluce Moura (APML), Derlei Catarina De Luca (AP) e Sylvia de Montarroyos (POR-T). Propus então analisar, a partir de uma perspectiva de gênero, como Mariluce, Derlei e Sylvia articularam a linguagem para dar sentido às suas experiências nos movimentos de resistência à ditadura. Para tanto, foram analisadas as obras por elas produzidas: *A revolta das vísceras* (1982), *No corpo e na alma* (2002) e *Réquiem por Tatiana* (2013), respectivamente. Dessa forma, pretendo tecer aqui alguns comentários finais sobre a escrita das autoras e sobre as limitações desta investigação.

Começo, então, retomando os principais pontos do percurso de pesquisa realizado nesta tese. No primeiro capítulo realizei uma análise histórica sobre a literatura de testemunho produzida a partir da memória sobre a ditadura civil-militar brasileira. Sublinho, aqui, que a memória articulada pelas autoras se trata de uma memória atravessada pelo trauma que teve origem na violência exercida pelo Estado – uma memória traumática. Assim, aproximei a literatura brasileira sobre a ditadura com a perspectiva europeia da teoria do testemunho que, por sua vez, apresenta a *Shoah* como evento central. Nesta vertente, a psicanálise desempenha um papel fundamental devido ao trauma decorrente da experiência dos sobreviventes do genocídio nazista, apresentando-se também como potencial chave de leitura dos traumas decorrentes da ditadura brasileira. A psicanálise se fez bastante presente nesta pesquisa no capítulo três, onde fez-se necessária a apropriação de alguns conceitos psicanalíticos como luto e melancolia, além da própria categoria de trauma, para melhor entendimento do que as autoras estavam contando. Neste terceiro capítulo, investiguei os recursos utilizados por Mariluce, Derlei e Sylvia para representar situações de dor e violência nas narrativas que davam conta da repressão que sofreram enquanto estiveram sob a tutela do Estado.

Retornando ao capítulo um, dei sequência apresentando as obras e historicizando os testemunhos produzidos por Mariluce, Derlei e Sylvia. Foram identificados os contextos políticos, sociais e culturais nos quais as obras foram escritas e publicadas, não com a

finalidade de encerrar cada uma de forma hermética na periodização proposta, mas com a intenção de refletir sobre as possíveis – mas não determinantes – relações existentes entre o que foi escrito e os cenários nos quais as memórias foram construídas. Na sequência, no capítulo dois, analisei os gêneros literários/discursivos que poderiam ser atribuídos a cada obra, bem como as estratégias de autorrepresentação utilizadas por cada autora. Assim, verifiquei que enquanto Derlei e Sylvia optaram por uma narrativa autorreferencial, Mariluce se colocou de forma relativamente distanciada num texto em que predomina o uso da terceira pessoa. Dessa forma, se *No corpo e na alma* e *Réquiém por Tatiana* podem ser lidas como autobiografias, *A revolta das vísceras*, como visto, pode ser entendida como autoficção. Essa distinção foi importante para a compreensão de como os relatos foram estruturados por cada autora, baseado naquilo que cada uma se dispôs a/pôde contar, articulado com os contextos de escrita e publicação de cada obra. Além disso, neste e nos demais capítulos, busquei os marcadores associados às relações de gênero que, enquanto narrativa literária, perpassaram a escrita de cada autora.

A partir desta trajetória de pesquisa, foi possível verificar que as narrativas das autoras apresentaram aproximações e afastamentos. Um dos pontos divergentes refere-se ao foco principal que cada uma deu para a sua obra. Mariluce, por meio da sua protagonista Clara, escreveu sobre a dor causada pela perda do companheiro, assassinado pela ditadura; Derlei, ao pretender contar a história da AP, narrou a sua própria trajetória política; e Sylvia, ao contar sobre sua prisão, fez uma contundente denúncia sobre a violência do aparato repressivo ditatorial brasileiro. Assim, cada autora abordou de uma maneira diferente as violências sofridas, principalmente aquelas que ocorreram enquanto estiveram sob a tutela do Estado.

Por outro lado, os relatos convergem em diversos pontos. Encontra-se nas três obras uma fragmentação textual, a acentuação de questões do cotidiano, a mobilização de afetos como potência de resistência – embora as autoras tenham mobilizado o mesmo afeto de formas completamente diferentes. As três narrativas estão marcadas por perdas e ausências, pela brutalidade das violências sofridas e pelo sonho revolucionário de um outro país. Além disso, os três textos comportam uma constante autocrítica das autoras, tanto em relação aos trabalhos por elas desenvolvidos enquanto militantes de movimentos de resistências, incluindo suas escolhas políticas e afetivas, quanto em relação às atividades realizadas pelas próprias organizações de esquerda.

Dessa maneira, cada obra, ao apresentar diferentes estilos, gêneros discursivos, recorte temático, contribui para que a resistência à ditadura civil-militar brasileira possa ser lida a partir de múltiplas perspectivas. Para dar conta de suas propostas, Mariluce, Derlei e Sylvia articularam a linguagem de forma diversa, o que possibilitou que se pensasse, ao final deste trabalho, que não existe uma narrativa homogênea sobre a resistência à ditadura civil-militar brasileira marcada pelo gênero.

Retomo aqui um dos objetivos desta tese: verificar se as narrativas elaboradas pelas autoras tensionavam ou não os discursos produzidos acerca do passado ditatorial brasileiro. Destaco, neste momento, que esta pesquisa não teve como objetivo comparar a escrita feminina sobre a resistência à ditadura com a escrita masculina. Pensar a memória pela lente do gênero não requer, necessariamente, um estudo comparativo – o que não quer dizer que não seria interessante uma análise que tivesse esse pressuposto. O que propus foi buscar, no relato de cada autora, elementos que apoiassem a hipótese inicial de que as narrativas construídas por elas estavam atravessadas pela condição de cada uma como sujeito político marcado pelo gênero.

As escritas elaboradas por Mariluce, Derlei e Sylvia, de acordo com o estudo efetuado, estão atravessadas por marcas de gênero. Considero como uma das principais a construção discursiva da feminilidade. As autoras escreveram, com diferentes graus de importância, sobre questões que geralmente estão associadas ao universo feminino: vaidade, vestimenta, comportamentos considerados adequados às mulheres. Também abordaram questões ligadas às suas vivências como mulheres, como o aborto e a gravidez. Nas organizações, como visto anteriormente, a gravidez e a maternidade foram amplamente discutidas entre os militantes, a paternidade não. Assim, a responsabilidade pela criação de um novo ser recaiu nas mulheres (nada muito diferente dos dias de hoje), mesmo quando os dois genitores faziam parte dos movimentos de resistência. Contudo, não há na narrativa das autoras espaço para vitimizações ou arrependimentos, mas há para a reinvenção discursiva da maternagem num contexto de violência e repressão, por exemplo.

Por essas e outras demarcações, considero o gênero uma perspectiva potencial para a análise tanto dos testemunhos femininos sobre a ditadura quanto dos masculinos. Se é possível apontar a construção discursiva da feminilidade nos relatos de mulheres, seria interessante também desenvolver pesquisas que busquem compreender como a masculinidade se constitui discursivamente nos relatos de homens que resistiram à ditadura,

além de verificar quais as marcas de gênero que perpassam as suas narrativas. Como Isabel Piper (2015) observa, e como foi comprovado neste estudo, a maneira como o passado é reconstruído está sempre atravessado pelo gênero do sujeito que recorda – e isso vale tanto para mulheres quanto para homens. Dessa forma, o gênero, como metodologia de pesquisa, se estabelece como uma clivagem importante nos estudos sobre a memória.

Em que ponto, então, *A revolta das vísceras*, *No corpo e na alma* e *Réquiem por Tatiana* tensionam as interpretações sobre o recente passado ditatorial brasileiro? Quando convidam à reflexão sobre diversas questões ligadas às suas vivências como mulheres e as incorporam no relato, não apartando essas experiências da narrativa acerca da resistência à ditadura. Quando visibilizam a prática sistemática da violência sexual dirigida às mulheres, sem vitimizações ou lamentos. Quando, na construção de suas memórias, se colocam como sujeitos históricos, como mulheres que vivem e atuam no tempo, erram e acertam, possibilitando a produção de novas identidades onde o feminino na ditadura seja sinônimo de luta. Por fim, é evidente que Mariluce, Derlei e Sylvia, nas suas obras, falam de dor, de perdas, de desamparo, mas também falam de amor, de vida e de coragem, de luta por um ideal, demonstrando que as dimensões subjetivas são indissociáveis da prática política – e talvez essa seja uma das contribuições mais importantes da escrita dessas autoras.

REFERÊNCIAS

Testemunhos

DE LUCA, Derlei Catarina. *No corpo e na alma*. Criciúma, Ed. Do autor, 2002.

MONTARROYOS, Sylvia de. *Réquiem por Tatiana*. Recife: Cepe, 2013.

MOURA, Mariluce. *A Revolta das vísceras*. Rio de Janeiro, Codecri, 1982.

Depoimentos e entrevistas

MOURA, Mariluce. Entrevista. In: LIRA, Cristiane Barbosa de. *Mulheres guerrilheiras: a representação de personagens femininas em narrativas brasileiras e argentinas relacionadas às ditaduras ocorridas entre 1964 e 1985*. Tese (Doutorado em Filosofia) – Universidade da Georgia, Athens, 2016.

Obras Institucionais

ARQUIDIOCESE de São Paulo. *Brasil: Nunca Mais*. 38. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2009.

BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. *Direito à memória e à verdade: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos*. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007.

BRASIL. Ministério da Justiça. Comissão de Anistia. *Cartilha Informativa da Comissão de Anistia*. Brasília: Comissão de Anistia/MJ, 2010.

DESAPARECIDOS políticos: um capítulo não encerrado da História Brasileira. São Paulo: Ed. Do Autor, 2012.

SÃO PAULO. Assembleia Legislativa. Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva”. *Infância Roubada, crianças atingidas pela Ditadura Militar no Brasil*. São Paulo: ALESP, 2014.

SANTA CATARINA. *Comissão Estadual da Verdade Paulo Stuart Wright*. Relatório Final. Florianópolis: CEV-SC, 2014

BRASIL. *Comissão Nacional da Verdade*. Relatórios da Comissão Nacional da Verdade. Brasília: CNV, 2014.

SÃO PAULO. Assembleia Legislativa. Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva”. *Relatório*, Tomo III, Transcrições das audiências. São Paulo: CEV-SP, 2015.

BAHIA. *Comissão Estadual da Verdade*. Relatório de Atividades, agosto 2013/abril 2016. Volume 2, íntegra dos depoimentos. Salvador: CEV-BA, 2016.

Teses e Dissertações

BAUER, Caroline Silveira. *Um estudo comparativo das práticas de desaparecimento nas ditaduras civil-militares argentina e brasileira e a elaboração de políticas de memória em ambos os países*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre, 2011.

COLLING, Ana Maria. *Choram Marias e Clarices: uma questão de gênero no regime militar brasileiro*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre, 1994.

CONTREIRAS, Janaína Athaydes. *Corpo de mulher, um campo de batalha: terrorismo de Estado e violência sexual nas ditaduras brasileira e argentina de Segurança Nacional*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre, 2018.

CRUZ, Lua Gill da. *(Sobre)viver: luto, culpa e narração na literatura pós-ditatorial*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, 2017.

LIRA, Cristiane Barbosa de. *Mulheres guerrilheiras: a representação de personagens femininas em narrativas brasileiras e argentinas relacionadas às ditaduras ocorridas entre 1964 e 1985*. Tese (Doutorado em Filosofia) – Universidade da Geórgia, Athens, 2016.

MEZAROBBA, Glenda. *Um acerto de contas com o futuro: a anistia e suas consequências – um estudo do caso brasileiro*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade de São Paulo, Programa de Pós-graduação em Ciência Política, São Paulo, 2003.

PADRÓS, Enrique Serra. *Como el Uruguay no hay... Terror de Estado e Segurança Nacional. Uruguai (1968-1985): do Pachecato à Ditadura Civil Militar*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre, 2005.

REIS, Débora Ataíde. *Memória(s) militante(s): narrativas autobiográficas e imagens de resistência em Derlei Catarina de Luca (1966-1973)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, Programa de Pós-Graduação em História, Salvador, 2015.

RIBEIRO, Maria Cláudia Badan. *Experiência de luta na emancipação feminina: mulheres na ALN*. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em História Social, São Paulo, 2011.

SANTOS, Heloísa Nunes dos. *Memórias militantes: narrativas autobiográficas de militantes da Ação Popular*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2017.

SCHMITT, Lara Stresser. *Sequestro de meninas e Síndrome de Estocolmo: cativo, trauma e tradução*. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Estadual de Maringá, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Maringá, 2013.

TEGA, Danielle. *Tramas da memória: um estudo de testemunhos femininos sobre as ditaduras militares no Brasil e na Argentina*. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2015.

TELES, Janaína de Almeida. *Memórias dos cárceres da ditadura: os testemunhos e as lutas dos presos políticos do Brasil*. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em História Social, São Paulo, 2011.

VARGAS, Mariluci Cardoso de. *O testemunho e suas formas: historiografia, literatura, documentário (Brasil, 1964-2017)*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre, 2018.

Bibliografia geral

ADORNO, Theodor A. *Prismas: crítica cultural e sociedade*. São Paulo: Ática, 1998.

ALVES, Márcio Moreira. *Torturas e torturados*. Rio de Janeiro: 1996.

ASSMANN, Aleida. *Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural*. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.

AVELAR, Idelber. *Alegorias da derrota: a ficção pós-ditatorial e o trabalho de luto na América Latina*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

ARFUCH, Leonor. *O espaço biográfico: dilemas da subjetividade contemporânea*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010.

ARFUCH, Leonor. *Memoria y autobiografía: exploraciones en los límites*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2013.

ATENCIO, Rebecca J. *Memory's turn: reckoning with Dictatorship in Brazil*. Madison, WI: University of Wisconsin Press, 2014.

ATENCIO, Rebecca J. O momento da memória: a produção artístico cultural e a justiça de transição no Brasil. *Revista anistia política e justiça de transição*, n. 10, 2014, p. 114-130.

BAUER, Caroline Silveira. O debate legislativo sobre a criação da Comissão Nacional da Verdade e as múltiplas articulações e dimensões de temporalidade da ditadura civil-militar brasileira. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 22, n. 42, dez. 2015, p. 115-152.

BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019, 1,2 v.

BEDÍA, Rosa Cobo. *Aproximações à teoria crítica feminista*. CLADEM – Boletim do Programa de Formação, 2014.

BLANES, Jaume Peris. Literatura y testimonio: un debate. *Puentes*, n. 1, Enero 2014, p. 10-17.

BRIGGMANN, Luísa Dornelles. Amores revolucionários: casais militantes nas ditaduras do Cone Sul. In: WOLFF, Cristina Scheibe. *Gênero, emoções e afetos na política*. WOLFF, Cristina Scheibe (Org.). *Políticas da emoção e do gênero no Cone Sul*. Curitiba: Brazil Publishing, 2021.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CALDAS, Pedro Spinola Pereira. O conceito de evento limite: uma análise de seus diagnósticos. *Tempo*, vol. 25, n. 3, set./dez. 2019, p. 737-757.

CALVEIRO, Pilar. Entrevista. In: AMADO, Ana. El desorden de los cuerpos en los años 70.. Entrevista a Pilar Calveiro. *Mora*, n. 12, Buenos Aires, diciembre de 2006.

CARDOSO, Lucileide Costa. Construindo a memória do regime de 1964. *Revista Brasileira de História*. Vol. 14, n. 27, 1996, p. 179-196.

CARVALHO, Cláudia Paiva. *Crimes sexuais e justiça de transição na América Latina: judicialização e arquivos*. Florianópolis: Tribo da Ilha, 2016.

CATELA, Ludmila da Silva. *No habrá flores en la tumba del pasado: la experiencia de reconstrucción del mundo de los familiares de desaparecidos*. La Plata: Cuarta Edición. 2014.

COLLING, Ana Maria. *A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil*. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 1997.

COSTA, Albertina de Oliveira et al. *Memória das mulheres do exílio*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1980.

FIGUEIREDO, Euridice. *A literatura como arquivo da ditadura brasileira*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2017.

FORNET, Jorge. Conversación. In: BLANES, Jaume Peris. El premio Testimonio de Casa de las Américas. Conversación cruzada con Jorge Fornet, Luisa Campuzano y Victoria Garcia. *Kamchatka. Revista de análisis cultural*. Diciembre 2015, p. 191-249.

FRANCO, Renato. Literatura e catástrofe no Brasil: anos 70. In: SELIGMANN-SILVA, Márcio (Org.). *História, memória, literatura: o testemunho na era das catástrofes*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003.

FREUD, Sigmund. *Luto e melancolia*. São Paulo: Cosac Naify, 2013.

FRIEDLANDER, Saul. *En torno a los límites de la representación: el nazismo y la solución final*. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes, 2007.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. A (im)possibilidade da poesia. *Revista Cult*, n. 205, ano 18, setembro 2015, p. 48-51.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Lembrar, escrever, esquecer*. São Paulo: Ed. 34, 2009.

GARCIA, Victoria. Conversación. In: BLANES, Jaume Peris. El premio Testimonio de Casa de las Américas. Conversación cruzada con Jorge Fornet, Luisa Campuzano y Victoria Garcia. *Kamchatka. Revista de análisis cultural*. Diciembre 2015, p. 191-249.

GENETTE, Gérard. *Paratextos editoriais*. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2009.

HARTMAN, Geoffrey H. Holocausto, testemunho, arte e trauma. In: NESTROVSKI, Arthur; SELIGMANN-SILVA, Márcio (Orgs). *Catástrofe e representação: ensaios*. São Paulo: Escuta, 2000.

HENTZ, Isabel Cristina; VEIGA, Ana Maria. Entre o feminismo e a esquerda: contradições e embates da dupla militância. In: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe (Orgs.). *Resistências, gênero e feminismos contra as ditaduras no Cone Sul*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2011.

HEREDIA, Juan Martim Diego. Prefácio. In: MONTARROYOS, Sylvia de. *Réquiem por Tatiana*. Recife: Cepe, 2013.

JELIN, Elizabeth. Subjetividad y esfera pública: el género y los sentidos de familia en las memorias de la represión. *Política y Sociedad*, vol. 48, n. 3, 2011, p. 555-569.

JELIN, Elizabeth. *Los trabajos de la memoria*. Lima: IEP, 2012.

JELIN, Elizabeth. *La lucha por el pasado: cómo construimos la memoria social*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Siglo Veinteuno Editores, 2017.

JOFFILY, Mariana. Memória, gênero e repressão política no Cone Sul (1984-1991). *Tempo e Argumento*, v. 2, n. 1, jan./jun. 2010, p. 111-135.

JOFFILY, Mariana. Violências sexuais nas ditaduras militares latino-americanas: quem quer saber? *SUR – Revista Internacional de Direitos Humanos*, v. 13, n. 24, p. 165-176, 2016.

JOFFILY, Olivia Rangel. O corpo como campo de batalha. In: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe (Org.). *Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2010.

KAUFMAN, Susana G. Violencia y testimonio. Notas sobre subjetividad y los relatos posibles. *Clepsidra. Revista Interdisciplinaria de Estudios sobre Memoria*, n. 1, marzo 2014, p. 100-113.

KEHL, Maria Rita. Tortura e sintoma social. In: TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir (Orgs.). *O que resta da ditadura: a exceção brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2010.

KEHL, Maria Rita. Melancolia e criação. In: FREUD, Sigmund. *Luto e melancolia*. São Paulo: Cosac Naify, 2013.

KORNIS, Mônica. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br>. Acesso em 15/02/2020.

LEJEUNE, Philippe. *O pacto autobiográfico: de Rousseau à Internet*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2014.

LERNER, Gerda. *A criação do patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens*. São Paulo: Cultrix, 2019.

LEVI, Primo. *É isto um homem?* Rio de Janeiro: Rocco, 1988.QA

LIRA, Elizabeth; WEINSTEIN, Eugenia. La tortura: conceptualización psicológica y processo terapéutico. In: MARTIN-BARÓ, Ignacio. *Psicología social de la guerra: trauma y terapia*. San Salvador, El Salvador: Universidad Centroamericana José Simeón Cañas, 1990.

MARCO, Valeria De. A literatura de testemunho e a violência de Estado. *Lua Nova*, n. 62, 2004, p. 45-68.

MORAÑA, Mabel. Documentalismo y ficción: testimonio y narrativa testimonial hispano-americana en el siglo XX. In: MORAÑA, Mabel. *Políticas de la escritura en América Latina: de la Colonia a la Modernidad*. Caracas: Ex-Cultura, 1997.

MORAES, Maria Lygia Quartim de. O que é possível lembrar? *Cadernos Pagu* (40), janeiro-junho 2013, p. 141-167.

NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. *Revista Estudos Feministas*, v. 8, n. 2, 2000, p. 9-41.

NUNES, Alina; WOLFF, Cristina Scheibe. A todo vapor: revolução sexual e desbunde. In: WOLFF, Cristina Scheibe; ZANDONÁ, Jair; MELLO, Soraia Carolina de (Orgs.). *Mulheres de luta: feminismos e esquerdas no Brasil (1964-1985)*. Curitiba: Appris, 2019.

NUNES, Alina; ZACCHI, Lara Lucena. “As pessoas não podem resistir sozinhas”: memórias, amizades e gênero na resistência às ditaduras no Cone Sul. In: WOLFF, Cristina Scheibe (Org.). *Políticas da emoção e do gênero no Cone Sul*. Curitiba: Brazil Publishing, 2021.

OBERTI, Alejandra. ¿Qué le hace el género a la memoria? In: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe. *Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2010.

OLIVEIRA, Maria da Glória de. Os sons dos silêncio: interpelações feministas decoloniais à história da historiografia. *História da Historiografia*, v. 11, n. 28, set. - dez. 2018, p. 104-140.

PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe. As dores e as delícias de lembrar a ditadura no Brasil: uma questão de gênero. *História Unisinos* 15(3), Setembro/Dezembro 2011, p. 398-405.'

PERLATTO, Fernando. História, literatura e a ditadura brasileira: historiografia e ficções no contexto do cinquentenário do golpe de 1964. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 30, n. 62, 2017, p. 721-740.

Pilla, Maria. *Volto semana que vem*. São Paulo: Cosac Naify, 2015.

PIPER, Isabel. Memoria colectiva y relaciones de género: ¿prácticas de dominación o resistencia? *Realidad Revista de Ciencias y Humanidades*, n. 85, 2002.

PIPER, Isabel; TRONCOSO, Lelya. Género y memoria: articulaciones críticas y feministas. *Athenea Digital*, 15(1): 65-90, marzo 2015.

PIPER, Isabel; ÁLVAREZ, Catalina; VALDERRAMA, Caterine. La construcción de sujetos generizados en las memorias de las violencias políticas en la transición chilena. *Quaderns de Psicologia*, vol. 21, n. 3, 2019.

RAGO, Margareth. *A aventura de contar-se: feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade*. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

RAMMINGER, Iñez Maria Serpa. Na guerra com batom. In: PADRÓS, Enrique Serra, et al. *A Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): história e memória*. Porto Alegre: Corag, 2009.

RAMOS, José Paulo De Luca. O bebê que a ditadura separou da mãe. In: SÃO PAULO. Assembleia Legislativa. Comissão da Verdade do Estado de São Paulo "Rubens Paiva". *Infância Roubada, crianças atingidas pela Ditadura Militar no Brasil*. São Paulo: ALESP, 2014.

REIS FILHO, Daniel Aarão. Versões e ficções: a luta pela apropriação da memória. REIS FILHO, Daniel Aarão et al. *Versões e ficções: o sequestro da história*. São Paulo: Perseu Abramo, 1997.

RIBEIRO, Maria Cláudia Badan. As redes femininas de oposição à ditadura civil-militar. *Revista Moara*, Edição 43, jul.-dez. 2015, p. 42-59.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

RIDENTI, Marcelo. As mulheres na política brasileira: os anos de chumbo. *Tempo Social*, 1990, p. 113-128.

ROSA, Susel Oliveira da. *Mulheres, ditaduras e memórias: “Não imagine que precise ser triste para ser militante”*. São Paulo: Intermeios, 2013.

ROUSSO, Henry. *A última catástrofe: a história, o presente, o contemporâneo*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2016.

SARLO, Beatriz. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, vol. 20, jul./dez. 1995, p. 71-99.

SCOTT, Joan. A invisibilidade da experiência. *Projeto História*, São Paulo, n. 16, fev. 1998, p. 297-325.

SCOTT, Joan. Os usos e abusos do gênero. *Projeto História*, São Paulo, n. 45, dez. 2012, p. 327-351.

SELLIGMANN-Silva, Márcio. A história como trauma. In: NETROVSKI, Arthur; SELLIGMANN-Silva, Márcio (Orgs.). *Catástrofe e representação: ensaios*. São Paulo: Escuta, 2000.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. O testemunho: entre a ficção e o “real”. In: SELIGMANN-SILVA, Márcio (Org.). *História, memória, literatura: o testemunho na era das catástrofes*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003a.

SELIGMANN-SILVA, Introdução. In: SELIGMANN-SILVA, Márcio (Org.). *História, memória, literatura: o testemunho na era das catástrofes*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003b.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. *O local da diferença: ensaios sobre memória, arte, literatura e tradução*. São Paulo: Editora 34, 2005.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. Narrar o trauma: a questão dos testemunhos de catástrofes históricas. *PSIC. CLIN*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, 2008, p. 65-82.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. O local do testemunho. *Tempo e Argumento*, v. 2, n. 1, 2010a, p. 3-20.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. A era do trauma. *Revista Cult*, n. 205, ano 18, setembro 2015, p. 40-47.

SOLNIT, Rebecca. *A mãe de todas as perguntas: reflexões sobre os novos feminismos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

SOUSA, Jessie Jane Vieira de. Entrevista. In: GÓIS, João Bôsko Hora; QUADRAT, Samantha Viz. *Militância política e gênero na ditadura brasileira: entrevista com Jessie Jane Vieira de Sousa*. *Gênero*, v. 8, n. 2, 1 sem. 2008, p. 23-41.

STREJILEVICH, Nora. *El arte de no olvidar: literatura testimonial en Chile, Argentina y Uruguay, entre los 80 y los 90*. Buenos Aires: Catálogos, 2006.

TELES, Maria Amélia de Almeida. *Breve história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1993.

TELES, Maria Amélia de Almeida. Introdução. In: SÃO PAULO. Assembleia Legislativa. Comissão da Verdade do Estado de São Paulo "Rubens Paiva". *Infância Roubada, crianças atingidas pela Ditadura Militar no Brasil*. São Paulo: ALESP, 2014.

TELES, Maria Amélia de Almeida. Violações dos direitos humanos das mulheres na ditadura. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 23(3), setembro-dezembro/2015.

VIÑAR, Marcelo. Una mirada psicoanalítica sobre la tortura. In: VIÑAR, Maren; VIÑAR, Marcelo. *Fracturas de memorias: crónicas para una memoria por venir*. Montevideo: Ediciones Trilce, 1993.

VIÑAR, Marcelo. La violencia política. In: VIÑAR, Maren; VIÑAR, Marcelo. *Fracturas de memorias: crónicas para una memoria por venir*. Montevideo: Ediciones Trilce, 1993.

WOLFF, Cristina Scheibe. Jogos do gênero na luta da esquerda armada no Brasil: 1968-1974. In: WOLFF, Cristina Scheibe; FÁVERI, Marlene de; RAMOS, Tânia Regina Oliveira (Orgs.). *Leituras em rede: gênero e preconceito*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2007.

WOLFF, Cristina Scheibe; BRIGGMANN, Luísa Dornelles. Mulheres militantes de esquerda na ditadura brasileira. In: WOLFF, Cristina Scheibe; ZANDONÁ, Jair; MELLO, Soraia Carolina de (Orgs.). *Mulheres de luta: feminismos e esquerdas no Brasil (1964-1985)*. Curitiba: Appris, 2019.

WOLFF, Cristina Scheibe. Gênero, emoções e afetos na política. WOLFF, Cristina Scheibe (Org.). *Políticas da emoção e do gênero no Cone Sul*. Curitiba: Brazil Publishing, 2021.

ZANELLO, Valeska et al. Saúde mental e gênero: facetas gendradas do sofrimento psíquico. *Fractal: Revista de Psicologia*, v. 27, n. 3, p. 238-246, set.-dez. 2015.

ZANELLO, Valeska. Saúde mental, mulheres e conjugalidade. In: STEVENS, Cristina; OLIVEIRA, Susane Rodrigues de; ZANELLO, Valeska. *Estudos feministas e de gênero: articulações e perspectivas*. Ilha de Santa Catarina: Mulheres, 2014.